



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 120 TERÇA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 2015

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p style="text-align: center;">Líder Humberto Costa - PT ^(22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz ^(3,37) Benedito de Lira ^(16,18,44) Walter Pinheiro ^(31,36,43) Telmário Mota ^(4,38,42) Regina Sousa ⁽⁴¹⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 13 Humberto Costa ^(22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT Paulo Rocha ⁽³²⁾ Walter Pinheiro ^(31,36,43) Lindbergh Farias ⁽³⁰⁾ Fátima Bezerra ⁽³⁴⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz ^(3,37)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT Telmário Mota ^(4,38,42)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5 Benedito de Lira ^(16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 4 Omar Aziz ⁽¹³⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão ⁽¹²⁾</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder Alvaro Dias - PSDB ⁽²⁰⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Ataídes Oliveira ⁽³³⁾ Wilder Moraes ⁽⁴⁶⁾ Antonio Anastasia ⁽⁴⁷⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 12 Cássio Cunha Lima ⁽¹⁷⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer ⁽²³⁾ Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁴⁰⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado ⁽⁶⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM José Agripino ⁽³⁹⁾</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Lídice da Mata - PSB ^(11,25)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes José Medeiros ^(15,19,29) Vanessa Grazziotin ^(21,26) Randolfe Rodrigues ^(24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 6 João Capiberibe ^(1,14)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSB Roberto Rocha ⁽⁴⁵⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPS - 1 José Medeiros ^(15,19,29)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues ^(24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin ^(21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Fernando Collor - PTB ^(5,10)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽⁹⁾ Eduardo Amorim ⁽⁸⁾ Marcelo Crivella ^(2,7)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 3 Fernando Collor ^(5,10)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4 Blairo Maggi ⁽⁹⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ⁽⁸⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella ^(2,7)</p>	<p style="text-align: center;">Governo Líder Delcídio do Amaral - PT ⁽⁴⁸⁾</p>

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 130ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 10 DE AGOSTO DE 2015.....	6
1.1 – ABERTURA.....	6
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	6
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	6
1.2.1.1 – Pareceres	
Nºs 532 e 533/2015, das Comissões de Assuntos Sociais; e de Agricultura e Reforma Agrária, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 135/2014.....	7
1.2.1.2 – Abertura de prazos	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projetos de Lei do Senado nº 135/2014 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 291/2015-CRA)	17
Abertura do prazo até o encerramento da discussão, no turno suplementar, para apresentação de emendas, perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 540/2011 (Ofício nº 292/2015-CRA)	18
1.2.1.3 – Projeto de Resolução	
Nº 36/2015, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que <i>institui o Grupo Parlamentar Brasil-Georgia</i>	19
1.2.1.4 – Projetos de Lei do Senado	
Nº 518/2015, de autoria do Senador Paulo Paim, que <i>define o crime de veiculação de informações que induzam ou incitem a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, na rede Internet, ou em outras redes destinadas ao acesso público</i>	22
Nº 519/2015, de autoria do Senador Paulo Paim, que <i>altera a redação do art. 12 da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, que dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.715, de 25 de novembro de 1998, 11.828, de 20 de novembro de 2008, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.222, de 9 de maio de 2001, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.110, de 25 de abril de 2005, 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 9.514, de 20 de novembro de 1997; e revoga dispositivo da Lei nº 12.703, de 7 de agosto de 2012, para ampliar o prazo dos débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP passíveis de parcelamento</i>	25
Nº 520/2015, de autoria do Senador Paulo Paim, que <i>proíbe a publicação em jornais de anúncio de emprego, sem a devida identificação da empresa contratante</i>	29
Nº 521/2015, de autoria do Senador Paulo Paim, que <i>dá nova redação o caput do art. 40 e seu inciso I e caput do art. 94 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003</i>	31
1.2.1.5 – Comunicação	
Do Senador Davi Alcolumbre, que justifica a não participação de S. Exª às reuniões preparatórias do Parla-Sul, a serem realizadas em 17 do corrente (Memorando nº 22/2015)	34
1.2.1.6 – Aviso do Ministro de Estado de Minas e Energia	
Nº 157/2015, na origem, em resposta ao Requerimento nº 376/2015, de autoria do Senador João Capiberibe.....	35
1.2.1.7 – Aviso do Tribunal de Contas da União	
Nº 532/2015, na origem, em resposta ao Requerimento nº 954/2012, de autoria do Senador Alvaro Dias	35
1.2.1.8 – Requerimentos	
Nº 898/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, de voto de aplauso e congratulações à União Brasileira de Mulheres	35
Nº 899/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, de voto de aplauso e congratulações aos Srs. Samir Galvão e Micael Galvão	38
Nº 900/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, de voto de aplauso e congratulações ao Tribunal de Justiça do Amazonas	40

Nº 901/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, de voto de aplauso e congratulações ao Sr. Roland Vetter	42
Nº 902/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, de voto de aplauso e congratulações ao Sr. Yuri Macedo	44
Nº 903/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Washington Régis.....	46
Nº 904/2015, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, de informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia	48
1.2.2 – Oradores	
SENADORA ANA AMÉLIA – Apelo no sentido de maior responsabilidade política do Poder Legislativo e de participação do Senado Federal no processo de enfrentamento da crise.....	53
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Repúdio ao ataque contra haitianos, por meio de disparo de tiros, ocorrido em São Paulo	55
1.2.3 – Vetos	
Veto Parcial nº 31/2015, apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 10/2015 (Mensagem nº 295/2015, da Presidente da República)	58
Veto Total nº 32/2015, apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 82/2012 (Mensagem nº 299/2015, da Presidente da República)	83
Veto Parcial nº 33/2015, apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 15/2015-Complementar (Mensagem nº 301/2015, da Presidente da República)	84
1.2.4 – Oradores (continuação)	
SENADOR PAULO PAIM – Preocupação com as dificuldades vivenciadas pelos beneficiários do Fundo Aerus; e outros assuntos	88
SENADOR GLADSON CAMELI – Registro do transcurso dos 113 anos da Revolução Acreana, em 6 do corrente; e outros assuntos	98
SENADOR TELMÁRIO MOTA – Entusiasmo com a entrega de habitações pelo Programa Minha Casa Minha Vida em Boa Vista-RR na última sexta-feira; e outros assuntos.....	99
SENADORA GLEISI HOFFMANN, como Líder – Reflexão sobre a situação político-econômica do País; e outro assunto.....	103
SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Considerações sobre a política externa brasileira relacionada à Venezuela	108
SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Responsabilização do Governo Federal pelo cenário de crise econômica do País.....	112
SENADOR ACIR GURGACZ – Defesa de um pacto pela governabilidade do País como meio para superação da crise política e econômica.....	115
SENADOR HÉLIO JOSÉ – Registro das atividades de S. Exª como Vice-Presidente da CCT; e outro assunto	117
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Alerta para as falhas na execução de programas federais direcionados à educação infantil; e outro assunto	119
SENADORA FÁTIMA BEZERRA – Divulgação de ações positivas do Governo Federal	123
SENADOR JORGE VIANA – Registro da participação de S. Exª em audiência com o Diretor-Geral do DNIT, hoje, para tratar das obras na BR-364	128
SENADOR HUMBERTO COSTA, como Líder – Críticas à oposição por sua atuação diante da crise econômica e política por que passa o País.....	129
SENADOR WELLINGTON FAGUNDES, como Líder – Comemoração do centenário de fundação de Rondonópolis - Mato Grosso; e outros assuntos	132
SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Pesar pelo falecimento do jornalista e escritor Ticiano Duarte.....	143
SENADOR ROMERO JUCÁ – Homenagem a Eduardo Campos na data em que comemoraria 50 anos de idade	143
SENADOR PAULO PAIM – Anúncio de encerramento da cruzada nacional de discussão sobre a terceirização no dia 12 de maio de 2016 no Ginásio Nilson Nelson, Brasília, com delegações de todo o País	148
1.3 – ENCERRAMENTO.....	148

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL.....	149
3 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	152
4 – LIDERANÇAS	153
5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS.....	155
6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	168
7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES.....	176
8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	223

CONGRESSO NACIONAL

9 – COMISSÕES MISTAS.....	246
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	259

Ata da 130ª Sessão, Não Deliberativa, em 10 de agosto de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs Romero Jucá, Paulo Paim, Alvaro Dias, Acir Gurgacz, Raimundo Lira e da Srª Vanessa Grazziotin.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 19 horas e 13 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente despachado:

PARECERES



SENADO FEDERAL

PARECER N° 532, DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 135, de 2014, do Senador Alfredo Nascimento, que *altera a Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1996, para exigir que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária –ANVISA avalie anualmente a presença e a toxicidade de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil.*

RELATOR: Senador **CYRO MIRANDA**

I – RELATÓRIO

Chega para deliberação da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 135, de 2014, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, que altera a Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que *define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências*, para exigir que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) avalie anualmente a presença e a toxicidade de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil.

Para tanto, o art. 1° do projeto acrescenta um § 9° ao art. 8° da Lei n° 9.782, de 1999. O art. 2° determina que a lei dele resultante passe a vigorar na data de sua publicação.

Na justificação do projeto, o Senador Alfredo Nascimento alega que, apesar de a Lei n° 9.782, de 1999, determinar que a Anvisa rastreie a presença de agrotóxicos nos alimentos, a autarquia não estaria cumprindo adequadamente seu papel fiscalizador. Informações divulgadas pela imprensa alertam que vários tipos de produtos contaminados por agrotóxicos (carne, leite e alimentos industrializados) estariam chegando à mesa do consumidor.

O autor assinala que, em 2012, a Anvisa informou que procedeu à análise de somente 13 variedades de produtos alimentícios. Isso destoa acentuadamente do padrão de pesquisa adotado pelas agências de vigilância

sanitária norte-americana e europeia que, anualmente, examinam cerca de 300 tipos de alimentos.

Diante dessa realidade, o Senador entende haver necessidade de aumentar o rigor do rastreamento de agrotóxicos nos alimentos. Apresenta, então, projeto de lei para exigir que a autarquia apresente, anualmente, relatório de toxicidade de alimentos.

Após a apreciação por esta Comissão, o projeto será encaminhado à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), colegiado que será responsável pela decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

A competência da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para opinar sobre o PLS nº 135, de 2014, está fundamentada no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que se reporta à proteção e defesa da saúde.

É louvável a preocupação do autor do projeto sob análise. Monitorar a qualidade dos alimentos significa proteger a saúde do povo. De fato, existe grande apreensão a respeito dos riscos relacionados ao consumo de alimentos contaminados.

Para cuidar desse problema, a Anvisa criou, em 2001, o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA). Desde então, a agência produz, anualmente, relatório com resultados dos exames realizados. De fato, a mais recente publicação (Relatório de Atividades de 2011 e 2012) informa que, em 2012, foram analisados apenas 13 alimentos.

Esses 13 alimentos são todos de origem vegetal. Estão fora do Programa de Análise os alimentos de origem animal, como leites e queijos. Vale observar que, em contraste com a ANVISA, o órgão norte-americano de vigilância sanitária (*Food and Drug Administration [FDA]*) examinou os 300 alimentos mais consumidos nos Estados Unidos em seu relatório anual de 2011.

Ou seja, a FDA cobre, anualmente, 23 vezes mais alimentos do que a ANVISA. Indubitavelmente, esse dado evidencia que a agência brasileira tem atuação quantitativa deficiente no âmbito da monitoração dos alimentos.

Em todo caso, o Projeto de Lei em tela não resolve especificamente essa deficiência, devida, não a omissões da lei, mas à carência de recursos humanos, falta de equipamentos e indisponibilidade de laboratórios especializados. A solução proposta, que a ANVISA avalie “anualmente a presença e a toxicidade de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil”, já está prevista na Lei.

Independente da questão de mérito, temos a apontar que o PLS em exame não inova no ordenamento jurídico, uma vez que versa sobre competência já normatizada, e padece, portanto, de injuridicidade.

Com efeito, as ações de vigilância sanitária no Brasil foram normatizadas pela Lei nº 9.782, de 1999 (Lei da Anvisa). Em seu art. 8º, a lei confere à autarquia competência para *regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública*. O inciso II do § 1º desse artigo inclui os alimentos no rol dos produtos passíveis de monitoramento.

Em consequência de sua injuridicidade, a iniciativa não deve prosperar.

III – VOTO

Em vista do exposto, opinamos pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2014.

Sala da Comissão, 29 de outubro de, 2014

Senador WALDEMIR MOKA
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente



, Presidente



, Relator

602
NNT

SENADO FEDERAL
Comissão de Assuntos Sociais - CAS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, de 2014

ASSINAM O PARECER, NA 32ª REUNIÃO, DE 29/10/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

SEN. WALDEMIR MOKA

RELATOR:

SEN. CYRO MIRANDA

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Ana Rita (PT)	4. Wellington Dias (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. VAGO
Roberto Requião (PMDB)	2. VAGO
Casildo Maldaner (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Romero Jucá (PMDB)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Paulo Davim (PV)	7. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar da Minoria(PSDB, DEM, SD)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Fleury (DEM)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Douglas Cintra (PTB)
Kaká Andrade (PDT)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Gim (PTB)	3. VAGO



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 533, DE 2015

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2014, do Senador Alfredo Nascimento, que *altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para exigir que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA avalie anualmente a presença e a toxicidade de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil.*

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal (CRA), no cumprimento de suas atribuições regimentais, aprecia o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 135, de 2014, de autoria do Senador ALFREDO NASCIMENTO, que tem por finalidade estabelecer exigência para que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) *avalie anualmente a presença e a toxicidade de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil.*

Com esse propósito, o PLS, que é composto por dois artigos, altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária. O art. 1º da Proposição inclui o § 9º no art. 8º da mencionada Lei, estabelecendo, para a ANVISA, o dever de avaliar anualmente a presença e a toxicidade de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil.

O art. 2º da proposição constitui cláusula de vigência.

Na justificção, o autor argumenta que a *Food and Drug Administration (FDA)* e a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (AESa) analisam cerca de trezentos tipos de alimentos por ano, inclusive industrializados, nos Estados Unidos da América ~~e na~~ União

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLEXA RIBEIRO

Europeia, respectivamente. Enquanto isso, no Brasil, amostras de apenas treze alimentos foram analisadas no relatório da ANVISA do ano de 2012.

A Proposição foi distribuída à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e à CRA, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

A apreciação do PLS nº 135, de 2014, respeita a competência regimental desta Comissão, uma vez que o inciso VI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) atribui à CRA a competência para opinar sobre proposições pertinentes à comercialização e fiscalização de produtos e insumos, inspeção e fiscalização de alimentos, vigilância e defesa sanitária animal e vegetal.

Tendo em vista a apreciação da matéria em caráter terminativo, além do mérito, cabe a esta Comissão manifestar-se quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Não há óbice quanto à constitucionalidade do PLS nº 135, de 2014, pois a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) atribui, em seu art. 24, inciso XII, competência à União, aos Estados e ao Distrito Federal para legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde.

A espécie normativa a ser utilizada revela-se adequada, uma vez que se destina a alterar lei ordinária, tratando de matéria não reservada à lei complementar.

Além disso, a matéria não se encontra no campo da iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º, CRFB), e também não está inscrita entre aquelas de sua competência privativa (art. 84, VI, CRFB).

Quanto à juridicidade, a proposição mostra-se coerente com os princípios de Direito aplicados à matéria; apresenta generalidade e abstração; apresenta potencial de coercitividade; e atende aos princípios da adequação e razoabilidade.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLEXA RIBEIRO

Todavia, em consonância com o entendimento já consignado no Parecer da CAS acerca da matéria, de lavra do então eminente Senador Cyro Miranda, entendemos que a Proposição não inova no ordenamento jurídico, uma vez que versa sobre competência já normatizada.

A ANVISA, inclusive, já conta com o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) desde 2001, com publicação de relatórios anuais.

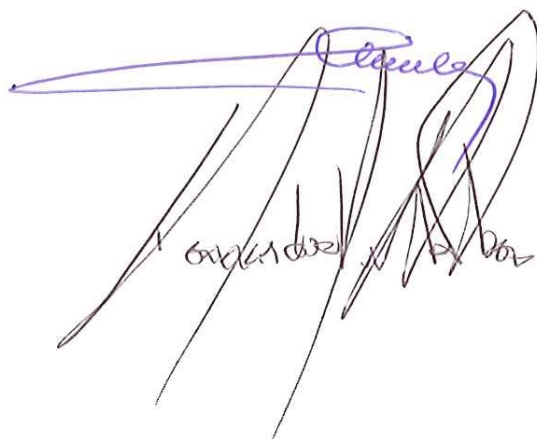
Relativamente à regimentalidade, não foram verificados vícios na tramitação da matéria, encontrando-se apta para a apreciação terminativa nesta Comissão.

Quanto ao mérito, destaca-se a legítima preocupação do autor do projeto diante da atuação deficiente da ANVISA, cuja avaliação não cobre uma quantidade significativa de alimentos. Todavia, novamente convergindo com entendimento já adotado pela CAS, a Proposição pouco contribui para a superação dessa deficiência específica, pois não viabiliza os recursos humanos e materiais necessários para o incremento de produtividade do órgão estatal responsável por essa atribuição.

III – VOTO

Diante do exposto, somos pela rejeição do PLS nº 135, de 2014.

Sala da Comissão, 6 de agosto de 2015

The block contains two handwritten signatures in black ink. The first signature is at the top, followed by the text ', Presidente'. The second signature is below it, followed by the text ', Relator'. The signatures are stylized and somewhat overlapping.

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 27ª Reunião, Extraordinária, da CRA

Data: 06 de agosto de 2015 (quinta-feira), às 08h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz (PDT)	1. Paulo Rocha (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	2. Lasier Martins (PDT)
Zeze Perrella (PDT)	3. VAGO
Delcídio do Amaral (PT)	4. VAGO
Ana Amélia (PP)	5. Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. José Maranhão (PMDB)
Rose de Freitas (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	4. Ricardo Ferraço (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	5. Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Wilder Moraes (DEM)
VAGO	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
José Medeiros (PPS)	1. VAGO
Lúcia Vânia (S/Partido)	2. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes (PR)	1. Douglas Cintra (PTB)
Blairo Maggi (PR)	2. Elmano Férrer (PTB)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS 135/2014.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ (PDT)				1. PAULO ROCHA (PT)			
DONIZETI NOGUEIRA (PT)		X		2. LASIER MARTINS (PDT)		X	
ZEZE PERRELLA (PDT)				3. VAGO			
DELÍCIO DO AMARAL (PT)				4. VAGO			
ANA AMÉLIA (PP)				5. BENEDITO DE LIRA (PP)			
TITULARES – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA (PMDB)		X		1. JOSÉ MARANHÃO (PMDB)			
ROSE DE FREITAS (PMDB)				2. VALDIR RAUPP (PMDB)			
DÁRIO BERGER (PMDB)		X		3. ROMERO JUCÁ (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				4. RICARDO FERRAÇO (PMDB)			
JADER BARBALHO (PMDB)				5. HÉLIO JOSÉ (PSD)			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RONALDO CALADO (DEM)		X		1. WILDER MORAIS (DEM)			
VAGO				2. FLEXA RIBEIRO (PSDB)(RELATOR)		X	
VAGO				3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOSÉ MEDEIROS (PPS)		X		1. VAGO			
LÚCIA VÂNIA (S/PARTIDO)				2. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
WELLINGTON FAGUNDES (PR)		X		1. DOUGLAS CINTRA (PTB)			
BLAIRO MAGGI (PR)		X		2. ELMANO FERRER (PTB)			

Quórum: 10

Votação: TOTAL 9 SIM 0 NÃO 9 ABS 0

* Presidente não votou



Senadora ANA AMÉLIA
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13, EM 06/08/2015

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)



SENADO FEDERAL
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Of. nº 291/2015-SACRA

Brasília, 6 de agosto de 2015.

Exmo. Sr.
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Assunto: comunica a rejeição de proposição em decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Conforme o disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou o Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2014, que *Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1996, para exigir que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA avalie anualmente a presença e a toxicidade de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil*, de autoria do Senador Alfredo Nascimento.

Atenciosamente,

Senadora ANA AMÉLIA
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

ABERTURA DE PRAZOS

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2014**, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno (**Ofício nº 291, de 2015**, da CRA).

É o seguinte o Ofício:



SENADO FEDERAL

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Of. nº 291/2015-SACRA

Brasília, 6 de agosto de 2015.

Exmo. Sr.
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Assunto: comunica a rejeição de proposição em decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Conforme o disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou o Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2014, que *Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1996, para exigir que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA avalie anualmente a presença e a toxicidade de agrotóxicos nos alimentos consumidos no Brasil*, de autoria do Senador Alfredo Nascimento.

Atenciosamente,

Senadora ANA AMÉLIA
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Abertura do prazo até o encerramento da discussão, em turno suplementar, perante a CRA, para oferecimento de emendas ao Substitutivo do **Projeto de Lei do Senado nº 540, de 2011 (Ofício nº 292, de 2015, da CRA)**.

É o seguinte o Ofício



SENADO FEDERAL

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Of. nº 292/2015-SACRA

Brasília, 6 de agosto de 2015.

Exmo. Sr.
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Assunto: comunica a aprovação de substitutivo a projeto de lei em decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Conforme o disposto no artigo 91, § 2º, bem como no artigo 282, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou a Emenda nº 3-CRA (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 540, de 2011, que *Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, para estabelecer a vedação de concessão de subvenções econômicas aos produtores rurais autuados por promover o trabalho escravo em sua propriedade rural*, de autoria do Senador Eduardo Amorim, e, ainda, que o Substitutivo será submetido a turno suplementar.

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita de Senadora Ana Amélia, com uma traçada longa e decorativa.

Senadora ANA AMÉLIA
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

PROJETO DE RESOLUÇÃO**SENADO FEDERAL****PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 36, DE 2015**

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Georgia.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É instituído, como serviço de cooperação parlamentar, o Grupo Parlamentar Brasil-Geórgia, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

Art. 2º O Grupo será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem.

Art. 3º A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I – visitas parlamentares;

II – realização de congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III – permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV – intercâmbio de experiências parlamentares;

V - incentivar o aprofundamento das relações comerciais entre os dois países;



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

VI – outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo.

Parágrafo único. O Grupo poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica com entidades nacionais e estrangeiras.

Art. 4º O Grupo reger-se-á pelo seu regulamento interno ou, na falta deste, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Parágrafo único. Em caso de lacuna desta Resolução ou do regulamento interno do Grupo, aplicar-se-ão subsidiariamente as disposições do Regimento Comum do Congresso Nacional, do Regimento Interno do Senado Federal e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, nessa ordem.

Art. 5º As atas das reuniões e os demais atos relativos às atividades do Grupo deverão ser publicados no Diário do Congresso Nacional.

Art. 6º A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados serão comunicadas de todas as reuniões, atas e atividades do Grupo, as quais serão os pontos focais das suas atividades.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de resolução do Senado visa à criação do Grupo Parlamentar Brasil-Geórgia, em





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

reciprocidade à abertura, no Parlamento Georgiano, de grupo de amizade com o Brasil no qual constam cerca de 20 (vinte) membros. Seguindo iniciativas já levadas a cabo nesta Casa em relação a outras nações, a instituição de grupo parlamentar, tem como finalidade viabilizar, de modo mais concreto, a aproximação política entre ambos os países.

No início da década de 1990, o Brasil reconheceu a independência da Geórgia. Cerca de dez anos depois, houve a abertura recíproca de embaixadas, a qual foi seguida de visitas de autoridades e a assinatura dos primeiros acordos para o estímulo das relações turísticas e comerciais mútuas. Há dois anos, ocorreu a primeira missão comercial brasileira à capital georgiana.

As relações bilaterais são, dessarte, nascentes e requerem detida atenção dos parlamentos nacionais como forma de qualificação democrática.

Desse modo, peço o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto de resolução do Senado.

Sala das Sessões,

Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**

(Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e Diretora)

PROJETOS DE LEI DO SENADO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 518, DE 2015**

Define o crime de veiculação de informações que induzam ou incitem a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, na rede Internet, ou em outras redes destinadas ao acesso público.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Esta lei define o crime de veiculação, em rede de computadores, de informações ou mensagens que induzam ou incitem a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, e modifica a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que “define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor”, estabelecendo as penalidades correspondentes.

Art. 2º. A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 20-A Tornar disponível na rede Internet, ou em qualquer rede de computadores destinada ao acesso público, informações ou mensagens que induzam ou incitem a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Pena: reclusão de um a três anos e multa.

Parágrafo único. O juiz poderá determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito judicial, sob pena de desobediência, a interdição das respectivas mensagens ou páginas de informação em rede de computador.”.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Diversas páginas da Internet, a rede mundial de computadores, vêm apresentando informações de caráter racista. Não se trata meramente de opiniões desagradáveis acerca deste ou daquele grupo racial. Tais “sites” vão além, sugerindo ações hediondas e descrevendo em detalhes os meios para viabilizá-las. Em alguns países, tal movimento vem tomando dimensões alarmantes, com a divulgação de idéias anti-semitas, racistas ou nazistas, associadas a práticas de conflito social e a instruções para uso de armamentos e elaboração de explosivos.

No Brasil, tais ações começam a tornar-se comuns. Páginas com mensagens racistas em português já são veiculadas há algum tempo em “sites” situados no exterior. No entanto, provedores brasileiros começam a hospedar páginas e mensagens racistas. Por exemplo, um usuário do “site” da Universidade Federal de Juiz de Fora já enviou à Internet mensagens contrárias a homossexuais e negros.

Propor um projeto de lei que regule e reprima tais abusos é tarefa inglória. Tradicionalmente a comunidade de Internet mostra-se insensível a argumentos que sugiram qualquer limitação à divulgação de idéias, imagens ou mensagens, em defesa de um direito absoluto à livre expressão. O Congresso dos Estados Unidos aprovou, no bojo do *Telecommunications Act* de 1996, dispositivos de repressão à pornografia na Internet que foram, posteriormente, revistos pela Suprema Corte, graças a um movimento de resistência promovido, entre outros, por entidades representativas de provedores e usuários de rede.

A discussão, porém, tem que ser enfrentada. A Internet deixou de ser uma rede exclusiva do meio acadêmico, na qual a liberdade absoluta e ilimitada na expressão das idéias era corolário dos fins que a rede pretendia alcançar. À Internet “original” ligavam-se apenas pessoas do meio acadêmico, supostamente adultas e de elevada qualificação. Naquela rede era permissível que qualquer coisa pudesse transitar, pois uma parcela pequena da população, com interesses específicos, teria acesso à mesma. Nesse contexto, a pornografia, a pedofilia, a divulgação do nazismo, o racismo ou o anti-semitismo eram fenômenos isolados e pouco relevantes. Não eram, porém, tolerados: aqueles que abertamente os exercessem eram, com frequência, convidados a afastar-se da rede e, eventualmente, do meio acadêmico.

Hoje, a Internet transformou-se: caminha para tornar-se um mercado. Um mercado distribuído, internacional e vigoroso. Um mercado aberto a homens, mulheres e crianças. Divulgar sexo na Internet deixou de ser brincadeira de estudantes e passou a ser um negócio em grande escala. A

troca de fotos de nus de má qualidade deu lugar ao voyeurismo e à prostituição organizada, profissionalizada e livre de controles, que emprega, ou usa, milhares de adultos e de crianças. Divulgar mensagens anti-semitas deixou de ser farra de faculdade e passou a ser proselitismo político em grande escala. Fomentar o racismo não é mais a divulgação de uma opinião pessoal e particular: a Internet é um megafone que transforma tal atitude em relevante fato político e social.

Punir o crime de racismo na Internet torna-se necessário pelas mesmas razões pelas quais deve ser punido o racismo de quem obriga um negro a usar a porta de serviço, de quem coloca uma bomba numa sinagoga ou de quem nega emprego a outrem em função de sua etnia, credo ou origem: é um dano ao indivíduo, é um situação humilhante e é um dano à sociedade democrática, que se fundamenta na noção de igualdade de direito, deveres e oportunidades para todos.

Tais razões levam-me a apresentar esta proposição, que estabelece o crime de divulgação de mensagens que induzam ou incitem a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Ciente da complexidade e da novidade do temo, mas igualmente convencido da relevância desta proposta, peço aos ilustres colegas parlamentares o apoio necessário à sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **PAULO PAIM**

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 519, DE 2015

Altera a redação do art. 12 da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, que dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.715, de 25 de novembro de 1998, 11.828, de 20 de novembro de 2008, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.222, de 9 de maio de 2001, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.110, de 25 de abril de 2005, 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 9.514, de 20 de novembro de 1997; e revoga dispositivo da Lei nº 12.703, de 7 de agosto de 2012, para ampliar o prazo dos débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP passíveis de parcelamento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. Os débitos com a Fazenda Nacional de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos

Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas, relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, instituído pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, vencidos até 30 de junho de 2015, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa da União, ainda que em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado, serão consolidados e pagos em 240 (duzentas e quarenta) parcelas a serem retidas no Fundo de Participação dos Estados - FPE e Fundo de Participação dos Municípios - FPM e repassadas à União

§ 1º Os débitos cujos fatos geradores ocorrerem até 30 de junho de 2015, que forem apurados posteriormente, poderão ser incorporados ao parcelamento de que trata o caput, mediante aumento do número de parcelas, não implicando no aumento do valor das prestações.

§ 2º

§ 3º Os pedidos de parcelamento de que trata o caput deste artigo, bem como os de inclusão de novos débitos ao parcelamento vigente, nos termos desta Lei, deverão ser formalizados até o último dia útil do terceiro mês subsequente ao da publicação desta Lei, na unidade da Receita Federal do Brasil da circunscrição do requerente, sendo vedada, a partir da adesão, qualquer retenção referente a débitos de parcelamentos anteriores incluídos no parcelamento de que trata esta Lei.

§ 4º

§ 5º A inclusão de novos débitos a parcelamento já vigente ensejará o recálculo das prestações mensais pelo número de

parcelas restantes do parcelamento anterior, conforme prazo descrito no *caput*.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo primordial deste Projeto de Lei é tão somente, ampliar o prazo dos débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, de responsabilidade de estados e municípios, passíveis de parcelamento, mantidas as mesmas condições já previstas na Lei da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013.

Como é de conhecimento geral, as finanças dos estados e municípios estão entre as principais vítimas da crise econômica que o Brasil vem enfrentando nos últimos anos, e a União pouco tem feito para mitigar seus efeitos financeiros.

Enquanto as receitas próprias de estados e municípios dificilmente se mantinham nos níveis anteriores, a União promovia uma política de desonerações fiscais, reduzindo o valor do repasse do FPE e FPM. Muitos outros exemplos nesse sentido podem ser facilmente apresentados, basta lembrarmos a dificuldade que tem sido a discussão da troca dos indexadores das dívidas dos Estados e Municípios junto à União, quando mesmo diante de uma Lei Complementar, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República, buscam-se instrumentos burocráticos para postergar a troca dos indexadores.

Observamos a mesma prática no trato dos mais diversos entendimentos sobre repasses e obrigações financeiras entre a União e estados e municípios. Se o beneficiário é a União, sempre prevalece o

entendido que lhe é favorável. *In contrario sensu*, o entendimento que prevalece sempre é o que prejudica as finanças dos entes subnacionais.

De fato, no presente momento, há uma discordância se as transferências recebidas da União, oriundas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), devem ou não integrar a base de cálculo do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Todavia observamos também que, nessas situações, tem prevalecido o entendimento favorável à União, com a aplicação de autos de infração contra as combalidas finanças estaduais e municipais, acompanhados, sempre, da cobrança de multas e juros, debilitando ainda mais o quadro de penúria geral.

Não pretendemos, com o presente projeto de lei, entrar na discussão do mérito da interpretação que deva prevalecer. Entretanto, não é justo penalizar excessivamente os entes subnacionais. Para tanto, entendemos ser factível e oportuno que os valores em discussão sejam passíveis de parcelamento nas condições já previstas na legislação pertinente. Assim, entendemos que não estaríamos sendo excessivamente severos em penalizar ainda mais as debilitadas finanças dos estados e municípios.

Pelas essas razões, esperamos contar com o apoio dos nobres membros do parlamento nacional, no sentido de aprovarmos o presente projeto, permitindo o parcelamento desses valores, nas mesmas condições já previstas na legislação.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 520, DE 2015

Proíbe a publicação em jornais de anúncio de emprego, sem a devida identificação da empresa contratante.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Ficam obrigado as empresas informar em anúncios classificados oferecendo empregos, além do número de vagas e cargo oferecido, os seguintes dados:

- I – razão social ou nome fantasia da empresa;
- II – endereço da empresa;
- III – atividade da empresa; e
- IV – responsável pelo anúncio.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A publicação de anúncios classificados em jornais de grande circulação é feita, na maioria das vezes, sem informar o nome da empresa contratante.

Em muitos casos, apenas o número da caixa postal é indicado, eliminando qualquer possibilidade de identificação da origem dos empregos oferecidos.

Se, por um lado, este procedimento protege a empresa de eventuais problemas provocados pelo assédio de grande número de interessados, por outro lado, esconde muitas vezes negócios escusos. Nessa hipótese, aqueles que enviam documentação para se candidatar ao emprego ficam à mercê de pessoas inescrupulosas que podem, inclusive, utilizar informações de cunho pessoal para outros propósitos sem sua devida anuência.

Assim sendo, procuramos com a proposta ora apresentada tornar mais transparente a relação entre empresas contratantes e candidatos a determinado posto de trabalho.

Sala das Sessões,

Senador **PAULO PAIM**

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 521, DE 2015

Dá nova redação o caput do art. 40 e seu inciso I e caput do art. 94 da Lei n.º 10.741, de 01 de outubro de 2003.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. O caput do Artigo 40 e o caput do Artigo 94 da Lei n.º 10.741 de 01 de outubro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.40. No sistema de transporte coletivo intermunicipais e interestadual, observar-se-á nos termos da legislação específica:

Art. 94. Aos crimes previstos nesta Lei, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 2 (dois) anos, aplica-se o procedimento previsto na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e, subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal.”
(NR)

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Ao ingressar na chamada terceira idade, o indivíduo se depara com um conjunto de novas circunstâncias as quais têm que se adaptar.

Em termos físicos, o organismo geralmente começa a sinalizar com limitações no desempenho motor, associadas a debilidades orgânicas, criando quadros de doenças crônicas, que demandam cuidados regulares.

No aspecto social, ocorrem mudança substantivas com a chegada da aposentadoria, quando configuram perdas definitivas, entre as

quais a do grupo de trabalho, a das relações cotidianas referente ao emprego e a da valoração como indivíduo economicamente ativo, que contribui para a sociedade. Daí a necessidade de reintegração em outros grupos, mediante a prática de novas atividades e atos protecionistas.

Os aspectos abordados atingem emocionalmente a pessoa idosa, de forma mais ampla, conforme à classe de renda a que pertença. Quanto menos favorecida as dificuldades de acesso aos bens e serviços ofertados são maiores bem como o respeito são menores.

A inserção do idoso na sociedade não se limita somente ao direito à saúde. Cultura, educação e lazer são outros benefícios que valorizam o ser humano, principalmente o idoso, na etapa de descanso merecido após anos ininterruptos de trabalho.

A demanda por serviço ou a garantia de participação em atividade distintas na necessidade de deslocamentos mediante transporte, o que determina custos.

Por sua vez, esses custos são tanto mais significativos, quanto menos favorecida a pessoa. Assim, dispêndios com remédios, deslocamentos para tratamentos de saúde e acompanhantes são relevantes para o orçamento do idoso, principalmente, quando se vêem forçados a sair de seus estados para buscar ajuda em centros especializados de saúde. Viagens para rever parentes ou voltar à terra natal são proibitivas, para proventos limitados.

Por outro lado, tendo em vista a garantia dos deslocamentos cotidianos dos idosos, o legislador constituinte e infraconstituente criaram dispositivos prevendo a gratuidade no transporte urbano e limite para de gratuidade no transporte coletivo interestadual para os maiores de sessenta e cinco anos, gerando efetivo adicional de renda para os mesmos.

Na esteira do benefício constitucional e infraconstitucional, o presente projeto de lei pretende prover a gratuidade para, no mínimo, duas vagas as pessoas com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, no transporte coletivo intermunicipais.

Desse modo, garantem-se ao idoso o direito de ir e vir, acesso a saúde em cidades mais desenvolvidas e o lazer merecido pelo trabalho de toda uma vida em prol da sociedade.

Também nesta mesma linha de raciocínio, onde buscamos mudar o sentimento social criando nova visão culturais à pessoa do

idoso ou reeducando a sociedade para melhorar sua relação de afeto e proteção ao idoso readequamos a previsão do art. 94 quanto ao alcance da pena máxima em que deva aplicar os procedimentos da Lei 9.099/95.

Principalmente em face de que o indivíduo que pratica um ato delituoso tipificado como crime apenado com pena de quatro anos estaria, necessariamente incluso nas penalidades previstas no Código Penal com procedimentos adotados no Código de Processo Penal.

Tal alteração visa atender às reivindicações das entidades que lidam com o idoso que temem pelo abrandamento excessivo às crimes praticados contra estes.

Como dito, dentre as tantas manifestações quanto a diminuição, para 02 anos das penas privativas de liberdade para aplicabilidade dos procedimentos previsto na Lei 9.099/95, acolhemos a manifestação do Sr. RODRIGO LORENZINI ZUCCO – Delegado da Delegacia Estadual do Idoso/RS que, com muita propriedade expôs sua opinião.

Assim, as alterações providas neste projeto de lei é de alcance social irrefutável, constituindo-se em melhor instrumentação para a assistência e proteção à pessoa do Idoso, motivo pelo qual contamos com o apoio dos colegas Parlamentares para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **PAULO PAIM**

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

COMUNICAÇÃO

Memorando nº 22, de 2015, do Senador Davi Alcolumbre, referente ao **Requerimento nº 888, de 2015**, por meio do qual comunica impossibilidade de comparecer às Reuniões Preparatórias do PARLASUL, que ocorrerão no dia 17 de agosto do corrente ano, em Montevidéu, Uruguai.

O Requerimento vai ao Arquivo.

É o seguinte o Memorando:



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador **DAVI ALOLUMBRE**

MEMO/022/GAB-DA/2015

ROS
888-2015

Brasília, 03 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Por motivo de força maior, infelizmente não poderei comparecer à posse do PARLASUL que ocorrerá em 17 do corrente, não havendo necessidade assim de emissão de passagens e diárias para o evento.

Respeitosamente,

Davi Alcolumbre
Senador da República



AVISO DE MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA:

Aviso nº 157, de 3 de agosto de 2015, do Ministro de Estado de Minas e Energia, em resposta ao **Requerimento nº 376, de 2015**, de informações, de autoria do Senador João Capiberibe.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Senador requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

AVISO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– **Nº 532/2015**, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.871/2015, proferido nos autos do TC 005.928/2014-1, bem como do Relatório e do voto que o fundamentam, em resposta ao **Requerimento nº 954, de 2012**, do Senador Alvaro Dias.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo

REQUERIMENTOS**REQUERIMENTO Nº 898, DE 2015**

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos pelos 27 anos da União Brasileira de Mulheres – UBM, entidade nacional, sem fins lucrativos, que luta pelos direitos e emancipação das mulheres. Requeiro, ainda, seja encaminhado o referido voto a Presidenta da entidade, Lúcia Rincon, no endereço localizado na Rua Barão de Itapetininga, 255 - 9º andar - sala 908, CEP 01042-001 - São Paulo-SP.

JUSTIFICAÇÃO

Há 27 anos, em pleno processo de redemocratização, centenas de aguerridas brasileiras reuniram-se na cidade de Salvador com um objetivo em comum, constituir a unidade na luta em defesa das mulheres, combater a opressão de gênero e protagonizar as lutas pela democracia, pela soberania nacional, pelos direitos sociais e por uma nova sociedade livre de toda forma de exploração. Nascia naquele 06 de agosto a União Brasileira de Mulheres.

Mulheres do campo e da cidade, trabalhadoras, estudantes, donas de casa, mães; mulheres de todas as cores, todas as crenças, de cada canto do Brasil – esse é o retrato da UBM, que embora ainda jovem como a democracia brasileira, exerceu e exerce papel de destaque frente às conquistas das quase três últimas décadas.

As mulheres da UBM, por se recusarem à inércia, foram muito além da expectativa estereotipada pela sociedade machista e seguirão adiante, pela consolidação das conquistas históricas nas áreas de saúde, trabalho, educação, esportes, direitos humanos e por tantos avanços que ainda se fazem necessários.

Traduzo a irreversível ousadia das mulheres da UBM, ao citar Loreta Valadares - uma das combativas fundadoras da entidade.

*Quando eu me for
(se eu me for)
Vão até onde eu não fui
Caminhos do ilimitado
A face inédita do futuro
Sem fronteiras
Sem inimigo*

*Encontrem
os meios
da liberdade
e vão
tão longe
quanto possam
Limiares de um outro mundo
Sem oprimidos
Sem classes.*

*E quando
as novas veredas
do socialismo
forem percorridas
lembrem-se de que
fui
até o impossível freio
(Só que faltou o tempo).*

Parabenizo, portanto, a União Brasileira de Mulheres por completar mais um ano de lutas e também pelo início de mais um ciclo assertivo e promissor pelo empoderamento da mulher e a consequente emancipação de toda a sociedade. Vida longa!

Sala das Sessões, em de agosto de 2015.

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/Amazonas

(Encaminhe-se)

REQUERIMENTO Nº 899, DE 2015

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos para os irmãos Samir Galvão e Micael Galvão, vencedores das medalhas de ouro e prata, respectivamente, no “American National Jiu-Jitsu Championship” bem como seja encaminhado o referido voto ao endereço localizado na Av. Rio Jutai, 333 - Nossa Sra. das Graças, Manaus – AM 69053-020.

JUSTIFICAÇÃO

Os irmãos Samir e Micael Galvão, fazem parte da nova geração de jiu-jitsu no Amazonas. Os irmãos voltaram para Manaus consagrados com ouro e prata obtidos, respectivamente, após disputa, no “American National Jiu-Jitsu Championship”, em Las Vegas, nos Estados Unidos. Foi a primeira experiência internacional da dupla manauara, que com os resultados obtidos espera-se que seja o primeiro de muitos outros campeonatos internacionais em que esta dupla seja laureada com títulos e conquistas.

Samir e Micael são atletas de um importante projeto social que agora já começa a colher os frutos de seu árduo trabalho e esforço em prol da sociedade amazonense, chamado Nandinho/Cícero Costha/Polícia Civil.

Samir foi campeã da faixa verde meio-pesado, enquanto Micael foi faixa laranja pesado. No entanto, para que essa dupla continue a brilhar no esporte, a família é vigilante na disciplina e cobra um bom desempenho escolar.

Ambos estudam no Colégio Militar da PM, em Petrópolis, zona sul de Manaus. Samir cursa o 1º ano do ensino Médio, enquanto Micael é aluno do 6º ano. Além do jiu-jitsu que treinam no projeto Nandinho, na Cidade Nova, eles também praticam judô na Fort judô Clube, no Vialves.

Em virtude da participação de ambos na referida competição e a conquista das honrosas medalhas e resultados individuais, o que com certeza, incentivará outros jovens a mergulharem nas artes marciais, em especial no jiu-jitsu, esporte do qual Manaus tem revelado inúmeros talentos, sendo considerado um dos principais polos mundiais de novos talentos, como os desses jovens e vitoriosos competidores, é que parabenizo por meio deste Voto de Congratulações e Aplauso, os irmãos Samir Galvão e Micael Galvão. Parabéns!

Sala das Sessões, em de julho de 2015.

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/Amazonas

(Encaminhe-se)

REQUERIMENTO Nº 900, DE 2015

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos à iniciativa do Tribunal de Justiça do Amazonas que iniciou a segunda edição do “Mutirão Maria da Penha”, bem como seja encaminhado o referido voto a Desembargadora Maria das Graças Pessoa Figueiredo. Avenida André Araújo S/N – Aleixo, CEP 69060-000, Manaus, AM.

JUSTIFICAÇÃO

O Mutirão Maria da Penha reforça as campanhas “Paz: nossa justa causa”, lançada pelo Conselho Nacional de Justiça e “Pela Paz em Casa” de iniciativa do Superior Tribunal Federal.

A campanha, “Paz: Nossa Justa Causa” é considerada a resposta do Judiciário ao aumento da violência de gênero. Pesquisa “Mapa da Violência”, realizada pelo Ministério da Justiça em 2013, revelou que a taxa de homicídios de mulheres aumentou 17% entre 2001 a 2011, matando 48 mil brasileiras. A Região Nordeste é a mais violenta: para cada 100 mil mulheres jovens, em 2001, de 4,3 eram assassinadas; dez anos depois, esse número praticamente dobrou, chegando a 8,2 (2011).

Ainda segundo o “Mapa da Violência” do Ministério da Justiça, parceiros e ex-parceiros (43,3%), seguidos de cônjuge (relação oficial de casamento), com 27,6%, e amigo/conhecido, com 15,6%, lideram o ranking entre maiores agressores das mulheres.

A campanha “Pela Paz em Casa” tem o objetivo de integrar varas criminais, juizados especializados e Tribunais do Júri em um esforço conjunto para julgamento de casos de violência doméstica, principalmente os que envolvem homicídio.

Os juízes titulares ou substitutos das varas criminais, juizados especializados e Tribunais do Júri são orientados a dar total prioridade ao julgamento das causas que envolvam violência doméstica.

São previstas a antecipação de audiências e realização de júris, além de ações em cada comarca buscando dar celeridade ao julgamento dos processos e a conscientizar cidadãos a fim de promover a paz doméstica.

De acordo com a presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas, Maria das Graças Figueiredo, a semana do mutirão visa garantir ações voltadas ao fim da violência contra as mulheres. A perspectiva é que sejam realizadas de 20 a 23 audiências e julgamentos por dia cujas vítimas são mulheres.

Parabéns à iniciativa do Tribunal de Justiça do estado do Amazonas por possibilitar ações jurídicas que colaboram com o fim da violência contra as mulheres.

Sala das Sessões, em de agosto de 2015.

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

PCdoB/Amazonas

REQUERIMENTO Nº 901, DE 2015

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos para o Sr. Roland Vetter, pesquisador do INPA, inventor do produto denominado Água Box, purificador que utiliza raios solares para transformar água poluída em potável, tecnologia esta que será exportada para diversos países na África e em outros continentes, bem como seja encaminhado o referido voto, ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, no endereço localizado na Av. André Araújo, 2.936 - Petrópolis - CEP 69067-375 – Manaus, AM

JUSTIFICAÇÃO

Neste mês de julho, a Organização Não-Governamental (ONG), reViva instalará em Nampula, Moçambique, o Água Box, um purificador que transforma água poluída em potável utilizando a energia solar. O projeto foi desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, e ainda este mês deve ser instalado em uma aldeia *Yanomami*, em Santa Isabel do Rio Negro, no interior do Amazonas.

No continente africano, serão instalados dois sistemas de purificação em comunidades onde a propensão de morte por meio da ingestão de água contaminante é enorme.

O Água Box, que foi desenvolvido pelo pesquisador do INPA, Roland Vetter, utiliza raios solares para purificar a água poluída e torná-la apropriada para o consumo.

O Água Box foi apresentado durante a 67ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o protótipo pesa 13Kg, já com a placa solar e com a bateria. O sistema é capaz de purificar 400 litros por hora, ou seja, mil litros de água limpa por dia para toda a comunidade. A previsão é que, ainda esse semestre, o purificador seja instalado em uma aldeia *Yanomami*, em Santa Isabel do Rio Negro.

Sendo assim, por esse importante engenho, que não somente congrega a sua importante função em proporcionar acesso à água potável àqueles que jamais a tiveram, mas também se mostrou uma invenção de baixo custo e baixo impacto ambiental, razões estas suficientes para demonstrar a importância e o alcance que uma ideia que depois de criada parece ser simples, mas que se mostrou genial e espetacular após a sua execução, é que parabenizo o criador e inventor, o Sr. Roland Vetter por meio deste Voto de Congratulações e Aplauso o que com certeza, ajudará aos povos onde quer que esse invento chegue, a ter uma qualidade de vida melhor e com mais felicidade.

Sala das Sessões, em de julho de 2015.

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

PCdoB/Amazonas

(Encaminhe-se)

REQUERIMENTO Nº 902, DE 2015

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos para o jovem Yuri Macedo, vencedor da medalha de ouro na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep), bem como seja encaminhado o referido voto ao endereço localizado na Rua Santa Helena, S/N, Parque São Pedro, Manaus – AM 69021-015.

JUSTIFICAÇÃO

As Olimpíadas de Matemática, nos moldes atuais, são disputadas desde 1894, quando foram organizadas competições na Hungria. Com o passar dos anos, competições similares foram se espalhando pelo leste europeu, culminando, em 1959, com a organização da 1ª Olimpíada Internacional de Matemática, na Romênia, com a participação de países daquela região.

Assim, a Sociedade Brasileira de Matemática (SBM) organizou em 1979 a 1ª Olimpíada Brasileira de Matemática (OBM). Ao longo destes anos, a OBM passou por diversas mudanças em seu formato, mantendo a ideia central que é a de estimular o estudo da Matemática pelos alunos, desenvolver e aperfeiçoar a capacitação dos professores, influenciar na melhoria do ensino, além de descobrir jovens talentos.

Esse ano, o aluno Yuri Macedo, que cursa a 8ª Série do Ensino Fundamental na Escola Estadual Militar Waldocke Fricke de Lyra (CMPM III), na zona centro-oeste de Manaus, conquistou medalha de ouro na 11ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, recebendo, inclusive, a menção honrosa pelo seu sucesso na competição e sua medalha em cerimônia que ocorreu no Teatro do Rio de Janeiro.

Em virtude da bela conquista individual deste jovem amazonense, láurea esta que certamente incentivará outros jovens a descobrirem que a matemática é disciplina de suma importância para a construção de uma sociedade e de uma nação, é que parabenizo por meio deste Voto de Congratulações e Aplauso, o aluno Yuri Macedo. Parabéns!

Sala das Sessões, em de julho de 2015.

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

PCdoB/Amazonas

(Encaminhe-se)

REQUERIMENTO Nº 903, DE 2015

Requeiro, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Washington Régis, ex-deputado estadual e ex-prefeito de Manacapuru (AM), bem como seja encaminhado o referido voto à viúva, Sra. Rita de Cássia Ferreira de Lucena no endereço, rua Brasil nº 92, CEP 69.053-480, Manaus-AM; à Prefeitura Municipal de Manacapuru, Rua Gaspar Fernandes nº 441, CEP 69.400-000; e à Câmara Municipal de Manacapuru, Av. Eduardo Ribeiro nº 1161, CEP 69.400-000.

Justificação

A trajetória política de Washington Régis iniciou em 1992, quando foi eleito vereador no município de Manaus. Em 1994, ele foi eleito para deputado estadual, tendo três mandatos consecutivos, chegando a ser governador em exercício nos anos 2000, em decorrência de estar ocupando o cargo de vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

Em 2004, se elegeu como prefeito de Manacapuru, onde sempre teve a sua maior base eleitoral. Em 2008 e 2012 foi reeleito para o comando do Município. Em novembro de 2013, Washington renunciou ao cargo para

cuidar de uma doença autoimune indefinida. A doença estava ainda sendo pesquisada, porém se sabia que a enfermidade afetava o desempenho dos músculos. Na manhã do dia 29, próximo passado, foi vítima de uma parada cardiorrespiratória, onde estava internado desde o dia 25 de fevereiro na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) da Samel Régis.

Desta forma, é com pesar, sentimento este que possa ser estendido não somente à família enlutada, mas também a todo cidadão manauara que o admirava, que oferecemos este Voto de Pesar como forma também de reconhecimento pelos serviços prestados ao Estado do Amazonas.

Sala das Sessões, em de agosto de 2015.

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/Amazonas

(Encaminhe-se)

REQUERIMENTO Nº 904 , DE 2015

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam prestadas pelo Exmo. Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia as informações, relativas a matérias veiculadas na imprensa, sobre o possível veto à participação do Consórcio Xingu, formado por Furnas e Eletronorte, no leilão para contratação do segundo sistema de transmissão da energia a ser gerada pela usina hidroelétrica de Belo Monte, no Estado do Pará, e outros assuntos correlatos.

1. Segundo a Revista Isto É, a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras) teria dado ordem ao Consórcio Xingu, formado por suas subsidiárias Furnas Centrais Elétricas e Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte), para que não desse lance no Leilão de Transmissão nº 7/2015, que licitou o segundo sistema de transmissão para escoamento da energia a ser gerada pela usina hidroelétrica de Belo Monte, no Pará. Qual a veracidade dessa informação? Por que o Consórcio, tendo sido previamente habilitado para participar do leilão, não deu lance?

2. Essa decisão do Consórcio Xingu tem relação com a Medida Provisória nº 579, de 2012? As empresas estatais do setor elétrico estão descapitalizadas? Qual o grau de endividamento da Eletrobras e de suas subsidiárias? Qual a perspectiva de participação de empresas estatais em certames futuros?



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

3. A State Grid Holding, vencedora do Leilão de Transmissão nº 7/2015, foi habilitada por força do item 10.8.5 do respectivo Edital, que condiciona a habilitação aos seguintes critérios: (i) não apresentar tempo médio de atraso de obras superior a 180 dias em relação às datas previstas nos contratos; e, (ii) não ter sofrido três ou mais penalidades com trânsito em julgado na esfera administrativa.

A concorrência é ótima para o consumidor, pois permite a redução de preços e o consequente aumento de renda para o consumidor. Por exemplo, a diferença entre o lance vencedor da State Grid (R\$ 988 milhões de Receita Anual Permitida - RAP) e o lance do outro consórcio (R\$ 1.049 milhões de RAP) foi de R\$ 61 milhões por ano. Trazendo essa diferença a valor presente num fluxo de 26 anos (descontado o período de 50 meses de construção) e a uma taxa de desconto de 5% (descontada a inflação), o consumidor se beneficiou com um pagamento a menor de cerca de R\$ 900 milhões pela prestação do serviço (em relação à RAP do segundo lugar) ao longo de todo o período da concessão.

Entretanto, a State Grid tem histórico de atraso em importante obra para o setor elétrico. Trata-se do sistema de transmissão associado à usina hidroelétrica de Teles Pires, que já deveria estar pronto desde janeiro deste ano, mas que, até o momento, não ficou pronto, havendo, portanto, atraso de mais de 180 dias. Por outro lado, a usina Teles Pires está operacional desde fevereiro deste ano, mas não pode escoar sua produção em decorrência desse inadmissível atraso.

O prejuízo vem sendo assumido pelo consumidor, através das distribuidoras que compraram energia da UHE Teles Pires, as quais estão substituindo a energia de origem



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

hidroelétrica por energia de caríssimas usinas termoelétricas. E a conta é salgada: segundo a imprensa, desde janeiro deste ano, o consumidor vem pagando a mais R\$ 183 milhões por mês, via bandeira tarifária, para comprar essa energia no mercado de curto prazo. Em apenas seis meses, o prejuízo acumulado já soma R\$ 1.280 milhões em desfavor do consumidor.

Entretanto, como mostrado acima, atrasos nessas obras de transmissão, ainda que inferiores a um ano, podem simplesmente pulverizar os ganhos promovidos pela competição ao longo de todo período da concessão. Outro exemplo foi o atraso de dois anos no sistema de transmissão para escoar energia de usinas eólicas no Nordeste, sistema de responsabilidade da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), atraso esse que causou um prejuízo de mais de R\$ 5 bilhões aos consumidores, segundo cálculos próprios.

Em face dessa constatação, indago ao MME: por que não endurecer os critérios de habilitação de empresas participantes nos leilões de transmissão, impedindo que empresas com atraso de obras participem de futuros leilões, ainda que isso implique redução da concorrência?

4. O problema de atraso do sistema de transmissão de corrente contínua associado ao Leilão nº 7/2015 já se desenha no horizonte. Trata-se de obra de grande complexidade técnica, o maior sistema de transmissão do País, e precisa estar pronta em janeiro de 2019, para ficar compatível com o cronograma da usina hidroelétrica de Belo Monte. Sobre o tema "atrasos na construção de linhas de transmissão", o Tribunal de Contas da União (TCU), em procedimento de auditoria operacional, constatou que entre 2005 e 2012 houve atraso em 73% dos empreendimentos outorgados de transmissão, sendo



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

que 44% das obras de linha de transmissão atrasaram em pelo menos um ano. Isso posto, questiono: o que o MME está fazendo para garantir que os contumazes atrasos de linhas de transmissão não voltem a se repetir com esse sistema? Que ações estão sendo feitas no sentido de que as licenças ambientais sejam tempestivamente liberadas? Na hipótese de atraso, o custo continuará a ser transferido para o consumidor?

JUSTIFICAÇÃO

Em 17 de julho deste ano, foi realizado o leilão para a contratação do segundo sistema de transmissão de energia a ser gerada pela usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. Apenas duas empresas participaram do certame: Abengoa Concessões Brasil Holding, que deu lance de R\$ 1,049 bilhão para a Receita Anual Permitida (RAP), e a State Grid Holding, que venceu o leilão com o lance de R\$ 988 milhões para a RAP. Inexplicavelmente, o Consórcio Xingu, formado pelas empresas Furnas e Eletronorte, não deram lance.

O que se espera de empresas estatais que participem de mercados concorrenciais é que sirvam de parâmetro para que as empresas privadas não extraiam rendas extras dos consumidores. A inexplicável ausência do Consórcio Xingu privou os consumidores do setor elétrico, por um prazo de trinta anos, de uma RAP menor, caso tivesse havido maior concorrência entre agentes.

Gostaríamos de saber, também, se a ausência de empresas estatais no presente certame tem relação com o profundo impacto que a Medida Provisória nº 579, de 2012, teve no caixa dessas empresas, e se há razões estruturais para a não participação em certames futuros.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

Finalmente, entendemos que os atrasos na construção de linhas de transmissão causam graves prejuízos ao consumidor de energia elétrica, ainda que por poucos meses. Queremos saber o que o Poder Executivo está fazendo para evitar que esses contumazes atrasos voltem a se repetir.

Sala das Sessões,

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

À Mesa, para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Há oradores inscritos.

Sem prejuízo dos Senadores inscritos, já que, pela ordem, eu usaria a palavra neste momento, eu passo a palavra à Senadora Ana Amélia, por permuta com o Senador Gladson Cameli.

Senadora Ana Amélia, com a palavra, pelo tempo de 20 minutos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Agradeço ao Senador Gladson Cameli, do Acre, meu correligionário, jovem Senador, que chegou a esta Casa nesta eleição de 2014.

Caro Senador Paulo Paim, nós estamos a cada dia nos surpreendendo com uma informação nova. Com o agravamento da crise, há a necessidade urgente de o Senado Federal, que é a Casa da República, participar, eu diria, com grande senso de responsabilidade desse momento extremamente complexo, difícil, desafiador, Senador Cristovam Buarque, para todos nós, mas sobretudo para aquela população que está pagando a conta, que é mais salgada para ela.

O trabalhador perde o emprego; o cidadão vai a um hospital e não consegue um leito, às vezes até na UTI; a mãe ou o pai não consegue vaga para seu filho, ou vai em busca de uma creche, mas tem que deixar de trabalhar porque não há creche.

Vimos, ontem, o que aconteceu com um programa tão importante, porque a primeira infância é fundamental para o desenvolvimento. Não vou nem me meter na sua seara, Senador Cristovam, porque, para falar disso, aqui temos um mestre. O que abordo é exatamente o seguinte: por que a situação das creches está assim? Quantas obras, quanto dinheiro jogado na lata do lixo por causa de obras de creches não executadas ou mal contratadas. Dinheiro jogado fora! Quando o dinheiro é pouco, temos que ter um cuidado muito maior com ele, e a gestão pública requer uma responsabilidade, eu diria, aguda, fundamental.

Nesse fim de semana, Senador, estive num Município pequeno do meu Estado, um Município que tem o simbólico nome de Ipê, que é a árvore símbolo do nosso País. Um Município pequeno, encravado na nossa serra gaúcha. Lá, o Prefeito Valerio Marcon inaugurava o trecho de asfalto de 1,5Km que ele fez com o pedaço de uma emenda parlamentar da Câmara, do Deputado Afonso Hamm, com 700 mil do orçamento próprio da prefeitura. Na inauguração daquela obra, muito importante para o distrito, um distrito de Segredo – praticamente um bairro de população rural, onde há agricultura familiar, pessoas que vivem ali no trânsito da estrada, passando de um Município para outro nesse distrito, que fica à beira da estrada, onde há gente que trabalha, gente que é empreendedora –, ele revelou que fazia 12 anos que, nas contas daquele Município pequeno, que o Senador Paulo Paim conhece, havia um desequilíbrio enorme. Quando ele chegou, arregaçou as mangas, chamou sua equipe e começou, com uma tesoura, a podar todas as despesas que eram desnecessárias e concentrou nas prioridades. Resultado: hoje – ele começou em 2012 –, a saúde financeira do Município está equilibrada, o que é raro, o que é muito raro, porque, no meio do caminho, o governo corta o dinheiro do FPM, quando desonera, do IPI; corta dinheiro daqui, dali, programas bons também são reduzidos por falta de recurso orçamentário, emendas são embargadas, contingenciadas, e, ainda assim, essa prefeitura dá um exemplo. Mas dá exemplo de gestão, e ele usou palavras como gestão e planejamento.

Quando vemos a crise, hoje, no Brasil, vemos que a responsabilidade do gestor ficou em segundo plano. Em primeiro plano, estavam outros objetivos que não eram os que interessam à população: melhor eficiência, maior comprometimento e estabelecimento de prioridades com planejamento estratégico para o que fazer, como fazer e como melhorar os serviços. É assim que fazemos na nossa casa, e é assim que uma empresa faz para ter êxito e resultados.

O que aconteceu no nosso País foi exatamente o contrário. É o que estamos vendo em relação ao BNDES. São R\$184 bilhões que o Governo vai ter que pagar do seu próprio bolso. Aliás, não é do seu próprio bolso, porque o Governo não existe. O Governo é a sociedade. Essa conta, esse rombo – que é a diferença entre o dinheiro que o BNDES pega do Tesouro e devolve ao Tesouro e o dinheiro que o Governo toma do mercado, com seus títulos públicos e a taxas muito maiores – dá uma diferença só de R\$184 bilhões. Só com isso, talvez, não seria necessário o ajuste fiscal, só com essa conta, ou um ajuste menor, menos salgado para os trabalhadores, menos salgado para os aposentados.

É claro que o País precisa caminhar no rumo da modernização, mas nós temos que ter responsabilidade, e, aqui, no Senado, caro colega Gladson Cameli, Senador Cristovam, Senador Paim, nós vamos agir. Eu tenho convicção, por conhecer esta Casa – estou aqui há quatro anos e meio –, que a maioria dos Senadores tem um compromisso não com o Governo, mas com o País, e é isso que deve prevalecer.

Antes disso, precisamos que o Governo tenha pelo menos a consciência das coisas que precisa fazer. Tantas vezes, desta tribuna, esse assunto foi alertado pelo Senador Pedro Simon; tantas vezes foram feitas referências pelo Senador Cristovam; tantas vezes aqui falavam sobre a redução dos gastos. Muitos ministérios, quase 40 ministérios!

Foi falado aqui pelo Senador Pedro Simon sobre a necessidade de um diálogo, mas um diálogo ativo, em que fosse possível conversar com aqueles Senadores como nós, Senadores independentes. Estamos dispostos, sim, mas temos que escutar, talvez, algumas coisas que não sejam muito agradáveis, Senador. Se não houver esse ambiente... Claro que de nossa parte não faltará disposição e responsabilidade para ajudar.

Vamos ter agora, nesta semana, possivelmente, ou na outra, o primeiro desafio. Na Comissão de Constituição e Justiça, haverá a sabatina com o Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot, que vem aí com o apoio da maioria expressiva dos membros do Ministério Público, que votaram nele.

Sinceramente, quero destacar e até elogiar a atitude da Presidente Dilma Rousseff por ter feito a indicação para a recondução do Procurador Rodrigo Janot, que está, junto com o juiz Sérgio Mouro e a Polícia Federal, trabalhando intensa e discretamente, com espírito republicano, com espírito de responsabilidade institucional, raramente visto em nosso País, nesse processo e nessa operação que está com tanta repercussão, dentro e fora do Brasil, a famosa Operação Lava Jato.

Nós vamos ser testados, o Senado, não só na sabatina, na CCJ, mas também aqui, na hora da votação. Desejo, sinceramente, que também, nesta Casa, nós tenhamos senso de responsabilidade diante desse desafio que nós vamos ter, em relação à recondução do Procurador-Geral da República, que está fazendo um trabalho exemplar.

Temos que aproveitar esse momento para discutir tudo o que o Ministério Público vem fazendo para dar transparência a esses processos de investigação.

Nós precisamos ter responsabilidade também sobre todos os projetos que foram votados na Câmara a toque de caixa, Senador, no final do primeiro semestre, que estão chegando agora ao Senado. São projetos que tratam desde a questão da maioridade penal até os ajustes nas contas públicas, entre outros. Os Senadores precisam ter essa responsabilidade.

Acredito, sinceramente, que o momento que o Brasil está vivendo e pelo qual está passando é um dos mais delicados da nossa história. Estamos aguardando também o relatório do Tribunal de Contas da União sobre as contas públicas e aguardando, claro, como eu me referi, a sabatina do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot.

Estamos falando também da liderança um Governo que foi eleito e que precisa dar respostas com muita transparência, com muita responsabilidade, com muita coragem, sobretudo nesse momento em que a própria Presidente se sente fragilizada, tantas são as pressões contra o Governo e tantas são as pressões de fora em relação à situação e à crise que estamos vivendo.

O Brasil é muito maior do que qualquer partido político, é muito maior do que qualquer ideologia política, é muito maior do que qualquer um que ocupe a Presidência da República. O Brasil é uma nação, e o Senado é uma parte importante desta nação. Não podemos frustrar a sociedade brasileira nesse momento.

Quanto à questão do ajuste fiscal, o Governo precisa ser transparente. Quando se pede um ajuste, é preciso responsabilidade no discurso para a sociedade perceber claramente aonde o Governo quer chegar, como quer chegar e aí fazer também aquilo que chamamos de disposição de cortar gastos, reduzir ministérios. Onde vai acontecer e quando vai acontecer? Os gastos dos cartões corporativos serão mais bem controlados? O que foi gasto? Como foi gasto? E nós temos que ter a responsabilidade de ajudar, mas também de exigir essa transparência.

O Governo pede apoio e união, mas também precisa partir dele, Governo, o protagonismo nessas duas ações. Tem que acabar com o discurso comparativo entre o presente e o passado de 12 anos, de 15 anos atrás, ou de acusar um outro governo que já passou. As pessoas vivem exatamente aguardando uma manifestação desse tipo.

Eu me referi, há pouco, àquele pequeno Município de Ipê, em que todos colaboraram, porque todos confiaram no líder, no sentido de que o ajuste seria, ao final, benéfico para todos.

É preciso exatamente esse grau de comprometimento e de confiança, para assegurar que a governança, a boa governança, a governança transparente e responsável chegue à sociedade.

No caso do ajuste fiscal, é preciso mais solidariedade com os Estados, que estão quebrados. O Estado do Rio Grande do Sul passa hoje por uma dificuldade seriíssima, por não conseguir pagar sequer os salários dos seus servidores.

É um caso que preocupa outros Estados que vivem a mesma circunstância de dificuldade financeira. É um caso que pode se transformar em uma realidade não só para o conjunto da Federação, mas para a própria União, que está vivendo um dilema semelhante ao do Rio Grande do Sul. Claro, não desejamos nunca que a União tenha que atrasar os salários, mas a situação é extremamente complexa.

A situação trágica das contas públicas do Rio Grande do Sul, Senador Paim – V. Ex^a já abordou isso aqui da tribuna –, pode se alastrar para o Brasil de amanhã se as instituições democráticas não atuarem de forma

muito responsável. Muitos Estados também estão dando sinal de crise, porque também parcelaram os salários dos seus servidores – como na Região Nordeste, em alguns casos. O Rio Grande do Sul pode ser o Brasil de amanhã e a Grécia de ontem. No nosso Estado, no entanto, não há uma União Europeia para nos salvar. Então, temos que ter responsabilidade para debatermos e encontrarmos nossos próprios caminhos e as soluções mais adequadas para enfrentar este momento tão difícil e tão desafiador.

O protagonismo não pode ser apenas de um partido. Em tempo de crise, como esta que estamos vivendo, o protagonismo não é só da Presidente, mas ela é a principal peça nesse processo. Quando se fala em protagonismo e união, é preciso buscar, realmente, ouvir, ouvir, ouvir, aceitar, contraditar e, aí, estabelecer o contraditório. Vamos construir a convergência que pode salvar o Brasil deste momento trágico – político e econômico – que estamos vivendo, para que enxerguemos enfim uma luz no fim do túnel, Senador Gladson.

Vamos respeitar o trabalho que o Judiciário vem fazendo e vamos dar autonomia para o Poder Judiciário. Vamos fazer a nossa parte aqui, como Legisladores, e vamos esperar que o Executivo exerça a liderança necessária, não em favor do partido do Governo, mas em favor de uma Nação, porque o povo brasileiro não suporta mais tantas dificuldades como as que estamos vivendo agora.

Tenho andado muito pelas cidades do interior do meu Estado. Eu queria dizer que o temor é geral. A insegurança existe e está entre todos nós – o produtor rural, o pequeno agricultor familiar, o microempresário, os cidadãos da cidade e do campo temem o desemprego. Essa preocupação passa por toda a sociedade, sobretudo pelas prefeituras municipais, que, da mesma forma, estão vivendo seriíssimos problemas financeiros.

O Governo tem, por isso, que ter responsabilidade fiscal; o Judiciário, responsabilidade jurídica; e nós, aqui no Legislativo, precisamos ter responsabilidade política e institucional na hora das decisões.

Não vamos, não vamos, Senador Cristovam – e eu sei que esse é o seu sentimento –, nós não vamos detonar uma pauta bomba aqui no Senado Federal, porque não estaríamos atuando contra o Governo, mas contra o País. Eu penso que essa é a nossa responsabilidade.

Muito obrigada, Senador Paulo Paim, muito obrigada, caros colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Ana Amélia.

Neste momento, para uma comunicação inadiável, o Senador Gladson Cameli. Na sequência, Senador Cristovam, é V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Está bem.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP - AC) – Eu poderia, Senador Paulo Paim, já que eu cheguei agora, abrir mão para S. Ex^a, o Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então eu chamo o Senador Cristovam como orador inscrito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito obrigado, vai ser bem rápido.

O PRESIDENTE (Paulo SR. Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Cristovam, como orador inscrito, em permuta com o Senador Gladson Cameli.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para uma comunicação? Tudo bem, para uma comunicação inadiável então.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Paim, o Senador Cristovam vai falar, só que estão na galeria assistindo a esta sessão a Jenifer Schmidt, o Sr. Wilian Schmidt, o Sr. Ivanor Schmidt, que são de Carazinho e vieram acompanhar aqui da galeria os trabalhos desta Casa – sejam muito bem-vindos aqui.

Eu os recebi lá no gabinete, Senador Paim, nós que representamos o nosso Estado. Essa cidade é uma cidade especial, porque lá nasceu o Brizola – Carazinho é significativa sob todos os aspectos, especialmente os históricos. E falo de Carazinho, Senador Cristovam, porque V. Ex^a é um dos grandes admiradores deste grande gaúcho.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sejam bem-vindos.

Com a palavra o Senador Cristovam para uma comunicação inadiável.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, estes dias, estes meses, são tempos de falarmos, Senador Gladson, da crise política que o Brasil atravessa, da necessidade de encontrarmos um denominador comum que nos unifique naquilo que nós temos em comum, como a democracia e a garantia das instituições, como não parar as conquistas sociais, como levar adiante a luta contra a corrupção – os pontos que nos unem independentemente dos partidos.

Sei que é tempo também de se falar da crise econômica. Como atravessar, pela ponte do ajuste, os problemas que vêm do pântano do desajuste – como a Senadora Ana Amélia, inclusive, falou – que foi criado antes?

Eu sei que é tempo de falar de crise, e falar de outra coisa parece tergiversar, mas não posso deixar de falar aqui – e fico contente que esteja na Presidência o Presidente quase que permanente da Comissão Direitos Humanos, Paulo Paim –, não posso deixar de me manifestar contra o que aconteceu com quatro haitianos na cidade de São Paulo.

Senadora Ana Amélia, no nosso País quatro haitianos pobres, fugindo de terremotos, de pobreza, buscando sobrevivência no nosso solo, foram alvejados por tiros e ouviram pessoas, aos gritos, dizerem: “Vocês estão aqui roubando nosso emprego!”. Não é possível que um fato como esse passe em branco neste País.

Nós, por 355 anos, portugueses e brasileiros, fomos à África, entrávamos nas aldeias, sequestrávamos os africanos e os colocávamos em navios negreiros para trazê-los para cá e escraviza-los. O mesmo fizemos com seus filhos, netos, bisnetos, com todos os seus descendentes. E o País nasceu sobre o sangue dos escravos que trazíamos, obrigados, para cá. Agora, africanos da África, como muitos do Senegal, ou africanos da América, como são os haitianos, vêm para cá buscando sair da fome. E nós queremos expulsá-los, assassiná-los com esses tiros que nós vimos ou, pelo menos, assustá-los para que eles fujam do Brasil! Isso é indigno, isso é absurdo, isso é desumano!

Aí, quando eu coloco esse assunto nos meus debates, vêm dizer que há um erro histórico, porque quem entrava na selva, segundo as pessoas dizem, não eram os portugueses, eram outros africanos que sequestravam africanos. Até é verdade em muitos casos, não em todos, mas quem manda sequestrar é tão sequestrador como quem sequestra. Ou a gente não vai culpar Hitler por tudo aquilo que ele fez apenas porque ele não estava presente no campo de concentração, ligando as câmaras de gás? Sequestrador é quem sequestra e quem manda sequestrar; escravocrata é quem trafica o escravo ou quem compra o escravo e o põe para trabalhar. Eram escravocratas todos eles. Não dá para a gente deixar passar isso assim sem um protesto muito grande, não podemos deixar de refletir cuidadosamente sobre o que está acontecendo no Brasil, sobre por que a gente tenta expulsar os poucos imigrantes que aqui vêm.

Além disso, temos que pensar sobre os nossos 3,5 milhões de brasileiros lá fora. A gente vai querer que os Estados Unidos expulsem mais de um milhão de brasileiros que estão lá trabalhando? Ou eles são diferentes dos haitianos que aqui chegaram? Qual é a diferença entre esses imigrantes e aqueles brasileiros que saíram do Brasil porque não conseguiam sobreviver bem aqui? E olhem que tinham muito melhores condições de sobrevivência aqui do que as que os haitianos e os senegaleses têm em seus países.

Nós precisamos cuidar disso, Senador Paim. Algo está errado com a consciência do brasileiro, que se dizia homem cordial, mulheres cordiais, quando estamos fazendo coisas desse tipo. E está se generalizando essa xenofobia contra estrangeiros pobres, porque, se forem ricos os que vierem para cá... Comemoramos os turistas que trazem dólares; os que trazem o sangue, querendo sobreviver, estamos querendo expulsar.

E eu sei que a maioria vai dizer que é hora de pensarmos em nós aqui, que é hora de pensarmos na crise que nós atravessamos e não no fato – como alguns dizem, esporádico – da perseguição a haitianos em São Paulo. Eu considero que a dimensão desse problema não tem as características da nossa crise, mas tem um sinal, uma marca extremamente nefasta diante do que o Brasil quer passar para o mundo. Queremos aparecer como um país perseguidor de imigrantes que aqui chegam querendo sair da miséria ou como um país que é capaz de abraçar essas pessoas como são abraçados em outros países os nossos emigrantes?

Eu não podia deixar de passar isso como uma comunicação inadiável, Senador Paim, mas quero passar a palavra, com muita satisfação, à Senadora Ana Amélia.

A Srª Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP – RS. Sem revisão da oradora.) – Senador, Cristovam, quero aplaudir a manifestação de V. Exª. E vou repetir a primeira palavra, e eu diria a mais forte e a mais emblemática do início dessa sua comunicação inadiável: intolerância. E esse sentimento, Senador, tem que ser banido não só do nosso dicionário, mas das nossas atitudes. No início deste mês, no Município de Charqueadas, um jovem adolescente foi morto na frente do pai por intolerância, apenas por intolerância; não foi para roubar, não foi violência, foi uma intolerância, e por motivo fútil, torpe até. Ele namorava uma menina de outro Município – veja só! –, tinha uma relação... Porque não aceitavam, vinda de um Município do lado, de Charqueadas... E essa intolerância se manifesta contra irmãos pobres, muito pobres, que, como disse V. Exª, saíram de um terremoto que destruiu seu país. Eles vêm em busca de situação mais digna para eles, para ajudar suas famílias. Encontrei em Canela um jovem sendo atendido num hospital. Estava sentado. Perguntei: “Você é de que cidade?” “Eu sou do Ceará.” “Do Ceará? Está visitando?” “Não, eu vim em busca de trabalho, Senadora. Faz dois meses que eu estou aqui.” Veio do Ceará! Imagine se nós não fôssemos aceitá-lo como um irmão, como um gaúcho, como uma pessoa que está precisando de apoio! Como lá o turismo continua em alta apesar da crise, ele foi para lá em busca de uma oportunidade. Então veja, Senador: precisamos banir a intolerância, não só a que se manifesta sob

a forma de um gesto condenável que fere os direitos humanos, como esse que aconteceu em São Paulo, mas nós temos que banir a intolerância também no campo político. Cumprimento o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito obrigado, Senadora.

Senador Presidente, Senadora Ana Amélia, quando eu vi a notícia, eu lembrei do nosso querido colega Suplicy, que é um dos líderes mundiais no que diz respeito à ideia de se acabar com as fronteiras entre os países, de permitir o fluxo de pessoas como hoje se permite o fluxo de mercadorias e de dinheiro. Imagino a tristeza que ele, Secretário em São Paulo, deve ter sentido ao ver que, na sua cidade, acontece fato – “fato” no singular; não quis botar no plural – como o que aconteceu essa semana.

Este é o registro que eu queria deixar aqui, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Oposição/PSDB - PR) – A Presidência comunica ao Plenário o recebimento, no dia 7 de agosto de 2015, das **Mensagens nºs 295, 299, 301, de 2015**, da Senhora Presidente da República, que encaminham ao Congresso Nacional as razões dos vetos a seguir, respectivamente:

Veto nº 31, de 2015, parcial, aposto ao **Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2015** (oriundo da Medida Provisória nº 671, de 2015), que dispõe sobre responsabilidade fiscal e financeira, e entidades desportivas profissionais de futebol dentre outros;

Veto nº 32, de 2015, total, aposto ao **Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2012** (nº 4.786, de 2012, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre concessão de anistia a servidores públicos; e

Veto nº 33, de 2015, parcial, aposto ao **Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2015-Complementar** (nº 37, de 2015-Complementar, na Casa de origem), que dispõe sobre Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (PPPs).

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Oposição/PSDB - PR) – O prazo previsto no §4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104-A do Regimento Comum do Congresso Nacional encerrar-se-á em 5 de setembro de 2015.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes os vetos:

VETO PARCIAL Nº 31, DE 2015

aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2015
(oriundo da Medida Provisória nº 671/2015)

Mensagem nº 295

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2015 (MP nº 671/15), que “Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol; institui parcelamentos especiais para recuperação de dívidas pela União, cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT; dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais; cria a Loteria Exclusiva - LOTEX; altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.671, de 15 de maio de 2003, 10.891, de 9 de julho de 2004, 11.345, de 14 de setembro de 2006, e 11.438, de 29 de dezembro de 2006, e os Decretos-Leis nºs 3.688, de 3 de outubro de 1941, e 204, de 27 de fevereiro de 1967; revoga a Medida Provisória nº 669, de 26 de fevereiro de 2015; cria programa de iniciação esportiva escolar; e dá outras providências”.

Os Ministérios da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Advocacia-Geral da União opinaram pelo veto aos dispositivos a seguir transcritos:

Alínea ‘b’ do inciso X do art. 4º

“b) de 3% (três por cento) da totalidade da arrecadação da modalidade de loteria por cotas fixas de que trata o § 3º do art. 30 desta Lei.”

Art. 30

“Art. 30. Fica o Poder Executivo federal autorizado a instituir modalidade de loteria por cota fixa sobre o resultado e eventos associados a competições esportivas de qualquer natureza vinculadas a entidades legalmente organizadas, desde que esteja disponível a tecnologia adequada.

§ 1º A modalidade de loteria por cota fixa de que trata o caput deste artigo será autorizada pelo Ministério da Fazenda e explorada diretamente pela Caixa Econômica Federal, pelas entidades de que trata o art. 7º da Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984, mediante autorização e por outras pessoas jurídicas, mediante concessão.

§ 2º Ficam isentos do Imposto sobre a Renda os prêmios aos apostadores da modalidade de loteria por cota fixa de que trata o caput deste artigo.

§ 3º Da totalidade da arrecadação da modalidade de loteria por cotas fixas de que trata o caput deste artigo, 70% (setenta por cento) serão destinados à premiação, 16% (dezesesseis por cento) para despesas de custeio e administração do serviço, 7% (sete por cento) para o Ministério do Esporte para serem aplicados em projetos de iniciação desportiva, 3% (três por cento) para as entidades de prática desportiva profissionais para aplicação nas atividades de que trata o inciso X do art. 4º desta Lei, 3% (três por cento) ao Fundo Penitenciário Nacional e 1% (um por cento) para o orçamento da Seguridade Social.

§ 4º A totalidade dos recursos auferidos pelas entidades turfísticas com a modalidade de loteria por cota fixa de que trata o caput, deduzidos os prêmios, encargos trabalhistas, previdenciários e as contribuições devidas à Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional - CCCCN, serão empregados para atender ao desenvolvimento do turfe e do cavalo de corrida em geral.”

Inciso VII do art. 6º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, inseridos pelo art. 38 do projeto de lei de conversão

“VII - 7% (sete por cento) do montante arrecadado por loteria por cota fixa sobre o resultado de atividades esportivas de qualquer natureza vinculadas a entidades legalmente organizadas, sujeita a autorização federal;”

Razões dos vetos

“A criação de loteria por cota fixa exigiria uma regulamentação mais abrangente, de modo a garantir maior segurança jurídica e econômica à modalidade, níveis adequados de controle de fraude e evasão de divisas. Além disso, a medida não prevê mecanismo para prevenção de eventual impacto social negativo.”

§§ 3º, 6º e 7º do art. 28

“§ 3º Sobre a premiação da Loteria Instantânea Exclusiva - LOTEX não haverá incidência do Imposto sobre a Renda.”

“§ 6º As entidades de prática desportiva profissionais, referidas no § 10 do art. 27 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, da modalidade futebol também poderão participar da Lotex na condição de agentes lotéricos, na forma autorizada pela Caixa Econômica Federal, assegurada a remuneração correspondente dessa atividade.

§ 7º Estende-se às entidades de prática desportiva não profissionais de quaisquer modalidades desportivas, inclusive clubes esportivos sociais, o disposto no § 6º deste artigo.”

Razões dos vetos

“A proposta de isenção de imposto sobre a renda implicaria renúncia de receita, sem a devida estimativa de impacto orçamentário-financeiro, nem medidas de compensação, contrariando os termos do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, contrariaria o princípio da capacidade contributiva. Por fim, a delegação dessa atividade apenas se justificaria se não ocorresse da forma restrita como proposta.”

Art. 29

“Art. 29. Fica o prêmio da Timemania, concurso de prognóstico específico sobre o resultado de sorteio de números e símbolos instituído pela Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, isento do Imposto sobre a Renda, destinando-se o percentual de 46% (quarenta e seis por cento) de sua arrecadação exclusivamente para a premiação.

§ 1º Fica a Caixa Econômica Federal autorizada a alterar a sistemática da Timemania de modo a viabilizar apostas combinadas nesse certame, inclusive com um sorteio especial anual, na forma que tecnicamente a Caixa Econômica Federal entender viável.

§ 2º O Poder Executivo fica autorizado a explorar a Timemania diretamente, por intermédio da Caixa Econômica Federal, ou indiretamente, mediante concessão.”

Razões do veto

“A isenção de imposto sobre a renda prevista na proposta implicaria renúncia de receita, sem a devida estimativa de impacto orçamentário-financeiro, nem medidas de compensação, contrariando os termos do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, contrariaria o princípio da capacidade contributiva. Por fim, o modelo de exploração da Timemania não é compatível com o regime de concessão proposto.”

Ouvidos, o Ministério da Fazenda manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

§§ 2º e 3º do art. 9º

“§ 2º O parcelamento de que trata esta Seção elide a penhora sobre direitos creditícios relativos ou decorrentes de cessão ou de venda de direitos econômicos sobre atleta, mantidos os respectivos depósitos em dinheiro efetivados até a data da publicação desta Lei, podendo a garantia ser restabelecida em caso de inadimplemento dos parcelamentos de que trata esta Lei.

§ 3º O disposto no § 2º deste artigo aplica-se também aos acordos judiciais firmados entre a União e a entidade desportiva profissional.”

Razões dos vetos

“Os dispositivos permitiriam a desconstituição de penhora já efetivada, o que é incompatível com a sistemática dos parcelamentos especiais, em que sempre é exigida a manutenção das garantias anteriormente prestadas. Esse mecanismo é, inclusive, previsto no § 1º o desse mesmo artigo.”

Art. 39

“Art. 39. O art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte alteração:

‘Art. 22.

§ 11. A contribuição empresarial destinada à Seguridade Social, em substituição à prevista nos incisos I e III do caput deste artigo, das entidades de prática desportiva não profissionais, nos termos dos arts. 26 e 27 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, corresponde a 5% (cinco por cento) de sua receita bruta, excetuando-se as receitas sociais destinadas ao seu custeio.

.....’ (NR)”

Razões do veto

“O benefício fiscal proposto implicaria renúncia de receita, sem a devida estimativa de impacto orçamentário-financeiro, nem medidas de compensação, contrariando os termos do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, não haveria elementos para definir o que seriam ‘receitas sociais destinadas ao seu custeio’, o que traria insegurança jurídica na aplicação da medida.”

§§ 6º a 8º do art. 10 da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, inseridos pelo art. 40 do projeto de lei de conversão

“§ 6º Excepcionalmente, em substituição à obrigação de apresentar um dos documentos de que tratam a alínea a do inciso II do § 1º e o § 5º deste artigo, a comprovação da regularidade fiscal de que trata a alínea a do inciso II do § 1º deste artigo poderá ser feita mediante a apresentação de prova do recolhimento dos demais tributos federais e das prestações mensais dos parcelamentos ativos, vencidos até a data da comprovação, caso:

I - existam créditos tributários inscritos em dívida ativa da União em relação aos quais foi proferida decisão administrativa definitiva;

II - ainda não tenha sido ajuizada a execução fiscal dos créditos referidos no inciso I deste parágrafo; e

III - os únicos créditos tributários a impedir a emissão de um dos documentos de que tratam a alínea a do inciso II do § 1º e o § 5º deste artigo sejam os referidos no inciso I deste parágrafo.

§ 7º A comprovação de regularidade fiscal de que trata o § 6º deste artigo somente será permitida até o encerramento do prazo previsto no art. 8º da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.

§ 8º Para fins do disposto no § 6º deste artigo, a Certidão Positiva de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CPD indicará as circunstâncias mencionadas nos incisos I a III do § 6º deste artigo.”

Razão dos vetos

“O dispositivo proposto contraria a sistemática do Código Tributário Nacional - CTN e poderia fragilizar, inclusive, a garantia de equilíbrio e igualdade de condições competitivas buscada pelos parágrafos anteriores do próprio artigo.”

§ 5º do art. 45

“§ 5º Poderão aderir aos parcelamentos a que se refere a Seção II do Capítulo I desta Lei as entidades de saúde sem fins lucrativos de habilitação e reabilitação física de pessoas com deficiência e as entidades sem fins lucrativos que atuem em prol das pessoas com deficiência, não se lhes aplicando o disposto no inciso III do parágrafo único do art. 3º e no art. 4º desta Lei.”

Razões do veto

“O dispositivo permitiria que entidades aderissem ao parcelamento proposto sem que fossem exigidas contrapartidas necessárias de aperfeiçoamento da governança e da gestão, em contrariedade à sistemática comum dos parcelamentos especiais, como o Proies, o Prosus e o próprio Profut estabelecido nesta Lei.”

Art. 48

"Art. 48. As entidades de prática desportiva, inclusive as participantes de competições profissionais, e as entidades de administração do desporto ou ligas em que se organizarem, que mantenham a forma de associações civis sem fins lucrativos fazem jus, em relação à totalidade de suas receitas, ao tratamento tributário previsto no art. 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e nos arts. 13 e 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, aplicando-se a este artigo o disposto no inciso I do art. 106 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional."

Razões do veto

"A medida conferiria efeitos retroativos a interpretação de dispositivos de diplomas normativos vigentes há quase duas décadas, sem que se tenha realizado estimativas de impacto financeiro, o que poderia resultar em violação ao interesse público, além de contrariar o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal."

Art. 49

"Art. 49. O § 1º do art. 32 do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 32.

§ 1º Ficam assegurados às loterias estaduais atualmente existentes os mesmos direitos concedidos por este Decreto-Lei à Loteria Federal quanto à exploração do serviço de loterias, loteria promocional, no âmbito de seus respectivos territórios.

.....' (NR)"

Razões do veto

"O dispositivo poderia gerar aumento desordenado de produtos lotéricos, sem controle de órgão regulador ou implementação de ações de responsabilidade social. Além disso, o termo 'loteria promocional' é vago e impreciso, o que tornaria temerária a sanção do dispositivo proposto."

O Ministério da Fazenda juntamente com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão solicitaram veto aos dispositivos a seguir transcritos:

Arts. 31 ao 36

"Art. 31. Fica instituído o regime especial de tributação aplicável às entidades de prática desportiva participantes de competições profissionais de que tratam os arts. 26 e 27 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que se constituírem regularmente em sociedade empresária, segundo um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, desde que autorizado pela sua assembleia geral.

Parágrafo único. A opção pelo regime especial de tributação de que trata o caput deste artigo dar-se-á na forma a ser estabelecida em ato do Poder Executivo, sendo irretratável para todo o ano-calendário.

Art. 32. A entidade de prática desportiva que optar pelo regime especial de tributação de que trata o art. 31 desta Lei ficará sujeita ao pagamento equivalente a 5% (cinco por cento) da receita mensal, apurada pelo regime de caixa, o qual corresponderá ao pagamento mensal unificado dos seguintes impostos e contribuições:

I - Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ;

II - Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP;

III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;

IV - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS; e

V - contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 1º Para fins do disposto no caput deste artigo, considera-se receita mensal a totalidade das

receitas auferidas pela entidade de prática desportiva, inclusive as receitas financeiras e variações monetárias decorrentes de suas atividades.

§ 2º A opção pelo regime especial de tributação obriga o contribuinte a fazer o recolhimento dos tributos, mensalmente, na forma do caput deste artigo, a partir do mês da opção.

§ 3º O disposto no § 6º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, não se aplica às receitas auferidas pela entidade de prática desportiva que optar pelo regime especial de tributação de que trata o art. 31 desta Lei.

Art. 33. O pagamento unificado deverá ser feito até o vigésimo dia do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita.

Art. 34. Para fins de repartição de receita tributária, do percentual de 5% (cinco por cento) de que trata o caput do art. 32 desta Lei:

I - 1,71% (um inteiro e setenta e um centésimos por cento) corresponderá à Cofins;

II - 0,37% (trinta e sete centésimos por cento) corresponderá à Contribuição para o PIS/Pasep;

III - 1,26% (um inteiro e vinte e seis centésimos por cento) corresponderá ao IRPJ;

IV - 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) corresponderá à CSLL; e

V - 1% (um por cento) corresponderá às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Art. 35. A opção pelo regime especial de tributação instituído pelo art. 31 desta Lei perderá a eficácia, caso não se verifique o pagamento pela entidade de prática desportiva das obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas, inclusive direitos de imagem de atletas, salvo se com a exigibilidade suspensa na forma da legislação de referência.

Parágrafo único. A entidade de prática desportiva poderá apresentar, até o último dia útil do ano-calendário, termo de rescisão da opção pelo regime especial de tributação instituído pelo art. 31 desta Lei, válido para o ano-calendário seguinte, na forma a ser estabelecida em ato do Poder Executivo.

Art. 36. Aplica-se o disposto no art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, às receitas auferidas pelas entidades de prática desportiva participantes de competições profissionais de que tratam os arts. 26 e 27 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que se constituírem regularmente em sociedade empresária, segundo um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e que não optarem pelo regime especial de que trata o art. 31 desta Lei."

Razões dos vetos

"Embora o estímulo à adoção do formato empresarial pelos clubes de futebol possa ser desejável, as alíquotas e parâmetros propostos carecem de análise mais aprofundada, além da respectiva estimativa de impacto financeiro."

Inciso IX e §§ 11 a 16 do art. 56 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, inseridos pelo art. 38 do projeto de lei de conversão

"IX - recursos destinados ao Ministério do Esporte referidos nos incisos VI e VII do art. 6º desta Lei."

"§ 11. Os recursos a que se refere o inciso IX do caput deste artigo:

I - serão exclusiva e integralmente aplicados em projetos de iniciação desportiva escolar, em modalidades olímpicas e paraolímpicas e de criação nacional, de crianças e jovens matriculados no ensino fundamental de estabelecimentos de ensino públicos, estabelecimentos de ensino privados localizados em Municípios com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM baixo ou muito baixo, ou em instituições especializadas de educação especial reconhecidas pelo Ministério da Educação;

II - serão utilizados por meio da celebração de convênios entre o Ministério do Esporte, as entidades de prática desportiva e os órgãos gestores dos sistemas de ensino estaduais, municipais e

do Distrito Federal aos quais estiverem vinculadas as escolas beneficiárias dos projetos autorizados;

III - terão a prestação de contas informada em sítio eletrônico do Ministério do Esporte na rede mundial de computadores;

IV - financiarão as seguintes despesas:

a) pagamento de pró-labore para os profissionais contratados para implementação do projeto;

b) locação de espaços físicos para a prática das atividades desportivas;

c) locação de veículos automotores para o transporte dos alunos e equipe técnica;

d) aquisição de materiais esportivos e equipamentos para implementação do projeto, inclusive os adaptados e/ou apropriados para pessoas com deficiência;

e) alimentação compatível com a prática desportiva realizada pelos alunos beneficiários.

§ 12. Ato do Poder Executivo fixará:

I - o teto de remuneração a ser pago para os profissionais de que trata a alínea a do inciso IV do § 11 deste artigo, por categoria profissional, tempo de formação e títulos acadêmicos ou profissionais, e carga horária mínima de dezesseis horas semanais; e

II - o percentual máximo dos recursos liberados para o projeto que poderão ser destinados para os custos previstos nas alíneas b, c, d e e do inciso IV do § 11 deste artigo.

§ 13. Não poderá fazer parte do quadro de profissionais remunerados pelos projetos financiados pelos recursos de que trata o inciso IX do caput deste artigo qualquer componente da diretoria executiva ou conselhos consultivos da entidade de prática desportiva que conste em ata de eleição e posse.

§ 14. O descumprimento pela entidade conveniada do disposto nos §§ 12 e 13 deste artigo levará à suspensão do envio dos recursos financeiros para o projeto, que se manterá até que a situação seja normalizada.

§ 15. Os projetos financiados pelos recursos de que trata o inciso IX do caput deste artigo deverão ser obrigatoriamente executados por profissionais de educação física, podendo, quando necessário, ser feita a contratação de outras categorias de profissionais, todos devidamente registrados no conselho profissional correspondente.

§ 16. No mínimo, 15% (quinze por cento) dos recursos de que trata o inciso IX do caput deste artigo serão destinados para o financiamento de projetos de iniciação esportiva de modalidades paraolímpicas.”

Art. 56-D da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, inserido pelo art. 38 do projeto de lei de conversão

“Art. 56-D. A entidade proponente dos projetos de que trata o § 11 do art. 56 desta Lei será:

I - entidade de prática desportiva, com no mínimo dois anos de funcionamento, filiada a entidade de administração de desporto de âmbito nacional ou regional, ou entidade que ofereça prática desportiva para pessoas com deficiência; ou

II - estabelecimento de ensino fundamental da rede pública, estabelecimento de ensino privado localizado em Município com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM baixo ou muito baixo, ou instituição especializada de educação especial reconhecida pelo Ministério da Educação.”

Razões dos vetos

“Por decorrência do veto ao art. 30 do Projeto de Lei de Conversão, o acréscimo do inciso VII ao art. 60 da Lei nº 9.615, de 1998, não pode prosperar. Como consequência, a inclusão do inciso IX ao art. 56 da referida Lei deve ser vetada, impossibilitando a sanção dos §§ 11 ao 16 do artigo e também do art. 56-D.”

§ 10 do art. 56 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, inserido pelo art. 38 do projeto de lei de conversão

§ 10. Os recursos financeiros de que trata o inciso VIII deste artigo serão repassados à Confederação Brasileira de Clubes - CBC e destinados única e exclusivamente para a formação de atletas olímpicos e paraolímpicos, devendo ser observados os princípios gerais da administração pública,

mediante regulamento próprio da entidade destinado a compras e contratações, ficando assegurada a cada entidade beneficiária dos recursos repassados pela CBC a faculdade de utilizar até 50% (cinquenta por cento), em cada projeto, para a concessão de auxílios em forma de bolsas a atletas, assim como para remuneração de membros de comissão técnica, ficando sob a responsabilidade da entidade beneficiária as contratações e os eventuais litígios trabalhistas delas decorrentes.

Razão do veto

“A legislação vigente referente a convênios da União já traz regramentos suficientes para disciplinar os ajustes referidos no dispositivo, não sendo adequado estabelecer disciplina específica para os pactos em questão.”

Art. 51

“Art. 51. As alíquotas de que tratam os §§ 6º e 11 do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, ficam reduzidas para 3% (três por cento) por cinco anos, contados da data de publicação desta Lei, para as entidades de prática desportiva que aderirem aos parcelamentos de que trata esta Lei, desde que se mantenham no Profut.”

Razão do veto

“O benefício fiscal proposto implicaria renúncia de receita, sem a devida estimativa de impacto orçamentário-financeiro, nem medidas de compensação, contrariando os termos do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.”

Ouvidos, os Ministérios do Esporte e do Trabalho e Emprego manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

§ 2º do art. 3º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, alterado pelo art. 38 do projeto de lei de conversão

“§ 2º O desporto de formação pode ser organizado por entidades de prática desportiva formadoras, certificadas nos termos do § 3º do art. 29 desta Lei, de forma gratuita, e praticado por menores com idade a partir de doze anos, e por escolas públicas ou privadas, desde que tenha o seu funcionamento devidamente autorizado pelo poder público, conforme determinação legal.”

Razão do veto

“Da forma como redigida, a possibilidade de adolescentes com idade inferior a quatorze anos praticarem desporto de formação organizado por entidades de prática desportiva pode mascarar relação de emprego, contrariando a restrição imposta pelo art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição.”

O Ministério do Esporte e a Advocacia-Geral da União opinaram pelo veto ao seguinte dispositivo:

Art. 27-D da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, inserido pelo art. 38 do projeto de lei de conversão

“Art. 27-D. A atividade de agente desportivo pode ser exercida por pessoas físicas devidamente licenciadas pela entidade nacional de administração do desporto.

§ 1º Os parentes em primeiro grau, o cônjuge e advogado do atleta podem exercer a atividade de agente desportivo, observada a proibição constante do inciso VI do art. 27-C desta Lei.

§ 2º A remuneração a ser paga ao agente desportivo é de, no máximo, 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato de trabalho intermediado por ele, limitada a doze prestações mensais, sendo vedada a sua participação, por qualquer forma, em direito econômico oriundo de transferência do atleta por ele representado.

§ 3º O contrato de representação a ser firmado entre atleta e agente desportivo deve ser por prazo determinado, até o limite de dois anos, podendo ser prorrogado por outro contrato uma única vez.

§ 4º A responsabilidade pelo pagamento dos honorários do agente desportivo é do atleta, podendo ser da entidade de prática desportiva se o atleta concordar por escrito.”

Razão do veto

“O exercício do mandato já é disciplinado de modo adequado pelo Código Civil, não havendo fundamentos razoáveis para que a legislação traga limitações somente aplicáveis ao âmbito desportivo.”

Já o Ministério do Esporte opinou pelo veto aos seguintes dispositivos:

§ 3º do art. 28 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, alterado pelo art. 38 do projeto de lei de conversão

“§ 3º O valor da cláusula compensatória desportiva a que se refere o inciso II do caput deste artigo será livremente pactuado entre as partes e formalizado no contrato especial de trabalho desportivo, observando-se, como limite máximo, quatrocentas vezes o valor do salário mensal no momento da rescisão e, como limite mínimo, o valor total correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos salários mensais a que teria direito o atleta até o término do referido contrato.”

Razões do veto

“O tratamento do tema dos contratos de trabalho dos jogadores profissionais de forma isolada, como realizado pelo dispositivo, poderia trazer prejuízos aos clubes e, principalmente, aos próprios atletas. Para regulamentação do tema, é exigido amplo debate, com envolvimento das partes interessadas.”

§ 1º-A do art. 42 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, inserido pelo art. 38 do projeto de lei de conversão

“§ 1º-A. Parcela equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) da receita proveniente do direito de arena será repassada a entidade representativa nacional dos árbitros, em competição de âmbito nacional, e a entidade representativa regional dos árbitros, em competição de âmbito estadual, que a distribuirá como parcela de natureza civil aos árbitros participantes do espetáculo esportivo, respeitados os atuais contratos.”

Razões do veto

“Embora medidas que busquem o aperfeiçoamento da arbitragem mereçam ser estimuladas, seu custeio por parcela decorrente do direito de arena não se revela mecanismo adequado para esse fim. Além disso, o regramento da matéria deveria prever critérios para utilização e controle dos recursos recebidos.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 4 de agosto de 2015. – **Dilma Rousseff**

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO COM OS DISPOSITIVOS VETADOS SUBLINHADOS:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 10, DE 2015

(oriundo da Medida Provisória nº 671/2015)

Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol; institui parcelamentos especiais para recuperação de dívidas pela União, cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol – APFUT; dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais; cria a Loteria Exclusiva – LOTEX; altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.671, de 15 de maio de 2003, 10.891, de 9

de julho de 2004, 11.345, de 14 de setembro de 2006, e 11.438, de 29 de dezembro de 2006, e os Decretos-Leis nºs 3.688, de 3 de outubro de 1941, e 204, de 27 de fevereiro de 1967; revoga a Medida Provisória nº 669, de 26 de fevereiro de 2015; cria programa de iniciação esportiva escolar; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte – LRFE estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol, cria o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro e dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das referidas entidades.

CAPÍTULO I

DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DE RESPONSABILIDADE FISCAL DO FUTEBOL BRASILEIRO - PROFUT

Seção I

Disposições Gerais

Art. 2º Fica criado o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - PROFUT, com o objetivo de promover a gestão transparente e democrática e o equilíbrio financeiro das entidades desportivas profissionais de futebol.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, consideram-se entidade desportiva profissional de futebol a entidade de prática desportiva envolvida em competições de atletas profissionais, nos termos dos arts. 26 e 28 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, as ligas em que se organizarem e as respectivas entidades de administração de desporto profissional.

Art. 3º A adesão ao Profut dar-se-á com o requerimento das entidades desportivas profissionais de futebol do parcelamento de que trata a Seção II deste Capítulo.

Parágrafo único. Para aderir ao Profut, as entidades desportivas profissionais de futebol deverão apresentar os seguintes documentos:

I - estatuto social ou contrato social e atos de designação e responsabilidade de seus gestores;

II - demonstrações financeiras e contábeis, nos termos da legislação aplicável; e

III - relação das operações de antecipação de receitas realizadas, assinada pelos dirigentes e pelo conselho fiscal.

Art. 4º Para que as entidades desportivas profissionais de futebol mantenham-se no Profut, serão exigidas as seguintes condições:

I - regularidade das obrigações trabalhistas e tributárias federais correntes, vencidas a partir da data de publicação desta Lei, inclusive as retenções legais, na condição de responsável tributário, na forma da lei;

II - fixação do período do mandato de seu presidente ou dirigente máximo e demais cargos eletivos em até quatro anos, permitida uma única recondução;

III - comprovação da existência e autonomia do seu conselho fiscal;

IV - proibição de antecipação ou comprometimento de receitas referentes a períodos posteriores ao término da gestão ou do mandato, salvo:

a) o percentual de até 30% (trinta por cento) das receitas referentes ao 1º (primeiro) ano do mandato subsequente; e

b) em substituição a passivos onerosos, desde que implique redução do nível de endividamento;

V - redução do **déficit**, nos seguintes prazos:

a) a partir de 1º de janeiro de 2017, para até 10% (dez por cento) de sua receita bruta apurada no ano anterior; e

b) a partir de 1º de janeiro de 2019, para até 5% (cinco por cento) de sua receita bruta apurada no ano anterior;

VI - publicação das demonstrações contábeis padronizadas, separadamente, por atividade econômica e por modalidade esportiva, de modo distinto das atividades recreativas e sociais, após terem sido submetidas a auditoria independente;

VII - cumprimento dos contratos e regular pagamento dos encargos relativos a todos os profissio-

nais contratados, referentes a verbas atinentes a salários, de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, de contribuições previdenciárias, de pagamento das obrigações contratuais e outras havidas com os atletas e demais funcionários, inclusive direito de imagem, ainda que não guardem relação direta com o salário;

VIII - previsão, em seu estatuto ou contrato social, do afastamento imediato e inelegibilidade, pelo período de, no mínimo, cinco anos, de dirigente ou administrador que praticar ato de gestão irregular ou temerária;

IX - demonstração de que os custos com folha de pagamento e direitos de imagem de atletas profissionais de futebol não superam 80% (oitenta por cento) da receita bruta anual das atividades do futebol profissional; e

X - manutenção de investimento mínimo na formação de atletas e no futebol feminino e oferta de ingressos a preços populares, mediante a utilização dos recursos provenientes:

a) da remuneração pela cessão de direitos de que trata o inciso I do § 2º do art. 28 desta Lei; e

b) de 3% (três por cento) da totalidade da arrecadação da modalidade de loteria por cotas fixas de que trata o § 3º do art. 30 desta Lei.

§ 1º Sem prejuízo do disposto nos incisos I a VIII do **caput** deste artigo, no caso de entidade de administração do desporto, será exigida a representação da categoria de atletas no âmbito dos órgãos e conselhos técnicos incumbidos da aprovação de regulamentos das competições.

§ 2º As entidades deverão publicar, em sítio eletrônico próprio, documentos que atestem o cumprimento do disposto nos incisos I a X do **caput** deste artigo, garantido o sigilo acerca dos valores pagos a atletas e demais profissionais contratados.

§ 3º Para os fins do disposto no inciso III do **caput** deste artigo, será considerado autônomo o conselho fiscal que tenha asseguradas condições de instalação, de funcionamento e de independência, garantidas, no mínimo, por meio das seguintes medidas:

I - escolha de seus membros mediante voto ou outro sistema estabelecido previamente à escolha;

II - exercício de mandato de seus membros, do qual somente possam ser destituídos nas condições estabelecidas previamente ao seu início e determinadas por órgão distinto daquele sob a sua fiscalização; e

III - existência de regimento interno que regule o seu funcionamento.

§ 4º As entidades desportivas profissionais com faturamento anual inferior a uma vez e meia o teto do faturamento da empresa de pequeno porte de que trata o inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ficam dispensadas do cumprimento do disposto nos incisos V e IX do **caput** deste artigo e, quanto ao disposto no inciso VI do **caput** deste artigo, ficam autorizadas a contratar contador para o exercício da função de auditor independente.

§ 5º Não constitui descumprimento da condição prevista no inciso VII do **caput** deste artigo a existência de débitos em discussão judicial.

§ 6º As demonstrações contábeis de que trata o inciso VI do **caput** deste artigo deverão explicitar, além de outros valores exigidos pela legislação e pelas normas contábeis, os referentes a:

I - receitas de transmissão e de imagem;

II - receitas de patrocínios, publicidade, luva e **marketing**;

III - receitas com transferência de atletas;

IV - receitas de bilheteria;

V - receitas e despesas com atividades sociais da entidade;

VI - despesas totais com modalidade desportiva profissional;

VII - despesas com pagamento de direitos econômicos de atletas;

VIII - despesas com pagamento de direitos de imagem de atletas;

IX - despesas com modalidades esportivas não profissionais; e

X - receitas decorrentes de repasses de recursos públicos de qualquer natureza, origem e finalidade.

Art. 5º A entidade de administração do desporto ou liga que organizar competição profissional de futebol deverá:

I - publicar, em sítio eletrônico próprio, sua prestação de contas e demonstrações contábeis padronizadas, após terem sido submetidas a auditoria independente;

II - garantir a representação da categoria de atletas no âmbito dos órgãos e conselhos técnicos incumbidos da aprovação de regulamentos das competições;

III - assegurar a existência e a autonomia do seu conselho fiscal;

IV - estabelecer em seu estatuto ou contrato social:

a) mandato de até quatro anos para seu presidente ou dirigente máximo e demais cargos eletivos, permitida uma única recondução; e

b) a representação da categoria de atletas no âmbito dos órgãos e conselhos técnicos incumbidos da aprovação de regulamentos das competições;

V - prever, em seu regulamento geral de competições, no mínimo, as seguintes sanções para o descumprimento das condições previstas nos incisos I a X do **caput** do art. 4º desta Lei:

a) advertência; e

b) proibição de registro de contrato especial de trabalho desportivo, para os fins do disposto no § 5º do art. 28 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.

Parágrafo único. A aplicação das penalidades de que tratam as alíneas a e b do inciso V do **caput** deste artigo não tem natureza desportiva ou disciplinar e prescinde de decisão prévia da Justiça Desportiva.

Seção II

Do Parcelamento Especial de Débitos das Entidades Desportivas Profissionais de Futebol perante a União

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 6º As entidades desportivas profissionais de futebol que aderirem ao Profut poderão parcelar os débitos na Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e no Banco Central do Brasil, e os débitos previstos na Subseção II, no Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se aos débitos tributários ou não tributários, cujos fatos geradores tenham ocorrido até a data de publicação desta Lei, constituídos ou não, inscritos ou não como dívida ativa, mesmo que em fase de execução fiscal ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

§ 2º O requerimento de parcelamento implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos abrangidos pelo parcelamento e configura confissão extrajudicial, podendo a entidade de prática desportiva profissional, a seu critério, não incluir no parcelamento débitos que se encontrem em discussão na esfera administrativa ou judicial, estejam ou não submetidos à causa legal de suspensão de exigibilidade.

§ 3º Para inclusão no parcelamento de que trata este Capítulo de débitos que se encontrem vinculados a discussão administrativa ou judicial, submetidos ou não a hipótese legal de suspensão, o devedor deverá desistir de forma irrevogável, até o prazo final para adesão, de impugnações ou recursos administrativos, de ações judiciais propostas ou de qualquer defesa em sede de execução fiscal e, cumulativamente, renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundam os processos administrativos e as ações judiciais, observado o disposto na parte final do § 2º deste artigo.

§ 4º O devedor poderá ser intimado, a qualquer tempo, pelo órgão ou autoridade competente a comprovar que protocolou requerimento de extinção dos processos, com resolução do mérito.

Art. 7º A dívida objeto do parcelamento será consolidada, no âmbito de cada órgão responsável pela cobrança, na data do pedido, e deverá ser paga em até duzentas e quarenta parcelas, com redução de 70% (setenta por cento) das multas, 40% (quarenta por cento) dos juros e 100% (cem por cento) dos encargos legais.

§ 1º O valor das parcelas de que trata este artigo não poderá ser inferior a R\$ 3.000,00 (três mil reais).

§ 2º As reduções previstas no **caput** deste artigo não serão cumulativas com outras reduções admitidas ç em lei.

§ 3º Na hipótese de anterior concessão de redução de multas ou de juros em percentuais diversos dos estabelecidos no **caput** deste artigo, prevalecerão os percentuais nele referidos, aplicados sobre o saldo original das multas ou dos juros.

§ 4º Enquanto não consolidado o parcelamento, a entidade desportiva deverá calcular e recolher, mensalmente, parcela equivalente ao montante dos débitos objeto do parcelamento dividido pelo número de prestações indicado no requerimento de parcelamento, observado o disposto no § 1º deste artigo.

§ 5º O valor de cada uma das parcelas, determinado na forma deste artigo, será acrescido de juros obtidos pela aplicação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

§ 6º A entidade desportiva profissional de futebol poderá reduzir:

I - em 50% (cinquenta por cento), o valor da 1ª (primeira) a 24ª (vigésima quarta) prestações mensais;

II - em 25% (vinte e cinco por cento), o valor da 25ª (vigésima quinta) a 48ª (quadragésima oitava) prestações mensais; e

III - em 10% (dez por cento), o valor da 49ª (quadragésima nona) a 60ª (sexagésima) prestações mensais.

§ 7º As prestações vencerão no último dia útil de cada mês.

§ 8º Por ocasião da consolidação, será exigida a regularidade de todas as prestações devidas desde o mês de adesão até o mês anterior ao da conclusão da consolidação dos débitos parcelados nos termos do disposto neste artigo.

Art. 8º Na hipótese de os débitos a serem parcelados estarem vinculados a depósitos administrativos ou judiciais, os percentuais de redução previstos no **caput** do art. 7º desta Lei serão aplicados sobre o valor do débito atualizado à época do depósito e somente incidirão sobre o valor das multas de mora e de ofício, das multas isoladas, dos juros de mora e do encargo legal efetivamente depositados.

Art. 9º O requerimento de parcelamento deverá ser apresentado até o último dia útil do terceiro mês subsequente ao da publicação desta Lei.

§ 1º O deferimento do parcelamento não autoriza o levantamento de garantias eventualmente existentes, as quais somente poderão ser liberadas após a quitação do parcelamento ao qual o débito garantido esteja vinculado, exceto a penhora de dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira, o qual poderá, a requerimento da entidade desportiva, ser utilizado para quitação automática do saldo da dívida ou de parcelas vincendas de que trata o **caput** do art. 7º desta Lei.

§ 2º O parcelamento de que trata esta Seção elide a penhora sobre direitos creditícios relativos ou decorrentes de cessão ou de venda de direitos econômicos sobre atleta, mantidos os respectivos depósitos em dinheiro efetivados até a data da publicação desta Lei, podendo a garantia ser restabelecida em caso de inadimplemento dos parcelamentos de que trata esta Lei.

§ 3º O disposto no § 2º deste artigo aplica-se também aos acordos judiciais firmados entre a União e a entidade desportiva profissional.

Art. 10. Não serão devidos honorários advocatícios ou qualquer verba de sucumbência nas ações judiciais que, direta ou indiretamente, vierem a ser extintas em decorrência de adesão ao parcelamento de que trata esta Seção.

Art. 11. Ao parcelamento de que trata esta Seção não se aplica o disposto no § 1º do art. 3º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no § 10 do art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

Subseção II

Das Condições Específicas para o Parcelamento de Débitos relativos ao FGTS e às Contribuições instituídas pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001

Art. 12. As dívidas das entidades desportivas profissionais de futebol relativas ao FGTS e às contribuições instituídas pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, poderão ser parceladas em até cento e oitenta prestações mensais, observadas as condições estabelecidas nesta Subseção.

§ 1º O deferimento dos parcelamentos de débitos será feito pelo Ministério do Trabalho e Emprego ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, diretamente, ou por intermédio da Caixa Econômica Federal, mediante autorização.

§ 2º As reduções previstas no **caput** do art. 7º desta Lei não se aplicam aos débitos relativos ao FGTS destinados à cobertura de importâncias devidas aos trabalhadores.

§ 3º Nas hipóteses em que o trabalhador fizer jus à utilização de valores de sua conta vinculada ao FGTS durante o período de vigência do parcelamento, a entidade deverá, sob pena de rescisão, antecipar os recolhimentos relativos ao trabalhador, podendo observar o valor da parcela vigente para realizar as antecipações.

§ 4º O valor do débito, para fins de quitação da parcela e do saldo remanescente do parcelamento, será atualizado conforme a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Art. 13. Os depósitos existentes vinculados aos débitos a serem parcelados nos termos desta Lei serão automaticamente convertidos em renda para o FGTS após aplicação das reduções para pagamento ou parcelamento.

Parágrafo único. No caso previsto no **caput** deste artigo, deve o juiz determinar à Caixa Econômica Federal que proceda à emissão da guia própria e providencie sua quitação com os valores depositados.

Art. 14. O pedido de parcelamento deferido constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência do crédito devido ao FGTS.

Art. 15. Ao parcelamento dos débitos de que trata esta Subseção aplica-se o disposto na Subseção I, exceto o disposto no art. 8º desta Lei, cabendo ao Conselho Curador do FGTS, nos termos do inciso IX do art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, a determinação dos demais critérios a serem aplicados ao parcelamento.

Subseção III Da Rescisão do Parcelamento

Art. 16. Implicará imediata rescisão do parcelamento, com cancelamento dos benefícios concedidos:

I - o descumprimento do disposto no art. 4º desta Lei, observado o disposto nos arts. 21 a 24 desta Lei;

II - a falta de pagamento de três parcelas; ou

III - a falta de pagamento de até duas prestações, se extintas todas as demais ou vencida a última prestação do parcelamento.

Parágrafo único. É considerada inadimplida a parcela parcialmente paga.

Art. 17. Rescindido o parcelamento:

I - será efetuada a apuração do valor original do débito, restabelecendo-se os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos fatos geradores; e

II - será deduzido do valor referido no inciso I deste artigo o valor correspondente às prestações extintas.

Art. 18. Na hipótese de rescisão do parcelamento, a entidade desportiva de que trata o parágrafo único do art. 2º desta Lei não poderá beneficiar-se de incentivo ou benefício fiscal previsto na legislação federal nem poderá receber repasses de recursos públicos federais da administração direta ou indireta pelo prazo de dois anos, contado da data da rescisão.

CAPÍTULO II DA AUTORIDADE PÚBLICA DE GOVERNANÇA DO FUTEBOL - APFUT

Seção I Disposições Gerais

Art. 19. Fica criada, no âmbito do Ministério do Esporte, a Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT, sem aumento de despesa, com as seguintes competências:

I - fiscalizar as obrigações previstas no art. 4º desta Lei e, em caso de descumprimento, comunicar ao órgão federal responsável para fins de exclusão do Profut;

II - expedir regulamentação sobre procedimento de fiscalização do cumprimento das condições previstas nos incisos II a X do **caput** do art. 4º desta Lei;

III - requisitar informações e documentos às entidades desportivas profissionais; e

IV - elaborar e aprovar o seu regimento interno.

§ 1º A Apfut contará com a participação de representantes do Poder Executivo federal e da sociedade civil, garantida a participação paritária de atletas, dirigentes, treinadores e árbitros, na forma do regulamento.

§ 2º Na fiscalização do cumprimento das obrigações de que trata o inciso I do **caput** deste artigo, a Apfut poderá fixar prazos para que sejam sanadas irregularidades.

§ 3º O apoio e o assessoramento técnico à Apfut serão prestados pelo Ministério do Esporte.

§ 4º Decreto do Poder Executivo federal disporá sobre a organização e o funcionamento da Apfut, inclusive sobre os procedimentos e ritos necessários ao exercício de sua finalidade.

Seção II Da Apuração de Eventual Descumprimento das Condições previstas no art. 4º desta Lei

Art. 20. Para apurar eventual descumprimento das condições previstas no art. 4º desta Lei, a Apfut agirá de ofício ou quando provocada mediante denúncia fundamentada.

§ 1º São legitimados para apresentar a denúncia referida no caput deste artigo:

I - a entidade nacional ou regional de administração do desporto;
II - a entidade desportiva profissional;
III - o atleta profissional vinculado à entidade desportiva profissional denunciada;
IV - a associação ou o sindicato de atletas profissionais;
V - a associação de empregados de entidade desportiva profissional;
VI - a associação ou o sindicato de empregados das entidades de que tratam os incisos I e II do art. 45 desta Lei; e

VII - o Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 2º A Apfut poderá averiguar teor de denúncia noticiada em pelo menos dois veículos de grande circulação, se a considerar fundamentada.

Art. 21. No caso de denúncia recebida, relacionada a eventual descumprimento das condições previstas no art. 4º desta Lei, a Apfut deverá, nos termos do regulamento, notificar a entidade beneficiária do parcelamento para apresentar sua defesa no prazo de quinze dias.

Art. 22. Esgotado o prazo para apresentação da defesa e recebimento das informações, a Apfut decidirá motivadamente acerca do descumprimento do disposto no art. 4º desta Lei, podendo:

I - arquivar a denúncia;
II - advertir a entidade desportiva profissional;
III - advertir a entidade desportiva profissional e fixar prazo de até cento e oitenta dias para que regularize a situação objeto da denúncia; ou
IV - comunicar o fato ao órgão federal responsável pelo parcelamento para que este proceda à efetiva exclusão do parcelamento.

Art. 23. A Apfut poderá deixar de realizar a comunicação a que se refere o inciso IV do **caput** do art. 22 desta Lei, caso:

I - a entidade desportiva profissional, quando cabível:
a) adote mecanismos de responsabilização pessoal dos dirigentes e membros de conselho que tiverem dado causa às irregularidades; e
b) regularize a situação que tenha motivado a advertência;
II - a entidade de administração do desporto ou liga aplique a sanção prevista na alínea b do inciso V do **caput** do art. 5º.

CAPÍTULO III

DA GESTÃO TEMERÁRIA NAS ENTIDADES DESPORTIVAS PROFISSIONAIS DE FUTEBOL

Art. 24. Os dirigentes das entidades desportivas profissionais de futebol, independentemente da forma jurídica adotada, têm seus bens particulares sujeitos ao disposto no art. 50 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

§ 1º Para os fins do disposto nesta Lei, dirigente é todo aquele que exerça, de fato ou de direito, poder de decisão na gestão da entidade, inclusive seus administradores.

§ 2º Os dirigentes de entidades desportivas profissionais respondem solidária e ilimitadamente pelos atos ilícitos praticados e pelos atos de gestão irregular ou temerária ou contrários ao previsto no contrato social ou estatuto.

§ 3º O dirigente que, tendo conhecimento do não cumprimento dos deveres estatutários ou contratuais por seu predecessor ou pelo administrador competente, deixar de comunicar o fato ao órgão estatutário competente será responsabilizado solidariamente.

Art. 25. Consideram-se atos de gestão irregular ou temerária praticados pelo dirigente aqueles que revelem desvio de finalidade na direção da entidade ou que gerem risco excessivo e irresponsável para seu patrimônio, tais como:

I - aplicar créditos ou bens sociais em proveito próprio ou de terceiros;
II - obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte ou possa resultar prejuízo para a entidade desportiva profissional;
III - celebrar contrato com empresa da qual o dirigente, seu cônjuge ou companheiro, ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, sejam sócios ou administradores, exceto no caso de contratos de patrocínio ou doação em benefício da entidade desportiva;
IV - receber qualquer pagamento, doação ou outra forma de repasse de recursos oriundos de terceiros que, no prazo de até um ano, antes ou depois do repasse, tenham celebrado contrato com a entidade desportiva profissional;

V - antecipar ou comprometer receitas referentes a períodos posteriores ao término da gestão ou do mandato, salvo:

a) o percentual de até 30% (trinta por cento) das receitas referentes ao primeiro ano do mandato subsequente; ou

b) em substituição a passivos onerosos, desde que implique redução do nível de endividamento;

VI - formar **déficit** ou prejuízo anual acima de 20% (vinte por cento) da receita bruta apurada no ano anterior;

VII - atuar com inércia administrativa na tomada de providências que assegurem a diminuição dos **défitos** fiscal e trabalhista determinados no art. 4º desta Lei; e

VIII - não divulgar de forma transparente informações de gestão aos associados e torcedores.

§ 1º Em qualquer hipótese, o dirigente não será responsabilizado caso:

I - não tenha agido com culpa grave ou dolo; ou

II - comprove que agiu de boa-fé e que as medidas realizadas visavam a evitar prejuízo maior à entidade.

§ 2º Para os fins do disposto no inciso IV do **caput** deste artigo, também será considerado ato de gestão irregular ou temerária o recebimento de qualquer pagamento, doação ou outra forma de repasse de recursos por:

I - cônjuge ou companheiro do dirigente;

II - parentes do dirigente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; e

III - empresa ou sociedade civil da qual o dirigente, seu cônjuge ou companheiro ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, sejam sócios ou administradores.

§ 3º Para os fins do disposto no inciso VI do **caput** deste artigo, não serão considerados atos de gestão irregular ou temerária o aumento de endividamento decorrente de despesas relativas ao planejamento e à execução de obras de infraestrutura, tais como estádios e centros de treinamento, bem como a aquisição de terceiros dos direitos que envolvam a propriedade plena de estádios e centros de treinamento:

I - desde que haja previsão e comprovação de elevação de receitas capazes de arcar com o custo do investimento; e

II - desde que estruturados na forma de financiamento-projeto, por meio de sociedade de propósito específico, constituindo um investimento de capital economicamente separável das contas da entidade.

Art. 26. Os dirigentes que praticarem atos de gestão irregular ou temerária poderão ser responsabilizados por meio de mecanismos de controle social internos da entidade, sem prejuízo da adoção das providências necessárias à apuração das eventuais responsabilidades civil e penal.

§ 1º Na ausência de disposição específica, caberá à assembleia geral da entidade deliberar sobre a instauração de procedimentos de apuração de responsabilidade.

§ 2º A assembleia geral poderá ser convocada por 15% (quinze por cento) dos associados com direito a voto para deliberar sobre a instauração de procedimento de apuração de responsabilidade dos dirigentes, caso, após três meses da ciência do ato tido como de gestão irregular ou temerária:

I - não tenha sido instaurado o referido procedimento; ou

II - não tenha sido convocada assembleia geral para deliberar sobre os procedimentos internos de apuração da responsabilidade.

§ 3º Caso constatada a responsabilidade, o dirigente será considerado inelegível por dez anos para cargos eletivos em qualquer entidade desportiva profissional.

Art. 27. Compete à entidade desportiva profissional, mediante prévia deliberação da assembleia geral, adotar medida judicial cabível contra os dirigentes para ressarcimento dos prejuízos causados ao seu patrimônio.

§ 1º Os dirigentes contra os quais deva ser proposta medida judicial ficarão impedidos e deverão ser substituídos na mesma assembleia.

§ 2º O impedimento previsto no § 1º deste artigo será suspenso caso a medida judicial não tenha sido proposta após três meses da deliberação da assembleia geral.

CAPÍTULO IV DAS LOTERIAS

Art. 28. Fica o Poder Executivo federal autorizado a instituir a Loteria Instantânea Exclusiva - LO-TEX, tendo como tema marcas, emblemas, hinos, símbolos, escudos e similares relativos às entidades de prática desportiva da modalidade futebol, implementada em meio físico ou virtual.

§ 1º A loteria de que trata o **caput** deste artigo será autorizada pelo Ministério da Fazenda e executada diretamente, pela Caixa Econômica Federal, ou indiretamente, mediante concessão.

§ 2º Poderá participar do concurso de prognóstico a entidade de prática desportiva da modalidade futebol que, cumulativamente:

I - ceder os direitos de uso de sua denominação, marca, emblema, hino, símbolos e similares para divulgação e execução do concurso; e

II - publicar demonstrações financeiras nos termos do inciso VI do art. 4º desta Lei.

§ 3º Sobre a premiação da Loteria Instantânea Exclusiva - LOTEX não haverá incidência do Imposto sobre a Renda.

§ 4º Da totalidade da arrecadação de cada emissão da Lotex, 65% (sessenta e cinco por cento) serão destinados à premiação, 10% (dez por cento) ao Ministério do Esporte para serem aplicados em projetos de iniciação desportiva escolar, 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento) para as entidades de prática desportiva referidas no inciso I do § 2º deste artigo, 18,3% (dezoito inteiros e três décimos por cento) para despesas de custeio e manutenção, 3% (três por cento) para o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, conforme disposto na Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e o restante formará a renda líquida, de acordo com a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 5º Fica a Caixa Econômica Federal autorizada, no que se refere à Loteria Instantânea Exclusiva - LOTEX e outros concursos que utilizem ou venham a utilizar a imagem de agremiações de futebol, a negociar com as respectivas entidades de prática desportiva todos os aspectos relacionados com a utilização de suas denominações, marcas, emblemas, hinos, símbolos e similares.

§ 6º As entidades de prática desportiva profissionais, referidas no § 10 do art. 27 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, da modalidade futebol também poderão participar da Lotex na condição de agentes lotéricos, na forma autorizada pela Caixa Econômica Federal, assegurada a remuneração correspondente dessa atividade.

§ 7º Estende-se às entidades de prática desportiva não profissionais de quaisquer modalidades desportivas, inclusive clubes esportivos sociais, o disposto no § 6º deste artigo.

Art. 29. Fica o prêmio da Timemania, concurso de prognóstico específico sobre o resultado de sorteio de números e símbolos instituído pela Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, isento do Imposto sobre a Renda, destinando-se o percentual de 46% (quarenta e seis por cento) de sua arrecadação exclusivamente para a premiação.

§ 1º Fica a Caixa Econômica Federal autorizada a alterar a sistemática da Timemania de modo a viabilizar apostas combinadas nesse certame, inclusive com um sorteio especial anual, na forma que tecnicamente a Caixa Econômica Federal entender viável.

§ 2º O Poder Executivo fica autorizado a explorar a Timemania diretamente, por intermédio da Caixa Econômica Federal, ou indiretamente, mediante concessão.

Art. 30. Fica o Poder Executivo federal autorizado a instituir modalidade de loteria por cota fixa sobre o resultado e eventos associados a competições esportivas de qualquer natureza vinculadas a entidades legalmente organizadas, desde que esteja disponível a tecnologia adequada.

§ 1º A modalidade de loteria por cota fixa de que trata o caput deste artigo será autorizada pelo Ministério da Fazenda e explorada diretamente pela Caixa Econômica Federal, pelas entidades de que trata o art. 7º da Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984, mediante autorização e por outras pessoas jurídicas, mediante concessão.

§ 2º Ficam isentos do Imposto sobre a Renda os prêmios aos apostadores da modalidade de loteria por cota fixa de que trata o caput deste artigo.

§ 3º Da totalidade da arrecadação da modalidade de loteria por cotas fixas de que trata o caput deste artigo, 70% (setenta por cento) serão destinados à premiação, 16% (dezesseis por cento) para despesas de custeio e administração do serviço, 7% (sete por cento) para o Ministério do Esporte para serem aplicados em projetos de iniciação desportiva, 3% (três por cento) para as entidades de prática desportiva profissionais para aplicação nas atividades de que trata o inciso X do art. 4º desta Lei, 3% (três por cento) ao Fundo Penitenciário Nacional e 1% (um por cento) para o orçamento da Seguridade Social.

§ 4º A totalidade dos recursos auferidos pelas entidades turfísticas com a modalidade de loteria por cota fixa de que trata o caput, deduzidos os prêmios, encargos trabalhistas, previdenciários e as contribuições devidas à Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional - CCCCN, serão empregados para atender ao desenvolvimento do turfe e do cavalo de corrida em geral.

DO REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO DAS SOCIEDADES EMPRESÁRIAS DESPORTIVAS PROFISSIONAIS

Art. 31. Fica instituído o regime especial de tributação aplicável às entidades de prática desportiva participantes de competições profissionais de que tratam os arts. 26 e 27 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que se constituírem regularmente em sociedade empresária, segundo um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, desde que autorizado pela sua assembleia geral.

Parágrafo único. A opção pelo regime especial de tributação de que trata o **caput** deste artigo dar-se-á na forma a ser estabelecida em ato do Poder Executivo, sendo irretratável para todo o ano-calendário.

Art. 32. A entidade de prática desportiva que optar pelo regime especial de tributação de que trata o art. 31 desta Lei ficará sujeita ao pagamento equivalente a 5% (cinco por cento) da receita mensal, apurada pelo regime de caixa, o qual corresponderá ao pagamento mensal unificado dos seguintes impostos e contribuições:

I - Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ;

II - Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP;

III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;

IV - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS; e

V - contribuições previstas nos incisos I e III do **caput** do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 1º Para fins do disposto no **caput** deste artigo, considera-se receita mensal a totalidade das receitas auferidas pela entidade de prática desportiva, inclusive as receitas financeiras e variações monetárias decorrentes de suas atividades.

§ 2º A opção pelo regime especial de tributação obriga o contribuinte a fazer o recolhimento dos tributos, mensalmente, na forma do **caput** deste artigo, a partir do mês da opção.

§ 3º O disposto no § 6º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, não se aplica às receitas auferidas pela entidade de prática desportiva que optar pelo regime especial de tributação de que trata o art. 31 desta Lei.

Art. 33. O pagamento unificado deverá ser feito até o vigésimo dia do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita.

Art. 34. Para fins de repartição de receita tributária, do percentual de 5% (cinco por cento) de que trata o **caput** do art. 32 desta Lei:

I - 1,71% (um inteiro e setenta e um centésimos por cento) corresponderá à Cofins;

II - 0,37% (trinta e sete centésimos por cento) corresponderá à Contribuição para o PIS/Pasep;

III - 1,26% (um inteiro e vinte e seis centésimos por cento) corresponderá ao IRPJ;

IV - 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) corresponderá à CSLL; e

V - 1% (um por cento) corresponderá às contribuições previstas nos incisos I e III do **caput** do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Art. 35. A opção pelo regime especial de tributação instituído pelo art. 31 desta Lei perderá a eficácia, caso não se verifique o pagamento pela entidade de prática desportiva das obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas, inclusive direitos de imagem de atletas, salvo se com a exigibilidade suspensa na forma da legislação de referência.

Parágrafo único. A entidade de prática desportiva poderá apresentar, até o último dia útil do ano-calendário, termo de rescisão da opção pelo regime especial de tributação instituído pelo art. 31 desta Lei, válido para o ano-calendário seguinte, na forma a ser estabelecida em ato do Poder Executivo.

Art. 36. Aplica-se o disposto no art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, às receitas auferidas pelas entidades de prática desportiva participantes de competições profissionais de que tratam os arts. 26 e 27 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que se constituírem regularmente em sociedade empresária, segundo um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e que não optarem pelo regime especial de que trata o art. 31 desta Lei.

CAPÍTULO VI
ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO

Art. 37. O § 2º do art. 50 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 - Lei das Contravenções

Penais, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 50.

.....

§ 2º Incorre na pena de multa, de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), quem é encontrado a participar do jogo, ainda que pela internet ou por qualquer outro meio de comunicação, como ponteiro ou apostador.

....."(NR)

Art. 38. A Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º

.....

IV - desporto de formação, caracterizado pelo fomento e aquisição inicial dos conhecimentos desportivos que garantam competência técnica na intervenção desportiva, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo da prática desportiva em termos recreativos, competitivos ou de alta competição.

§ 1º

§ 2º O desporto de formação pode ser organizado por entidades de prática desportiva formadoras, certificadas nos termos do § 3º do art. 29 desta Lei, de forma gratuita, e praticado por menores com idade a partir de doze anos, e por escolas públicas ou privadas, desde que tenha o seu funcionamento devidamente autorizado pelo poder público, conforme determinação legal."(NR)

"Art. 6º

.....

VI - 10% (dez por cento) do montante arrecadado por loteria instantânea exclusiva com tema de marcas, emblemas, hinos, símbolos, escudos e similares relativos às entidades de prática desportiva da modalidade futebol, implementada em meio físico ou virtual, sujeita a autorização federal;

VII - 7% (sete por cento) do montante arrecadado por loteria por cota fixa sobre o resultado de atividades esportivas de qualquer natureza vinculadas a entidades legalmente organizadas, sujeita a autorização federal;

....."(NR)

"Art. 14.

§ 1º Aplica-se aos comitês e às entidades referidas no caput o disposto no inciso II do art. 217 da Constituição Federal, desde que seus estatutos ou contratos sociais estejam plenamente de acordo com as disposições constitucionais e legais aplicáveis.

....."(NR)

"Art. 16. As entidades de prática desportiva e as entidades de administração do desporto, bem como as ligas de que trata o art. 20, são pessoas jurídicas de direito privado, com organização e funcionamento autônomo, e terão as competências definidas em seus estatutos ou contratos sociais.

§ 1º As entidades nacionais de administração do desporto poderão filiar, nos termos de seus estatutos ou contratos sociais, entidades regionais de administração e entidades de prática desportiva.

.....

§ 3º É facultada a filiação direta de atletas nos termos previstos nos estatutos ou contratos sociais das respectivas entidades de administração do desporto."(NR)

"Art. 18-A.

§ 1º

.....

II - na alínea g do inciso VII do caput deste artigo, no que se refere à eleição para os cargos de direção da entidade; e

....."(NR)

"Art. 22.

§ 1º

§ 2º Nas entidades nacionais de administração do desporto, o colégio eleitoral

será integrado, no mínimo, pelos representantes das agremiações participantes da primeira e segunda divisões do campeonato de âmbito nacional.”(NR)

“Art. 22-A. Os votos para deliberação em assembleia e nos demais conselhos das entidades de administração do desporto serão valorados na forma do § 2º do art. 22 desta Lei.”

“Art. 23. Os estatutos ou contratos sociais das entidades de administração do desporto, elaborados de conformidade com esta Lei, deverão obrigatoriamente regulamentar, no mínimo:

.....
II - inelegibilidade, por dez anos, de seus dirigentes para desempenho de cargos e funções eletivas ou de livre nomeação de:

.....
III - a garantia de representação, com direito a voto, da categoria de atletas e entidades de prática esportiva das respectivas modalidades, no âmbito dos órgãos e conselhos técnicos incumbidos da aprovação de regulamentos das competições.

§ 1º Independentemente de previsão estatutária, é obrigatório o afastamento preventivo e imediato dos dirigentes, eleitos ou nomeados, caso incorram em qualquer das hipóteses do inciso II do **caput** deste artigo, assegurados o processo regular e a ampla defesa para a destituição.

§ 2º Os representantes dos atletas de que trata o inciso III do **caput** deste artigo deverão ser escolhidos pelo voto destes, em eleição direta, organizada pela entidade de administração do desporto, em conjunto com as entidades que os representem, observando-se, quanto ao processo eleitoral, o disposto no art. 22 desta Lei.”(NR)

“Art. 27.

.....
§ 2º A entidade a que se refere este artigo não poderá utilizar seus bens patrimoniais, desportivos ou sociais para integralizar sua parcela de capital ou oferecê-los como garantia, salvo com a concordância da maioria absoluta da assembleia geral dos associados ou sócios e na conformidade do respectivo estatuto ou contrato social.

.....”(NR)

“Art. 27-D. A atividade de agente desportivo pode ser exercida por pessoas físicas devidamente licenciadas pela entidade nacional de administração do desporto.

§ 1º Os parentes em primeiro grau, o cônjuge e advogado do atleta podem exercer a atividade de agente desportivo, observada a proibição constante do inciso VI do art. 27-C desta Lei.

§ 2º A remuneração a ser paga ao agente desportivo é de, no máximo, 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato de trabalho intermediado por ele, limitada a doze prestações mensais, sendo vedada a sua participação, por qualquer forma, em direito econômico oriundo de transferência do atleta por ele representado.

§ 3º O contrato de representação a ser firmado entre atleta e agente desportivo deve ser por prazo determinado, até o limite de dois anos, podendo ser prorrogado por outro contrato uma única vez.

§ 4º A responsabilidade pelo pagamento dos honorários do agente desportivo é do atleta, podendo ser da entidade de prática desportiva se o atleta concordar por escrito.”

“Art. 28.

.....
§ 3º O valor da cláusula compensatória desportiva a que se refere o inciso II do caput deste artigo será livremente pactuado entre as partes e formalizado no contrato especial de trabalho desportivo, observando-se, como limite máximo, quatrocentas vezes o valor do salário mensal no momento da rescisão e, como limite mínimo, o valor total correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos salários mensais a que teria direito o atleta até o término do referido contrato.

.....”(NR)

"Art. 31. A entidade de prática desportiva empregadora que estiver com pagamento de salário ou de contrato de direito de imagem de atleta profissional em atraso, no todo ou em parte, por período igual ou superior a três meses, terá o contrato especial de trabalho desportivo daquele atleta rescindido, ficando o atleta livre para transferir-se para qualquer outra entidade de prática desportiva de mesma modalidade, nacional ou internacional, e exigir a cláusula compensatória desportiva e os haveres devidos.

.....
§ 5º O atleta com contrato especial de trabalho desportivo rescindido na forma do **caput** fica autorizado a transferir-se para outra entidade de prática desportiva, inclusive da mesma divisão, independentemente do número de partidas das quais tenha participado na competição, bem como a disputar a competição que estiver em andamento por ocasião da rescisão contratual."(NR)

"Art. 42.

.....
§ 1º-A Parcela equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) da receita proveniente do direito de arena será repassada a entidade representativa nacional dos árbitros, em competição de âmbito nacional, e a entidade representativa regional dos árbitros, em competição de âmbito estadual, que a distribuirá como parcela de natureza civil aos árbitros participantes do espetáculo esportivo, respeitados os atuais contratos.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica à exibição de flagrantes de espetáculo ou evento desportivo para fins exclusivamente jornalísticos, desportivos ou educativos ou para a captação de apostas legalmente autorizadas, respeitadas as seguintes condições:

....."(NR)

"Art. 56.

.....
IX - recursos destinados ao Ministério do Esporte referidos nos incisos VI e VII do art. 6º desta Lei.

.....
§ 3º Os recursos a que se refere o inciso VI deste artigo serão exclusiva e integralmente aplicados em programas e projetos de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, de formação de recursos humanos, de preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas, bem como sua participação em eventos desportivos, inclusive a contratação do seguro previsto no inciso II do art. 82-B desta Lei.

.....
§ 10. Os recursos financeiros de que trata o inciso VIII deste artigo serão repassados à Confederação Brasileira de Clubes - CBC e destinados única e exclusivamente para a formação de atletas olímpicos e paraolímpicos, devendo ser observados os princípios gerais da administração pública, mediante regulamento próprio da entidade destinado a compras e contratações, ficando assegurada a cada entidade beneficiária dos recursos repassados pela CBC a faculdade de utilizar até 50% (cinquenta por cento), em cada projeto, para a concessão de auxílios em forma de bolsas a atletas, assim como para remuneração de membros de comissão técnica, ficando sob a responsabilidade da entidade beneficiária as contratações e os eventuais litígios trabalhistas delas decorrentes.

§ 11. Os recursos a que se refere o inciso IX do **caput** deste artigo:

I - serão exclusiva e integralmente aplicados em projetos de iniciação desportiva escolar, em modalidades olímpicas e paraolímpicas e de criação nacional, de crianças e jovens matriculados no ensino fundamental de estabelecimentos de ensino públicos, estabelecimentos de ensino privados localizados em Municípios com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM baixo ou muito baixo, ou em instituições especializadas de educação especial reconhecidas pelo Ministério da Educação;

II - serão utilizados por meio da celebração de convênios entre o Ministério do

Esporte, as entidades de prática desportiva e os órgãos gestores dos sistemas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal aos quais estiverem vinculadas as escolas beneficiárias dos projetos autorizados;

III - terão a prestação de contas informada em sítio eletrônico do Ministério do Esporte na rede mundial de computadores;

IV - financiarão as seguintes despesas:

a) pagamento de pró-labore para os profissionais contratados para implementação do projeto;

b) locação de espaços físicos para a prática das atividades desportivas;

c) locação de veículos automotores para o transporte dos alunos e equipe técnica;

d) aquisição de materiais esportivos e equipamentos para implementação do projeto, inclusive os adaptados e/ou apropriados para pessoas com deficiência;

e) alimentação compatível com a prática desportiva realizada pelos alunos beneficiários.

§ 12. Ato do Poder Executivo fixará:

I - o teto de remuneração a ser pago para os profissionais de que trata a alínea a do inciso IV do § 11 deste artigo, por categoria profissional, tempo de formação e títulos acadêmicos ou profissionais, e carga horária mínima de dezesseis horas semanais;e

II - o percentual máximo dos recursos liberados para o projeto que poderão ser destinados para os custos previstos nas alíneas b, c, d e e do inciso IV do § 11 deste artigo.

§ 13. Não poderá fazer parte do quadro de profissionais remunerados pelos projetos financiados pelos recursos de que trata o inciso IX do **caput** deste artigo qualquer componente da diretoria executiva ou conselhos consultivos da entidade de prática desportiva que conste em ata de eleição e posse.

§ 14. O descumprimento pela entidade conveniada do disposto nos §§ 12 e 13 deste artigo levará à suspensão do envio dos recursos financeiros para o projeto, que se manterá até que a situação seja normalizada.

§ 15. Os projetos financiados pelos recursos de que trata o inciso IX do **caput** deste artigo deverão ser obrigatoriamente executados por profissionais de educação física, podendo, quando necessário, ser feita a contratação de outras categorias de profissionais, todos devidamente registrados no conselho profissional correspondente.

§ 16. No mínimo, 15% (quinze por cento) dos recursos de que trata o inciso IX do **caput** deste artigo serão destinados para o financiamento de projetos de iniciação esportiva de modalidades paraolímpicas.”(NR)

“Art. 56-D. A entidade proponente dos projetos de que trata o § 11 do art. 56 desta Lei será:

I - entidade de prática desportiva, com no mínimo dois anos de funcionamento, filiada a entidade de administração de desporto de âmbito nacional ou regional, ou entidade que ofereça prática desportiva para pessoas com deficiência; ou

II - estabelecimento de ensino fundamental da rede pública, estabelecimento de ensino privado localizado em Município com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM baixo ou muito baixo, ou instituição especializada de educação especial reconhecida pelo Ministério da Educação.”

“Art. 82-B. São obrigadas a contratar seguro de vida e de acidentes pessoais, vinculado à atividade desportiva, com o objetivo de cobrir os riscos a que os atletas estão sujeitos:

I - as entidades de prática desportiva que mantenham equipes de treinamento de atletas não profissionais de modalidades olímpicas ou paraolímpicas, para os atletas não profissionais a ela vinculados;

II - as entidades de administração do desporto nacionais, no caso de:

a) competições ou partidas internacionais em que atletas não profissionais

de modalidades olímpicas ou paraolímpicas estejam representando selecionado nacional;

b) competições nacionais de modalidades olímpicas ou paraolímpicas, para os atletas não profissionais não vinculados a nenhuma entidade de prática desportiva.

§ 1º A importância segurada deve garantir ao atleta não profissional, ou ao beneficiário por ele indicado no contrato de seguro, o direito a indenização mínima correspondente a doze vezes o valor do salário mínimo vigente ou a doze vezes o valor de contrato de imagem ou de patrocínio referentes a sua atividade desportiva, o que for maior.

§ 2º A entidade de prática desportiva é responsável pelas despesas médico-hospitalares e de medicamentos necessários ao restabelecimento do atleta enquanto a seguradora não fizer o pagamento da indenização a que se refere o § 1º deste artigo.

§ 3º As despesas com o seguro estabelecido no inciso II do **caput** deste artigo serão custeadas com os recursos previstos no inciso VI do art. 56 desta Lei."

"Art. 87-A.

Parágrafo único. Quando houver, por parte do atleta, a cessão de direitos ao uso de sua imagem para a entidade de prática desportiva detentora do contrato especial de trabalho desportivo, o valor correspondente ao uso da imagem não poderá ultrapassar 40% (quarenta por cento) da remuneração total paga ao atleta, composta pela soma do salário e dos valores pagos pelo direito ao uso da imagem."(NR)

Art. 39. O art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 22.

§ 11. A contribuição empresarial destinada à Seguridade Social, em substituição à prevista nos incisos I e III do caput deste artigo, das entidades de prática desportiva não profissionais, nos termos dos arts. 26 e 27 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, corresponde a 5% (cinco por cento) de sua receita bruta, excetuando-se as receitas sociais destinadas ao seu custeio.

....."(NR)

Art. 40. A Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 10.

§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, considera-se critério técnico a habilitação de entidade de prática desportiva em razão de:

I - colocação obtida em competição anterior; e

II - cumprimento dos seguintes requisitos:

a) regularidade fiscal, atestada por meio de apresentação de Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CND;

b) apresentação de certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e

c) comprovação de pagamento dos vencimentos acertados em contratos de trabalho e dos contratos de imagem dos atletas.

.....

§ 3º Em campeonatos ou torneios regulares com mais de uma divisão, serão observados o princípio do acesso e do descenso e as seguintes determinações, sem prejuízo da perda de pontos, na forma do regulamento:

I - a entidade de prática desportiva que não cumprir todos os requisitos estabelecidos no inciso II do § 1º deste artigo participará da divisão imediatamente inferior à que se encontra classificada;

II - a vaga desocupada pela entidade de prática desportiva rebaixada nos termos do inciso I deste parágrafo será ocupada por entidade de prática desportiva participante da divisão que receberá a entidade rebaixada nos termos do inciso I deste parágrafo, obedecida a ordem de classificação do campeonato do ano anterior e desde que cumpridos os requisitos exigidos no inciso II do § 1º deste artigo.

.....
§ 5º A comprovação da regularidade fiscal de que trata a alínea a do inciso II do § 1º deste artigo poderá ser feita mediante a apresentação de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CPEND.

§ 6º Excepcionalmente, em substituição à obrigação de apresentar um dos documentos de que tratam a alínea a do inciso II do § 1º e o § 5º deste artigo, a comprovação da regularidade fiscal de que trata a alínea a do inciso II do § 1º deste artigo poderá ser feita mediante a apresentação de prova do recolhimento dos demais tributos federais e das prestações mensais dos parcelamentos ativos, vencidos até a data da comprovação, caso:

I - existam créditos tributários inscritos em dívida ativa da União em relação aos quais foi proferida decisão administrativa definitiva;

II - ainda não tenha sido ajuizada a execução fiscal dos créditos referidos no inciso I deste parágrafo; e

III - os únicos créditos tributários a impedir a emissão de um dos documentos de que tratam a alínea a do inciso II do § 1º e o § 5º deste artigo sejam os referidos no inciso I deste parágrafo.

§ 7º A comprovação de regularidade fiscal de que trata o § 6º deste artigo somente será permitida até o encerramento do prazo previsto no art. 8º da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.

§ 8º Para fins do disposto no § 6º deste artigo, a Certidão Positiva de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CPD indicará as circunstâncias mencionadas nos incisos I a III do § 6º deste artigo.”(NR)

“Art. 32. É direito do torcedor que os árbitros de cada partida sejam escolhidos mediante sorteio, dentre aqueles previamente selecionados, ou audiência pública transmitida ao vivo pela rede mundial de computadores, sob pena de nulidade.

§ 1º O sorteio ou audiência pública serão realizados no mínimo quarenta e oito horas antes de cada rodada, em local e data previamente definidos.

.....”(NR)

“Art. 37.

.....
§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir, no âmbito de suas competências, multas em razão do descumprimento do disposto nesta Lei, observado o valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) e o valor máximo de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

.....”(NR)

“Art. 41-C. Solicitar ou aceitar, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial para qualquer ato ou omissão destinado a alterar ou falsear o resultado de competição esportiva ou evento a ela associado:

.....”(NR)

“Art. 41-D. Dar ou prometer vantagem patrimonial ou não patrimonial com o fim de alterar ou falsear o resultado de uma competição desportiva ou evento a ela associado:

.....”(NR)

“Art. 41-E. Fraudar, por qualquer meio, ou contribuir para que se fraude, de qualquer forma, o resultado de competição esportiva ou evento a ela associado:

.....”(NR)

Art. 41. O art. 1º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, passa a vigorar acrescido dos seguintes

§§ 6º e 7º:

“Art. 1º

.....

§ 6º O atleta de modalidade olímpica ou paraolímpica, com idade igual ou superior a dezesseis anos, beneficiário de Bolsa-Atleta de valor igual ou superior a um

salário mínimo, é filiado ao Regime Geral de Previdência Social como contribuinte individual.

§ 7º Durante o período de fruição da Bolsa-Atleta caberá ao Ministério do Esporte efetuar o recolhimento da contribuição previdenciária, descontando-a do valor pago aos atletas.”(NR)

Art. 42. A Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

.....

IV -

.....

b) 1/3 (um terço) para as ações dos clubes sociais, de acordo com os projetos aprovados pela Federação Nacional dos Clubes Esportivos – FENACLUBES;

.....”(NR)

“Art. 7º-A Após a amortização de todas as prestações mensais dos parcelamentos referidos nos arts. 6º e 7º desta Lei, os valores da remuneração referida no inciso II do art. 2º desta Lei deverão ser utilizados exclusivamente em atividades de formação desportiva.”

Art. 43. O **caput** do art. 1º da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º A partir do ano-calendário de 2007 e até o ano-calendário de 2022, inclusive, poderão ser deduzidos do imposto de renda devido, apurado na Declaração de Ajuste Anual pelas pessoas físicas ou em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte.

.....”(NR)

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 44. Aplicam-se a todas entidades desportivas previstas no parágrafo único do art. 13 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, o disposto nos arts. 24 a 27 desta Lei.

Art. 45. Observadas as condições de ingresso referidas no parágrafo único do art. 3º desta Lei, poderão aderir aos parcelamentos a que se refere a Seção II do Capítulo I desta Lei:

I - as entidades nacionais e regionais de administração do desporto referidas nos incisos III e IV do parágrafo único do art. 13 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998; e

II - as entidades de prática desportiva referidas no inciso VI do parágrafo único do art. 13 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que não estejam envolvidas em competições de atletas profissionais, nos termos dos arts. 26 e 28 da referida Lei.

§ 1º As entidades referidas no inciso I do **caput** deste artigo deverão observar as condições de manutenção previstas nos incisos I, II, III, VI, VII e VIII do **caput** do art. 4º desta Lei e no inciso I do **caput** do art. 5º desta Lei.

§ 2º As entidades referidas no inciso II do **caput** deste artigo deverão observar as condições de manutenção previstas nos incisos I, II, III, VI, VII e VIII do **caput** do art. 4º desta Lei.

§ 3º As condições previstas nos §§ 1º e 2º deste artigo serão fiscalizadas pela Apfut, que comunicará aos órgãos federais responsáveis os casos de descumprimento, para fins de exclusão do parcelamento e providências cabíveis quanto à isenção fiscal.

§ 4º O Poder Executivo regulamentará de forma diferenciada este artigo.

§ 5º Poderão aderir aos parcelamentos a que se refere a Seção II do Capítulo I desta Lei as entidades de saúde sem fins lucrativos de habilitação e reabilitação física de pessoas com deficiência e as entidades sem fins lucrativos que atuem em prol das pessoas com deficiência, não se lhes aplicando o disposto no inciso III do parágrafo único do art. 3º e no art. 4º desta Lei.

Art. 46. Serão exigidas:

I - a partir da entrada em vigor desta Lei, as condições previstas nos incisos I a VII do **caput** do art. 4º desta Lei; e

II - a partir de 1º de janeiro de 2016, as condições previstas:

a) nos incisos VIII a X do caput do art. 4º desta Lei; e

b) no parágrafo único do art. 4º desta Lei.

Art. 47. A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, o Ministério do Trabalho e Emprego, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil, no âmbito de suas atribuições, editarão as normas necessárias à execução dos parcelamentos previstos nesta Lei.

Parágrafo único. O Poder Executivo divulgará, semestralmente, o valor da arrecadação de receitas resultante da adesão aos parcelamentos de que trata esta Lei, detalhado no menor nível possível, observado o disposto no art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

Art. 48. As entidades de prática desportiva, inclusive as participantes de competições profissionais, e as entidades de administração do desporto ou ligas em que se organizarem, que mantenham a forma de associações civis sem fins lucrativos fazem jus, em relação à totalidade de suas receitas, ao tratamento tributário previsto no art. 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e nos arts. 13 e 14 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, aplicando-se a este artigo o disposto no inciso I do art. 106 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

Art. 49. O § 1º do art. 32 do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 32.

§ 1º Ficam assegurados às loterias estaduais atualmente existentes os mesmos direitos concedidos por este Decreto-Lei à Loteria Federal quanto à exploração do serviço de loterias, loteria promocional, no âmbito de seus respectivos territórios.

.....”(NR)

Art. 50. Ficam os Tribunais Regionais do Trabalho, ou outro órgão definido por determinação dos próprios Tribunais, autorizados a instaurar o Regime Centralizado de Execução (Ato Trabalhista) para as entidades desportivas de que trata o § 10 do art. 27 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.

Art. 51. As alíquotas de que tratam os §§ 6º e 11 do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, ficam reduzidas para 3% (três por cento) por cinco anos, contados da data de publicação desta Lei, para as entidades de prática desportiva que aderirem aos parcelamentos de que trata esta Lei, desde que se mantenham no Profut.

Art. 52. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 53. Fica revogada a Medida Provisória nº 669, de 26 de fevereiro de 2015.

VETO TOTAL Nº 32, DE 2015

aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2012
(nº 4.786/2012, na Câmara dos Deputados),

Mensagem nº 299

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar integralmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 4.786, de 2012 (nº 82/12 no Senado Federal), que "Autoriza o Poder Executivo a reabrir o prazo para requerimento de retorno ao serviço de que trata o art. 2º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, que dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona, e dá outras providências".

Ouvidos, os Ministérios da Justiça, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto ao projeto pelas seguintes razões:

"A matéria é de iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do art. 61, § 1º, da Constituição. Além disso, a formulação 'autorizativa' adotada não afastaria o vício de iniciativa, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (ADI n. 1.955-4/RO) e implicaria violação da reserva legal, prevista no art. 37, *caput*, e, novamente, no art. 61, § 1º, da Constituição."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 4 de agosto de 2015 – **Dilma Rousseff**.

PROJETO VETADO:

Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2012
(nº 4.786/2012, na Câmara dos Deputados)

Autoriza o Poder Executivo a reabrir o prazo para requerimento de retorno ao serviço de que trata o art. 2º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, que dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a reabrir, de forma improrrogável, por cento e oitenta dias, o prazo para apresentação de requerimentos de retorno ao serviço de servidores públicos civis e de empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, bem como de empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista, referidos no art. 1º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994.

§ 1º O Poder Executivo receberá, no mesmo prazo previsto no *caput*, os requerimentos de reconsideração de pedidos de retorno ao serviço que tenham sido indeferidos, anulados administrativamente ou arquivados.

§ 2º Os requerimentos de que tratam o *caput* e o § 1º deste artigo serão fundamentados e acompanhados da documentação pertinente e deverão ser encaminhados à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que os remeterá à Comissão Especial de Anistia.

§ 3º O prazo mencionado no *caput* iniciar-se-á sessenta dias após o início da vigência desta Lei.

§ 4º A Comissão Especial de Anistia poderá valer-se de documentação produzida pelas Subcomissões Setoriais previstas no art. 5º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, ou por outra criada com a mesma finalidade.

Art. 2º É concedida anistia aos empregados demitidos, exonerados, despedidos ou dispensados além do período estabelecido no art. 1º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, desde que mantidos para desempenhar suas funções no processo de liquidação ou de dissolução das empresas.

§ 1º O disposto neste artigo somente se aplica às entidades cuja dissolução ou liquidação foram determinadas no âmbito da reforma administrativa empreendida no governo do Presidente Fernando Collor.

§ 2º A anistia a que se refere o *caput* e o respectivo retorno ao serviço deverão observar as disposições da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994.

§ 3º Os empregados a que se refere o *caput* deverão apresentar os respectivos requerimentos de anistia nos prazos estabelecidos no art. 1º.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

VETO PARCIAL Nº 33, DE 2015

aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2015 - Complementar
(nº 37/2015 - Complementar, na Casa de origem)

Mensagem nº 301

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei Complementar nº 37, de 2015 (nº 15/15 Complementar no Senado Federal), que "Altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014; revoga as Leis nºs 10.819, de 16 de dezembro de 2003, e 11.429, de 26 de dezembro de 2006; e dá outras providências".

Ouvidos, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

§ 4º do art. 3º

"§ 4º Até 10% (dez por cento) da parcela destinada ao fundo de reserva de que trata o § 1º deste artigo poderão ser utilizados, por determinação do Poder Executivo do Estado, do Distrito Federal ou do Município, para constituição de Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (PPPs) ou de outros mecanismos de garantia previstos em lei, dedicados exclusivamente a investimentos de infraestrutura."

Razões do veto

"A distribuição proposta pelo dispositivo resultaria em redução do mínimo necessário para constituir o Fundo de Reserva, elevando o risco de insuficiência para se honrar resgates. Além disso, há outros mecanismos aptos a realizarem a proposta, como os previstos no Programa de Aceleração do Crescimento, além do Fundo de Desenvolvimento Regional e Infraestrutura - FDRI, instituído na Medida Provisória nº 683, de 13 de julho de 2015."

Caput e §§ 2º 3º do art. 5º

"Art. 5º A constituição do fundo de reserva e a transferência da parcela dos depósitos judiciais e administrativos acumulados até a data de publicação desta Lei Complementar, conforme dispõe o art. 3º, serão realizadas pela instituição financeira em até quinze dias após a apresentação de cópia do termo de compromisso de que trata o art. 4º."

"§ 2º Realizada a transferência de que trata o *caput*, os repasses subsequentes serão efetuados em até dez dias após a data de cada depósito."

§ 3º Em caso de descumprimento dos prazos estabelecidos no *caput* e no § 2º deste artigo, a instituição financeira deverá transferir a parcela do depósito acrescida da taxa referencial do Selic para títulos federais mais multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso."

Razão do veto

"Os dispositivos não preveem prazo para desenvolvimento tecnológico e operacional suficiente para sua implementação, o que levaria a severa dificuldade de sua concretização."

Art. 6º

“Art. 6º São vedadas quaisquer exigências por parte do órgão jurisdicional ou da instituição financeira além daquelas estabelecidas nesta Lei Complementar.”

Razões do veto

“A vedação proposta não é condizente com o restante do Projeto, uma vez que esse não esgota todas as definições técnicas e operacionais possíveis, nem prevê mecanismos futuros para sua modernização. Além disso, acabaria por resultar em interferência no Poder Judiciário, em ofensa ao disposto no art. 2º e no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 5 de agosto de 2015 – **Dilma Rousseff**.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO COM OS DISPOSITIVOS VETADOS SUBLINHADOS:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 2015 - COMPLEMENTAR

(nº 37/2015 - Complementar, na Casa de origem)

Altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014; revoga as Leis nºs 10.819, de 16 de dezembro de 2003, e 11.429, de 26 de dezembro de 2006; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º A União adotará, nos contratos de refinanciamento de dívidas celebradas entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com base, respectivamente, na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e na Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e nos contratos de empréstimos firmados com os Estados e o Distrito Federal ao amparo da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, as seguintes condições, aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2013:

.....”(NR)

“Art. 3º A União concederá descontos sobre os saldos devedores dos contratos referidos no art. 2º, em valor correspondente à diferença entre o montante do saldo devedor existente em 1º de janeiro de 2013 e aquele apurado utilizando-se a variação acumulada da taxa Selic desde a assinatura dos respectivos contratos, observadas todas as ocorrências que impactaram o saldo devedor no período.”(NR)

“Art. 4º

Parágrafo único. A União terá até 31 de janeiro de 2016 para promover os aditivos contratuais, independentemente de regulamentação, após o que o devedor poderá recolher, a título de pagamento à União, o montante devido, com a aplicação da Lei, ficando a União obrigada a ressarcir ao devedor os valores eventualmente pagos a maior.”(NR)

Art. 2º Os depósitos judiciais e administrativos em dinheiro referentes a processos judiciais ou administrativos, tributários ou não tributários, nos quais o Estado, o Distrito Federal ou os Municípios sejam parte, deverão ser efetuados em instituição financeira oficial federal, estadual ou distrital.

Art. 3º A instituição financeira oficial transferirá para a conta única do Tesouro do Estado, do Distrito Federal ou do Município 70% (setenta por cento) do valor atualizado dos depósitos referentes aos

processos judiciais e administrativos de que trata o art. 2º, bem como os respectivos acessórios.

§ 1º Para implantação do disposto no *caput* deste artigo, deverá ser instituído fundo de reserva destinado a garantir a restituição da parcela transferida ao Tesouro, observados os demais termos desta Lei Complementar.

§ 2º A instituição financeira oficial tratará de forma segregada os depósitos judiciais e os depósitos administrativos.

§ 3º O montante dos depósitos judiciais e administrativos não repassado ao Tesouro constituirá o fundo de reserva referido no § 1º deste artigo, cujo saldo não poderá ser inferior a 30% (trinta por cento) do total dos depósitos de que trata o art. 2º desta Lei Complementar, acrescidos da remuneração que lhes foi atribuída.

§ 4º Até 10% (dez por cento) da parcela destinada ao fundo de reserva de que trata o § 1º deste artigo poderão ser utilizados, por determinação do Poder Executivo do Estado, do Distrito Federal ou do Município, para constituição de Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (PPPs) ou de outros mecanismos de garantia previstos em lei, dedicados exclusivamente a investimentos de infraestrutura.

§ 5º Os valores recolhidos ao fundo de reserva terão remuneração equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais.

§ 6º Compete à instituição financeira gestora do fundo de reserva de que trata este artigo manter escrituração individualizada para cada depósito efetuado na forma do art. 2º, discriminando:

- I – o valor total do depósito, acrescido da remuneração que lhe foi originalmente atribuída; e
- II – o valor da parcela do depósito mantido na instituição financeira, nos termos do § 3º deste artigo, a remuneração que lhe foi originalmente atribuída e os rendimentos decorrentes do disposto no § 5º deste artigo.

Art. 4º A habilitação do ente federado ao recebimento das transferências referidas no art. 3º é condicionada à apresentação ao órgão jurisdicional responsável pelo julgamento dos litígios aos quais se refiram os depósitos de termo de compromisso firmado pelo chefe do Poder Executivo que preveja:

- I – a manutenção do fundo de reserva na instituição financeira responsável pelo repasse das parcelas ao Tesouro, observado o disposto no § 3º do art. 3º desta Lei Complementar;
- II – a destinação automática ao fundo de reserva do valor correspondente à parcela dos depósitos judiciais mantida na instituição financeira nos termos do § 3º do art. 3º, condição esta a ser observada a cada transferência recebida na forma do art. 3º desta Lei Complementar;
- III – a autorização para a movimentação do fundo de reserva para os fins do disposto nos arts. 5º e 7º desta Lei Complementar; e
- IV – a recomposição do fundo de reserva pelo ente federado, em até quarenta e oito horas, após comunicação da instituição financeira, sempre que o seu saldo estiver abaixo dos limites estabelecidos no § 3º do art. 3º desta Lei Complementar.

Art. 5º A constituição do fundo de reserva e a transferência da parcela dos depósitos judiciais e administrativos acumulados até a data de publicação desta Lei Complementar, conforme dispõe o art. 3º, serão realizadas pela instituição financeira em até quinze dias após a apresentação de cópia do termo de compromisso de que trata o art. 4º.

§ 1º Para identificação dos depósitos, cabe ao ente federado manter atualizada na instituição financeira a relação de inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ dos órgãos que integram a sua administração pública direta e indireta.

§ 2º Realizada a transferência de que trata o *caput*, os repasses subsequentes serão efetuados em até dez dias após a data de cada depósito.

§ 3º Em caso de descumprimento dos prazos estabelecidos no *caput* e no § 2º deste artigo, a instituição financeira deverá transferir a parcela do depósito acrescida da taxa referencial do Selic para títulos federais mais multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso.

Art. 6º São vedadas quaisquer exigências por parte do órgão jurisdicional ou da instituição

financeira além daquelas estabelecidas nesta Lei Complementar.

Art. 7º Os recursos repassados na forma desta Lei Complementar ao Estado, ao Distrito Federal ou ao Município, ressalvados os destinados ao fundo de reserva de que trata o § 3º do art. 3º, serão aplicados, exclusivamente, no pagamento de:

I – precatórios judiciais de qualquer natureza;

II – dívida pública fundada, caso a lei orçamentária do ente federativo preveja dotações suficientes para o pagamento da totalidade dos precatórios judiciais exigíveis no exercício e não remanesçam precatórios não pagos referentes aos exercícios anteriores;

III – despesas de capital, caso a lei orçamentária do ente federativo preveja dotações suficientes para o pagamento da totalidade dos precatórios judiciais exigíveis no exercício, não remanesçam precatórios não pagos referentes aos exercícios anteriores e o ente federado não conte com compromissos classificados como dívida pública fundada;

IV – recomposição dos fluxos de pagamento e do equilíbrio atuarial dos fundos de previdência referentes aos regimes próprios de cada ente federado, nas mesmas hipóteses do inciso III.

Parágrafo único. Independentemente das prioridades de pagamento estabelecidas no *caput* deste artigo, poderá o Estado, o Distrito Federal ou o Município utilizar até 10% (dez por cento) da parcela que lhe for transferida nos termos do *caput* do art. 3º para constituição de Fundo Garantidor de PPPs ou de outros mecanismos de garantia previstos em lei, dedicados exclusivamente a investimentos de infraestrutura.

Art. 8º Encerrado o processo litigioso com ganho de causa para o depositante, mediante ordem judicial ou administrativa, o valor do depósito efetuado nos termos desta Lei Complementar acrescido da remuneração que lhe foi originalmente atribuída será colocado à disposição do depositante pela instituição financeira responsável, no prazo de 3 (três) dias úteis, observada a seguinte composição:

I – a parcela que foi mantida na instituição financeira nos termos do § 3º do art. 3º acrescida da remuneração que lhe foi originalmente atribuída será de responsabilidade direta e imediata da instituição depositária; e

II – a diferença entre o valor referido no inciso I e o total devido ao depositante nos termos do *caput* será debitada do saldo existente no fundo de reserva de que trata o § 3º do art. 3º.

§ 1º Na hipótese de o saldo do fundo de reserva após o débito referido no inciso II ser inferior ao valor mínimo estabelecido no § 3º do art. 3º, o ente federado será notificado para recompor na forma do inciso IV do art. 4º.

§ 2º Na hipótese de insuficiência de saldo no fundo de reserva para o débito do montante devido nos termos do inciso II, a instituição financeira restituirá ao depositante o valor disponível no fundo acrescido do valor referido no inciso I.

§ 3º Na hipótese referida no § 2º deste artigo, a instituição financeira notificará a autoridade expedidora da ordem de liberação do depósito, informando a composição detalhada dos valores liberados, sua atualização monetária, a parcela efetivamente disponibilizada em favor do depositante e o saldo a ser pago depois de efetuada a recomposição prevista no § 1º deste artigo.

Art. 9º Nos casos em que o ente federado não recompuser o fundo de reserva até o saldo mínimo referido no § 3º do art. 3º, será suspenso o repasse das parcelas referentes a novos depósitos até a regularização do saldo.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no *caput*, na hipótese de descumprimento por três vezes da obrigação referida no inciso IV do art. 4º, será o ente federado excluído da sistemática de que trata esta Lei Complementar.

Art. 10. Encerrado o processo litigioso com ganho de causa para o ente federado, ser-lhe-á transferida a parcela do depósito mantida na instituição financeira nos termos do § 3º do art. 3º acrescida da remuneração que lhe foi originalmente atribuída.

§ 1º O saque da parcela de que trata o *caput* deste artigo somente poderá ser realizado até o limite máximo do qual não resulte saldo inferior ao mínimo exigido no § 3º do art. 3º.

§ 2º Na situação prevista no *caput*, serão transformados em pagamento definitivo, total ou parcial, proporcionalmente à exigência tributária ou não tributária, conforme o caso, inclusive seus acessórios, os valores depositados na forma do *caput* do art. 2º acrescidos da remuneração que lhes foi originalmente atribuída.

Art. 11. O Poder Executivo de cada ente federado estabelecerá regras de procedimentos, inclusive orçamentários, para a execução do disposto nesta Lei Complementar.

Art. 12. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Ficam revogadas as Leis nºs 10.819, de 16 de dezembro de 2003, e 11.429, de 26 de dezembro de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Oposição/PSDB - PR) – Eu concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Paulo Paim, por permuta com o Senador Blairo Maggi.

V. Exª tem vinte minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, eu venho tratar de um tema de que V. Exª tem tratado, assim como outros Senadores e Senadoras.

Quero aqui relatar conversa que tive, hoje pela manhã, com a líder dos aeronautas, Graziella Baggio, sobre a questão do Aerus. Ela me fez um relato da situação do Aerus.

Com mais de 12 anos de sofrimento, os mais de 20 mil participantes do Aerus, ontem, Dia dos Pais, lembraram que há dois anos, em 2013, nós passamos essa data no Congresso Nacional. Eu e mais 25 abnegados companheiros de luta, pessoas com idade, em média, de 80 anos, passamos ali a noite do Dia dos Pais. Dormimos no chão da Câmara, buscando sensibilizar Governo e Parlamentares quanto à grande injustiça que está sendo cometida contra os trabalhadores desse setor, principalmente com relação ao fundo de previdência complementar, o Aerus.

Eles contribuíram por toda sua vida para ter um pouco mais de tranquilidade na velhice. Eles pagaram mais de 10% de seu salário, por mais de 20 anos, e chegaram à velhice sem ter a garantia do investimento feito. Eles, como sempre, lutaram, pelearam e continuam inconformados, porque não receberam, embora já haja uma decisão do Supremo sobre o que eles têm de direito.

Passam por humilhações, restrições, e sequer garantem os medicamentos, alimentação, plano de saúde e tranquilidade para os últimos anos de vida.

Durante esse período, segundo ela, de 2006 até os dias de hoje, já são mais de 1,2 mil óbitos, que só vêm aumentando com a indefinição sobre o caso Aerus.

Diz ela:

Sr. Senador, ganhamos na Justiça diversas vezes, e somente em setembro de 2014, através da tutela antecipada concedida pelo Desembargador Dr. Daniel, que reconheceu uma injustiça, ratificando a decisão já de 2012, a Ação Civil Pública dos sindicatos condenando a União por não ter fiscalizado o Fundo Aerus durante as décadas de 80 e 90, além de ter permitido quase duas dezenas de negociações para buscar uma saída com os patrocinadores, sem observar o que era previsto na lei. Assim mesmo, nada aconteceu.

Mas, enfim, em dezembro de 2014, finalmente, o Governo mandou um projeto de lei atendendo à decisão judicial da tutela antecipada, liberando um valor que só foi suficiente até março de 2015. E neste momento estamos aguardando, desde maio de 2015, pela aprovação do PL nº 2.

Quer dizer, é responsabilidade desta Casa, Sr. Presidente. Não é falta de dinheiro, não é gasto, porque o Executivo mandou o PL para cá. Só que o Congresso não vota. E não vota por quê? Porque está havendo obstrução, todos nós sabemos, em relação aos vetos. É preciso que se convoque uma reunião de Câmara e Senado, do Congresso, para deliberar sobre os vetos, e que se vote o PL 2, que vai liberar a parcela por que eles estão na expectativa desde março de 2015.

Sr. Presidente, esse PL, uma vez aprovado – o dinheiro já está autorizado, já está depositado, só depende da aprovação –, vai garantir o benefício para esses homens e mulheres – eu diria com média de 80 anos – pelo menos até dezembro de 2015.

Enquanto isso, esses aposentados e pensionistas estão sem receber. Pensem os senhores: no Rio Grande do Sul, parou a Polícia Civil, parou a Brigada militar, enfim, pararam todos os órgãos públicos porque resolveram pagar em três vezes o salário, com o que eu naturalmente não concordo, porque acho que o salário é sagrado. Agora, calcule você não ter um centavo no banco porque o Congresso não aprecia o PL nº 2?!

Esses idosos estão sem receber seus benefícios, o que já é uma decisão judicial – repito – desde março de 2015.

Calculem: janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, e nenhum centavo na conta. Um direito deles, reconhecido pelo Supremo e pelo próprio Governo. Falta o Congresso votar.

E inaceitável que, mesmo havendo uma decisão judicial, esses idosos, que, desde 2006, passam por restrições e humilhações e sempre acreditando no bom diálogo, tenham que se humilhar e novamente passar restrições básicas de sobrevivências.

Agora um novo agravante, que tem tirado a vontade de viver de uma parcela grande desses idosos. O número de óbitos cresceu assustadoramente de março de 2015 para cá.

Sr. Presidente, as preocupações aumentam, diz Graziella Baggio, líder do movimento. Falta perspectiva de uma solução definitiva para todos os participantes do Aerus e há o descumprimento da decisão da tutela antecipada por parte do interventor do Fundo Aerus com relação aos pensionistas, a partir de 2006 até os dias atuais.

Mas sempre se alega que o Congresso não faz a sua parte.

Além de terem perdido seus maridos, esposos e parceiros, nada receberam até hoje referente à decisão judicial de setembro de 2014, que é clara sobre os direitos das mesmas.

O descumprimento da decisão judicial por parte do interventor não para aí. Os que adquiriram seus direitos, conforme a Lei nº 109, ainda não receberam o que deviam receber.

Além dos itens acima, esse mesmo interventor resolveu discriminar com o não pagamento a participantes de outros planos, a partir do último pagamento de março de 2015.

Portanto, a sentença proferida em última instância não vem sendo cumprida por parte da União ou por falta de pagamento, desde março de 2015, pelo interventor do Aerus, como citado acima, criando consequências aos participantes já sofridos e humilhados diante de tantos desmandos. Quer seja pela União, quer seja pelo interventor, quer seja pelo Congresso.

Os integrantes do Fundo Aerus estão mais do que preocupados com a espera de nova sessão do Congresso Nacional para aprovar pelo menos o PL nº 02. Esse dinheiro foi depositado. Não recebem porque o Congresso não se reúne.

Os integrantes do Aerus sempre estiveram abertos ao diálogo, mas, por outro lado, não se vê a mesma coisa.

Eles já estiveram junto à AGU, ao Congresso, à Previc e ao Ministério da Previdência, na busca de uma solução para essa gente tão sofrida.

Precisamos acelerar a votação dessa questão aqui no Congresso. É o papel de Senadores e de Deputados. Basta reunir o Congresso e votar.

Aqui não há obstáculo nenhum. Não é pauta-bomba, não é coisíssima nenhuma. Agora, qualquer questão trazida à tribuna é pauta-bomba, é pauta-bomba, pauta-bomba! Veta, veta, veta, veta, veta! Não é nem uma coisa nem outra. Esse PL, é só votar e eles irem ao banco receber. Não dá para entender.

Enfim, Sr. Presidente, o Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa ao Grupo Varig em 2013, da Ação da Defasagem Tarifária. Isso foi aceito pelo Governo. Em 2013, garantia a dívida junto ao Aerus, de acordo com a Lei da Recuperação Judicial. O pagamento das verbas rescisórias dos mais de 12 mil trabalhadores das empresas do Grupo que, até hoje, não receberam um centavo.

Verbas rescisórias. Não há motivo para tanta humilhação e sofrimento para mais de 20 mil trabalhadores hoje aposentados e pensionistas do Aerus.

Sr. Presidente, fica aqui este apelo, na verdade, ao Congresso Nacional: vamos convocar uma reunião, responsabilmente, do Congresso. Eu chego a dizer que, quando é uma questão de emergência, de vida ou morte, se for preciso, que se vote o PL 2 numa exceção – esta Casa está cansada de fazer exceções –, antes mesmo dos vetos. Vamos lá brigar, cada um com as suas posições. Todos sabem que a minha posição é pela derrubada de uma série de vetos. Eu não escondo meu ponto de vista em relação a isso.

Eu queria ainda, Sr. Presidente, aproveitando os dez 10 minutos que ainda tenho, registrar outra grande preocupação em relação ao número de greves de servidores públicos no País, quer seja nos Estados, quer seja de servidores federais.

Eu venho agora – só para não dizer que é um discurso ideológico – de São Luís do Maranhão, em que o Governo é do PCdoB, com o apoio do PT. Lá eu recebi um apelo muito grande para debater a terceirização. Foi um apelo muito, muito grande, daqueles servidores, para que se encontre uma saída. Eles querem dialogar, querem negociar.

Recentemente, vim do meu Rio Grande. A mesma coisa: servidores em greve, desesperados, buscando uma saída. O que eles querem não é reivindicação de salário, é só receber o pagamento no fim do mês. Não

estão pedindo um centavo, no caso do Rio Grande. Não é aumento real, não é reposição de inflação. É só seguinte: “Quero receber meu dinheiro no fim do mês, porque trabalhei”. E aí se obrigam a ir para a greve.

A paralisação dos servidores do INSS, por exemplo, já prejudica o atendimento de mais de 70% das agências – estou me referindo aqui à Previdência –, em todo o País.

Segundo boletim divulgado pelo Ministério da Previdência, na semana passada, das 1.605 agências, 286 estavam completamente paradas, e outras 874 funcionaram nem pela metade, precariamente, muito precariamente.

O Judiciário Federal está em greve por prazo indeterminado desde junho. Vinte e cinco entes federados paralisaram totalmente. Somente Goiás e Sergipe estão ainda em atividade.

Os técnicos das universidades federais estão de braços cruzados desde 28 de maio. São milhares de alunos sem aula em quase 70 universidades.

Os auditores da Receita Federal anunciaram greve por prazo indeterminado no último dia 6 de agosto. A categoria requer alinhamento salarial e fortalecimento da instituição. Eles alegam que, como eles são auditores da Receita, se fosse feito o ajuste, inclusive dos concursados, se o salário fosse atualizado, eles, com certeza, mais que dobrariam os cofres da União em relação à fiscalização que fazem hoje.

Porém, Sr. Presidente, nós sabemos que não são somente os servidores federais que enfrentam esses embates, mas professores e trabalhadores das mais variadas áreas. Hoje, em São Bernardo, os trabalhadores da General Motors também estão entrando em greve por demissão.

Há parcelamento dos salários, como eu dizia antes, no Rio Grande do Sul. No próximo dia 18, vai haver uma assembleia unificada de todos os servidores do Estado. Para fazer o quê? Greve geral. Greve geral para quê? Só para receber o salário no fim do mês. A que ponto estamos chegando!

Minha preocupação com esses movimentos caminha no sentido da necessidade urgente, Sr. Presidente, de um diálogo maior dos Estados e da União com esses trabalhadores em greve. O Brasil não pode parar, e a população não pode ser prejudicada em relação à falta de entendimento, à falta de diálogo.

Há muito tempo fui sindicalista, todos sabem. Estou há quase trinta anos no Parlamento, vim para cá na Constituinte.

Como ex-sindicalista, militante dos direitos humanos, defendo junto a todos o diálogo, que é o melhor caminho para buscarmos soluções tanto na questão dessas greves como em tantas outras que estão sendo anunciadas. Aprendi, durante anos de vida pública, dentro do Parlamento e fora dele, que a saída só pode ser uma: sem diálogo não há saída para crise alguma. Participei de inúmeras mesas de negociação entre trabalhadores e empregadores, no Brasil e fora dele, como foi o caso do Canadá. Negocie aqui uma greve de trabalhadores metalúrgicos no Canadá. Não existe mágica, a solução passa pelo bom senso e pela razoabilidade de propostas de ambos os lados. Por isso, reafirmo aqui o meu apelo aos governos estaduais e federais e mesmo aos empresários da área privada, de que é preciso, sim, antes de demitir ou de não pagar salários, dialogar, dialogar e dialogar.

Senador, se me permite, gostaria de concluir o meu raciocínio antes de conceder um aparte a V. Ex^a.

Quero, por fim, Sr. Presidente, demonstrar a minha preocupação com a educação no País. Pena que o Senador Cristovam Buarque não está aqui. Se perguntarmos por onde passa a revolução democrática, social, libertária e da justiça, todos nós diremos: pela educação. Sem educação não há essa revolução.

Fiquei muito preocupado e quero aqui fazer um apelo à Bancada do Rio Grande do Sul. Por que a Bancada do Rio Grande do Sul? Sou Senador pelo Rio Grande do Sul. A cada Senador do Estado é assegurada uma emenda. Destinei a minha não para fazer voto, por pedido desse ou daquele setor, mas para a educação. A Bancada resolveu cortar a emenda da educação. Essa emenda eu destino à educação todos os anos, e disse que assim o faria enquanto aqui eu estiver. E aquela individual, a que temos direito, eu mando dividir para todos os Municípios do Estado. Os 497 Municípios recebem a mesma coisa, ponto e vírgula, e não entro mais no mérito nem vou à inauguração coisa nenhuma, porque não tenho tempo para isso, mas a Caixa Econômica Federal, naturalmente, acompanha. Fiquei muito triste com essa solução da Bancada de retirar exatamente a emenda da educação.

Há emenda para ponte, para estrada, para viaduto, para infraestrutura, o que é legítimo, mas, para a educação... Façam qualquer pesquisa de opinião pública que a população vai dizer: primeiro, educação; depois, saúde e, em terceiro, segurança. É isso o que a população diz.

Por isso, faço um apelo, aqui da tribuna, em nome da Uergs, a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, que vai quebrar – está quebrada. Se essa emenda não chegar à Uergs, ela vai fechar. Fica aqui o meu apelo à Bancada para que mude essa posição – há tempo ainda –, respeitando a indicação de cada Senador, porque educação tem de ser de fato prioridade.

Há anos, os governos têm conseguido manter apenas o custeio dessa universidade, no caso da Uergs, haja vista as dificuldades financeiras. E eu mando R\$15 milhões. Mando para Uergs. Mas a emenda vira da Bancada. Não é minha. É assim que funciona, não é, Senador? Eu apenas indiquei. Então, eu não capitalizo. Nem preciso. Nem preciso disso. A emenda é da Bancada. Nós indicamos. E simplesmente acabaram com a emenda da Uergs.

Por isso, faço um apelo muito grande à Bancada gaúcha no Congresso, Deputados e Senadores: olhem com carinho a questão da Uergs. Reconsiderem essa tomada de posição.

Em 2008, aprovamos, no Anexo de Metas, a prioridade da Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO, uma ação de apoio à entidade pública de ensino superior do Rio Grande do Sul – Uergs. Apresentamos ao Plano Plurianual o valor de R\$15 milhões para 2008, R\$18 milhões para 2009, R\$20 milhões para 2010, R\$23 milhões para 2011.

Mais uma vez, eu me refiro à Bancada gaúcha: alguém tem de indicar, mas, quando é aprovada, a emenda é da Bancada. E o Governo, mal ou bem, tem liberado não totalmente, mas tem liberado.

Em 2009, numa emenda da Bancada, priorizamos a educação básica no Estado. Em 2010, priorizamos o atendimento à saúde para dependentes químicos. Em 2011, a Bancada gaúcha aprovou emenda de nossa autoria no Orçamento Geral da União de R\$10 milhões. Em 2012, foram aprovados R\$13,5 milhões.

Sr. Presidente, estou apenas reafirmando alguns dados. Eu tenho apoiado todas as emendas. Mas a da Uergs, olha, não tem como abrir mão. Se o Regimento me garante, e eu tenho o compromisso já assumido de dedicar a minha emenda individual para a educação...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estamos fazendo um abaixo-assinado, com todos os alunos do Rio Grande do Sul para que essa emenda não seja podada aqui no nascedouro. Se fosse lá no Executivo, eu iria brigar com o Executivo. Mas, aqui no Congresso, não há motivo nenhum.

Semana passada, a reitora da universidade, Sr^a Arisa Araujo da Luz, esteve no meu gabinete, e firmamos o compromisso, mais uma vez, de defender e de lutar pela universidade gaúcha.

A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Sr. Presidente, foi uma das últimas universidades estaduais a serem criadas no País e tem hoje um dos menores orçamentos entre todas as instituições superiores do País.

A Uergs foi criada para ser uma universidade totalmente diferenciada. São 24 unidades universitárias em 24 Municípios gaúchos, abrangendo todas as regiões do Estado.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Seu diferencial é a oferta de curso de graduação e pós-graduação para atender demandas regionais, incluindo parceria entre outras.

Sr. Presidente, eu não preciso detalhar mais – eu quero ficar no meu tempo. Apenas com estes dados que a própria reitoria me passou, consigo mostrar a quantidade de alunos que poderão simplesmente ver a Uergs fechar por um ato que, para mim, não foi bem conversado: faltou diálogo. Como vai ficar a Uergs em Alegrete, em Cachoeira do Sul, em Cruz Alta, no Litoral Norte: em Osório, Três Passos, Vacaria; como vai ficar em Bagé, Erechim, Sananduva, Santana do Livramento, Santa Cruz do Sul, São Francisco de Paula, São Luiz Gonzaga?

Sr. Presidente, e os funcionários? São centenas! E todos serão demitidos! Por isso, eu não quero acreditar que isso vai se concretizar e nós vamos assegurar a emenda para a Uergs, ajudando um governo que não é meu! No bom sentido, claro, porque quem ganhou governa todos nós. Nós perdemos o governo lá. O governo de lá era PT antes; perdemos para o PMDB e, legitimamente, ele está governando. Está com problema? Está! Mas eu não sou daqueles que vêm à tribuna dizer que só ele é culpado. São dívidas que foram acumuladas de governo para governo e, hoje, estamos nesta situação.

Por isso, é o apelo que faço para que, em nome da educação, em nome da juventude, em nome dessa universidade tão importante, que é estadual, a gente garanta essa pequena emenda que vai garantir uma sobrevivência – eu diria – para os alunos, professores e funcionários da Uergs.

Mas, Sr. Presidente, se me permitir dois minutinhos ainda... Eu não vou ler isto aqui – claro! Mas sabe o que é este documento, Sr. Presidente? Eu confesso que, quando eu leio e gosto, eu não quero saber de quem é. Esta aqui é a entrevista do Frei Beto. Acho que muita gente a leu, neste fim de semana, na *Folha de S. Paulo*.

Então, eu só peço, respeitosamente, à Mesa do Senado Federal, que a entrevista concedida pelo Frei Betto ao jornal *Folha de S. Paulo*, no último final de semana, seja registrada nos *Anais* da Casa. Ele não leva ninguém para compadre: nem esse, nem aquele, mas faz uma análise, para mim, muito precisa na linha dos direitos humanos da crise por que o País passa. Eu a li, detalhadamente, Sr. Presidente, e faço questão que esta belíssima entrevista do Frei Betto, para o jornal *Folha de S. Paulo*, fique registrada nos *Anais* da Casa de nosso Parlamento.

Obrigado e agradeço a tolerância de V. Ex^a. Já me proponho ficar aí, se assim V. Ex^a o entender, para que possa usar da palavra.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, peço, respeitosamente, à Mesa do Senado Federal, que a entrevista concedida pelo Frei Betto ao jornal de *Folha de S. Paulo*, no último final de semana, seja registrada nos anais desta Casa.

Ele faz uma análise da situação atual do país, da conjuntura, dos últimos acontecimentos. Está muito interessante. Eu aconselho a leitura.

Assim inicia a entrevista.

Amigo da Presidente Dilma Rousseff e do ex-Presidente Lula, de quem foi Assessor especial no início do mandato, Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto, já admite temer pela renúncia da mandatária, hoje com o recorde de 71% de reprovação no Datafolha.

Embora avalie o período petista como “o melhor da história republicana”, o frei dominicano faz severas críticas ao partido – “trocou um projeto de Brasil por um projeto de poder” – e uma distinção especial ao atual mandato de Dilma: “Eu não sei o que de positivo a Dilma fez de janeiro para cá”.

Frei Betto diz que está esperando até hoje o PT se manifestar sobre a existência ou inexistência do mensalão.

Com reparos, elogia a Operação Lava Jato, “extremamente positiva”, e diz que se sentiu “indignado” com a notícia de que o ex-ministro José Dirceu faturou R\$ 39 milhões ao mesmo tempo em que promovia uma vaquinha para pagar a multa da condenação do mensalão.

Folha - Estão convocando mais uma manifestação contra Dilma para o dia 16. A principal pauta, ou uma das principais, é o impeachment de Dilma. O que acha?

Frei Betto - Eu acho que manifestação é sinal da democracia. Pena que a esquerda aprenda com a direita algumas coisas ruins que a direita faz. Deveria aprender as coisas boas – as poucas coisas boas – que a direita faz. Como convocar manifestações para domingo, não para o dia de semana, o que a esquerda tem feito [uma outra manifestação, com apoio do PT, deve ocorrer no dia 20, uma quinta]. Dia de semana? Uma burrice.

Atrapalhando o trânsito, como naquela música do Chico Buarque. Não tem sentido, né? Faz no domingo, não tem escola, as pessoas podem sair de casa, estão disponíveis. Pena que a esquerda não aprenda com a direita as coisas boas.

E o impeachment?

Olha, a minha pergunta íntima hoje não é o impeachment. Eu acho que democracia brasileira está consolidada, não há motivo para impeachment. A minha pergunta é outra. É se a Dilma, pessoalmente, aguenta três anos pela frente. Eu temo que ela renuncie.

O Sr. tem algum sinal disso?

Não. É puramente subjetivo. Mas temo que ela renuncie. Ou ela tem uma mudança de rota ou eu me pergunto se ela vai aguentar o baque psicológico de três anos e meio [pela frente] com menos de 10% de aprovação, com 71% dizendo que o governo é ruim ou péssimo.

Isso é um sinal de que você não está agradando nada. Não adianta fazer cara de paisagem.

Alguma coisa tem de ser feita. Ou ela dá uma mudança de rota, muda a receita do ajuste etc., ou ela pega a caneta e fala “vou pra casa, não dou conta”. Eu tenho esse temor.

Há um relato, publicado anos atrás pelo jornal “Valor”, de que no auge da crise do mensalão, em 2005, a Dilma, ministra da Casa Civil, teria sugerido ao Lula que renunciasse.

Eu não acredito nisso. Até porque o Lula saiu com 87% de aprovação.

Depois, né? Naquele instante, quando Duda Mendonça foi à CPI dizer que tinha sido remunerado no exterior com dinheiro de caixa dois do PT, ninguém imaginava que o Lula iria recuperar a popularidade do jeito que recuperou.

É Se isso é verdade [a sugestão de Dilma para Lula renunciar], reforça o meu receio.

No cenário atual, que combina crise política com estagnação econômica, denúncias de corrupção e baixa popularidade de Dilma, o que mais atormenta o Sr.?

O Brasil está vivendo uma notória insatisfação, não só com o governo. Insatisfação com a falta de utopias, de perspectivas históricas, de ideologias libertárias. Desde 2013, quando houve aquela grande manifestação atípica.

Porque não houve nenhum partido, nenhuma liderança, nenhum discurso [em junho de 2013]. E foi uma enorme manifestação em que as pessoas protestavam, havia protesto, mas não havia proposta. Isso chamou muito a minha atenção.

E quando –isso é até terapêutico– a gente entra em amargura e não vê solução, não vê saída, a gente não consegue equacionar racionalmente o que está vivendo. Não consegue buscar as causas e as perspectivas. Fica tudo no emocional. Eu tenho dito a amigos que a minha geração viveu grandes divergências políticas na ditadura, mesmo entre a esquerda, divisão se siglas de A a Z. Mas o debate era racional. Debatia-se em cima de projetos, programas, perspectivas históricas. Hoje, o debate é emocional. É como briga de casal em que o amor acabou. Equivale a acelerar o carro no atoleiro de lama: quanto mais acelera, mais se afunda na lama. Estamos vivendo isso.

E o governo?

O governo, que eu considero o melhor de nossa história republicana –os dois do Lula e o primeiro da Dilma– teve grandes méritos, como a inclusão econômica de 45 milhões de brasileiros; e teve grandes equívocos, como a não inclusão política. Ao contrário do que a Europa fez no começo do século 20, o governo do PT propiciou, ao conjunto da população brasileira, acesso aos bens pessoais, quando deveria ter iniciado pelo acesso aos bens sociais. A metáfora que utilizo é o barraco da favela. Ali dentro a família tem computador, celular, toda a linha branca, fogão, geladeira, micro-ondas, e, no pé do morro, tem um carrinho, devido à facilidade do crédito. Mas a família está na favela. Não tem saneamento, não tem moradia, não tem transporte, não tem saúde, não tem educação, não tem segurança. Resultado: criou-se uma nação de consumistas, não de cidadãos.

O Sr. falou em melhor governo da história republicana e mencionou os dois mandatos do Lula e o primeiro da Dilma. E o segundo da Dilma?

Esse segundo, até agora, eu não tenho nenhuma notícia boa para dar. Eu não sei o que de positivo a Dilma fez de janeiro para cá. Gostaria que alguém dissesse. O ajuste é necessário? É necessário. Mas o ônus é só sobre o trabalhador.

E fica a dúvida se vai dar certo. É um país com um mercado interno fantástico, mas que mantém a síndrome colonial de que a gente tem de ser exportador de matéria prima, que deram o nome agora de commodities. Equívocos.

E o governo terceirizou a política para a troica do PMDB –Temer, Cunha e Renan– e terceirizou a economia nas mãos de um economista, o Joaquim Levy, notoriamente um eleitor do Aécio Neves. Realmente fica difícil de acreditar que esse é um projeto do PT. Nunca fui militante do partido, devo dizer isso. Também não sou fundador, como alguns dizem por aí. Sempre fui eleitor. Mas nas últimas eleições eu tenho dividido meu voto entre PT e PSOL.

O governo Lula foi um dos mais populares da história, e Dilma foi reeleita há menos de um ano. Por que o humor mudou?

Agora as pessoas estão com muita raiva porque não podem mais viajar de avião como estavam viajando; comprar ou alugar um melhor domicílio, como estavam fazendo; adquirir crédito sem juros altos; ir à feira com R\$ 20 e voltar com a sacola cheia. Então a falha foi de quem?

Na minha opinião, a falha foi do governo que tinha a faca e o queijo na mão para poder realizar aquele projeto mais original do PT, que era organizar a classe trabalhadora. Leia-se: dar uma consistência política à nação brasileira, principalmente às novas gerações. Isso não aconteceu.

Por que, na sua interpretação, as coisas sob o PT se desenvolveram dessa forma, a opção pela promoção do consumo, e não da outra?

Porque o PT perdeu o horizonte histórico. O horizonte que ele tinha nos seus documentos originários. De transformação, de realizar as reformas relevantes.

Mas em que instante isso se perdeu?

Ah, no momento em que chegou ao poder. Foi quando ele trocou um projeto de Brasil por um projeto de poder. Manter-se no poder passou a ser mais importante do que realizar as reformas importantes e necessárias para o país. Como a reforma agrária, a tributária, a educacional, a sanitária etc. Em 12 anos, a única reforma que nós temos é a anti-reforma política do Eduardo Cunha (atual presidente da Câmara).

Por quê o PT não fez essas reformas?

É porque tinha medo de perder aliados, não soube assegurar a governabilidade pelo andar de baixo. Procurou assegurar pelo andar de cima. Se tivesse seguido o exemplo do Evo Morales (presidente da Bolívia), que hoje tem 80% de aprovação, é o segundo presidente mais aprovado da América Latina, depois do presidente da República Dominicana. No início ele não tinha apoio nem do mercado nem do Congresso; buscou assegurar a governabilidade por meio dos movimentos sociais. Hoje ele tem apoio dos três.

Teve medo de adotar esse caminho?

Foi uma estratégia equivocada de se manter no poder. “Vamos fazer aliança com quem tem poder, nós estamos no governo”. Uma coisa é estar no governo, outra é estar no poder. Isso deu certo por um tempo. Só que há uma questão aí de classe que é arraigada na estrutura social brasileira.

E de repente os setores conservadores, vendo que não há proposta, vendo que não há perspectiva histórica, resolveram avançar. É este instante. Até o Lula foi vítima agora. Não de um atentado político. Mas de um atentado terrorista.

Isso [uma bomba lançada no Instituto Lula dias atrás] é um atentado terrorista. Jogar uma bomba em cima de um domicílio que está carregado de simbolismo político é um atentado terrorista.

Se isso estivesse acontecido na sede do partido Democrata dos Estados Unidos –ou no escritório do Bill Clinton (ex-presidente dos EUA), uma boa comparação– no dia seguinte o mundo inteiro estaria dizendo: “Bill Clinton sofre atentado terrorista”.

Evidente que a imprensa brasileira não quis dar destaque, uma certa imprensa. Por um lado alguns chegaram a insinuar que o próprio PT teria feito essa bomba para tentar vitimizar o Lula e o partido.

O mais grave é isso. Não se deu o devido destaque talvez porque não interessa. Só interessa que o Lula venha a aparecer como o acusado da Lava Jato, não como vítima de um atentado terrorista.

O Sr. é amigo do Lula, tem essa relação histórica. Virou alvo de hostilidades?

Uma coincidência. Eu fiz dois lançamentos de livro na última semana, um no Rio, na segunda, e outro em Belo Horizonte, na terça. Nos dois o pessoal da direita foi lá para perturbar.

O que fizeram?

No Rio foi um oficial de corveta da Marinha, segundo ele, dizer que estava me levando um abraço do Olavo de Carvalho.

Eu disse: “Abraço de urso, pode devolver”. Olavo de Carvalho considera a Rede Globo comunista; o papa Francisco, então, não é nem comunista para ele, é a encarnação do diabo. E no fim o cara já estava dizendo “ah, você é um frade de araque”.

Aí eu falei que não admitia, falei “ponha-se para fora daqui”. Então os amigos, as amigas principalmente, enxotaram o cara. Em Belo Horizonte foi o pessoal do movimento patriota, com cartazes anti-comunistas e um livro pesadão chamado “O livro negro do comunismo”. Foram para aprontar, mas ali também a turma, meus amigos de lá, entrevistaram e eles não conseguiram fazer.

Ex-ministros foram xingados em restaurantes também.

Exatamente. Estamos vivendo uma onda raivosa. É por falta de consciência política da nação, de conscientização. Os partidos viraram partidos de aluguel, a política se mediocrizou e a Lava Jato está expondo os poderes de como se move o poder no Brasil, entre as benesses políticas e as conquistas econômicas.

O Sr. disse que o PT, ao chegar ao poder, não seguiu o que diziam seus textos originais. O Sr. classifica isso como uma traição?

Não. Não é traição.

Não?

Não. Eu considero isso um desvio de rota.

O Sr. disse que não aplicou os textos originais.

Sim, é isso que eu falei. Mas traição, para mim, é outra coisa, é uma palavra que tem um peso muito grande, não se adequa ao que estou dizendo, ao meu discurso. O que considero é que houve um desvio de rota. Trocou-se o projeto de Brasil, uma mudança de estrutura.

Trocou-se a reforma agrária e outras, que eram consideradas prioritárias, por um projeto de preservação no poder. Aquilo que o próprio Lula chegou a dizer na reunião com religiosos. Eu não estava nesse reunião.

Ele disse: “o PT só pensa em cargos”. Ele disse a mesma coisa, mas em outras palavras. Isso eu analisei em dois livros, “A mosca azul” e “O calendário do poder”. Foi o meu balanço.

E o que seria uma traição?

Eu não sei porque você está falando em traição.

Ué, o Sr. disse que não considera uma traição. No seu entender, o que configuraria uma traição?

Traição seria se o PT tivesse chamado o FMI para administrar o Brasil. Sei lá. Se tivesse priorizado as relações com os Estados Unidos. Se tivesse deixado de fazer a Comissão da Verdade.

Eu li recentemente que o Sr. teve uma conversa longa com o Lula

Sou amigo do Lula, sou amigo da Dilma.

Sim, mas o Sr. colocou para eles desse jeito?

Claro, desse jeito. Eu coloco publicamente. Eu fui lá conversar com a Dilma em 26 de novembro, com Leonardo Boff e outros. Entregamos um texto nas mãos dela. Ficamos 1 hora e 10 minutos. Estava ela e [Aloizio] Mercadante (ministro da Casa Civil).

E como eles reagem a esse tipo de crítica?

Eles aceitam. Agradecem: “obrigado por vocês terem vindo aqui, vamos ver se podem voltar em seis meses para conversar”. Mas fica nisso. E depois fazem tudo diferente. Sabe? O que você quer que eu faça? Deite e chore? Foi uma conversa ótima.

Aí ela aceitou tudo aquilo, a gente falando da importância de reforma agrária, de quilombos, de povos indígenas, o papel da mulher, programas sociais, não poder fazer cortes em setores como educação e saúde. Aí respondem tudo: “é, é isso mesmo, também estou pensando”

E está lá. O texto está lá, tenho decorado na minha cabeça. Eu tenho uma boa relação com os dois [Dilma e Lula]. Eu falo tudo. Eles aceitam. O Lula também. Às vezes fala que a culpa de não é dele, a culpa é não seu de quem, é do partido, é da Dilma, é da conjuntura; e aí também fala “mas a gente também fez”.

E continua tudo igual?

Eu tenho uma vantagem que é seguinte: eu sou um sujeito que tem poucas vaidades. Uma delas é ambição zero. Aliás eu lembrei isso pro Lula. Eu falei: “Lula, você me conheceu em 1979, o padrão de vida que eu tinha é o padrão de vida que eu tenho. Eu moro no mesmo quatinho no convento, se você quiser eu te mostro, moro no mesmo lugar, tenho o mesmo carro Volkswagen, enfim, não mudei nada.

Agora, eu fico espantado com companheiros que a gente conheceu lá atrás e que hoje tem um sabe?”. Então teve um descolamento da base. O PT perdeu os três grandes capitais que ele tinha. Que eram ser o partido dos pobres organizados –porque hoje ele tem eleitores, não tem militantes, ele tem de pagar rapazes e moças desocupadas para segurar bandeirinha na esquina, quando tinha uma militância aguerrida voluntária. Perdeu esse capital.

O segundo capital que ele perdeu é o de ser o partido da ética. Não é? A ideia do “não seremos como os demais”. E o terceiro capital era o de ser o partido da mudança da estrutura do Brasil. Não fez nenhuma mudança estrutural. Fez muita coisa? Fez. Programas sociais; Bolsa Família, embora eu discordo –o Fome Zero era emancipatório, foi trocado pelo Bolsa Família, compensatório–; programas da educação; cota; Fies; uma série de coisas excelentes. Política externa nota 10, na minha opinião, mas sem sustentabilidade.

E meio ambiente?

Ah, aí faltou muito. Aí eu dou nota seis. Defesa da Amazônia, não trabalhou suficientemente na questão do meio ambiente.

O Sr. falou desse espanto da mudança dos ex-companheiros. Como vê, especificamente, o caso do ex-ministro José Dirceu?

Eu acho um abuso você prender um preso. O cara estava preso, mandaram prender novamente. Não precisava. Aquela coisa: transfere, Polícia Federal, televisão. Eu acho isso um abuso de autoridade.

Embora eu ache a Lava Jato extremamente positiva –era preciso vir uma apuração da corrupção no Brasil séria como tem sido feita–, tem coisas que me desagradam. O partido mais envolvido é o PP. Mas parece, na opinião pública, que é só o PT. Segundo: por que é que vazam todos os conteúdos em relação ao PT e porque é que vazam exclusivamente para a revista “Veja”?

É chamar a gente de idiota. Ou seja: há uma operação política por trás, de abuso desse processo. Que é um processo sério de apuração da corrupção no Brasil.

Mas e o caso específico do José Dirceu?

Eu nunca me pronunciei, você não vai encontrar uma palavra minha em entrevistas, nos artigos, dizendo se houve ou se não houve mensalão. Eu estou esperando o PT se posicionar. Se houve ou se não houve. E fico indignado pelo fato de o partido não se posicionar. E não se posicionar diante de uma figura tão importante do partido como ele [Dirceu].

Então não tenho meios de julgamento. Que eu sei que há corrupção na política brasileira, sei. Mas eu não tenho provas. Eu saí do governo sem perceber se havia mensalão.

Saí em dezembro de 2004, o mensalão apareceu em maio de 2005. Várias pessoas me perguntaram: “você tinha algum indício?” Nenhum. Não vi nenhum indício.

Um aspecto que chamou a atenção é que o José Dirceu faturou R\$ 39 milhões com a sua consultoria, parte disso no instante em que estava preso, foi um argumento para essa nova prisão, mas coincide também com aquela vaquinha para pagar a multa do mensalão.

Pois é. Eu fico indignado. Se é verdade que ele tem tantos milhões na conta, eu não posso entender como é que ele promoveu a vaquinha. Aliás, tenho amigos que contribuíram com a vaquinha. Estão sumamente indignados. Eles se sentem lesados.

O ex-presidente Lula já falou criticamente sobre o afastamento entre o PT e os movimentos sociais. Por que ocorreu isso?

Ocorre no momento em que o PT faz a opção da “Carta ao Povo Brasileiro”, no primeiro governo do Lula. Era uma carta aos banqueiros e empresários. Ali ficou sinalizado: “queremos assegurar a governabilidade via elite, não via a nossas origens, que são os movimentos sociais”.

Aí cria-se o Conselho, para o qual são chamados líderes dos movimentos sociais. Acontece que só o empresariado tinha voz e vez ali dentro. E aos poucos esses líderes [dos movimento sociais] foram todos deixando. E depois o Conselho, que era um conselho de consulta e debate, passou a ser um mero auditório de anuência dos anúncios da Presidência. E hoje ele sequer existe. Ou seja, esse diálogo mínimo com a sociedade civil é o que a Dilma deveria fazer. Ela deveria criar um conselho político. Porque isso não é um gesto de extrapolação.

Está previsto na Constituição de 1988, está normalizado isso. O Lula fez. Não como deveria. Deveria ter sido mais democrático, o pessoal dos movimentos sociais deveria ter mais espaço, mas ele fez. Nessa crise, não adianta a Dilma passar a mão na cabeça do Temer. Ela tinha que ouvir a sociedade. Tem de sair do palácio, sair da toca.

Perde contato com a realidade?

Outro dia eu fui para Irati, no Paraná, 14º encontro de agroecologia. Eram 4.000 pequenos agricultores do Brasil. A Dilma ia. A Dilma não foi. Ela não tem ideia do que ela perdeu ali. Lá, quando eu cheguei, dizia-se que era o mau tempo. Não é verdade porque o Patrus (Ananias) foi.

Então se o jatinho da FAB do ministro desceu, o jatão da presidenta poderia descer. Mas não importa. Não foi. Então ela tem de sair da toca, dar a volta por cima. Ela está acuada. Não encara a nação, não vai nos movimentos sociais.

Medo de ser vaiada?

Não pode ter medo. Uma figura pública, medo de nada. Tem de ir, se expor. Não tem como. Você é uma pessoa pública. O Lula promoveu não sei quantos daqueles conselhos nacionais de saúde, de educação.

Era hora da Dilma fazer isso. Está aí o PNE, o Plano Nacional de Educação. Era para ter um debate sobre a implantação do PNE. No entanto, a notícia que a gente recebe é de cortes na educação. Ainda mais usando o lema que ela achou, “pátria educadora”. Isso tudo explica porque é tão baixa a aprovação dela.

O Sr. é religioso. Que avaliação faz do avanço eleitoral e, principalmente, do comportamento da bancada evangélica no Congresso?

Penso que está sendo chocado o ovo da serpente. Uma das conquistas da modernidade, importantíssima, é a laicização do Estado e dos partidos. Essa bancada está querendo confessionalizar a política.

Explico: eu sou padre ou pastor de uma igreja que considera pecado o cigarro e a bebida alcoólica; e tenho a veleidade que toda a população nem tome bebida alcoólica nem fume. Eu só tenho dois caminhos. O primeiro é converter toda a população à minha igreja; isso é impossível. Mas o segundo é possível: eu chegar ao poder e transformar o preceito da minha igreja em lei civil.

Como aconteceu nos EUA nos anos 20. E eu temo que o projeto deles seja esse, de confessionalização da política. Uma forma de fundamentalismo tupiniquim, altamente perigoso.

Exemplo?

Isso vai se manifestar agora no debate sobre ensino religioso. Minha postura é simples: colégio religioso tem de ensinar religião da entidade mantenedora, se é católico, judeu ou protestante. Bom, tem muito colégio religioso que é mera empresa escolar.

Aliás, os políticos mais corruptos do Brasil saíram todos de colégios religiosos. É de se pensar: que diabo andaram fazendo, que evangelização era essa? Mas, voltando, no ensino público ou no particular laico, tem de ter o ensino das religiões.

Ou você pega o professor de história, que é qualificado para isso, ou você chama o padre para falar do catolicismo, o pastor para falar do protestantismo, o médium para falar do espiritismo, o pai de santo para falar do candomblé. Mas não dá para pedir para o padre contar o que é o espiritismo, porque aí vai ter preconceito.

O que eles estão propondo aí é transformar os colégios em caixa de ressonância de pregações fundamentalistas, tipo criacionismo contra o evolucionismo. Isso é danoso à nossa cultura, à nossa história, à nossa religiosidade.

E, na sua avaliação, porque os evangélicos cresceram eleitoralmente?

Para entender isso é preciso recorrer a um livro do início da modernidade, fim da Idade Média, chamado “Discurso da Servidão Voluntária” (Etienne de la Boétie, 1530-1536). Mostra como é que a cabeça de associação de pessoas é feita, de maneira que elas perdem totalmente a consciência, o livre arbítrio, e se tornam cordeirinhos de qualquer um que queira manipulá-las. É isso.

Muitas igrejas transformam seus fieis em cordeirinhos que, ameaçados pela teologia do medo, acabam seguindo a voz do pastor naquilo que ele dita.

Nas últimas décadas, igrejas evangélicas tiraram, efetivamente, muitos seguidores da Igreja Católica. Basta ver o Censo. É notável também que, de maneira geral, o evangélico parece hoje bem mais militante que o católico. É praticante. Qual é a sua explicação para esse fenômeno?

Aí são dois fatores. Estudos estão mostrando isso: quando havia Comunidades Eclesiais de Base havia menos evasão para as igrejas evangélicas. Acontece que o papa João Paulo 2º e depois o papa Bento 16 fragilizaram as CEBs.

Então hoje, o porteiro do prédio daqui da esquina, a cozinheira da vizinha, a faxineira, elas não se sentem bem na Igreja Católica.

Se sentiriam nas Comunidades Eclesiais de Base, mas elas foram desmobilizadas pela própria igreja, com medo se ser Teologia da Libertação, influência marxista, progressista. Agora, com o papa Francisco, elas estão renascendo.

Estão mesmo? Há sinais disso?

Estão. Teve um sinal bom em 2014, em janeiro, quando teve o 14º encontro das CEBs em Juazeiro do Norte, eu estava lá, e o papa mandou um documento saudando, foi muito importante. E apareceram 73 bispos. Há muito tempo não apareciam tantos.

Porque aí elas estavam no sinal amarelo –elas nunca foram condenadas–, mas estavam no sinal amarelo e agora passou para o verde. Agora, ainda você não tem o corpo, como tinha nos anos 70 e 80, de bispos que invistam nisso. Ainda não tem.

Os bispos que temos aí ainda são todos os pontificado anterior: 36 anos de João Paulo 2º e Ratzinger. A segunda razão é aquilo que o papa Francisco denunciou na Jornada Mundial da Juventude.

Houve uma burocratização da fé. Uso a seguinte imagem: Se você for às 3h da madrugada numa igreja evangélica, você é acolhido, tem alguém lá para te atender.

Se você for às 3h da tarde numa católica, está fechada, tem uma grade, o padre não se encontra e não tem nenhum leigo autorizado, como tem nas evangélicas, para te orientar e te acolher. Não dá para competir.

Eles sabem fazer um trabalho personalizado. Olha os cinemas que se transformam em templos. Sabe como eu chamo isso? A boca canibal de Deus. Né?

Está ali na calçada; é só passar e ser sugado (risos). Na igreja Católica, não. São distantes. Como é que uma igreja evangélica começa?

O pastor vai lá e aluga uma salinha de escritório. Põe lá uma dúzia de cadeiras, uma mesa e pronto, vira um mini-templo.

E aí vai crescendo, porque o dinheiro entra. A igreja Católica deveria aprender muita coisa boa com as evangélicas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Oposição/PSDB - PR) – Senador Paulo Paim, meus cumprimentos. A solicitação de V. Exª será atendida na forma do Regimento.

Eu gostaria de manifestar a minha concordância e meu apoio a V. Exª em relação ao Projeto de Lei nº 2, que oferece ao Governo o instrumento legal a fim de que possa efetuar pagamentos, inclusive atrasados, a aposentados e pensionistas do Aerus. A Justiça, o Supremo Tribunal Federal decidiu que cabe ao Governo pagar, como pagar compete ao Governo. E, evidentemente, se ele necessita desse amparo legal, com a aprovação do Projeto de Lei nº 2, o Congresso tem obrigação de agir rapidamente, na forma da celeridade absoluta, para que os aposentados e pensionistas do Aerus voltem a receber os seus proventos, já com atraso de alguns meses.

Parabéns a V. Exª por essa preocupação!

Concedo a palavra ao Senador Gladson Cameli, para uma breve comunicação.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP - AC Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, antes de iniciar o meu discurso, eu quero cumprimentar o Senador Paulo Paim pelo brilhante discurso e pela sua preocupação com todas as classes que se encontram em greve no nosso País, principalmente com a educação. Não é diferente no meu Estado, o Acre, onde servidores de educação também se encontram em greve, e não está havendo um diálogo, um consenso para que essa greve acabe imediatamente.

Quero cumprimentar todos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, internautas que nos acompanham pelas redes sociais e todos que nos acompanham aqui na nossa galeria. Boa tarde! Sejam todos muito bem-vindos!

Sr. Presidente, dia 06 de agosto, na última quinta-feira, foi uma data inesquecível para a história acreana, que eu não poderia deixar de registrar nos *Anais* desta Casa, data em que relembramos mais uma tentativa dos heróis nordestinos e acreanos de tomar nossa terra do domínio boliviano.

“Não é festa, é revolução!” Com essa frase dita ao Comandante da Intendência boliviana em Xapuri, no meu Estado do Acre, Plácido de Castro deu início à terceira tentativa de tornar independente o Território do Acre, no dia 6 de agosto de 1902, mesmo dia em que a Bolívia comemorava sua libertação do domínio espanhol.

E por que não deixar passar essa data em branco?

Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, como bem comentou o historiador Marcus Vinícius: “A revolução acreana é resultado de um longo processo histórico que se vivia, não somente no Acre, mas em toda a Amazônia”.

Essa data histórica lembra também o ciclo da borracha, nossos soldados seringueiros. A borracha se tornou tão valiosa quanto o ouro e isso contribuiu para a ocupação do Acre.

E não podemos esquecer que a primeira insurreição contra o domínio espanhol ocorreu em julho de 1899, quando o jornalista e diplomata espanhol Luis Galvez proclamou a República Independente do Acre, governo que durou 100 dias, até quando Galvez foi destituído do cargo pelo Exército brasileiro.

Veio a segunda insurreição e, finalmente, Plácido de Castro mudou a sorte dos brasileiros que desejavam se estabelecer naquele território.

Os combates da Revolução Acreana duraram seis meses e terminaram em janeiro de 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis pelo qual o Acre passou a ser reconhecidamente do Brasil. Mas essa luta, esse desejo de ser brasileiro, de ter o coração verde e amarelo, está entranhada em cada acreano e cada acreana. São 113 anos de história.

Hoje, no tradicional bairro Seis de Agosto, na capital, Rio Branco, comemora-se 111 anos de fundação dessa região, que é parte da história do Acre. Os fundadores desse bairro comemoram o maior legado que a revolução nos deixou: a luta, a coragem, a determinação de um povo guerreiro, que tem fé, que é otimista e que está sempre disposto a enfrentar as barreiras em busca de um caminho melhor para todos.

Em nome da população do bairro Seis de Agosto, eu faço esta homenagem aos heróis da revolução acreana, afirmando que a luta continua. Nossa defesa agora é por um Acre desenvolvido, pela geração de emprego e renda para a nossa juventude, para aqueles que carregam nos ombros o orgulho de seus bisavós, de nossos avós, enfim, desse povo que sofreu por nossa independência.

O Acre é de todos os acreanos. De Assis Brasil a Mâncio Lima, a Cruzeiro do Sul, a Marechal Thaumaturgo se comemora essa data histórica. Vamos continuar assim: “sem recuar, sem cair e sem temer”, e que a frase de nosso hino, sirva de inspiração para todos os brasileiros neste momento em que precisamos vencer os desafios de colocar o País no trilho do desenvolvimento.

Viva o Acre!

Vivam os heróis da revolução acriana!

Quero deixar registrado, Sr. Presidente, que embarco, na próxima quinta-feira, ao Alto Acre, aos Municípios de Xapuri, Brasileia, Epitaciolândia e Assis Brasil. No dia seguinte, irei ao outro extremo no nosso Estado, à minha terra natal Cruzeiro do Sul, onde participarei, dia 15 de agosto, do Novenário de Nossa Senhora da Glória. No domingo, sigo a Marechal Thaumaturgo e Porto Walter. Na segunda-feira, pela manhã, vou a duas comunidades: Foz do Breu, que faz divisa com o Peru, e Restauração, duas comunidades distantes, de difícil acesso, mas estarei lá para ouvir aquelas populações mais carentes, mais distantes do nosso País. Retorno para cá na terça-feira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado aos demais Sr^{as} e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Gladson Cameli, o Sr. Alvaro Dias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Gladson Cameli. Pela ordem de inscrição, Senador Telmário Mota.

Como orador inscrito, seu tempo é de 20 minutos.

Depois, uma comunicação inadiável e, em seguida, Senador Aloysio Nunes.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Presidente Paulo Paim, que preside esta sessão, Senadores, Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores e telespectadoras da TV Senado, hoje venho a esta tribuna impulsionado por uma alegria muito grande. Primeiro, na sexta-feira, fomos ao meu Estado, Roraima, precisamente à capital, Boa Vista, entregar, do Programa Minha Casa, Minha Vida, 747 residências, novas residências, aos moradores daquela localidade, do Conjunto Pérola.

Sr. Presidente, fui vereador e líder do Prefeito Iradilson, que havia feito um conjunto com 3 mil casas, logo nos primeiros programas. O ministro de então, na época do PP, esteve lá, viu as casas e gostou muito, tínhamos colocamos 10% das casas para pessoas portadoras de deficiência. Ele gostou muito do tamanho, da estrutura, da infraestrutura e prometeu algumas casas ao Prefeito Iradilson. Assim, vieram as casas do Conjunto Pérola. Tive a oportunidade, como líder, de estar lá com o Secretário Nélio, com o Prefeito, com o Secretário de Finanças, Dr. Getúlio.

Era um local que sequer existia, era um lavrado. Na nossa terra, lavrado é aquela área está só mato – só mato. E ali foram construídas inúmeras casas, hoje é uma cidade, e, agora, fomos entregar ali mais 547 casas, através, naturalmente, de uma parceria com a Prefeitura de Boa Vista.

Mas foram entregues mais outras 200 casas, que foi uma parceria diretamente com entidades, Senador Aloysio, de pessoas que são sem teto, que se organizaram, fizeram as proposições e tiveram esse acesso a 200 casas. E a alegria, Senador Paim, que a gente via em cada cidadão e cidadã, naquela localidade, realmente, era bastante empolgante.

E se é comum, em alguns lugares, a Presidenta receber vaia, em Roraima, ela recebeu aplausos, muitos aplausos. Mais de 5 mil pessoas, e ela foi extremamente bem aplaudida, não só por estar ali entregando aquelas moradias àquelas pessoas tão necessitadas, como por ela ter abraçado proposições que fizemos durante a viagem e, também, proposições colocadas pela própria Governadora Suely Campos na localidade.

Uma é a gente estabelecer um crescimento regional no Brasil, da Região Norte do Brasil com a região sul da Venezuela, e dar ao porto de Guanta, na Venezuela, as mesmas proporções que são dadas hoje no Paranaguá, envolvendo o Paraná.

Ou seja, em Roraima, que hoje está praticamente ilhada no que diz respeito à produção, que precisa alavancar sua economia, que teve políticos que ali passaram e deixaram o nosso Estado na economia do contracheque, surge uma grande luz para podermos equacionar a questão fundiária. Fizemos essa proposição à Presidenta, com a questão dessa parceria com o governo venezuelano, que hoje importa 75% do que consome. E Roraima pode ser o grande produtor de alimentos, principalmente do setor primário, para aquele país, um país vizinho.

Hoje, o grão que vai para a Venezuela vai da Nicarágua, o leite vai do Equador, a carne vai do Brasil, mas não vai de Roraima, que é a nossa fronteira. E Roraima já foi a maior exportadora de carne bovina do Norte do País quando era Território. Então, ela abriu as portas para isso.

Discutimos a questão energética, que é o único ponto do Brasil, no Estado de Roraima, que falta interligar.

E estamos com a linha de Tucuruí paralisada, entre Manaus e o Amazonas, por uma questão ainda nas comunidades indígenas; é uma questão ambiental ali, que não é nem da comunidade indígena, são ONGs vendendo dificuldade para colher facilidade.

Isso tudo foi colocado para a Presidenta. Ela atentou, com muita propriedade, para a questão, também, de uma unidade de conservação. Quando passaram as terras para lá, permitiram que, no decreto do Presidente Lula, ficasse estabelecido que fossem criadas duas áreas de unidade ambiental do Lavrado. Estavam querendo botar essas áreas em áreas que já são utilizadas no setor produtivo. Nós fizemos uma proposição: que essa área seja implantada nas comunidades e nas áreas indígenas, principalmente na Raposa Serra do Sol e São Marcos, porque elas são, primeiramente, típicas – o lavrado verdadeira e propriamente dito –, e que fosse unidade extrativista, em que as comunidades não perdem o domínio da localidade e podem explorar de forma sustentável aquela área, tanto no setor agrícola quanto no setor do turismo.

Senador Aloysio.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Oposição/PSDB - SP. Com revisão do aparteante.) – Senador Telmário, eu ouvi, como sempre, o pronunciamento de V. Exª com muita atenção e, se V. Exª me permitir, farei uma observação a respeito do Programa Minha Casa, Minha Vida. V. Exª participou, com muita alegria, e é justo que assim seja, da entrega de unidades habitacionais no seu Estado, com a presença da Senhora Presidente da

República. Tenho muito entusiasmo por esse programa, meu caro Senador Telmário, e nós, no Estado de São Paulo, já há muitos anos destinamos uma parte dos recursos de ICMS para financiamento de habitação popular, especialmente para a faixa de renda que vai de zero a três salários mínimos. No atual governo, o Governo de Geraldo Alckmin, o Governo de São Paulo complementa, com recursos a fundo perdido, uma parte, que chega a até R\$20 mil por unidade habitacional do Programa Minha Casa, Minha Vida. Uma parceria exemplar, que viabilizou o programa na cidade de São Paulo, onde os terrenos são mais caros. Agora, me dirijo a V. Exª, que é um Senador influente da Base do Governo, para trazer uma preocupação das empresas que trabalham nesse Programa Minha Casa, Minha Vida. V. Exª sabe, há um atraso considerável nos pagamentos. Muitas empresas estão fechando suas portas. As demissões atingem não apenas os trabalhadores que estão diretamente envolvidos nas obras, como também os corpos gerenciais dessas empresas, porque os atrasos de pagamento se tornaram uma constante. Existe uma promessa, agora, de um pagamento até o dia 15 de agosto para as empresas menores – espero que saia. Agora, depois disso é incerteza total. O que o Governo diz é que, conforme o porte das empresas, os pagamentos serão feitos no prazo de 30, 60 e 90 dias, o que, para uma empresa que trabalha tendo que recorrer a banco para poder manter sua atividade, é o caminho para a ruína. Mais ainda, a Caixa Econômica Federal determinou uma redução nas medições no faturamento dessas empresas de quase 50% em contratos já firmados e em obras que já estão em andamento, o que significa demissão, demissão de gente. Então, eu faço este registro para que V. Exª, que tem uma justa preponderância, uma justa presença importante na Base do Governo, leve esta preocupação até a Senhora Presidente da República, porque não basta colher aplausos em uma inauguração, é preciso dar continuidade a um programa que, em grande parte, foi o responsável pelos votos que ela obteve na sua eleição. Muito obrigado.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigado a V. Exª. Veja: cada local é uma realidade. Eu tive a oportunidade de conversar com as empresas inclusive que estavam lá, que estavam entregando as casas, e perguntei sobre esse ponto, sobre como está a questão do pagamento. Em dia, lá estão todos em dia. Então, amém às empresas que estão construindo em Roraima. Mas V. Exª traz uma preocupação pertinente.

Até porque, lá, a própria Presidente anunciou também, Senador, que o programa não só terá vida como haverá um novo lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida. Assim, sem nenhuma dúvida, eu acredito muito na recuperação brasileira – inclusive vou tocar neste assunto daqui a pouco – e acho que os homens de bem, como V. Exª e outros que compõem esta Casa... Acho que o Senado, nesse momento, volta a ser o pilar da política brasileira, com a maior propriedade.

O que a gente vê hoje – o avanço desnecessário, algumas retaliações que estão acontecendo na Câmara – preocupa sobremaneira o Estado brasileiro, preocupa sobremaneira a política brasileira, porque, acima de qualquer diferença, acima de quaisquer interesses pessoais ou partidários, o Brasil é de todos nós, brasileiros, e todos nós temos, com certeza, o interesse maior de este País dar certo e juntos nós temos que levar as proposições.

V. Exª faz um trabalho que eu conheço muito bem e de muito tempo, pois trabalhei em São Paulo e tenho uma grande admiração por V. Exª e outros políticos daquele Estado. Franco Montoro, quando assumiu o Governo e montou sua equipe, eu era auditor do Bradesco. Era um garoto novo, com vinte e poucos anos, e eu ficava horas vendo aquela equipe que André Franco Montoro montou e, depois, quase todos foram governadores, ministros e até um Presidente, como o Fernando.

Então, voltando também, Sr. Presidente Paulo Paim, outra alegria que eu trago no coração é que, neste final de semana, domingo, houve uma disputa de todas as quadrilhas juninas do País aqui, em Brasília. E eu estava lá ontem, porque havia uma representante do Estado de Roraima, a Quadrilha Eita Junino, que foi campeã do nosso Estado. Ela foi uma das últimas a entrar, em um domingo, já quase zero hora, e ela empolgou, ela realmente entrou com a alma, com o coração, trouxe aquela força do Norte, trouxe aquela garra, aquela determinação dos seus componentes, dos brincantes, dos diretores.

Enfim, todos em um só grito, todos em uma só ação, em uma só festividade, e a quadrilha junina do meu Estado foi a campeã brasileira. Ganhou um carro – o prêmio era um carro. Estive lá, rejeitei ir, com todo respeito, ao camarote e ao palco, porque ali eu estava como um torcedor da cultura roraimense, e ficamos ali, na arquibancada, junto com a torcida, porque nem todos eram do Estado – nem todos, não, pouquíssimos, talvez quase nenhum era do Estado de Roraima, todos daqui, do próprio Distrito Federal – e a motivação foi enorme, contagiou. Foi um momento de muita alegria, realmente, que a Quadrilha Eita Junino proporcionou ali naquele festival, naquela disputa de cultura, e foi a grande campeã.

Então, quero parabenizar os brincantes, quero parabenizar os organizadores. O Dr. Dener, inclusive, que é um dos que organizam, é o Defensor Público-Geral e estava lá, como brincante. O Vereador, que é do nosso Partido, o PDT, Sandro Baré, estava lá presente, conduzindo, e recebeu o prêmio como melhor animador do evento.

Portanto, quero parabenizar todo mundo, a Governadora Suely Campos, que contribuiu com a presença da quadrilha aqui; quero também parabenizar o Secretário de Cultura, o Jorge, que estava ali também presente, abraçado com aquela causa, e a vitória veio.

Quero parabenizar todos. Roraima ganhou muito com isso porque levou alegria e mostrou que, embora sejamos um Estado pequeno, longe, estamos bem antenados e temos competência para fazer um trabalho brilhante como aquele que foi feito ontem e que nos levou à vitória. Foi campeã brasileira disputando com o Nordeste todo, Sergipe, Ceará, Pernambuco, Bahia, e acho que até Rondônia estava lá – o Senador Acir Gur-gacz está ali.

Então, venho a esta tribuna, Sr. Presidente, não só para falar dessa questão, mas também quero aproveitar a Rádio Senado e a TV Senado para me confraternizar com a Igreja Assembleia de Deus de Roraima, por ocasião do seu centenário.

Fundada em 28 de agosto de 1915 por Cordolino Teixeira Bastos, recém-chegado em Roraima, vindo do Pará, que propagou a fé cristã na região, a partir da Fazenda Alta, na Ilha de Maracá, no Rio Uraricoera, por muito tempo, a Igreja funcionou em lares de irmãos de fé, tendo conquistado personalidade jurídica apenas em 1948, com a publicação no *Diário Oficial da União* do Estatuto da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, já então sob a condução do Pastor Quirino, que organizou os trabalhos da Igreja Assembleia de Deus.

Iniciando em um templo de taipa, coberto com palha de anajá e luz de carbureto, a Igreja congregou crentes oriundos de outros Estados onde se manifestava a glória a Deus.

Atualmente, a Assembleia de Deus de Roraima é uma Igreja consolidada no Estado, com mais de 55 mil membros, que vai muito além da propagação da fé cristã, o que em si já seria uma missão de elevada nobreza.

A Igreja realiza importantes projetos sociais. Destaco alguns aqui: Minha Casa, Uma Bênção, com a construção de residências para os membros carentes que necessitam de moradia digna; Minhas Mãos Para Deus, com o recolhimento e a distribuição de gêneros da cesta básica para atender a sociedade carente da região e também os missionários necessitados; Baby Chá Missionário, com a coleta e a distribuição de enxovais para os recém-nascidos filhos dos missionários; Serviço Carcerário, programa assistencial que visa à ressocialização de detentos. Dentre as atividades de cunho doutrinário, destaco o projeto Minha Casa, Uma Igreja, que enfoca o ensinamento bíblico genuíno dos lares roraimenses, abrangendo todas as faixas etárias.

A Igreja incentiva e promove a formação de líderes religiosos, tanto no ensino secular quanto no teológico, possuindo uma Escola Preparatória de Obreiros, incentivando a prática da solidariedade numa formação educacional cristã.

Tendo iniciado nos lares de seus fundadores, hoje a Assembleia de Deus em Roraima serve a Deus em 427 tempos em todo o Estado, realizando importante iniciativa na seara social e, principalmente, disseminando o Evangelho de Jesus o povo de Roraima.

Quero parabenizar o Presidente, o Pastor Isamar Pessoa Ramalho, que, com maestria e com sabedoria, oriundo da Igreja, hoje faz com que ela seja a maior igreja evangélica do Estado de Roraima, instalada em quase todos os Municípios do Estado com diversas outras congregações. Agora, ele está indo de Município em Município, fazendo a festividade dos cem anos de existência, levando a paz, o conforto espiritual, a crença, a fé, alimentando espiritualmente o nosso povo, numa grande missão.

Eu aqui saúdo e parabenizo todos os que fazem a Igreja Assembleia de Deus, essa igreja maravilhosa, que tem demonstrado muita unidade, que tem feito um trabalho social belíssimo, que já citamos.

Quero saudar todos os pastores, todos aqueles que estão à frente dessa igreja e, sem dúvida, todos os obreiros que fazem parte dessa linda Assembleia.

Vou concluir, Sr. Presidente, Senador Acir, do meu Partido, meu Líder, que está chegando de viagem, que veio direito para o trabalho. É por isso que o Senador Acir é uma prosperidade como político e como empresário. Ele veio do aeroporto direto para cá, prestando serviço, assumindo a Presidência, e, naturalmente, vai trazer aqui uma fala, sem nenhuma dúvida – eu o conheço –, já discutindo alguma questão correlata ao seu Estado de origem.

Mas, hoje, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, muito se discute, muita tinta tem sido gasta nas últimas semanas em defesa do *impeachment* da Presidente Dilma. Confesso que tenho dificuldade até para compreender os argumentos desses que advogam o impedimento da Presidenta.

(Soa a campanha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Aliás, para ser sincero, acho mesmo que essa tese é a tese dos que não têm argumentos.

Vivemos – e, felizmente, não há qualquer discordância quanto a isso – em pleno Estado de direito. Sendo assim, a Constituição é o parâmetro segundo o qual todos os cidadãos brasileiros, sem exceção, devem se comportar.

O art. 85 da Constituição estabelece como crimes de responsabilidade do Presidente da República atos que atentem contra a Constituição Federal e especialmente contra a existência da União; o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação; o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; a segurança interna do País; a probidade na administração; a lei orçamentária; e o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, telespectadores e ouvintes da Rádio Senado, até o presente momento, não consta que a Presidente Dilma Rousseff tenha cometido algum desses crimes. Não consta, não consta que a Presidente Dilma Rousseff tenha cometido qualquer um desses crimes que poderiam impedi-la, conforme o art. 85 da Constituição Federal. Se há denúncias contra ela, essas denúncias estão sendo devidamente examinadas nas instâncias adequadas, como é próprio de regime democrático e do Estado de direito.

Não é difícil concluir, portanto, que o discurso *do impeachment* só pode ter motivação política.

(Soa a campanha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Pode-se conjecturar que os motivos sejam revanchismo, golpismo, falta de argumentos para fazer oposição e mais um sem-número de outras especulações.

Mas não importam, para mim, os motivos de quem assim procede. O que me preocupa é a ligeireza com que se defende o impedimento da Presidente Dilma. Trata-se do assunto como se o processo de *impeachment* não fosse algo de extrema gravidade.

O impedimento da Presidente da República é uma coisa tão grave, tão traumática, que a simples admissão da acusação contra essa autoridade requer, de acordo com a Constituição em vigor, a aprovação de dois terços da Câmara dos Deputados. Só aí, então, a Presidente da República poderia ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Senado, dependendo da natureza da acusação.

Aliás, as vozes mais responsáveis da oposição têm advertido contra essa precipitação política tão indesejável. É o caso do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Senador Aloysio, que acabou de sair daqui e que foi candidato a Vice na chapa de Aécio nas últimas eleições. Eles compreendem perfeitamente o processo político em curso e, por isso mesmo, têm se manifestado com lucidez em favor da legalidade.

O Senador Aloysio declarou, há poucos dias, que não vê base para o *impeachment*. “Não se pode brincar com isso”, disse o Senador, que, apesar de suas compreensíveis críticas à gestão de Dilma Rousseff, sabe a gravidade de um processo de impedimento da Presidente da República.

Assim, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, é preciso cautela e prudência. É preciso respeito à Constituição e às instituições. E uma das mais importantes instituições que temos é o processo eleitoral. Gostasse ou não da Presidente da República, ela foi escolhida pela população e, no caso particular, pela maioria dos eleitores, em segundo turno.

Não se pode, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, sem justa motivação e provas cabais, atentar contra a vontade do povo, manifestada de forma livre e soberana nas urnas. Seria o mais iníquo dos crimes contra a democracia e contra o Estado de direito, pelos quais tanto se lutou neste País, quando tantas vidas foram cerceadas.

Vejo com tristeza e até como irresponsabilidade a fala do Sr. Carlos Ayres de Britto, ex-Presidente do Supremo Tribunal. Ele deveria, antes de proferi-la, antes de colocar em xeque a autoridade da Presidenta, antes de colocar em dúvida os poderes da Presidência, antes de dizer que, com ela ou sem ela, terá de haver um pacto... Eu não vejo nele autoridade para vir reclamar para a sociedade brasileira ou para colocar uma opinião dessas num momento de tamanha gravidade. Entendo que o Sr. Ayres foi extremamente irresponsável com a democracia brasileira. Ele, que era juiz e que foi Ministro da Justiça, deveria ter tido mais comedimento com relação às suas palavras. Num momento como este de crise, é hora de o cidadão brasileiro, aquele que tem responsabilidade, aquele que tem compromisso com o Brasil e que realmente quer um Brasil para todos, um Brasil unido, e não um Brasil de especulação... Ele não poderia colocar em xeque a capacidade e, sobretudo, o direito legal da Presidente Dilma. Fica aqui meu protesto. Digo mais: ele usou de irresponsabilidade para fazer essas acusações.

Concluo minha fala, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Telmário Mota, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Senador Telmário Mota, que fez um brilhante pronunciamento nesta tarde e que esteve com a Presidenta Dilma em Roraima. Passo a palavra agora à Senadora Gleisi Hoffmann, pela Liderança do PT.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, quem nos ouve pela Rádio Senado e nos assiste pela TV Senado, eu queria, em primeiro lugar, parabenizar o Senador Telmário Mota pelo discurso, principalmente pela parte final, quando ele faz um chamado à responsabilidade ao ex-Ministro Ayres Britto. Concordo plenamente com ele. Acho que, no momento de discussões acaloradas em que estamos vivendo, no momento em que precisamos de equilíbrio, não pode um ex-Ministro da referência do Sr. Ayres Britto ter uma fala que não seja condizente com a legalidade e com a defesa das nossas instituições e da Constituição.

Hoje, Sr. Presidente, eu queria usar a tribuna desta Casa para tentar fazer uma reflexão sobre o momento em que vivemos, sobre a situação econômica do Brasil e sobre o momento político pelo qual nós passamos.

O Senado Federal, e não posso deixar de mencionar a Câmara dos Deputados, tem sempre de contribuir para o entendimento do que se passa em nossa sociedade. Mais do que isso, as duas Casas do Congresso Nacional não podem faltar com a responsabilidade nos momentos mais importantes da nossa história.

Nesse sentido, tentarei fazer uma avaliação como contribuição para o debate e, mesmo sem querer ser muito pretensiosa, apontar rumos para a superação dessas dificuldades na área econômica e das tensões na área política, com humildade, com compromisso e com responsabilidade.

Quero começar olhando para o quadro econômico. Respeito as opiniões divergentes, mas, avaliando o que acontece com a economia mundial desde 2007, considero que o Governo brasileiro, com Lula e depois com a Presidenta Dilma, Sr. Presidente, teve muito mais acertos do que erros.

Lembremos que, em junho de 2007, estourou a chamada bolha imobiliária nos Estados Unidos. O sistema de financiamentos e de refinanciamentos de imóveis com o mecanismo chamado *subprime* revelou-se uma verdadeira corrente sem sustentação real na economia, o que provocou a quebra de importantes instituições especializadas em crédito imobiliário e arrastou a economia americana para a quebradeira.

O Brasil atravessou com relativa tranquilidade o período de junho de 2007 a setembro de 2008, quando quebrou o Banco Lehman Brothers. Naquele momento, a nossa economia foi fortemente afetada: o sistema financeiro travou completamente, o crédito despencou de um dia para o outro, pegando desprevenidas as empresas do setor produtivo que dependiam da irrigação do crédito para tocarem suas atividades, para gerarem empregos e riquezas.

Entre outubro de 2008 e janeiro de 2009, mais de um milhão de trabalhadores brasileiros foram demitidos, e fábricas tiveram suas linhas de produção paralisadas por falta de recursos para continuarem trabalhando.

O que salvou a nossa economia, evitando que fôssemos tragados pela crise, já de nível mundial, foi a pronta ação do Governo Federal. Sob a liderança de Lula, o governo acionou os bancos públicos e providenciou a retomada do crédito para as empresas. Em termos orçamentários, o governo Lula inovou no enfrentamento à crise. Em vez de cortar os gastos e paralisar os programas e políticas públicas, o governo os manteve e ainda criou o Minha Casa, Minha Vida, hoje tão reconhecido. Portanto, não entramos naquele furacão de demissões que o mundo presenciou.

Em vez de aumentar tributos, como sempre se fez, o Governo baixou vários deles, usando essa redução como política pública para estimular a economia, fazer baixar os preços e impulsionar o consumo. O resultado foi que, em 2009, tivemos crescimento econômico e geração de mais de um milhão de novos empregos, e, em 2010, crescemos 7,5%.

São essas políticas que estão sendo questionadas agora, Sr. Presidente. Os analistas de fatos consumados dizem que esse enfrentamento, que evitou uma grande crise no Brasil, vai nos levar a uma situação insustentável. Será?

Nesse ponto, quero lembrar das consequências da crise iniciada nos Estados Unidos e espalhada depois por todo o mundo. Oito anos depois, a economia americana ainda luta para sair da crise. Está saindo agora. A Europa, arrastada pelo furacão, ainda vive dias muito difíceis, com vários países convivendo com recessão econômica e desemprego, como a Itália, a Espanha, a Irlanda, Portugal, a Grécia. As economias mais fortes, como a da Alemanha e a da Grã-Bretanha, conseguem manter-se em melhor situação, mas, ainda assim, convivem com baixos índices de crescimento e dificuldades para o emprego.

Com a generalização da crise, aumentou muito o protecionismo, e o comércio mundial foi reduzido, com grandes impactos sobre as economias nacionais. Até a China que, na prática, é o maior motor da economia mundial, sentiu os efeitos e teve seu crescimento refreado cerca de 10%, para a casa de 7,5%, e isso tem impacto sobre a economia brasileira, é lógico.

É importante colocarmos esses dados, porque a maioria dos nossos analistas, dos nossos economistas, faz análise do Brasil para o Brasil. Não contextualizam, não colocam o País no cenário global. Não é possível não sofrer efeitos de uma crise econômica como estamos vivendo no mundo. Não é possível isolar o Brasil disso. O que nós queremos mostrar é que, com todas as dificuldades da economia mundial, uma das mais terríveis crises que nós tivemos nos últimos anos – aliás, dizem que essa crise, que iniciou em 2007/2008, com a quebra do sistema de financiamento habitacional nos Estados Unidos, é mais terrível do que a de 1929 –, como podemos querer que o Brasil não sofra esses efeitos? O que nós estamos tentando dizer é que o Brasil conseguiu enfrentar, com as suas políticas internas, uma ação mais perversa dessa crise enorme na economia mundial.

Durante o primeiro mandato da Presidenta Dilma, o Governo centrou seus esforços em minorar, minimizar os efeitos da crise aqui no Brasil. Nós enfrentamos um verdadeiro *tsunami* de dólares no mercado mundial, fruto das políticas de vários países, especialmente da Europa e dos Estados Unidos, que buscavam diminuir os efeitos negativos, reanimar as suas economias e utilizavam o câmbio para isso. É óbvio que nós tivemos impacto. Nós somos um grande exportador de *commodities*. É impossível, quando o câmbio dessas economias sofre alteração, nós não termos aqui, no Brasil, a sua interferência.

Se olharmos em perspectiva, não há como reconhecer que conseguimos evitar uma enorme crise econômica e social no nosso País. Não conseguimos manter o crescimento, é certo, mas estancamos o desemprego. É sempre bom lembrar o que aconteceu na Espanha, com um desemprego de 20% – inclusive, com a juventude, chegou a 40% –, ou na Itália, com 24%, ou em outros países da Europa, e com um desemprego proporcionalmente muito maior entre jovens, em alguns casos atingindo, como a Grécia, 54%. Aqui, nós conseguimos proteger o emprego e a renda. Criamos um colchão de proteção social. O nosso salário mínimo tem poder de compra. Nós temos programas sociais que não deixaram as pessoas cair na miséria, na extrema pobreza, como é o caso do Bolsa Família.

É claro que todo esse esforço nos cobra hoje uma fatura muito grande. A crise mundial se mantém. Os efeitos dela se fazem sentir no Brasil, e o Governo esgotou suas possibilidades para ajudar as empresas e gerar emprego. Tivemos, em 2014, um grande déficit orçamentário, com consequências que ainda nos afetam.

É possível que o Governo tenha cometido erros em seus esforços para tentar conter a crise, mas me parece muito mais fácil dizer isso hoje, porque, no momento da crise, o que é sociedade mais cobra é ação governamental para evitar o pior. Fui Ministra-Chefe da Casa Civil e me lembro de Senadores e de Deputados que iam falar com a Presidenta para que medidas fossem tomadas a fim de evitar a crise; a crise da seca, por exemplo, no Nordeste; evitar a migração de pessoas para o Sul e o Sudeste, fazer com que nós tivéssemos programas para que as pessoas permanecessem lá sem passar fome, sem passar dificuldade.

Foram milhões gastos nesse programa, mas nós não iríamos fazê-lo? Iríamos deixar as pessoas morrer? Iríamos cortar o Bolsa Família ou cortar a bolsa que nós demos para a situação da seca? Claro que não! A função de um governo é proteger sua gente, é proteger a vida, é proteger a melhor forma para as pessoas viverem. É isso que a Presidenta fez. Por isso que eu disse, no início do meu discurso, que, embora tenham ocorrido erros, os acertos foram muito maiores, se nós olharmos os efeitos e as consequências da crise no nosso País em comparação com outros países.

É inegável que nós temos dificuldades econômicas e fiscais. É inegável. Eu reconheço isso, embora não concorde de maneira alguma com o catastrofismo que vejo estampado nos jornais, como se enfrentássemos o pior momento da nossa economia. Alguns até dizem isso. Um claro exagero.

Considero que o que agrava as dificuldades que enfrentamos é a política. Tivemos uma campanha eleitoral difícil, dura.

O Sr. Raimundo Lira (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senadora Gleisi, quando for oportuno para V. Ex^a, eu gostaria de fazer um aparte.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Por favor, Senador, eu lhe concedo a palavra.

O Sr. Raimundo Lira (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senadora Gleisi, em 2010, quando o Brasil, na expressão popular, estava “bombando”, sempre, nos meios econômicos em que vivo, até no exterior, entre brasileiros, lógico, eu dizia: “O Brasil não está tão bem como estão pensando, porque ele precisa de alguns ajustes, precisa se preparar para algumas dificuldades que eventualmente possam vir no futuro.” Da mesma forma, eu estou defendendo agora: o Brasil não está tão ruim como estão dizendo. Em todas as crises econômicas que nós tivemos, desde a redemocratização do País, em todas elas, Presidente, nós tivemos também uma crise cambial, uma crise sobre a qual o País não tem controle. Agora, nós não estamos tendo crise cambial. Nós temos uma reserva de US\$370 bilhões a US\$374 bilhões, o que é uma das garantias, uma das âncoras para o Brasil atravessar essas dificuldades. E, quando me falam sobre a questão política, eu gosto sempre de comentar que nós tivemos agora uma crise diferenciada, porque foi uma conciliação entre a crise política e a crise econômica. Eu conversava com o Senador Eunício Oliveira, nesse recesso, e dizia que o Senado não tem que ser o Poder

Moderador da República em relação ao Poder Legislativo. Ele tem essa obrigação. Nós somos eleitos para ser a Casa Revisora e o Poder Moderador, tanto é que a idade mínima para candidato a Senador é 35 anos. Eu ainda acho pouco, porque eu cheguei aqui, pela primeira vez, com 42 anos e achei que ainda estava jovem para esta Casa. Esta é a Casa dos ex-Governadores, de Parlamentares que já foram Deputados Federais várias vezes. São pessoas experientes, que têm história política neste País. Portanto, nós não podemos e não devemos seguir a mesma forma de funcionamento da Câmara dos Deputados. Nós temos que ser diferentes, porque, se assim não fosse, não haveria necessidade de um sistema multicameral. Só precisava haver um Congresso único. Nós somos o Senado para que possamos desempenhar essa nossa obrigação. O mandato do Senador é de oito anos, o dobro do mandato do Deputado, exatamente porque foi criada essa forma jurídica e legal para que o Senador, nos momentos de dificuldade, pudesse tomar decisões que não tivessem uma visão imediata do voto, da questão eleitoral. Ele tem a obrigação de tomar decisões que sejam importantes para o País. Muitas vezes, aparentemente, elas não são boas naquele momento, elas não são populares, elas não são reconhecidas, mas nós temos a obrigação e temos que ter amadurecimento para agir aqui de tal forma que possamos contribuir para que essa crise política seja resolvida com a ajuda e a determinação dos Senadores e do Senado Federal, Sr. Presidente. Não podemos aqui, de maneira nenhuma, seja com pressão ou sem pressão, votar questões que vão agravar a crise econômica do nosso País. Se agrava a crise econômica, nós estamos contribuindo para agravar a crise política do País. E, como eu tenho um histórico de legalidade, sempre fui legalista, minha família sempre foi legalista, sempre preservou essa característica, eu entendo que nós temos que resolver essa questão política em torno de uma Presidenta que foi eleita pelo voto popular.

(Soa a campanha.)

O Sr. Raimundo Lira (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Achando bom ou não, nós temos que ter o nosso Plano A. O Plano A do Brasil, da política nacional, tem que ser com a Presidenta que foi eleita pelos brasileiros. Portanto, mais uma vez, aqueles apelos que eu tenho feito individualmente aos meus colegas, faço-os de público agora: nós temos que fazer com que o Senado cumpra a sua obrigação, o seu papel constitucional, que é de ser a Casa Revisora e o Poder Moderador deste País. Muito obrigado, Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço-lhe, Senador Raimundo Lira, pelas suas palavras e pela sua colocação, porque é isso mesmo. Nós temos que trazer a mediação, a responsabilidade e o equilíbrio para um momento como este. Não dá para jogar fogo ou gasolina na fogueira, como se diz. Acho que o Senado da República tem essa responsabilidade.

V. Exª falava, e eu me lembrava de uma conversa que tive com nosso ex-Presidente, ex-Senador Sarney. Ele fazia uma figuração do papel da Câmara e do Senado, contando a história inclusive da formação do Congresso nos Estados Unidos. Ele disse assim: “Para convencer à formação de um sistema unicameral, o exemplo usado foi o de uma xícara e um pires. A xícara é onde cabe o chá fervendo – eram os ingleses falando. Todo o chá é derramado, fervendo, na xícara. Muitas vezes, você não consegue beber aquele chá quente. Aí, o que você faz? O pires pode servir para segurar a xícara e não queimar a mão, mas também para derramar um pouquinho do chá e bebê-lo mais frio.” Portanto, o papel do Senado é parecido com o do pires. Cabe a nós receber aqui e tentar realmente esfriar o anseio, a forma de atuação que, muitas vezes, a Câmara, a Casa dos nossos Deputados tem.

Concedo um aparte à Senadora Vanessa.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM. Sem revisão da oradora.) – Agradeço a V. Exª, Senadora Gleisi. Da mesma forma, quero dizer que acabo de chegar do Rio de Janeiro, onde participei, pela manhã, de um evento no TRE com mulheres debatendo “As mulheres na política”. Há uma mobilização nacional, os olhos estão voltados para esta Casa na próxima quarta. Vinha voltando do aeroporto ouvindo, primeiro, o pronunciamento do Senador Telmário e, agora, o de V. Exª. Quero me somar a esses pronunciamentos. V. Exª faz um pronunciamento muito didático, que, aliás, é importante e necessário para a população brasileira ter claro como os dados estão sendo manipulados. Eu não vou tomar o seu tempo – eu me inscrevi e em seguida falarei –, mas é preciso que todos nós falemos, dialoguemos com a população e que isso seja dito e ouvido. O problema do Brasil não é econômico, o problema econômico está na Europa, na Grécia, que tem 25% de taxa de desemprego. Lá está o grande problema econômico, assim como na Ásia. Aqui no Brasil nós enfrentamos a mesma turbulência que os outros países do mundo, a mesma queda no preço das *commodities*, só que quem sofreu não foi o povo brasileiro. Ou será que a mensagem que eles estão querendo passar é que a inflação poderia e deveria estar mais baixa? À custa de 18%, 20% de desemprego? É isso o que eles querem dizer? Pois então que eles digam! Eu prefiro ficar deste lado, onde o desemprego cresceu um pouco, é verdade, mas está em 6,9%, muito diferente do desemprego de 15%, 18%, 20% que têm outros países do mundo. Então, cumprimento V. Exª, sobretudo pela capacidade que tem de dialogar com a Nação brasileira para que perceba

que o problema do Brasil é um problema político daqueles que não aceitam até hoje que a Presidente Dilma saiu vitoriosa nas últimas eleições. Parabéns, Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senadora Vanessa. Era exatamente sobre esse tema da política que eu ia começar a falar agora, porque também penso como V. Exª: o que agrava as dificuldades que enfrentamos é a política.

Nós tivemos uma campanha eleitoral difícil, dura, com importantes alternâncias na disposição popular, mostradas pelos institutos de pesquisa. O resultado foi emocionante, apertado. Primeiro, pela presença, de certa forma até previsível, mas que se concretizou apenas na última hora...

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ..., do Senador Aécio Neves no segundo turno contra a Presidente Dilma. Depois, pela vitória da Presidente Dilma ter sido bem mais apertada do que se vira em eleições anteriores.

A partir do resultado eleitoral, nós temos uma radicalização ainda maior na política. O candidato perdedor e seu partido, inconformados, tentaram várias manobras sucessivas para mudar o resultado das urnas. Primeiro, entraram com um pedido de auditoria e recontagem dos votos. Malsucedidos, tentaram reabrir a verificação das contas de campanha de Dilma, cobrando que o TSE cassasse o registro da candidata, depois de empossada. Isso com o agravante de que as contas de Aécio não apresentam, na sua essência, diferença alguma daquelas da campanha vitoriosa de Dilma.

Com o fracasso previsível dessa segunda tentativa, resolveram os perdedores de 2014 investir no julgamento das contas do Governo no ano passado, pelo TCU, na esperança de que, com isso, conseguiriam abrir um processo de responsabilidade e de *impeachment* da Presidenta eleita e empossada. Aqui não posso deixar de comentar o oportunismo com que essa discussão tem acontecido, oportunismo. O Tribunal de Contas da União nunca se preocupou seriamente, Sr. Presidente, com questões como as apontadas, apelidadas de “pedaladas”, nunca se preocupou.

Está demonstrado que essa é uma prática normal de outros governos. Aliás, isso foi demonstrado aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, na Comissão Mista de Orçamento, em pareceres da Advocacia-Geral da União, do próprio Ministério do Planejamento e de vários economistas que analisaram as peças orçamentárias e a execução financeira.

Os Ministros do Tribunal de Contas sabem disso, porque já deram parecer e veredicto em outras contas que tinham as mesmas situações, ditas “pedaladas”. Mas parece que temos vários deles engajados no esforço de inviabilizar o mandato da Presidente escolhida pelo voto popular. Curiosamente, são os Ministros políticos os mais engajados nisso.

Os Ministros eleitos por esta Casa, representantes da Câmara e do Senado, que já tiveram mandatos parlamentares, constituem a maioria naquele colegiado. Não tenho nada contra os políticos. Aliás, eu faço sempre uma reflexão: se o Tribunal de Contas teria que ter representantes políticos entre os seus Ministros. Mas essa é outra discussão. Não tenho nada contra. Eu só peço um favor a esses senhores que foram políticos, que já usaram tribuna e que se manifestaram politicamente: parem de dizer que as suas razões são técnicas, porque, além de isso não ser verdadeiro, é feio. É muito feio.

Há outro fator que eu quero lembrar aqui: a Presidenta da República não pode ser processada por atos que não tenham sido cometidos durante o seu mandato. Está na Constituição, na letra da Lei Maior. Ministros do STF já se manifestaram nesse sentido também. Ou seja, a regra inviabiliza a tentativa de afastamento da Presidenta com base na polêmica tese das pedaladas, mas continuamos a ouvir essa história, incessantemente.

E o que achei mais espantoso foi ouvir, na semana passada, lideranças do PSDB declarando que não desejam promover o *impeachment* de Dilma. O que querem mesmo é a realização de novas eleições. Ótimo! Então o que querem esses líderes é seguir o que está estabelecido na Constituição, correto? Não, errado: querem novas eleições agora, antes de 2018! Difícil entender como se daria isso, porque não explicaram. Temos uma Presidenta eleita, empossada e no exercício do mandato. Nossos líderes tucanos não querem o *impeachment*, mas querem novas eleições. De preferência, eleições que eles vençam, claro, porque, se perderem poderemos ter que ouvir novamente todas as desculpas que estamos ouvindo desde o resultado das urnas que decepcionou tanto o PSDB.

Neste ponto, quero me manifestar sobre uma coisa óbvia: a oposição, normalmente formada por quem foi derrotado nas eleições, não tem qualquer obrigação de apoiar o Governo. Pelo contrário, o que se espera é que a oposição se posicione contra os programas de governo e defenda seus próprios programas, como alternativa aos da situação.

Mas o problema político se agrava pelo verdadeiro desmanche por que passa a chamada base governista. Desde a disputa pela Presidência da Câmara dos Deputados, com disputa acirrada nos debates, embora o candidato Eduardo Cunha tenha vencido com folga numérica de votos, a base do Governo está desorganizada e mesmo sublevada contra o Executivo.

(Soa a campanha).

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não há como negar isso.

Com certeza temos vários motivos para esse desentendimento (disputa por espaços no Governo, disputa pela agenda de votações, falta de diálogo entre as forças políticas, ressentimento com a Operação Lava Jato e outros). Mas quero chamar atenção para uma coisa também óbvia: essas disputas dentro da base podem ser consideradas normais. O que não é normal e está acontecendo é o verdadeiro esforço concentrado para votar uma pauta que não apenas é contra o Governo, contra Dilma, contra o PT, mas é contra o País.

Para os meus pares que reclamam da dificuldade de diálogo do Governo, da precariedade da articulação política, da demora na tomada das decisões, quero dizer que concordo com boa parte dessas críticas. O que não defendo e não endosso é essa utilização do poder de legislar para aprovar medidas que vão impactar nas contas deste e dos próximos governos.

Não vejo como se pode justificar tudo isso. Já ouvi colegas comentando que essas votações destinam-se a mostrar ao Governo a insatisfação do Congresso, têm como objetivo constranger a Presidenta Dilma e obrigá-la a vetar os projetos e se desgastar ainda mais. Ou seja, nós vamos botar fogo no circo e quem puder que apague. Sem contar que as emendas à Constituição, que estão sendo votadas neste Congresso, não podem ser objeto de veto por parte da Presidenta. Então, nem isso ela vai poder fazer.

Acho lamentável a tranquilidade com que se colocam na pauta e se aprovam projetos cujo impacto orçamentário sequer é calculado. Tivemos votações importantes, como a do fim do fator previdenciário, o reajuste para os servidores do Judiciário, o aumento real para as aposentadorias e, agora, a PEC que promete equiparar os salários de advogados, procuradores e delegados com os dos ministros de tribunais superiores. Sem entrar no mérito do direito dessas categorias, quero entrar na oportunidade, ou falta dela, do momento que estamos vivendo.

Então, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que queremos com essas votações? Demonstrar a insatisfação com o Governo Dilma dentro da base governista? Evidenciar a combatividade da nossa oposição contra o Governo? Esse sentimento justifica explodirmos as contas governamentais federais e também a dos Estados? Sim, porque isso impacta nas contas estaduais. Disputas políticas podem justificar decisões que, evidentemente, vão prejudicar a capacidade fiscal dos entes federados por muitos anos? Acho que não.

Aqui quero frisar uma coisa importante: essas matérias foram votadas por partidos governistas, inclusive o Partido dos Trabalhadores, do qual faço parte e cuja posição lamento, e por partidos de oposição. Vejam que o PSDB votou pelo fim do fator previdenciário – instituído pelo PSDB –, e essa PEC da equiparação foi aprovada quase por unanimidade. Mas quanto custa isso para o contribuinte? Qual é o impacto orçamentário dessa bondade? Eu duvido que isso tenha sido calculado.

Vou concluir, Sr. Presidente.

Quero registrar que, se é possível juntar a favor dos mesmos projetos o PT, o PMDB e o PSDB, se é possível que governistas e opositores dialoguem e resolvam votar juntos nesta Casa, como estamos vendo, então que seja para aprovar reformas capazes de melhorar nossa economia, projetos que tenham o poder de melhorar a vida da nossa população, especialmente da parcela mais pobre, menos privilegiada, que não tem como fazer *lobby* nesta Casa, e não para votar pautas bombas, tentando constranger a Presidenta, o que, na realidade, afeta o povo brasileiro e o Brasil.

O momento é de dificuldades. O Governo precisa acertar sua situação fiscal. Nossa economia não passa por um momento favorável. Precisamos criar condições para a retomada do crescimento e para a geração de emprego. E o Congresso Nacional pode fazer muito como participe da construção de saídas para o nosso País.

É preciso restabelecer condições para apoiar Estados e Municípios, que também enfrentam dificuldades, porque o que estamos vendo hoje pode acabar se tornando uma união contra os interesses maiores do País. Ter a maioria do Congresso votando projetos de aumento de despesas sem receita correspondente não ajuda o Brasil e não dignifica a nossa função.

Não estamos numa crise econômica estrutural, mas, sim, numa situação de dificuldade econômica. Agora, se continuarmos nos comportando como estamos vendo se comportar o conjunto da Câmara e do Senado, do Congresso Nacional, aí nós vamos entrar numa crise estrutural.

Tanto o Senado quanto a Câmara dos Deputados podem fazer muito mais e melhor do que isso para o Brasil. Esse é nosso papel como representantes desse povo que nos elegeram, que confiou em nós. É isso o que

a população espera de nós. Nosso dever e nossa responsabilidade é buscar caminhos construtivos que nos levem a bons resultados para que o País possa continuar avançando com segurança, diálogo, esforço e seriedade. Este é o papel da política: construir soluções para os impasses, estabelecer pontes para que o País possa avançar. É isso o que se espera de nós.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Meus cumprimentos, Senadora Gleisi Hoffmann, pelo seu pronunciamento.

Passo a palavra agora ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, do PSDB do Estado de São Paulo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste pronunciamento não vou tratar de assunto que diga respeito à polêmica entre situação e oposição aqui no Senado – acabo de ouvir um pronunciamento instigante da minha colega Senadora Gleisi Hoffmann; já disse a ela que concordo em parte, a outra parte será objeto de debate futuro.

Hoje quero me ater, minha caríssima colega Gleisi Hoffmann, a um tema que, me parece, deveria ser objeto de uma reflexão conjunta entre situação e oposição, pois é um tema da política externa brasileira.

Refiro-me à Venezuela não para, digamos, me ater unicamente às questões venezuelanas, mas trago este assunto à tribuna do Senado porque creio que o Brasil, o Governo brasileiro, o Estado brasileiro e suas instituições democráticas não podem ser indiferentes àquilo que está acontecendo nesse país vizinho, por razões econômicas, por razões políticas, por razões de segurança. Aquilo que ocorre na Venezuela nos afeta, e nos afeta grandemente.

A Venezuela é um parceiro importante de investimentos, de comércio, e a situação de descalabro econômico que enfrenta esse país já está hoje afetando inclusive a possibilidade de as empresas brasileiras, que investiram na Venezuela, receberem de volta o repatriamento da sua justa remuneração.

A Venezuela pode se ver de braços com uma crise humanitária mais grave do que a conhecida hoje. As notícias que vêm a esse respeito são inquietantes. Fala-se inclusive do uso, por seres humanos, de medicamentos veterinários diante da carência de medicamentos para o tratamento de doenças.

Essa crise humanitária poderá gerar uma nova onda de refugiados para o nosso País, no desespero, buscando asilo, buscando um lugar seguro para viver. Temos uma fronteira longa, problemática, que separa a Venezuela do Brasil, no Estado do Amazonas e no Estado de Roraima, fronteira que precisa ser controlada, vigiada, para garantir que não seja permeada por traficantes de drogas, por traficantes de seres humanos, por traficantes de armas.

Enfim, tudo nos leva a desejar que a situação da Venezuela se estabilize e que o país caminhe para a ordem, dentro da democracia e mediante o diálogo entre o governo e a oposição.

Nós estamos a quatro meses, Sr^{as} e Srs. Senadores, das eleições na Venezuela. Como disse, lá faltam produtos básicos, a inflação é galopante, a economia está em frangalhos, as filas são o tormento diário da população, especialmente da população pobre. E não é por pobreza desse país. A Venezuela é um país rico, possui uma das maiores reservas de petróleo do mundo. Não está situada em região de conflito bélico, como os países que produzem petróleo no Oriente Médio.

A Venezuela tem tradição democrática respeitável. A democracia se manteve pujante mesmo em períodos em que as ditaduras infelicitaram muitos países da América do Sul, inclusive o Brasil.

No entanto, vive hoje uma crise econômica e uma crise política. O grupo que comanda a política na Venezuela, o grupo dirigente atual, se beneficiou de um período de bonança, com a alta dos preços do petróleo. Hoje, infelizmente, o petróleo não atinge sequer 50% do preço que tinha quando o chavismo chegou ao poder.

Embalado pela riqueza imediata, esse grupo deixou de criar as bases sólidas para o desenvolvimento econômico e social da Venezuela. Esse edifício foi construído em bases frágeis, em base de preços de petróleo, na aposta de que eles se mantivessem altos, e, politicamente, era sustentado pelo carisma extraordinário da personalidade de Hugo Chávez, que, depois de morto, é ainda objeto de um verdadeiro culto, quase religioso.

Com a queda do preço do petróleo, o desaparecimento de Chávez e a sua substituição por um novo dirigente que não tem, nem de longe, as qualidades de agregação, as qualidades de infundir entusiasmo, de despertar na população mais pobre o sonho de uma vida mais próspera, mais igual, os problemas desse regime são cada vez mais evidentes.

É claro que o governo Maduro não está sendo capaz de lidar com a nova situação. Em vez de promover ajustes, promove políticas econômicas no pior estilo populista, o que só faz agravar a situação.

Mas o problema mais preocupante, Sr. Presidente, é a escalada autoritária. Desde o início de 2014, quando a população foi às ruas da Venezuela para protestar, o governo reagiu com violência, com arbitrariedade,

com a prisão de opositores, com o controle cada vez mais rigoroso dos meios de comunicação e do próprio Poder Judiciário.

Já não creio que os nomes de Leopoldo López, de Daniel Zeballos, de María Corina Machado, de Antonio Ledezma, líderes opositores, presos ou, como é o caso de María Corina, impedidos de participar das eleições, já são por demais conhecidos desta Casa. Além deles, hoje existe mais de uma centena de presos de consciência, presos políticos na Venezuela, conforme denúncias de organizações de direitos humanos respeitáveis e de um grupo de trabalho das Nações Unidas, que qualificou de detenção arbitrária a prisão de opositores.

Além das questões, os imperativos econômicos e políticos imediatos que levam – deveriam levar – o Governo brasileiro a uma postura mais firme, mais consequente com a vocação democrática do nosso povo, há uma razão também constitucional: é que a prevalência dos direitos humanos é um dos princípios constitucionais que deve reger nossa atuação internacional.

Quando o assunto é democracia e direitos humanos, a questão de ingerência em assuntos internos em outros países deve ser relativizada, considerando que o Brasil e a Venezuela firmaram compromissos importantes, compromissos internacionais importantes, que têm valor jurídico e que devem ser arguidos para, à sua sombra e sob a sua égide, promover uma mudança nessa situação de deterioração da democracia e dos direitos humanos.

Refiro-me, para não falar da Carta Democrática da OEA, ao Protocolo de Ushuaia, sobre o compromisso democrático no Mercosul, que determina que a plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para participação nesse bloco. Ora, a vigência de instituições democráticas não se limita, simplesmente, à aferição de algum mecanismo formal ou na marcação de datas nas eleições, embora a marcação de datas tenha sido um momento importante e saudado por todos nós. A vigência de instituições democráticas diz respeito a questões relativas ao exercício democrático do Poder Público e a valores democráticos na vida da política, no exercício da política.

Também são passíveis de caracterizar uma situação de ruptura da ordem democrática não apenas o cancelamento de eleições, mas a utilização do Poder Público para silenciar, para intimidar, para acossar os opositores; para interromper a livre associação e as atividades dos membros da oposição política.

A violação de freios e contrapesos no exercício entre os Poderes de uma república também constitui um sinal inquietante de ruptura da ordem democrática – é o que ocorre hoje com a preponderância do Poder Executivo, exercido quase que unipessoalmente pelo Presidente Maduro em relação à Assembleia Nacional, uma vez que ele governa e legisla por decreto pessoal, além da ingerência sobre o Poder Judiciário, que é apenas uma caixa registradora dos desejos do Poder Executivo.

O Senado, meu caro Presidente, não está de braços cruzados dentro dessa situação de crise da Venezuela. Nós já tivemos aqui, desde a Legislatura passada, na Comissão de Relações Exteriores, sob a Presidência de Ricardo Ferraço, a presença de María Corina Machado, que nos fez um relato da situação dramática do seu país. Tivemos, em seguida, já nesta Legislatura, na minha Presidência na Comissão de Relações Exteriores, a visita das esposas de Leopoldo López, Lilian Titor; de Antonio Ledezma, Mitzy Ledezma; e a visita da Srª Rosa Orozco, cuja filha foi assassinada por um membro da Guarda Nacional, durante a repressão aos protestos de 2014.

Em junho passado, houve duas missões oficiais do Senado à Venezuela. Uma foi integrada por vários Senadores opositores e também da Base do Governo. Eu participei dessa missão, que foi impedida de se deslocar do Aeroporto de Caracas para o encontro com a oposição e também para a visita aos presos políticos, impedida por uma ação orquestrada pelo governo.

(Soa a campanha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – A visita seguinte, com Senadores da base governista, conseguiu diálogo com alguns dirigentes importantes da Venezuela, e saúdo essa possibilidade. Vejo aqui a Senadora Vanessa Grazziotin, que participou dessa segunda missão, ao lado do Senador Telmário Mota, do Senador Requião e do Senador Lindbergh.

Poucos dias após a realização dessas duas missões, Sr. Presidente, houve um fato auspicioso: o anúncio, pelo Conselho Nacional Eleitoral, de que as eleições se realizariam no dia 6 de dezembro, algo que a oposição e o conjunto das forças democráticas da Venezuela vinham colocando como objeto central da sua luta imediata. Foi uma das principais conquistas. A satisfação, o atendimento dessa reivindicação foi recebido com muita alegria e com alívio. Eu mesmo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Essa pequena interrupção do tempo de V. Exª foi exatamente porque o painel eletrônico mudou. A partir de hoje, estamos tendo uma marcação de tempo de forma...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Implacável.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... tecnologicamente mais evoluída. Portanto, V. Exª me desculpe...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, eu é que vinha abusando da paciência de V. Exª e do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Permita-me que eu faça aqui um registro. Está presente aqui nas galerias o grupo da Marcha das Margaridas, do Rio Grande do Sul. Inclusive, esse movimento humanitário teve início exatamente em acontecimentos dramáticos no meu Estado, a Paraíba.

Com a palavra, V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Bem-vindos os representantes desse movimento.

Essa notícia da marcação das eleições na Venezuela foi recebida com muita alegria por todos nós. Eu mesmo, aqui desta tribuna, ressaltai que a marcação dessa data era um primeiro passo – um passo enorme, mas um primeiro passo –, e que o Brasil deveria fazer valer seu peso diplomático e o valor da sua democracia para que as eleições se concretizem dentro de um clima de liberdade, de limpeza, de transparência, sem presos políticos, sem repressão. Enfatizei que era preciso que o Governo e o Congresso Nacional trabalhassem de forma coordenada para que o peso da nossa diplomacia puder ser exercido com toda a sua plenitude.

Existem visões políticas diferentes nesta Casa em relação à situação da Venezuela, mas a notícia da marcação da data das eleições acendeu a esperança de uma maior convergência entre todos nós no sentido de cobrarmos uma atitude mais firme no que diz respeito à preservação dos direitos humanos e das instituições democráticas da Venezuela.

Registro manifestação do Senador Lindbergh Farias, que disse o seguinte, em aparte ao meu discurso:

Daqui para frente, Senador Aloysio, eu quero participar de qualquer esforço conjunto para que a gente garanta as eleições do dia 6, o processo democrático; uma eleição limpa, uma eleição transparente, como já existiram outras, com a presença de Jimmy Carter e de figuras internacionais.

Quero lembrar que essas declarações do Senador Lindbergh estavam sintonizadas com outros pronunciamentos do Governo brasileiro.

O comunicado conjunto aprovado na visita da Presidente Dilma aos Estados Unidos faz referência – abro aspas: “aos esforços do Brasil e da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) para promoção do diálogo político na Venezuela e para a realização de eleições legislativas com credibilidade, transparência e monitoramento internacional”. Essa é a declaração conjunta da Presidente Dilma Rousseff e do Presidente Barack Obama.

No entanto, Srª Presidente, transcorridos meses da marcação das eleições, nós não temos muito a comemorar: membros da oposição continuam presos; Maduro se mantém determinado a permanecer no poder a qualquer preço e descartou a presença de observadores internacionais, para as eleições de dezembro foi cancelada...

(Soa a campanha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – ...deixando no ar apenas uma possível missão de acompanhamento da Unasul.

Não quero entrar na diferença semântica entre acompanhamento, observação e monitoramento, não é isso o que interessa. O que está em jogo, o objeto da declaração conjunta da Presidente Dilma e do Presidente Barack Obama, e o propósito inicial expresso pelo Presidente da Unasul, o ex-Presidente Samper, de que a Unasul iria atuar no sentido de ajudar os venezuelanos a encontrar, no diálogo, o caminho para eleições livres, legítimas; o que está em jogo, o objeto central dessas declarações é que não bastava apenas, no dia 5, a presença de alguns observadores para garantir a legitimidade indispensável para dar credibilidade às eleições sem o que, essas eleições não teriam a virtude e um condão de promover a pacificação das diferentes correntes políticas da Venezuela dentro da democracia. O importante é que haja a presença urgente, para acompanhar todo o processo, desde a inscrição dos candidatos, a campanha eleitoral, o acesso a rádio, a televisão, assegurar o caráter equitativo das oportunidades de proselitismo por parte dos candidatos, a delimitação isenta dos distritos eleitorais, de modo que não haja favorecimento dessa ou daquela corrente, mediante a definição de distritos que façam realmente sentido político, sentido histórico e não apenas atendam a conveniências da manutenção do grupo atual no poder.

Ou seja, Srª Presidente, é preciso que esta missão chegue logo, com urgência, para garantir que esse compromisso, firmado pela Presidente Dilma Rousseff, o compromisso expresso pelo Chanceler Mauro Vieira perante a Comissão de Relações Exteriores, de que a Unasul enviaria à Venezuela uma missão de longo prazo, uma missão que tivesse condições técnicas e políticas para o acompanhamento de todo o processo, de toda a verificação do processo eleitoral e também para realização de legislativas no final do ano. Houvesse uma missão técnica e política.

E digo isso, Srª Presidente, porque não há possibilidade de nós termos...

(Soa a campanha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – ...um entendimento que permita a superação da atual crise sem que as eleições transcorram dentro de um clima que faça delas uma estância decisória absolutamente incontestável, que todos aceitem o resultado dessas eleições.

Não tenho dúvida de que o grupo que atualmente está no poder terá chances de vitória, não apenas pela manipulação dos instrumentos do poder, que é preciso evitar, mas porque o chavismo é uma corrente política forte na Venezuela. Não adianta esconder o sol com a peneira. O chavismo é uma corrente política forte, é uma corrente que exprime o desejo de igualdade, o desejo de participação e que está sendo frustrado pela crise econômica e pela ingovernabilidade em que esse país está cada vez mais mergulhado.

É preciso encontrar um marco político para que haja uma convivência entre todos os setores. Sei que podem existir correntes da oposição que têm uma visão imediatista do processo político, que manifestam também intolerância em relação aos adversários que hoje estão no poder. Mas é preciso compreender que a disposição do diálogo da oposição é em grande parte cerceada, em grande parte inibida, pelo fato de que seus dirigentes hoje estão presos. É preciso que os presos políticos possam sair dos cárceres para que haja um diálogo efetivo entre o governo e a oposição. E que esse diálogo desemboque em eleições absolutamente incontestáveis.

(Soa a campanha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) –. Por isso, Srª Presidente, penso que, dentro desse clima, digamos, de grande polarização política que existe no Brasil hoje e que nem de longe se compara à polarização que existe na Venezuela, precisamos encontrar em relação a esse tema da política externa, como já fomos capazes de encontrar em outros temas, como ainda recentemente na aprovação dos acordos entre o Brasil e os Estados Unidos, que garantiram o êxito da missão da Presidente Dilma naquele país, é preciso que encontremos, sim, um terreno de entendimento. E esse entendimento deverá se dar, na minha opinião, a partir da disposição de todos e impulsionarmos o Itamaraty para que, na boa tradição da democracia brasileira, ele assuma as responsabilidades que cabem ao nosso País, que assuma as responsabilidades que decorrem do peso político brasileiro. Como, aliás, aconteceu em 2004, quando o Governo brasileiro e o Itamaraty participaram do monitoramento do referendo revogatório presidencial da Venezuela, numa operação que contou com o ativo envolvimento de vários países, notadamente os Estados Unidos, a Espanha e a Colômbia.

(Interrupção do som.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Aquela foi a primeira ocasião em que o País esteve à frente de uma missão de observação eleitoral, e penso que é possível, sim, retomarmos esse papel. A missão Carter já saiu da Venezuela. Era um ponto de apoio daqueles que buscavam, através da presença de um observador independente que já havia atuado em outros episódios eleitorais na Venezuela, que as suas denúncias, os seus pleitos tivessem repercussão...

(Soa a campanha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas existem lá ainda técnicos que trabalharam nessa missão Carter. Precisam ser aproveitados. Por isso é que não podemos perder tempo. O Itamaraty, que, nesta atual gestão do Ministro Mauro Vieira, deu passos tão importantes no sentido da superação de alguns, digamos assim, impasses, de algumas debilidades, de algumas lacunas, de algumas hesitações da diplomacia brasileira, de algumas limitações ideológicas da diplomacia brasileira, que o Governo brasileiro atue nessa mesma senda, na senda que foi traçada por essa experiência, para que nós possamos ter uma solução pacífica, uma solução de diálogo, uma solução constitucional da crise política que afeta a Venezuela e que poderá nos afetar gravemente se não for resolvida.

Muito obrigado, Srª Presidente.

Durante o discurso do Sr. Aloysio Nunes Ferreira, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Raimundo Lira.

Durante o discurso do Sr. Aloysio Nunes Ferreira, o Sr. Raimundo Lira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª. Vanessa Grazziotin.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Dando continuidade aos nossos trabalhos, convido para fazer uso da palavra no período da Liderança, Senador Álvaro. Se for como orador, eu tenho que chamar uma Liderança antes. Porque o Senador Aloysio Nunes falou como orador inscrito. Então, V. Exª agora fala no período da Liderança de seu Partido, o PSDB.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Muito obrigado, Senadora, sem problemas, porque o tempo será o mesmo.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Claro, sem dúvida nenhuma, Senador!

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, a Presidente Dilma, no dia de hoje, no Maranhão, repudiou o vale-tudo na política e criticou a aposta no quanto pior, melhor, afirmando que é hora de pensar no Brasil.

É evidente que esta é a hora de pensar no Brasil, mas não apenas nesta hora. Pensar no Brasil é responsabilidade de quem governa, de quem representa a população no Congresso a cada momento, em todos os momentos, evidentemente, sempre.

Repudiar o vale-tudo na política, eu creio que esse repúdio não é carapuça que sirva à oposição, porque a oposição tem sido colaboracionista e inclusive, nos últimos anos, criticada por adotar uma postura de muita complacência em relação ao Governo. A oposição nunca foi obstáculo. A oposição nunca atrapalhou os propósitos governamentais. Ao contrário, a oposição minoritária, aliás, numericamente insignificante, em nenhum momento, colocou dificuldades para que o Governo pudesse desenvolver os seus projetos. Na realidade, o que faltou foi projeto. Nós entendemos que a Presidente Dilma deveria substituir o discurso pela ação.

Não creio que seja oportuno, neste momento, confrontar com aqueles que criticam o Governo. A resposta à crítica deveria ser a ação competente, com proposta para a Nação, com reformas necessárias que pudessem sinalizar mudança e esperança de recuperação.

Enfim, a ausência de coesão política, um Governo literalmente exaurido, o reconhecimento e a vocalização pelo Vice-Presidente da República de que a situação do Brasil é grave molduram a conjuntura nacional e nos levam a refletir sobre o delicado momento que o País vivencia.

Frente à iminência do agravamento da crise brasileira, houve o reconhecimento cabal de que estão em curso uma crise política e econômica. Negá-las é um desserviço à Nação.

Como agravante, cabe observar que não estamos falando de um Governo em final de mandato, mas sim de um Governo eleito recentemente, com base em um programa que se mostrou fraudulento, em curto espaço de tempo. De fato, a perda de confiança é um sentimento genuíno da população diante da fraude perpetrada.

Desde que o mundo é mundo, a mentira não gera confiança. A sociedade brasileira percebeu, rapidamente, que a ficção deu lugar à realidade e que o estelionato eleitoral foi praticado no País. Sem qualquer regozijo, relembro que, nos últimos anos, desta mesma tribuna, reiteradamente, alertamos que uma bomba de efeito retardado exigiria do próximo Presidente drásticas medidas para desarmá-la, sob pena de vê-la explodir em seu próprio colo.

No marco dos dez anos da Lei de Responsabilidade Fiscal, em seminário promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Público, do Ministro Gilmar Mendes, em maio de 2010, tive oportunidade também de alertar sobre a necessidade de rigor com os gastos públicos e o temor de uma bomba relógio, diante da degradação fiscal, do populismo crescente e da manipulação dos números, a pré-estreia da contabilidade criativa.

O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, momentos antes de minha apresentação, no mesmo evento, apresentava números tranquilizadores e que, à época, considere controversos.

Textualmente, adverti, Senador Ataídes, naquele evento onde estava o Ministro Guido Mantega. Se o próximo Presidente não adotar medidas rigorosas sobre esse endividamento, ainda que sejam impopulares, o País pode sofrer consequências adiante. E fui além.

“Temo que seja uma bomba-relógio de efeito retardado e que venha a explodir, na sequência, em função da manipulação de números para esconder a realidade da dívida pública brasileira.” Isso, em maio de 2010.

Nesse contexto, aqui estamos sob o estilhaço de um impacto da explosão de uma bomba-relógio de efeito retardado. O Governo foi cometendo erros, foi se recusando a promover reformas, e a crise econômica se avolumou. E explode, sim, como uma espécie de bomba-relógio que denunciávamos há tanto tempo da

tribuna do Senado, que estava sendo armada e que explodiria no colo do País. Certamente, os seus efeitos estão sendo sentidos hoje nos vários segmentos da economia nacional.

Dados relacionados à expectativa do crescimento da inflação e da queda do PIB têm sempre cenário novo a cada divulgação de levantamento feito pelo Banco Central. Para esta semana, a expectativa de inflação é de 9,32% e a queda do PIB, de 1,97% – há expectativa, inclusive, de que a queda do PIB será de 2,8%; teremos um PIB histórico negativo de 2,8%. Outros números – mudam as fontes – e o cenário continua ruim. Segundo dados do Banco Mundial divulgados em junho passado, para o mundo, a previsão de crescimento é de 2,8%.

Efetivamente, não dá para transferir a responsabilidade pela derrocada brasileira à crise mundial. A responsabilidade pela ruína é a incompetência administrativa doméstica sustentada por um modelo de governança promíscuo, que estabelece uma relação desonesta entre Poderes, especialmente Executivo e Legislativo, com um “balcão de negócios” para o aparelhamento do Estado e que se transforma na usina dos grandes escândalos de corrupção e dos governos incompetentes. E o que é pior, a clonagem desse modelo: o modelo instalado, consolidado em Brasília é clonado em vários Estados e Municípios, levando a degradação administrativa para as mais diversas unidades da Federação. E esse modelo se torna suprapartidário.

Portanto, a responsabilidade é nossa! A crise brasileira é nossa! É dramaticamente do Governo!

Transferir para o mundo, quando o mundo obtém um crescimento de 2,8% – crescimento positivo – no produto interno, evidentemente não é argumento que justifique o sofrimento do povo brasileiro.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de janeiro a maio deste ano a conta de luz subiu 42%, em média, no País. Eu faço referência a esse número porque sinto o drama vivido pelos trabalhadores brasileiros. Toda vez que vou a Curitiba, todo final de semana, há alguém que me procura para dizer do seu desespero, não consegue mais pagar a conta de luz ao final do mês. E o cidadão trabalhador afirma: “Se não pago a prestação da geladeira vou para o Seproc, mas continuo vivendo...”

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – ... “Agora, se não pago a taxa de luz, evidentemente terei a luz cortada e não poderei sobreviver no escuro.”

Este é um drama que vai se avolumar proximamente, porque o preço da energia continua a subir – inclusive em meu Estado deverá ter elevação brevemente. A taxa básica de juros estabelecida é de 14,25. Todos nós sabemos que a cada meio por cento de elevação da taxa de juros Selic, nós temos um aumento da dívida pública em 7,5 bilhões. Um por cento de elevação da taxa Selic, R\$15 bilhões de aumento da dívida. A quantia de saques de poupança superou a de depósitos em 2,453 bilhões agora em julho. No ano...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – ... no mês passado... *(Fora do microfone.)* Tenho ainda mais dez minutos, Presidente. Eu agradeço. Até o mês passado o resgate da aplicação da poupança foi de 40,995 bilhões. Nos dois casos, os maiores volumes de retiradas dos últimos 20 anos para os respectivos períodos, desde quando a instituição começou a compilar as informações disponíveis até hoje.

Enfim, vou poupá-los de outros números, até porque o Senador Ataídes, há poucos dias, em extraordinário pronunciamento, apresentou didaticamente os números que refletem a dura realidade da economia brasileira.

Não bastasse a deterioração da economia, o Governo deverá gastar uma montanha de bilhões de reais dos impostos pagos pelos brasileiros...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – ... para cobrir o rombo provocado pela política criminosa levada a cabo pelo Banco Nacional do Desenvolvimento, o BNDES.

Projeção do Ministério da Fazenda divulgada pelo jornal *Folha de S.Paulo*, no domingo, prevê que os empréstimos realizados desde 2009 pelo BNDES vão custar aos contribuintes brasileiros R\$184 bilhões nos próximos 40 anos. Tudo isso será utilizado para pagar a diferença dos juros que o Tesouro Nacional empresta ao BNDES. Em outras palavras, o contribuinte pagará para o BNDES que emprestou dinheiro subsidiado a Cuba, Angola, Venezuela e grandes empresas nacionais.

Em boa hora escreveu o ex-ministro Pedro Malan: “[...] temos um mesmo governo há mais de 12 anos e sete meses, e este tem responsabilidades, das quais não se pode eximir, pelas críticas situações econômica, política e de valores em que nos encontramos.”

Srª Presidente, eu creio que não basta a crítica, é preciso nesta hora de angústia nacional...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – ... a apresentação de propostas. Eu gostaria de transferir aos Srs. Senadores e às Sras Senadoras sugestões que recolho do economista Paulo Rabello de Castro, coordenador do Movimento Brasil Eficiente. As projeções lançadas molduram um cenário de recessão, sem falar na crise política e de valores.

Segundo o economista:

Um plano para atacar a essência do desequilíbrio orçamentário deve [...] [abrigar], no caso brasileiro, três componentes básicos: um programa emergencial, de impacto imediato, para limitar despesas correntes por uma regra estabelecida em lei; um programa estrutural, que reformará o funcionamento da máquina pública de alto a baixo, produzindo economias de quase R\$300 bilhões, embora de modo gradual...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) –

... e um programa financeiro, de modo a rever a composição e o custo de rolagem da dívida pública, que hoje produz um gasto estéril superior a 7% do PIB, em completo desalinho com a experiência de outros países, inclusive os muito endividados.

Portanto, buscar a experiência da administração da dívida pública em outros países é certamente um caminho que deve ser adotado no Brasil.

Esse programa de três vetores de ação se complementará com a realocação e eventual desmobilização de ativos estatais, cujos recursos extraordinários, daí advindos, lastrearão o futuro fundo do INSS dos trabalhadores, numa ampla reforma trabalhista e previdenciária.

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – A propósito, o Brasil possui uma das dívidas brutas mais altas entre os 40 países de renda média, de acordo com os dados do Fundo Monetário Internacional. A dívida brasileira, de 65,2% do PIB, em 2014, só perde do passivo da Croácia, 80,9%; Egito, 90,5%; Hungria 76,9%; Ucrânia, 71,2%. Note-se que, desses quatro países, três eram economias estatizadas até o início dos anos 90 do século passado. A média dos 40 países é de 41,7% do PIB.

Com relação aos países desenvolvidos, a situação também não é confortável. Além do baixo prazo médio de vencimento da dívida, as taxas de juros são muito mais elevadas aqui do que as verificadas nas economias mais desenvolvidas, mesmo as mais endividadas. Enquanto a taxa Selic está em 14,25% ao ano, as taxas oficiais de juros nos EUA, Zona do Euro e Japão estão próximas de zero. Mesmo que se considere que, historicamente, a taxa brasileira seja “apenas” o triplo da verificada nessas economias, por exemplo, 12% e 4% ao ano, respectivamente, a dívida brasileira correspondente a 65% do PIB implica encargos anuais de 7,8% do PIB, enquanto uma dívida de 105,3% do PIB, média das economias desenvolvidas, resulta em encargos de 4,2% do PIB. Essa é a diferença.

O Governo brasileiro tem que buscar alternativas que orientam a administração da dívida naqueles países.

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Vou concluir, Srª Presidente.

Sem rodeios retóricos, foi apresentado um anteprojeto que pode ser denominado de Lei Emergencial de Controle Orçamentário, desenvolvido pelos economistas Thiago Biscuola e Marcel Caparoz. O anteprojeto foi inspirado nos bem-sucedidos programas de controle de gastos implantados na Alemanha, em 2011, e nos Estados Unidos, em 2013.

Faço coro às palavras do economista Paulo Rabello de Castro:

O Congresso precisa assumir sua responsabilidade em votar prontamente uma [...] [Lei Emergencial de Controle Orçamentário], sob pena de atrair sobre o universo dos políticos profissionais a ira incontornável de uma população farta de desmandos e roubalheiras. Este é o último trem que parte com destino...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) –

Este é o último trem que parte com destino à transformação fiscal do país e à recuperação do direito coletivo a maior consumo e à prosperidade trazida por investimentos ampliados e partilha justa da riqueza do nosso país. O Brasil pode tudo [...]. Resgatar o direito do país de crescer e prosperar com capital e rendas bem distribuídas está no âmago da democracia que os cidadãos e cidadãs desta grande pátria querem defender. Em nome desse bem comum, é preciso agir já, começando pelo controle efetivo do gasto público.

Concluindo: a população está descrente e acuada diante da carestia. Nem mesmo as contas de luz e água cabem no orçamento das famílias endividadadas.

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – A inadimplência no pagamento das contas de energia elétrica triplicou desde janeiro. A iniciativa privada segue um itinerário marcado pela desconfiança. A cada dia, os anúncios de novas cifras desviadas em transações ilícitas disseminam no povo a sensação de revolta e desalento. A propósito, lembro aqui, as palavras do Papa Francisco: “a corrupção fede”. É hora de renovar os ares que a população respira asfixiada.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois não, Senador Alvaro Dias.

Conforme prometido, V. Exª teve o exato tempo de um orador inscrito, apesar de estar falando como Liderança.

Dando sequência à lista de oradores, convido para fazer uso da palavra – houve uma permuta entre o Senador Hélio e o Senador Acir Gurgacz – o Senador Acir Gurgacz, que fala como orador inscrito.

Senador Acir, V. Exª tem a palavra.

Em seguida, eu passo a direção dos trabalhos.

Pois não, Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, nossos amigos que nos visitam na tribuna do Senado também, boa tarde! Sejam bem-vindos!

Srª Presidente, no final de semana, a partir de sábado, estivemos em Ji-Paraná, e reinauguramos uma obra que considero da maior importância. Todas as obras são importantes, mas, quando inauguramos uma escola, a escola tem realmente uma importância muito maior. Nós reinauguramos a Escola Maria Antônia, em Ji-Paraná, no Jardim Presidencial nº 3, uma escola que inauguramos, pela primeira vez, em abril de 2002, quando eu era prefeito municipal.

Agora, uma reforma foi feita. E nós estivemos lá, juntamente com o Prefeito Jesualdo Pires, com o Presidente da Câmara, Nilton César; com os Vereadores C. Gomes, Lorenil, Márcia Regina; a Secretária da Educação e também os professores e alunos. Meus cumprimentos ao Prefeito municipal, com quem, na sequência, na sexta-feira e no sábado, praticamente pelo dia todo, nós passamos a visitar várias obras que estão em andamento no Município de Ji-Paraná: obras de asfalto, obras de bloquetingamento, o Igarapé Pintado, uma obra importantíssima de galeria que está sendo feita na BR-364 em dois pontos, em que há um estrangulamento e um acúmulo de águas na época das chuvas, e esses problemas estão sendo resolvidos. Meus cumprimentos ao Prefeito Jesualdo Pires, ao Vice-Prefeito Marcito, que fazem um trabalho excepcional à frente da Prefeitura municipal, juntamente com os seus Vereadores, a Sílvia Cristina, e o Deputado estadual Airton Gurgacz, que também nos acompanhou.

Srª Presidente, quero saudar a nossa Presidente da Comissão Mista de Orçamento, a Senadora Rose de Freitas, que questionou no Supremo a votação das contas dos ex-presidentes na Câmara Federal. Meus cumprimentos pela rapidez, pela objetividade e pela liderança dela à frente da Comissão Mista de Orçamento. Meus cumprimentos, Rose.

Como não poderia ser diferente de todos que me antecederam aqui, eu quero falar um pouco sobre a crise política que atravessamos desde as eleições do ano passado. Eu entendo que se chegou a um limite em que todos os agentes políticos em conflito ou com forças para estancar a crise precisam para por um tempo para avaliar o que está em jogo e quem está perdendo com essa disputa, com essa briga que acontece no País.

Eu tenho dito reiteradamente que quem está perdendo neste momento, nesse jogo político, é o Brasil e o povo brasileiro, e que precisamos ter mais responsabilidades com o País e com a população.

Vou continuar cumprindo com a minha responsabilidade para com a Nação brasileira.

A disputa do poder pelo poder não é saída para ninguém e pode ser fatal para a nossa economia. Portanto, temos que voltar a pensar no futuro do nosso País e agir com responsabilidade para construir o melhor caminho para que o Brasil volte a crescer com sustentabilidade e siga seu rumo para se firmar como uma das maiores economias ou uma das maiores potências da economia do mundo globalizado, diante do qual não podemos nos postar de forma irresponsável, sem pensar nas consequências a longo prazo.

Aqui no Senado, apóio a construção de uma agenda positiva que crie condições para mantermos a governabilidade do País e para a retomada do crescimento econômico. Aqui já aprovamos as medidas do ajuste fiscal, mas não podemos cortar mais nenhum centavo dos investimentos principalmente na educação, também na saúde e na infraestrutura. O ajuste agora tem que ser político, econômico e também administrativo.

No plano político, precisamos construir um pacto pela governabilidade. No econômico, a redução dos juros entendo que é uma necessidade muito grande e também diminuir a carga tributária que tem que ser uma meta de governo. E no plano administrativo é importante a redução da máquina pública com corte dos cargos comissionados e aumento da efetividade na gestão, além de criar um ambiente que privilegie a meritocracia – isso também irá contribuir para o ajuste das contas públicas.

Na semana passada, defendi, aqui no plenário do Senado, a redução dos juros, e reforço esse apelo ao Governo, mas hoje, além de propor um ajuste político e administrativo, chamo a atenção para a necessidade de separarmos, com sabedoria, o momento político eleitoral das eleições de 2014, que já passaram – e também o das eleições de 2016 e 2018, que não podem ser antecipadas –, das investigações em curso sobre a corrupção no País, como na operação Lava Jato, que devem ser amplas, irrestritas e feitas com responsabilidade, para passarmos o Brasil a limpo, e a condução da política econômica, que é macroestrutural e requer um esforço diário, mas que hoje, infelizmente, está contaminada pela crise política, ou seja, a crise política está agravando ainda mais a crise econômica, e temos que sair logo dessa discussão.

O combate à corrupção tem que ser prioridade. Os corruptos e corruptores precisam ser punidos e excluídos da vida pública, mas não podemos fechar o País para balanço, nem travar a nossa economia, enquanto a Polícia Federal, o Ministério Público e os Tribunais de Contas e as Justiças fazem o seu trabalho. Também não precisamos de um salvador da Pátria nem de uma ruptura radical na política macroeconômica.

Precisamos, sim, de um pacto pela governabilidade e de um ajuste pontual e certo na economia, com base na redução dos juros e no fortalecimento no mercado interno, priorizando o setor produtivo, que gera emprego e renda para os brasileiros. Precisamos superar a crise política, com base no bom senso, na responsabilidade que temos como agentes políticos e no restabelecimento do diálogo entre os Poderes, colocando o futuro do Brasil acima de tudo.

O equilíbrio entre os Poderes e a autonomia de cada um é o principal combustível da nossa democracia. Não é por que o Executivo está passando por um momento difícil que o Parlamento tem que se aproveitar para impor a sua agenda ou para aprovar projetos populistas que possam até render votos, mas que certamente vão comprometer ainda mais as contas públicas. O momento é de responsabilidade, e esse pacto pela governabilidade precisa ser construído com base em uma agenda positiva, que ajude o País a superar este momento de crise.

Eu entendo que a nossa democracia atravessa uma prova de fogo. Precisamos colocar as instituições acima de qualquer pessoa, partido ou interesse público ideológico. Só assim vamos atravessar este momento de turbulência, sem macular a nossa democracia e sem afetar a estrutura da nossa economia.

Sr^a Presidente, o nosso Parlamento tem que exercer toda a sua grandiosidade neste momento de instabilidade. O Senado não pode se apegar a oportunidades fortuitas, politiquês e passageiras. Tem que exercer a política com p maiúsculo; a política com respeito ao contraditório, feita de disputas ideológicas e partidárias, sim, mas com base no diálogo, na busca do que é melhor para o nosso País; a política que reconhece a supremacia da Constituição, os princípios do regime democrático e, sobretudo, a soberania popular.

Esses princípios da democracia não podem ser suplantados, mesmo que por um motivo considerado bom para quem diverge da forma como o Governo está conduzindo, está sendo conduzido. No Estado democrático de direito a máxima, segundo a qual os fins justificam os meios, não se aplica. Por isso, é que, no lugar de torcer pelo agravamento da política, de votar pela derrota de projetos do Governo aqui no Senado ou de bradar pela derrubada do Governo, clamo por esse pacto pela governabilidade, pois, mesmo no regime presidencialista, o Congresso pode ser o fiador desta governabilidade.

E cabe ao Senado exercer com responsabilidade e tranquilidade a função de Poder Moderador, de acompanhar e fiscalizar o Poder Executivo, mediando os conflitos para que possamos superar a crise. Neste momento, o Executivo precisa do apoio do Legislativo, pois sozinho não conseguirá reverter a situação de instabilidade.

de política em que se encontra; não sairá da crise. Temos que ser o fiel da balança, levando tranquilidade aos brasileiros e também ao mercado.

Como já disseram aqui outros Senadores aqui nesta tribuna, como o Senador Blairo Maggi e também o Senador José Serra, não podemos tocar fogo no País, nem agravar a crise. Temos que ser os bombeiros da crise, pois, se o Brasil vai mal, todos nós, os empresários, investidores e trabalhadores, também todos seremos prejudicados. Não podemos usar este momento de fraqueza do Executivo para prejudicar o nosso País.

Vamos, sim, contribuir para que o Governo faça o ajuste fiscal, mas também consiga realizar o ajuste político, econômico e também administrativo. Só assim, verdadeiramente, vamos sair da crise política, acabar com a instabilidade econômica e ver o nosso País voltar a crescer com sustentabilidade.

Essa é, Srª Presidenta, a minha contribuição para que a gente possa, realmente, criar um novo momento para o nosso País a partir aqui do Senado.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito bem, a Mesa cumprimenta o pronunciamento de V. Exª, Senador Acir Gurgacz.

E, dando continuidade à nossa lista de oradores, eu convido o Senador Hélio José para fazer uso da palavra. Senador Hélio José, pois não, o Senador fala como orador inscrito, com a palavra V. Exª.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin, cumprimento V. Exª em nome de todos os colegas, Senadores e Senadoras do Senado Federal. Queria cumprimentar também nossos ouvintes da Rádio Senado, da TV Senado e dizer que é com muita alegria que assomo hoje à tribuna no plenário.

Primeiro, quero homenagear todos os pais pelo dia importante de ontem, um dia dedicado à família. A família sempre está em primeiro lugar e tem que ser valorizada. Ontem foi Dia dos Pais, oportunidade para uma reflexão, para uma reunião de família. Então, quero saudar todos os pais, todos os filhos e todas as mães, que acabam sendo um pedaço dos pais, pelo Dia da Família, que foi ontem, chamado Dia dos Pais.

Com relação à fala anterior do nosso querido Alvaro Dias, que diz que a luz teve 42% de aumento no Brasil e que a energia elétrica é um dos insumos mais caros da cesta básica deste País, eu quero dizer que a situação é realmente dramática. Vemos famílias que, muitas vezes, têm dificuldade para se alimentar, porque precisam juntar um dinheirinho para pagar a conta de luz e não ficar sem energia em casa. É por isso que eu tenho trabalhado muito em vários projetos aqui no Senado: para podermos mudar a nossa matriz energética e realmente tornar uma realidade em nosso País a energia solar, as energias alternativas, a energia da biomassa. Então, estou trabalhando muito nesse sentido e espero, em breve, obtermos mais avanços nessa área tão importante.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero, neste momento, inicialmente, depois de fazer essas introduções, fazer um balanço das minhas atividades como Vice-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia aqui do Senado. Uma das atividades que tenho desempenhado no Senado Federal é a de Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Agradeço aos meus pares a confiança que depositaram em mim ao me elegerem para essa importante função de Vice-Presidente da CCT.

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) é a Comissão por onde passam decisões fundamentais nas áreas de comunicação, telefonia, energia, ciência, inovação, tecnologia, informática e biotecnologia. Todas essas são questões essenciais que estão ligadas ao dia a dia de todas as pessoas de nosso País.

No primeiro semestre do ano, realizamos 9 reuniões deliberativas e 17 audiências públicas. Analisamos 116 proposições.

Na Comissão, aprovamos a Lei da Biodiversidade e Acesso ao Patrimônio Genético, quando contamos com o destacado trabalho do Senador Telmário Mota na relatoria. Também foi aprovado o PLS 18/2012 do Senador Ciro Nogueira, que beneficia os consumidores de serviços de telecomunicações. Outro projeto de grande repercussão foi o que tornou permanente e ampliou o alcance do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria de Semicondutores.

Entre as 17 audiências públicas – nós promovemos uma série de audiências públicas da CCT, e uma delas, inclusive coordenada por mim, foi a do sinal telefônico no nosso País, que lamentavelmente encontra-se muito ruim nas diversas operadoras, e também a do sinal de TV Digital, porque, num futuro próximo, todo sinal analógico será trocado por digital nas nossas TVs brasileiras, começando por Brasília. A partir do dia 3 de abril de 2016, todas as TVs do Distrito Federal terão que ser adaptadas a receber o sinal digital no lugar do sinal analógico de hoje. Então, são muito importantes essas diversas audiências públicas realizadas na CCT.

Entre as 17 – todas são muito importantes e contaram com a participação da população por meio do sistema e-Cidadania do Senado Federal –, tenho a destacar o esforço da Comissão para a regularização do Centro de Biotecnologia da Amazônia, um dos mais promissores centros de pesquisa que o Brasil tem, mas

que ainda carece de institucionalidade para poder contratar pesquisadores e receber recursos para pesquisa de forma sustentável.

Recebemos três ministros de Estado na CCT – o Ministro Aldo Rebelo, do MCTI; o Ministro Ricardo Berzoini, do Ministério das Comunicações; e o Ministro Armando Monteiro, do MDIC –, além de cientistas, gestores públicos e representantes do empresariado nacional que promove inovação e desenvolve tecnologia.

Em breve devo concluir a edição dos resultados de uma dessas audiências, a última realizada no semestre, onde discutimos com as empresas de telefonia, com os institutos de proteção dos consumidores e com os gestores governamentais problemas que atormentam diariamente as dezenas de milhões de usuários da telefonia móvel em nosso País. Cidadãos que acompanhavam pela TV Senado a audiência reportaram suas dificuldades, que são as mesmas que também angustiam vários Senadores. Ainda precisamos investir muito no setor para ter a qualidade que os cidadãos merecem. Então, essa audiência foi bastante acompanhada. Ainda precisaremos atuar para aperfeiçoar a legislação e os controles.

Nossa equipe de assessores fez um belo trabalho, auxiliando os membros da Comissão a conduzir as pautas e debates. Produziram 65 edições de uma seleção diária de notícias e 12 edições semanais do jornal impresso da CCT.

Neste segundo semestre, vamos continuar no mesmo ritmo e também teremos a liderança do Senador Ornar Aziz na avaliação do programa Ciência sem Fronteiras – o Senador Ornar Aziz é da Amazônia brasileira –, que promete aglutinar debates de grande importância sobre as políticas públicas na área.

Agradeço aos meus pares, membros da CCT (Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação do Senado Federal), ao sistema de comunicação do Senado, na figura da nossa diretora Virgínia Malheiros Galvez, e a todos os que nos auxiliam a colocar a CCT mais próxima dos cidadãos.

Em especial, em nome de todos os servidores da CCT, parabeno a colaboração da nossa coordenadora Égli e do assessor Ivônio, que criou o informativo e o *site* de notícias da CCT.

Isso era o que eu tinha dizer sobre o balanço da CCT.

Dando sequência ao meu breve pronunciamento, eu gostaria aqui também de parabenizar os servidores do Senado Federal, principalmente os da área de consultoria do Senado Federal. Eu parabeno o Sr. Luiz Alberto da Cunha Bustamante pela posse como presidente da Associação dos Consultores e Advogados do Senado Federal (Alesfe), da qual fui convidado a participar e participei.

O Sr. Bustamante, presidente da Associação dos Consultores e Advogados do Senado Federal, é graduado em Engenharia Mecânica, em 1983, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; é bacharel em Direito, desde 2011, pela Universidade de Brasília; mestre em Ciência dos Materiais, em 1977, pelo IME (Instituto Militar de Engenharia); doutor em Engenharia Metalúrgica de Materiais, a partir de 2005, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bustamante é Consultor Legislativo do Senado Federal na área de Minas e Energia desde 2012.

Sr. Presidente, Bustamante, que acabou de tomar posse como presidente da Associação dos Consultores desta Casa, já foi engenheiro de pesquisa em usina siderúrgica e analista legislativo da Câmara dos Deputados. Na área acadêmica, foi professor do curso de Engenharia Metalúrgica do Centro Universitário da FEI. Possui experiência profissional e trabalha na área de metalurgia e materiais, tendo sido premiado como coautor na segunda edição do Prêmio Petrobras de Tecnologia, categoria doutorado.

A Alesfe (Associação dos Consultores e Advogados do Senado Federal), fundada em 1987, é uma sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos no âmbito local, com sede e foro em Brasília/DF, representativa dos interesses individuais e coletivos dos seus associados, tendo em vista o seu contínuo aprimoramento técnico-cultural.

A Associação dos Consultores e Advogados procura colaborar com a Consultoria Legislativa, a Consultoria de Orçamentos e a Advocacia do Senado, e especialmente com os Parlamentares do Senado Federal, para que seja proporcionado a estes um trabalho de consultoria institucional cada vez mais eficiente, com pleno aproveitamento das potencialidades do corpo de consultores legislativos, de consultores de orçamentos e de advogados.

Concluindo, Sr. Presidente, a Alesfe ainda atua através da divulgação da produção intelectual dos 296 associados, consultores e advogados – sejam eles aposentados, sejam ativos –, na internet e em outras publicações. A Alesfe também tem-se destacado na organização de debates acerca dos temas de interesse do País no âmbito do Congresso Nacional.

Quero cumprimentar a todos da galeria e dizer que é uma grande alegria tê-los aqui.

Concluindo, o corpo de consultores e advogados associados à Alesfe é composto por servidores concursados, em sua maioria com grau de mestre ou doutor.

Isso é o que eu teria a dizer, Sr. Presidente, homenageando, aqui, os servidores desta Casa, em nome dos consultores, dos advogados e de toda esta Casa, que, realmente, recebe muito bem a todos e tem um preparo muito grande para isso.

Esse é meu registro.

Eu queria cumprimentar V. Ex^a, Senador Raimundo Lira, do nosso glorioso Estado da Paraíba, pela condução dos trabalhos. Um forte abraço a V. Ex^a e a todas as Senadoras, aos Senadores aqui presentes e ao nosso povo em geral.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Hélio José, a Sr^a. Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Raimundo Lira.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Parabéns, Senador Hélio José. V. Ex^a tem feito um trabalho brilhante em defesa dos interesses do Brasil e do Distrito Federal.

Passo, agora, a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, na condição de Líder do PCdoB.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em seguida, falará a Senadora Fátima Bezerra, porque o Senador Jorge Viana cedeu a vez à ilustre Senadora Fátima Bezerra.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Sr^a Senadora, companheiros e companheiras, Sr. Presidente, no dia de ontem, o programa Fantástico mostrou uma matéria que há muito tempo vem sendo estudada, criticada e debatida no Brasil inteiro. Mostrou um levantamento do déficit que temos – Senadora Fátima Bezerra, é muito bom falar sobre este tema com V. Ex^a, que tem uma dedicação quase exclusiva com a educação brasileira – no Brasil em relação às creches: seriam aproximadamente três milhões de vagas que faltam.

V. Ex^a, que acompanha toda a evolução da educação, sabe que nesses últimos anos temos experimentado conquistas importantes. E conquistas, eu costumo dizer, que não são frutos apenas de decisões governamentais, mas que são frutos de um processo de mobilização significativa da sociedade, dos estudantes, dos trabalhadores em educação, dos estudiosos, dos pesquisadores.

Por exemplo, em 1968, nós tivemos uma reforma educacional muito importante, uma nova LDB, que garantiu autonomia didática, científica, financeira às universidades brasileiras.

Em 1996, por exemplo, também com uma reforma na educação, foi acrescentada, pela primeira vez, a educação infantil, de creche e de pré-escola, e foi criado também o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério).

Em 2006, o Fundef foi substituído pelo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), entendendo como ensino básico da educação infantil até o ensino médio, e a educação infantil começando no nascimento da criança.

Há até pouco tempo, o atendimento às crianças em creches era visto no Brasil como uma ação de assistência social e de amparo às mães trabalhadoras. Hoje, não. Hoje, ela é vista como uma ação social, mas a educação, a partir do nascimento, nas creches, está inserida no processo educacional brasileiro. Esse foi um passo significativo.

Então, quando falamos em educação infantil, temos que pegar imediatamente duas leis: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei que organiza a educação brasileira; e a lei que trata da criança e do adolescente, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). E é exatamente a junção dessas duas leis que faz com que as creches sejam necessárias.

Pela legislação, a atribuição do oferecimento de vagas em creches é dos Municípios, mas o Governo Federal, com o objetivo de colaborar com os Municípios brasileiros, no ano de 2007, estabeleceu e criou o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil. Através desse programa, lançado em 2007, estava prevista a construção de 8.787 creches no Brasil.

De acordo com o levantamento feito pelo Tribunal de Contas da União, nós temos hoje em torno de 4.178 Municípios que fazem parte deste programa, porque houve a adesão dos prefeitos municipais, das prefeituras, a esse programa denominado Proinfância. Hoje, seriam em torno de 6.322 creches e pré-escolas concluídas ou em obras. Das quase 9 mil previstas, em torno de 6,3 mil ou foram concluídas ou estão em obras no Brasil.

O objetivo é dar condições adequadas para assegurar esse direito a que eu acabo de me referir, Senadora Fátima, aos direitos previstos na legislação brasileira, seja no ECA ou na LDB. O investimento previsto nesse programa, o investimento inicial previsto – obviamente ele deve estar maior já – é em torno de R\$10 bilhões.

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Senadoras, que dentro desse regime há um regime de colaboração previsto no Proinfância entre a União e os entes federados, sobretudo os Municípios. E esses regimes de colaboração foram um a um pactuados com cada prefeitura Municipal. Um a um! Como eu acabei de dizer, a prefeitura tinha que aderir a este programa, o Proinfância, e assinar primeiro a carta de intenção e, depois, um a um, os convênios para a construção de creches.

Os recursos são repassados pelo Governo Federal, que repassa recursos não só para a construção da obra, mas também para equipar. O programa também apresenta um projeto básico, a fim de facilitar a vida das prefeituras, porque nós sabemos que muitas vezes uma prefeitura de uma pequena cidade deixa de acessar recursos públicos estaduais e, principalmente, recursos federais por conta de não apresentar projetos de forma correta como ele tem que apresentar.

Além disso, além desses recursos previstos no Proinfância, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) repassa já recursos para os Municípios que atendem as crianças em creches. O valor por aluno chega a ser, aproximadamente, de R\$1,5 mil para quem estuda meio período, valor esse que é acrescido em 50% quando a criança é beneficiária do Programa Bolsa Família.

Repito: uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas, no final do mês de setembro do ano passado, mostrou falhas importantes e significativas nesse programa, que não só têm atrapalhado, mas, em alguns casos, têm comprometido a execução do programa. O Tribunal de Contas, no ano passado, fiscalizou 44 creches em 6 cidades. Em todos os Municípios fiscalizados, foram identificados problemas, serviços com qualidade deficiente, projeto padrão não utilizado e também situações de obras paralisadas ou outras com problemas graves, exatamente como apresentou a matéria jornalística da TV Globo, no dia de ontem, no programa Fantástico, que mostrou carcaças de creches, obras iniciadas e obras paralisadas. Segundo a matéria, esse fator vem trazendo um prejuízo, Senadora Fátima, gravíssimo – eu concedo um aparte a V. Exª –, elevando o déficit, nesse setor, em 3 milhões de vagas.

Eu, na sequência, após o aparte da Senadora, quero falar da situação no meu Estado, o Estado do Amazonas, e, sobretudo, na cidade de Manaus.

Senadora Fátima.

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora Vanessa, eu quero aqui dizer o quanto é importante ver a senhora aqui, na tribuna do Senado, abordando, com tanta seriedade, com tanto compromisso e com tanta propriedade, o tema da educação e trazendo um tema muito estratégico no campo da educação, que é exatamente o tema da creche. V. Exª foi muito feliz quando aqui fez uma retrospectiva, dizendo das lutas que foram empreendidas, nesses últimos dez ou doze anos, para que nós pudéssemos, na verdade, dar passos concretos no sentido de garantir às crianças do Brasil o direito à creche, porque o fato é que esse direito não existia de maneira nenhuma. V. Exª lembrou aqui muito bem...

(Soa a campanha.)

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... que, antes do Fundeb, na verdade, a política da creche estava circunscrita a uma ação social, tanto é verdade que o número de crianças de zero a três fora da creche, no País, ainda é muito alto. Por quê? Porque, até o advento do Fundeb – é isto que eu quero reforçar –, não havia, de maneira nenhuma, uma política pública voltada para a primeira infância. Foi com o Fundeb que ela nasceu. Tanto é – só para concluir, Sr. Presidente – que, antes do Fundeb, em 2006, a taxa de acesso das crianças de zero a três anos à creche no Brasil, Senadora Vanessa, era da ordem de 9%. Em oito anos de Fundeb, nós já estamos com a média nacional em torno de 20%, com programas como o Proinfância, o Alfabetização na Idade Certa e outras iniciativas, que nasceram exatamente com o surgimento do Fundeb, na medida em que o Fundeb, como política de financiamento, incorporou o direito à creche, fazendo parceria com os Municípios e os Estados. Eu lembro, Senadora Vanessa, que o desafio continua, porque nós temos, no Plano Nacional de Educação, dez anos para que cheguemos, no mínimo, a 50% das nossas crianças de zero a três com direito à creche e à creche de boa qualidade. Saúdo V. Exª pelo importante pronunciamento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Senadora. Eu penso que seria importante que nós, a Procuradoria da Mulher e a Comissão de Educação, fizéssemos um levantamento profundo a respeito da aplicação desse programa do Governo Federal que considero extremamente importante. Eu, como V. Exª, Senadora Fátima, nós fomos militantes do movimento de educação. Nós, como professora, como mulher, como educadora, sabemos o quanto isso é importante para a sociedade bra-

sileira. Seria importante que chamássemos atenção do Brasil para que esse programa pudesse efetivamente ter os seus erros corrigidos e suas falhas corrigidas.

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul fez um levantamento, recentemente...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu queria fazer algumas considerações ao brilhante e oportuno pronunciamento de V. Exª. Também é muito oportuna a presença da Senadora Fátima Bezerra aqui.

Eu apresentei o Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2015, exatamente para modificar a distribuição dos recursos oriundos do salário-educação, que atualmente beneficiam os Estados mais ricos em detrimento dos Estados menores e economicamente menos afortunados. Nós sabemos que 30%, um terço desses recursos, ficam com o Governo Federal, que também direciona esses recursos para o FNDE, para ser aplicado em educação. E, coincidentemente, de uma forma muito feliz, a Relatora desse meu projeto na Comissão de Educação é a Senadora Fátima Bezerra.

Como principal justificativa, Senadora, o salário-educação é relevante contribuição social, destinada ao financiamento da educação básica pública, prevista no §5º do art. 212 da Constituição Federal. Observamos, entretanto, que, devido à forma como os recursos são distribuídos, a contribuição não alcança por igual todos os entes federados. Então, esse projeto, Senadora Vanessa, tem como objetivo fazer com que a distribuição do salário-educação não seja em função de quem arrecada mais, mas em função do número de estudantes de cada Estado. Portanto, ele está totalmente sintonizado – repito – com esse oportuno pronunciamento de V. Exª.

Muito obrigado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu é que agradeço o aparte de V. Exª, assim como o da Senadora Fátima Bezerra, e incorporo esses apartes a meu pronunciamento.

Eu dizia que, já em 2012, o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul fez um belo trabalho, divulgado no Brasil inteiro, mostrando o percentual de vagas oferecidas por cada Estado brasileiro.

E os números de 2012 até agora, 2015, devem ter piorado – pelo menos no meu Estado, os números pioraram, Sr. Presidente. Vejam: a cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, era a cidade que mais oferecia vagas em creches, abrangendo 81% do número de crianças de zero a três anos de idade; seguida de Florianópolis, com mais de 53%; São Paulo, com quase 49%; Curitiba, mais de 43%; Rio de Janeiro, 39%; Tocantins, ocupando a 9ª posição, o melhor Estado dos Estados da Região Norte, com 31,5% de vagas; na sequência, a capital do Estado da Senadora Fátima, Natal, com 20,8%; e João Pessoa, com 18,5%. A capital que menos vaga oferece é a capital do Amapá, a cidade de Macapá, oferecendo somente 4,9% das vagas para as crianças. E, antes de Macapá, a segunda pior capital do Brasil é a minha cidade de Manaus, que, em 2012, oferecia apenas 7,2% das vagas necessárias. Eu repito: 7,2%. E digo que, de lá para cá, deve ter piorado ainda a situação, porque o número de crianças aumentou muito mais do que o número de creches implantadas.

O Proinfância, do qual aqui acabei de falar, também foi assinado pela Prefeitura de Manaus em 2007. E havia, naquele período, um compromisso para a construção de 69 creches. Das 69 creches cujo compromisso foi feito e assinado, Sr. Presidente, hoje o que há são somente 12. Num período em torno de oito anos, só há 12 creches da prefeitura que funcionam e oferecem aproximadamente 3 mil vagas. Até 2024, de acordo com a meta, teriam de oferecer quase 60 mil vagas. Mesmo que chegassem a oferecer esse quantitativo de vagas no ano de 2024, isso representaria 50% das vagas necessárias. Eu repito: das quase 70 creches previstas, assinadas, pactuadas, só há 12 creches da prefeitura que oferecem em torno de 3 mil vagas, ou seja, os 7,2% do levantamento na realidade são 3,12%.

Há uma matéria enorme do jornal *A Crítica* publicada no dia 19 de março deste ano, uma matéria assinada pela jornalista Cinthia Guimarães, que mostra o diagnóstico da situação das creches na cidade de Manaus, o quanto há deficiência.

Eu fui Vereadora em Manaus durante dez anos. Havia, naquele período em que eu era Vereadora, duas creches da prefeitura de Manaus funcionando. E, naquele período, nós já criticávamos e nos mobilizávamos por mais creches.

Ora, se há os recursos disponibilizados para a construção, para o equipamento e para boa parte da manutenção, com repasse dos recursos do Fundo Nacional...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... de Desenvolvimento da Educação, por que não se constroem as creches? É uma pergunta que fica. Os prefeitos têm que responder, cada qual dando a sua explicação.

Na minha cidade, de acordo com a matéria de ontem, a matéria jornalística veiculada na televisão no dia de ontem, a Secretária Municipal de Educação culpou o prefeito anterior. Aliás, isto é comum: o atual prefeito culpa o anterior, que culpa o anterior, que culpa o anterior, ninguém tem culpa. Na hora de prometer, prometem muito, muito, muito além daquilo que podem cumprir, mas, na hora de executar, nem o que está acordado no papel.

Eu repito: isso é muito grave, Sr. Presidente, é muito grave. E eu creio que nós precisamos estar atentas a esse fato e cobrar, porque, a cada vaga que falta, conforme o espírito da matéria publicou de forma corretíssima, é uma família toda que sofre. Não é uma mãe somente que deixa de trabalhar, que deixa de ajudar no sustento da sua família, que fica impedida de dar uma qualidade de vida melhor à sua família, porque não há vaga em creche. Como ela não tem dinheiro para pagar creche particular, é obrigada a ficar em casa cuidando de seus filhos. Em situações extremas, as mães largam seus filhos sozinhos ou os filhos menores aos cuidados dos “maiores” – “maiores”, entre aspas, de 12 ou 13 anos de idade. Não é essa a educação que a legislação brasileira prevê para nossas crianças, nem esse é o tratamento que nós queremos que as prefeituras deem às nossas crianças. Se esse levantamento feito nas capitais demonstra isso, imaginem quando chegar aos Municípios do interior, onde a realidade é terrível.

Concluo esta primeira parte do meu pronunciamento lembrando o que a Senadora Fátima disse: a creche é um direito. Não é obrigatória, de acordo com a lei educacional, a matrícula de zero a três anos, mas, pelo ECA, é. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê até a possibilidade de a família demandar o próprio Poder Público, o próprio Estado, pela oferta dessas creches, cuja falta – repito – causa um transtorno generalizado no seio da família.

Sr. Presidente, eu não podia deixar esta tribuna sem rapidamente tocar no assunto que trouxe todos os Senadores e Senadoras que me antecederam aqui. Eu prestei muita atenção desde a hora que cheguei até este momento: todos eles trataram da crise por que passa o País, que, como dizem, de fato, é uma crise. É uma crise que tem diferentes facetas. É uma crise econômica, mas, principalmente, uma crise política, que é alimentada – não tenho dúvida nenhuma – por fatos que estão relacionados a essa investigação denominada Lava Jato, que é importante para punir os que praticam malfeitos, para punir os que promovem o ato da corrupção.

Presidente, eu não posso falar nisso sem dizer o seguinte: a forma como se enfrenta a corrupção não é só punindo o corrupto, não é só punindo o corruptor. Essa é uma parte, uma parte importante – é verdade –, que, aliás, o Poder Judiciário e o Ministério Público estão fazendo. Mas há o outro lado, que é como prevenir a corrupção, e essa parte é a nossa. O dever de fazer isso é nosso, mudando as leis, tornando o Estado não imune – no sistema capitalista, essa imunidade não se garante em momento nenhum –, mas um Estado mais forte no combate à corrupção e no exercício de sua prática. E um dos fatores, sem dúvida alguma, Sr. Presidente...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... é uma oportunidade que eu vejo que está passando à nossa frente e não estamos fazendo nada. Espero que o Poder Judiciário tenha a coragem proibir o financiamento empresarial às campanhas eleitorais.

Dizem que não é preciso proibir, que tem que se limitar. Não, Presidente, tem que proibir. Não basta limitar, tem que proibir, porque não há sentido. Isso desequilibra a representatividade no Parlamento brasileiro e na política brasileira essa possibilidade. Desequilibra!

E o que estamos vendo? O corrupto, o que meteu a mão no que não era dele, naquilo que era do Estado, do povo brasileiro, sobretudo da Petrobras – 10 milhões foram desviados! – diz o seguinte “Não. Foi para o partido político fazer a campanha eleitoral”. Aí, quando vem a investigação, mostra-se que, dos 10 milhões desviados, um milhão foi para o partido político e 9 milhões para o bolso dele. Ou seja, o partido político serviu de álibi para o corrupto. Foi para isso que serviu.

E nós Parlamentares vamos deixar que continuem usando o Partido Político? Se for proibido, qual é a desculpa que vão usar quando forem pegos com a mão na botija? Qual será a desculpa? Partido político não mais, porque é proibido. Então, será outro crime a empresa dar dinheiro para o partido político. É proibido. Eu acho que essa é uma possibilidade.

Outra questão sobre a qual eu quero falar diz respeito à tal crise econômica. Há um artigo assinado pelo economista Mailson da Nóbrega, que, aliás, já foi ministro do nosso País. Eu vou voltar a falar sobre isso. Não sou economista como ele, mas tenho certeza de que ele passa por cima do seu próprio aprendizado apenas para criticar o Governo. Apenas para criticar e apenas com esse objetivo. E ele conclui o artigo dizendo o seguinte: “A crise mundial e o fim do ciclo de *commodities* impactaram a economia, mas o pior veio dos erros internos. Foi o PT que travou o crescimento do Brasil”.

Ora, Sr. Presidente, tenha a santa paciência!

Mas eu quero aqui ler uma afirmação que li numa entrevista, que também foi publicada recentemente. Perguntou-se a uma pessoa, Senador Humberto: “Qual será a saída para a crise econômica?” E a resposta veio em seguida:

Temos instituições que funcionam e uma economia razoavelmente estruturada. Somos ainda os melhores do grupo dos BRICS [ou seja, Rússia, China, África do Sul e Índia]. A Rússia é excessivamente dependente do petróleo e do gás. A Índia tem 90% de sua economia na informalidade e uma burocracia ainda mais impenetrável que a brasileira. A China investe na sua rede de proteção social o pouco que investíamos na década de 70. Já a África do Sul está com uma taxa de desemprego de 25% e problemas fiscais gravíssimos, mesmo em comparação com os nossos. Temos estrutura para sair da crise (...)

De quem é essa assertiva? É de um parlamentar que apoia o Governo? Não, de um parlamentar da oposição.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB – PB) – É importante destacar uma coisa que é extremamente importante e é uma conquista nossa, do povo brasileiro e do Congresso Nacional. É que, de todos esses BRICS, o Brasil é o país onde as instituições funcionam com a maior regularidade. Quando um país tem as suas instituições funcionando, já é meio caminho andado para solucionar as suas crises, sejam elas econômicas, sejam elas políticas, sejam elas sociais.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu que agradeço.

Mas, Senador, eu perguntava de quem seriam essas afirmações. Possivelmente de alguém que apoia o Governo...

(Interrupção do som.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A oposição vem aqui, diz que está tudo errado, que o problema é do Governo, que não tem nada a ver com a economia internacional. Está aqui alguém que diz que temos uma economia razoavelmente estruturada. Se só houvesse ocorrido erros nos últimos dez anos, a nossa economia não estaria razoavelmente estruturada.

Repito, os dados mostram 25% de desemprego na África do Sul e em tantos outros países. Acabei de fazer um aparte à Senadora Gleisi, como V. Exª também.

Essa afirmação é do Senador Aécio Neves em entrevista que deu, nesta última semana, à revista *Veja*. E ele conclui dizendo: “O problema não é a economia. O problema é o Governo, é este Governo que está aí.”

Ou seja, usam a economia para tentar fazer com que ela também seja um fator de desequilíbrio da nossa sociedade, Sr. Presidente. Mas não é. A crise, enquanto os outros países a vivem desde 2008, nós começamos agora, e enfrentando de forma diferente. Até agora, o povo brasileiro não sentiu como vêm sentindo outros países. E é importante que, neste momento, o povo brasileiro tenha a exata noção do que está acontecendo. A crise econômica existe? Existe, é fato, sem dúvida nenhuma, mas, no mundo inteiro, ela existe.

O que nós precisamos, como vários Senadores que me antecederam falaram, é de um compromisso pelo Brasil. E tem gente aqui, do nosso lado, que não quer isso, que quer ver o “circo pegar fogo”, para ver se assume o poder que não conquistaram nas últimas eleições. Esse é o grande fato, Sr. Presidente. Mas eu acho que nesta hora, nós precisamos pensar no povo, no Brasil, e não em interesses políticos que, infelizmente, alguns ainda insistem em pensar.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Parabéns, Senadora Vanessa, pelo seu brilhante e oportuno pronunciamento.

Passo a palavra, agora, à Senadora Fátima Bezerra. Em seguida, passarei a palavra, na condição de Líder do PT, ao Senador Humberto Costa e, depois, ao Senador Wellington Fagundes.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, na semana passada, eu falava aqui, desta tribuna, que, diante da crise, diante das dificuldades pelas quais o País passa, o Governo não estava paralisado de maneira nenhuma. Na semana passada, eu mencionava aqui várias ações que o Governo da Presidenta Dilma vem tomando para manter o diálogo com a sociedade civil, para fortalecer a democracia, para equacionar, ou seja, para aprimorar a relação com o Parlamento.

Hoje, Senadora Vanessa, mais uma vez, eu venho a esta tribuna para dizer que essas medidas vêm sendo não só mantidas como ampliadas pela Presidenta e também pelo seu Governo. Eu quero, aqui, lembrar,

Senadora Vanessa, que, ainda ontem, em pleno domingo, a Presidenta estava lá trabalhando – aliás, domingo, Dia dos Pais – com os seus ministros, numa reunião importante. O Governo tem realizado inúmeras reuniões com os Líderes partidários, com a Base Aliada no Congresso Nacional. Recentemente fez uma reunião muito importante com os Governadores – que já foi objeto também de registro nosso aqui, nesta tribuna. Reunião, naquele momento, com os Governadores, também muito importante. E hoje a Presidenta Dilma, dando continuidade, repito, ao diálogo com a sociedade civil, à relação com o Parlamento, logo mais, agora no início da noite, vai receber Senadores e Senadoras que fazem parte da Base aliada que dá sustentação ao seu Governo.

Todas essas iniciativas, todas essas ações que o Governo vem empreendendo se colocam claramente como uma sinalização de que este Governo, repito, não está paralisado; que este Governo está trabalhando; que este Governo quer avançar; que este Governo quer melhorar o País. Para isso, Senadora Vanessa, busca e conta com apoio da sua base e da sociedade.

Claro que a situação que vivemos não é das melhores, mas, ainda assim – como tem dito o querido Presidente Lula –, é muito melhor do que qualquer momento vivido antes das gestões populares na Presidência da República. E ainda, a nossa situação é infinitamente melhor do que a de países que hoje enfrentam crises econômicas muito mais severas que as nossas, pois não souberam ouvir os alertas e reagir adequadamente – desde 2008 – quando a crise econômica mundial deu seus primeiros sinais. O Brasil não! O Brasil soube barrar a crise por seis anos e, por isso, podemos afirmar que o atual momento é passageiro. Com diálogo e trabalho, nós superaremos as atuais dificuldades e sairemos deste momento para um outro momento melhor.

Quero aqui dizer que essas atitudes de diálogo por parte da Presidenta Dilma, por parte do Governo, são, a meu ver, Senadora Vanessa, uma resposta em altíssimo nível aos ataques sem fundamento que setores golpistas vêm empreendendo. Esses setores golpistas defenderam, em princípio, a tese do *Impeachment* sem qualquer base para isso, rompendo com a ordem jurídica e democrática. Na verdade, o desejo desses setores era claramente trazer instabilidade ao ordenamento do País – portanto, instaurar um processo de crise política – cujas consequências nós sabemos que são desastrosas, porque penaliza uma população mais vulnerável e restabelece os feudos e oligarquias que muitos não se conformam em ter visto desinstalados do poder, de modo democrático, pelas eleições, pela inclusão social, por projetos que, na verdade, priorizam a indústria brasileira e nossa população mais pobre. Ou seja, por um projeto que começou com o Presidente Lula, que apostou no desenvolvimento nacional, com geração de emprego, com distribuição de renda e com inclusão social.

E é exatamente esse projeto, Senadora Vanessa, que, com muito trabalho, com muita obstinação, com muita seriedade, o Governo da Presidenta Dilma vem se empenhando, para que superemos essas dificuldades e possamos retomar esse projeto e pisar no acelerador, não só para dar continuidade, mas também avançar nessa direção que o povo brasileiro merece, que é o projeto de desenvolvimento nacional, com geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social. É o Brasil inclusivo e generoso.

Pois bem, Sr. Presidente, os setores golpistas que vinham defendendo a tese do *impeachment* – repito, sem qualquer base para isso –, agora levantam também, de maneira leviana – inclusive para utilizar um termo que esses setores costumam usar –, a possibilidade de que a Presidenta renuncie. Antes era *impeachment*; agora, de repente, é a tese da renúncia.

Ora, se esquecem de olhar a história e a biografia desta mulher; esquecem que esta mulher, que é a nossa Presidenta, já esteve sob tortura nos porões da ditadura, e nem lá ela fraquejou, sucumbiu. Portanto, eles esquecem que a vida, a história da Presidenta Dilma foi dedicada à luta em prol da liberdade. A vida da Presidente Dilma foi dedicada à defesa da ordem democrática.

A vida e a história, a biografia da Presidenta Dilma foi dedicada ao sonho que ela e que nós todos acentuamos até hoje, que é a construção de uma Pátria livre, soberana, que é o Brasil inclusivo, o Brasil justo, o Brasil generoso para os seus filhos e as suas filhas.

Aliás, Sr. Presidente, sobre essa sandice, de repente, agora, de setores da oposição, que flertam com o golpismo, quando falaram, nesses últimos dias – e eu me refiro à renúncia. Ninguém melhor do que a nossa Presidenta para exatamente se manifestar frente a essa sandice. Disse a Presidenta, em uma solenidade agora, nessa última sexta-feira – abre aspas: “Sou uma pessoa que aguenta ameaças. Sobrevivi a grandes ameaças à minha própria vida. Uma democracia respeita a eleição direta pelo voto popular. Eu respeito a democracia do meu País. Eu honrarei o voto que me deram.”

É isso aí, Presidenta Dilma! Mais do que honrar o voto que mais de 54 milhões de brasileiros e de brasileiras deram à senhora nas últimas eleições, de outubro, mais do que honrar esse voto, a senhora vai cumprir com todas as promessas que assumiu com o povo brasileiro. E repito...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... e essas dificuldades serão superadas para que a gente novamente possa cuidar do projeto nacional, inclusivo, generoso, com geração de emprego, com distribuição de renda, com inclusão social e com a nossa Pátria Educadora.

Portanto, quero aqui dizer a esses setores golpistas que parem de sandices, de devaneios autoritários, porque a Presidenta Dilma não sairá da Presidência de maneira nenhuma. Se quiserem tentar romper com a ordem democrática, que inventem uma nova Constituição e que assumam, inclusive, a pecha de golpistas.

Mas eu quero dizer, Sr. Presidente, que nada disso acontecerá, porque, eu tenho convicção de que, em uma sociedade em forte amadurecimento como a nossa, com as nossas instituições com a solidez democrática que nós temos, eu quero aqui dizer da nossa confiança, da nossa convicção de que essas teses golpistas não prosperarão de maneira nenhuma, sejam camufladas de *impeachment*, de renúncia, seja lá do que for.

Aliás, Sr. Presidente, eu quero aqui, mais uma vez, colocar para aqueles que fazem oposição ao Governo, aqueles que criticam o Governo, que isso é democrático, mas não podemos aceitar, de maneira nenhuma, que o façam, de repente, de forma oportunista, que façam a crítica querendo desestabilizar a vida do País. E eu quero aqui, mais uma vez, dizer: preparem-se! Haverá eleições, no ano que vem, nos Municípios e nas capitais de todo o País. Haverá eleições em 2018. Preparem-se, venham para as ruas, apresentem um projeto inovador, apresentem um projeto ousado, melhor do que o nosso. E aí, sim, mais uma vez, a soberania popular é quem decidirá sobre os destinos do nosso País.

Repito, Sr. Presidente, que esse desespero dessa oposição, ou seja, essa oposição que flerta com teses golpistas – seja pelo *impeachment*, seja pela suposta renúncia –, deve-se ao fato – não nos custa nada aqui lembrar – de que ela já foi derrotada, através da escolha popular do povo brasileiro, quatro vezes. Daí exatamente o desespero dela.

Mas, enfim, Sr. Presidente, falam ainda sobre a ideia de chamar novas eleições. Ora, Sr. Presidente, isso é brincar com a democracia. Essa atitude se assemelha ao menino que chama os amigos para jogar futebol e, sempre que seu time perde, pede para jogar de novo até que seu time ganhe. Parece piada, mas, convenhamos, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, esse tipo de pedido é de uma meninice sem tamanho, é considerar que o voto do povo brasileiro não vale nada, e isso nós não aceitaremos de maneira nenhuma.

Por sinal, Sr. Presidente, esta será uma semana também de muita mobilização e de muito trabalho em prol da democracia. Amanhã, já começam a chegar a Brasília as Margaridas, que farão sua famosa marcha na quarta-feira, dia 12. A Marcha das Margaridas é um movimento que surgiu a partir da luta das mulheres do campo e das florestas contra a discriminação e em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. A Marcha das Margaridas hoje é, Sr. Presidente, uma das maiores mobilizações de cunho social...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... não só do Brasil, mas da América Latina.

Por que Marcha das Margaridas? Porque Margarida – V. Exª sabe, assim como eu – era nossa conterrânea, uma líder sindical atuante e que foi brutalmente assassinada, uma mulher que desafiou seu tempo, inclusive desafiando os padrões da época, porque ela, como mulher e trabalhadora rural, assumiu a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande. Na época, ela desafiou os latifundiários, lutando pelo direito à terra, pela reforma agrária, por uma vida com dignidade. Essa mulher, repito, que nos inspira até hoje, foi brutal e covardemente assassinada com apenas 40 anos de idade. A bala que saiu do fuzil penetrou nas costas de Margarida. Por isso, o assassinato foi não só brutal, mas covarde.

Mas quero dizer aqui, Senador Raimundo Lira, que os sonhos e as ideias de Margarida não morreram de maneira nenhuma; muito pelo contrário, frutificaram por este País afora. E é por isso que, de forma muito justa, o movimento se chama a Marcha das Margaridas, porque é uma forma de homenagear aquela que desafiou seu tempo, aquela que também não vacilou do ponto de vista de lutar pelos seus companheiros e companheiras, de lutar pela sua comunidade pelo direito à terra.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Permita-me a interrupção. Gostaria esta Presidência de, neste momento, também prestar uma homenagem à Margarida Maria Alves...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... esta ilustre paraibana que ficou na história da luta em benefício do povo, da luta pela procura, que ela sempre teve, de maior justiça social principalmente para os menos favorecidos.

Este nome Marcha das Margaridas efetivamente também passa a ser, historicamente, uma homenagem à luta do povo paraibano.

Obrigado, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Senador Raimundo.

Incorpo esse aparte que V. Exª faz e que, enfim, reforça mais ainda essa homenagem à líder Margarida Alves. E quero dizer que, na verdade, mais do que nunca, neste mês de agosto – até porque foi o mês em que ela morreu, precisamente no dia 12 de agosto de 1983 – somos todas Margaridas. Vou dizer mais ainda: somos todas herdeiras, somos todas suas filhas, as filhas de Margarida, que continuam sonhando com um Brasil com terra, com reforma agrária, com um Brasil com dignidade e que continuam sonhando, inclusive, com um Brasil com uma democracia forte, com liberdade. Por isso que a Marcha das Margaridas este ano, aqui em Brasília, além de incorporar a sua pauta específica, que é a questão da reforma agrária, a questão de uma vida digna para os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, a Marcha das Margaridas este ano também incorpora esse compromisso e esse chamamento do ponto de vista da defesa da ordem democrática, da defesa da democracia.

Inclusive aqui quero dizer, Sr. Presidente, rapidamente, que elas já estão chegando, as Margaridas já começaram a chegar aqui em Brasília. A solenidade de abertura será, amanhã, no Estádio Mané Garrincha e a marcha mesmo será no dia 12. A Presidenta Dilma, inclusive, vai participar da Marcha das Margaridas e também o Congresso Nacional, em sessão conjunta, Câmara e Senado, fará uma sessão solene homenageando o Movimento das Margaridas e, mais do que homenageando, uma sessão solene para que nós, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... tenhamos conhecimento da pauta das propostas que dizem respeito ao Congresso Nacional para que possamos exatamente assumir compromissos com a pauta e com a agenda que tem como tema o desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade, que é o lema da Marcha das Margaridas neste ano de 2015.

Portanto, Sr. Presidente, quero ainda também aqui colocar que, nessa terça-feira – e aqui aproveito para fazer um convite a todos os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas para mais uma mobilização também em defesa da educação –, a Frente Parlamentar Mista em defesa da Petrobras – da qual sou integrante e, inclusive, faço parte da sua coordenação –, em conjunto com entidades sindicais representativas, tanto na área de educação como a CNTE, como os funcionários da Petrobras, a FUP, realizará uma manifestação para garantir que os recursos do pré-sal...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... continuem destinados à educação. Isso porque essa destinação dos recursos do pré-sal para a educação está ameaçada, na medida em que nós temos aqui uma iniciativa de autoria do Senador José Serra, o PLS nº 131, de 2015, que pretende mudar o atual regime de partilha dos *royalties* do pré-sal. Por isso, toda essa mobilização, Sr. Presidente, para que esse processo seja arquivado. Esse projeto não é bom para a educação, esse projeto não é bom para o País.

Quero, portanto, dizer que o ato em defesa da democracia, da educação e da Petrobras, amanhã, terá como foco a continuidade da nossa luta para que não arranquem, não tirem o petróleo da educação. Amanhã é mais um momento de a gente arregimentar forças, de a gente ampliar esse movimento...

(Interrupção do som.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... que o projeto de lei que estabeleceu o marco regulatório da exploração do pré-sal, que esse mesmo projeto que assegura que 75% dos *royalties* do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal sejam destinados à educação. Portanto, essa mobilização de amanhã é exatamente para defender essa tese.

O ato, Sr. Presidente, será às 14 horas, aqui, no Auditório Nereu Ramos. Nós estaremos com a UNE, a UBES, a CNTE, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a FUP, a Central Única dos Trabalhadores, diversos partidos e a Frente Parlamentar em Defesa da Petrobras.

Por fim, Sr. Presidente, quero aproveitar para registrar o ato também em defesa da educação, só que desta vez é um ato organizado pelo nosso partido, o Partido dos Trabalhadores.

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Esse ato, Senador Humberto, Senador Jorge Viana, terá início nesta sexta-feira.

É um ato que está sendo promovido pelo setorial da educação do nosso Partido, em parceria com o núcleo de educação da Bancada do PT, que coordena aqui no Congresso Nacional.

O lema desse ato em defesa da educação é Brasil, Pátria educadora.

Será realizado aqui em Brasília sexta, sábado e terminará no domingo. E, para nossa alegria, nós vamos contar com a presença daquele que mais fez pela educação dos jovens deste País, o nosso querido ex-Presidente Lula.

Vamos contar também com a presença da Presidenta Dilma, do Ministro Renato Janine, bem como de secretários de educação, de representantes de várias entidades e militantes da área de educação do nosso partido.

Então, Sr. Presidente, é esse o caminho que nós devemos seguir. Senador Raimundo Lira, o caminho que devemos seguir é esse. É um governo, repito, que não está paralisado, que não está de cabeça baixa, que está ouvindo, como a Presidenta Dilma diz, sentindo o coração do povo brasileiro e que está trabalhando. E o caminho que nós devemos seguir é esse, é o caminho do diálogo, é o caminho do debate programático...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ...exatamente sobre o Brasil que nós queremos, certo?

Então, quero aqui mostrar para V. Exª e para os telespectadores. Aqui é a Marcha das Margaridas, bem como, Sr. Presidente, permita-me rapidinho, aqui também, a Marcha das Margaridas, que começa nesta terça. E também nesta terça-feira o ato em defesa da educação, em defesa da democracia, que tem como foco central a questão da defesa do pré-sal para a educação.

E, finalmente, Sr. Presidente, apenas renovar o convite a toda a bancada federal do meu Estado, os Senadores e os Deputados Federais, para uma importante audiência que nós teremos amanhã, às 11 horas, com o Ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi. Essa audiência foi articulada pelo nosso mandato a pedido da Igreja, do Arcebispo Dom Jaime, de Padre Ivanoff, de D. Antônio, enfim, dos representantes das famílias atingidas pela Barragem de Oiticica. Então é uma reunião muito importante, que vai contar com a presença do Governo do Estado. Amanhã nós estaremos com o Ministro Gilberto Occhi, exatamente para tratar do calendário do repasse de recursos para que essa obra que está em andamento possa ser acelerada.

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – E para que ela seja acelerada, nós vamos amanhã, mais uma vez, renovar o nosso apelo ao Ministro Gilberto Occhi, ao Governo Federal para ampliar os recursos, bem como tratar da questão do tema da transposição do São Francisco.

Então, amanhã, às 11h, com o Ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi. E eu aproveito para renovar o convite para toda a Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senadora Fátima Bezerra, permite uma breve interrupção?

V. Exª falou na transposição do Rio São Francisco. A Comissão Provisória da Transposição do São Francisco, da qual sou Presidente e o Senador Humberto Costa é o Relator.

Foi incluída nesse relatório e aprovada pela Comissão uma nova entrada, além da leste e da norte, da transposição do São Francisco, um novo ramal entrando pelo Rio Piancó, que atende a 18 Municípios da Paraíba. Essa transposição vai atender às necessidades da maior barragem da Paraíba, que é o sistema Coremas/Mãe D'Água, com aproximadamente 1,1 bilhão de metros cúbicos.

O excesso de água do sistema Coremas/Mãe D'Água vai descer exatamente pelo Rio Piranhas, que, ao chegar ao Rio Grande do Norte, é denominado de Rio Piranhas-Açu ou Rio Açu, que vai atender ao abastecimento do maior reservatório do Rio Grande do Norte, que é o reservatório de Açu, com aproximadamente 2,4 bilhões. Portanto, esse ramal atende não só ao Estado da Paraíba, mas também ao Estado do Rio Grande do Norte.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Sem dúvida, Senador.

Só para complementar a informação de V. Exª...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – A Barragem de Oiticica será tema, amanhã, da nossa audiência com o Ministro, que tem feito um esforço muito grande. O Governo Federal tem feito um esforço muito grande.

Apesar de toda essa crise, a Barragem de Oiticica não parou. Depois da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, para V. Exª ter uma ideia, ela é a obra de infraestrutura hídrica de caráter mais estruturante para o nosso Estado. A Barragem de Oiticica faz parte exatamente do complexo do São Francisco. Daí a razão para conversarmos com o Ministro. O nosso apelo é para ampliar os recursos para acelerar essa obra.

Mas eu quero aqui, Senador Raimundo, acrescentar que também faço parte da Comissão e apresentei um requerimento – quero dar conhecimento a V. Exª –, um requerimento, Senador Humberto para que tanto o Presidente Raimundo Lira como V. Exª, na condição de Relator, possam ir ao Rio Grande do Norte, a pedido da Assembleia Legislativa, para fazermos uma discussão no sentido de atualizar cada vez mais o calendário em curso no que diz respeito a essa obra, que, sem dúvida nenhuma, em matéria de infraestrutura hídrica, é a obra de caráter estruturante mais importante para o Nordeste brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senadora, peço que V. Exª conclua, porque os colegas de V. Exª estão aguardando.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Concluí. Como V. Exª falou do São Francisco para dar essa informação, aproveitei para dar conhecimento a V. Exª desse requerimento que nós apresentamos à Comissão.

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Esperamos ver lá tanto o senhor como o Senador Humberto.

Durante o discurso da Srª. Fátima Bezerra, o Sr. Raimundo Lira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª. Vanessa Grazziotin.

Durante o discurso da Srª. Fátima Bezerra, a Srª. Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Raimundo Lira.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Passo a palavra para breve comunicação ao Senador Jorge Viana, 1º Vice-Presidente desta Casa.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador) – Caro Presidente, Senador Raimundo, obrigado pela oportunidade. Eu queria cumprimentar a todos neste começo de semana, nesta segunda-feira, e agradecer ao meu Líder, Humberto Costa, que fez uma inversão comigo. Eu estava como orador escrito.

Eu só queria registrar, aqui na tribuna do Senado, uma audiência que tive hoje, acompanhando o Governador Tião Viana e o Coordenador da Bancada Federal, Deputado Federal Raimundo Angelim, com o Diretor-Geral do DNIT, o Sr. Valter Casimiro e os assessores técnicos do DNIT, que, cumprindo uma decisão do Ministro dos Transportes... E é bom que se diga, tive uma audiência com ambos, aliás, duas. O Governador Tião Viana já teve mais de meia dúzia de audiências com o Ministério do Transporte, com o DNIT, e foi montado um grupo de trabalho que agora começa a trazer resultados concretos.

Então, eu faço o registro aqui. Agradeço ao Ministro dos Transportes, Antônio Rodrigues, agradeço ao Diretor-Geral do DNIT, Valter Casimiro, pela disposição e pela compreensão do problema da BR 364, que é uma verdadeira epopeia a sua construção. O seu funcionamento para o povo acriano é fundamental e foi com muito sacrifício que nós fomos trabalhando quilômetro a quilômetro. Tendo em vista as condições de solo, o regime de chuvas, a completa ausência de materiais adequados para a sua manutenção, a BR 364 é um problema permanente para qualquer governo do Acre. Não fosse a contribuição do Governo Federal ao longo desse período e a decisão do Governo do Estado, que começou um trecho com o Governador Orleir, depois trabalhei por oito anos, inclusive contando com a ajuda do então Senador Tião Viana, depois o Governador Binho, quatro anos, e agora o Governador Tião Viana, nós não teríamos a integração por rodovia do nosso Estado do Acre.

Eu acabei de fazer um trabalho na região do Juruá, no meu recesso, visitando as áreas isoladas, e só quem vive aquela realidade sabe a importância dessa rodovia. O problema é que nós tivemos o maior regime de chuva da história em Tarauacá, que, num único ano, pegou dez cheias do Rio Tarauacá e Muru.

Nós tivemos a maior cheia no Rio Madeira, o que significa o maior volume de chuva naquela bacia hidrográfica do Madeira. Isso danificou as rodovias, acabou com os ramais, danificou as cidades, e nós temos pou-

quíssimo tempo ainda no chamado verão amazônico para fazer a recuperação dos trechos críticos da BR-364, no trecho de Sena Madureira até Cruzeiro do Sul.

Então, aqui faço o registro e cumprimento o Governador Tião Viana pelo empeno, pela dedicação. Ele veio hoje, está voltando hoje para o Estado e vem tratar deste e de outros assuntos, mas tem feito isso de maneira sistemática, como eu fiz, como o Governador Binho fez, e agora está tendo a acolhida do DNIT e do Ministério dos Transportes.

Eu queria dizer que nós não temos tempo para iniciar um trabalho mais forte, mais efetivo no trecho de Sena Madureira até Cruzeiro do Sul, recuperando a BR-364. Se fizermos uma boa recuperação este ano, ano que vem será possível fazer um trabalho de reconstrução dos trechos que precisam ser reconstruídos, como foi feito entre Rio Branco e Sena Madureira.

Então, era este o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente, agradecendo a parceria do Governo Federal com o Governo do Estado, fazendo o reconhecimento e deixando claro que o Governador Tião Viana, ultimamente, anunciou três grandes ações do Governo Federal com o Governo do Estado: uma, a retomada do Luz para Todos, que procura universalizar o fornecimento de energia para todos os acrianos, especialmente os que vivem isolados. O Programa foi renovado pela Presidenta Dilma, o Governador Tião Viana já assinou o convênio e está, agora, estimulando que se retome o Luz para Todos. O outro é o linhão, a linha de transmissão de Sena Madureira até Cruzeiro do Sul, que também é fruto de um trabalho dedicado de mais de dois anos do Governador Tião Viana. E, por último, a BR-364.

Só queria fazer um registro: o que eu lamento é que, com todo respeito até a colegas Senadores e Deputados Federais, pessoas que são de oposição ao Governo Federal, o que é lamentável, porque precisamos de diálogo com todos, queiram agora tirar proveito disso. É muito ruim. Será que essas pessoas pensam que o povo do Acre não está vendo quem está se dedicando, quem está trabalhando, quem de fato está ajudando? É o Governo Federal, é a Presidenta Dilma que está trabalhando. É uma obra do seu Governo a linha de transmissão de Sena Madureira até Cruzeiro do Sul, como é uma obra do seu Governo a retomada do Luz para Todos, que começou com o Presidente Lula e agora são mais de 46 milhões para investir no Acre, da mesma maneira que esse trabalho que o DNIT fará na BR-364.

Foi acertado hoje que os trabalhos vão começar imediatamente, fazendo um reparo nos trechos mais danificados, para que possamos atravessar esse inverno e ano que vem ter um trabalho mais definitivo. Inclusive na presença do próprio Senador Gladson e do Senador Petecão, vou buscar esse entendimento, para que ninguém tire proveito do trabalho dos outros. Isso é muito ruim. O trabalho é do Governador Tião Viana, e nós, Senadores, Deputados, podemos ajudar ou atrapalhar.

Espero que todos se somem ao Governador Tião Viana, ajudando o próprio Governo Federal a fazer o enfrentamento de um problema que é de todos os acrianos.

O Brasil vive uma situação como essa muito também por conflitos, por pessoas quererem tirar proveito até do sofrimento do povo brasileiro.

Está na hora de nós nos juntarmos todos e trabalharmos pelo Brasil. E, no caso nosso do Acre, todos trabalharmos pelo Acre.

O ideal é união e mais trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Passo a palavra ao Senador Humberto Costa, na condição de Líder do PT nesta Casa.

Em seguida, falará o Senador Wellington Fagundes, Líder do PR.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, estamos passando por um momento de séria instabilidade política no País, que exige de todas as Lideranças responsáveis um esforço em favor de uma grande concertação nacional.

O atual cenário não permite aventureirismo, não deve abrigar propostas e atitudes inconsequentes e muito menos pode ser usado como justificativa para se buscar qualquer saída fora da Constituição.

É lamentável que alguns elementos da oposição sigam apostando de maneira irresponsável no caos e na insegurança, urdindo planos para lançar o Brasil num quadro de terra devastada do qual imaginam emergir como os salvadores da Pátria.

São atitudes que denotam uma imensa imaturidade política, uma reprovável falta de compromisso com o País e com os valores da democracia, que servem a diminuir o Brasil e nos fazem parecer, aos olhos da comunidade internacional, uma republiqueta sem lei, sem ordem constitucional e estabilidade jurídica na qual não se pode confiar.

Do que precisamos neste contexto é de estatura política elevada para que estanquemos essa crise e possamos tirar o Brasil dela o quanto antes, rompendo o imobilismo em que esta situação está nos colocando.

Na verdade, alguns atuam para que tenhamos uma crise, não do Governo, mas uma crise do País, uma crise na economia do Estado brasileiro. E aqueles que agem com responsabilidade e altivez já começaram a externar sua inquietude com esse estilo *playboy* de que alguns têm se valido para atizar a crise e incendiar o País. As consequências são evidentes, quem vai ganhar com a possibilidade de perda da nota do Brasil em relação à sua condição de País bom pagador e onde vale a pena investir?

As empresas brasileiras já começam a sofrer a consequência dessa instabilidade política. Algumas, inclusive, por conta dessa perspectiva pessimista que diuturnamente se planta neste Brasil, começam, elas próprias, a sofrer os efeitos dessa crise em grande parte provocada.

Ressalto aqueles que estão contra essa postura irresponsável e aqui eu quero citar a nota publicada na semana passada pelas duas maiores federações de indústrias do Brasil, a Fiesp e a Firjan, que manifestaram seu apoio à proposta de união das forças políticas e pediram responsabilidade, diálogo e ação para preservar a estabilidade institucional do País. Essas federações vêm se somar a diversas outras manifestações de grandes empresários, de juristas, de veículos de comunicação social, que têm criticado duramente, também, a forma temerária como a oposição vem agindo neste Congresso Nacional ao procurar aprovar, com uma parte da base de sustentação do Governo, uma série de projetos com devastador impacto nas contas públicas.

Com a anuência do Presidente da Câmara dos Deputados, a oposição quer atacar o Governo, aprovando todo tipo de aberração fiscal, tributária e administrativa, o que poderá inviabilizar o Brasil não apenas durante este Governo, mas durante um longo espaço de tempo para os próprios governos que venham a suceder o Governo da Presidenta Dilma.

Para impor derrotas ao Palácio do Planalto aqui dentro, eles atiram no próprio Brasil, arrebatando com as finanças públicas e agindo contra o grau de investimento, tão duramente conquistado por nós, colocando em risco a sobrevivência de milhares e milhares de empresas e de milhões de empregos.

E o que é engraçado é que utilizam para atacar o Governo os problemas que o Governo enfrenta em relação às próprias ações que o Governo Dilma e o governo Lula realizaram e que mudaram o Brasil.

Eu estava observando, lá em Recife, as faixas que estavam pregadas, no dia de ontem, convocando a população para o ato que vai acontecer no dia 16 e era assim: O Fies está com problemas, o Pronatec está com problemas, o Mais Médicos... Quer dizer, eles estão sempre comparando o Governo Dilma com o Governo Dilma e com o governo Lula, porque nada disso havia no Brasil. Não havia Minha Casa, Minha Vida. Não havia Pronatec. Não havia Fies. Não havia Mais Médicos. Não havia Samu. Não havia Farmácia Popular. Não havia nada, neste Brasil, nos governos em que a oposição encabeçava a gestão do nosso País.

São incendiários que acham que vão renascer como fênix das cinzas de um Brasil que eles hoje trabalham para destruir. Felizmente esses disseminadores do caos estão cada vez mais isolados em sua estratégia de terror e de golpe.

Quero registrar mais um trecho da nota da Fiesp e da Firjan, em que as federações ressaltam que – abrem-se as aspas: “o povo brasileiro confiou os destinos do País a seus representantes. É hora de colocar de lado ambições pessoais ou partidárias e mirar o interesse maior do Brasil”, fecham-se as aspas, diz a nota;

Sei que para muitos egos inflados é duro colocar os elevados interesses da Nação acima dos seus próprios caprichos. Mas essa incapacidade evidencia exatamente a falta de apreço de alguns pelo regime democrático e de maturidade política para lidar com momentos difíceis;

A tese do “quanto pior, melhor” só nos levará ao pior. E o Brasil não pode ser empurrado para o abismo para que alguns possam ver seus projetos pessoais satisfeitos.

A oposição deve retomar seu papel de oposição. A democracia exige a existência da oposição, mas ela precisa exercer esse papel de maneira consequente, de maneira responsável e combater o Governo dentro da legalidade e da legitimidade.

O mandato da Presidenta Dilma se conclui em 2018. Ela não vai renunciar...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – ... ela não vai ser impedida de governar. Qualquer tentativa de abreviar seu mandato não será aceita pela população brasileira. Não pensem, esses entusiasmados golpistas, que nós assistiríamos – e digo nós os movimentos sociais, nós Parlamentares, nós os misérrimos que saíram da condição de miséria à época do Governo Lula, a juventude – passivamente a derrubada da Presidenta Dilma. Talvez, num primeiro momento, possa até existir um clima de perplexidade, mas quase que de imediato esses movimentos vão denunciar o que aconteceu, aqui neste Congresso vamos viver uma

disputa política bastante dura e dificilmente as condições de estabilidade, que hoje não existem, irão existir, caso esse golpe venha acontecer.

Não pensem que a população vai assistir passivamente uma Presidente eleita legitimamente ser derrubada, que os lutadores sociais, os militantes, vão para casa colocar o pijama e assistir à novela das oito.

Não, com certeza não irão! Este País viveria uma convulsão porque, sem legalidade e sem legitimidade, nenhuma coalizão política que sucedesse Dilma poderia ser aceita pelos brasileiros.

Essa cegueira política que quer esmagar até mesmo a liderança do Presidente Lula, um homem com um potencial imenso para o diálogo interno e externo, um homem que pode dar uma larga contribuição ao Brasil para sair da crise em qualquer situação. Isso não pode mais ganhar mais espaço.

É hora de aqueles que se têm colocado à margem da legalidade abdicarem desse expediente decadente e reprovável e trabalharem em favor do Brasil.

Quero aqui, também, chamar o nosso Governo às suas responsabilidades. É forçoso reconhecer erros cometidos e estender a mão ao diálogo com todos os setores, um diálogo realmente efetivo, que vá além da retórica.

A Presidenta tem que restaurar sua base parlamentar neste Congresso Nacional, principalmente na Câmara, onde temos rompido pontes desde o primeiro mandato até a insustentável situação de nos encontrarmos ilhados atualmente.

Mesmo neste Senado, que foi garantia de todo o primeiro Governo Dilma, tendo na relação com a Base ainda não um caráter satisfatório. E o primeiro semestre deste ano evidenciou esse cenário.

O Governo precisa emitir a zerésima, precisa reiniciar o jogo, reconhecer os tropeços se tropeços houve, recomeçar tudo do início.

Desse encurralamento, só é possível sair por meio de um novo pacto político e social. Temos que redesenhar as alianças partidárias sob novas bases, mas também construir um novo ciclo de diálogo com os movimentos sociais, com o povo brasileiro. Temos que acenar com ações concretas para um presente consistente e um futuro promissor.

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Concluirei rapidamente, Sr. Presidente.

A onda de cansaço com a política está nas ruas e não é de agora, e não é só com a Presidenta, com a sua administração ou com o PT, como muitos, convenientemente, querem fazer parecer.

Os movimentos de 2013 evidenciaram essa insatisfação com o nosso sistema de representação de uma maneira geral. As mesmas pesquisas que apontam baixa popularidade da Presidenta mostram também que a confiança neste Congresso é ainda menor do que a dela.

Então, nós precisamos de união para dar aos brasileiros as respostas de que eles precisam. No que diz respeito ao Governo Federal, essas respostas – apesar de muitas e consistentes – têm se mostrado insuficientes até agora, o que impõe à nossa Presidenta e nos impõe o dever de aperfeiçoar todos os canais de diálogo possíveis com o povo brasileiro. Mas não se pode transformar, irresponsavelmente, essa crise política em uma briga de torcida. A estabilidade institucional do Brasil não pode ser refém de interesses políticos mesquinhos. Os brasileiros – e são muitos os analistas que aprofundam essa afirmação – têm sabido diferenciar a insatisfação que têm em relação ao Governo desse golpe que querem desferir contra o regime democrático. Insatisfeitos, sim; golpistas, não!

Temos todas as condições postas para dobrarmos essa crise econômica e devolvermos o País aos trilhos do crescimento e do desenvolvimento. Mas não conseguiremos vencer a crise econômica se estivermos metidos permanentemente nessa crise política. Então, volto aqui a apelar a todos os setores da sociedade a uma ampla concertação...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – ... que deve ser capitaneada – vou concluir – pelo Governo da Presidenta Dilma, para resolvermos essas arestas políticas e assegurarmos ao País a estabilidade de que precisa. É preciso muito trabalho, muita disposição e, acima de tudo, muita altivez e responsabilidade política para isso. Espero que encontremos disposição entre os nossos opositores.

Muito obrigado a V. Ex^a pela tolerância, e aos nossos demais companheiros e companheiras aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes, na condição de Líder do PR.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Raimundo Lira, companheiro do PMDB da Paraíba, quero aqui saudá-lo em nome de todos os companheiros e companheiras.

Sr. Presidente, esta segunda-feira é um dia muito especial. Comemora-se o centenário de fundação da minha cidade natal, Rondonópolis, localizada a 200km de Cuiabá, na região Sul de Mato Grosso. E falar da história de Rondonópolis é falar das ocupações e da bravura de nossos pioneiros no desenvolvimento dos Municípios mato-grossenses, o que significa recordar feitos que denotam o compromisso do brasileiro com o desenvolvimento; é falar da luta histórica e diária de homens e mulheres que desbravaram a região em busca de melhores condições de vida para suas famílias e comunidades, desde os povos bororós, que, por necessidade de expansão de suas tribos, foram os primeiros moradores, até os goianos de Palmeiras de Goiás, que ocuparam as margens do Rio Poguba, o Rio Vermelho, entre 1902 e 1906; é falar do líder José Rodrigues dos Santos, que, em 1915, fez com que o então Presidente do Estado de Mato Grosso criasse a povoação do Rio Vermelho – a data desse documento é reconhecida pela Câmara Municipal como sendo a de fundação do Município onde nasci e fiz morada, mesmo que a emancipação do Município da cidade de Poxoréo tenha ocorrido em 10 de dezembro de 1953, o nosso Município mãe –; é também falar de Rondon, patrono maior do Município, que, como já afirmei daqui desta tribuna, foi o maior desbravador e progressista da nossa história, ao comandar a comissão que construiu as linhas telegráficas no Norte e também no Centro Oeste do País e que acabou por povoar muito dessa incrível cidade e desenvolvê-la com grande velocidade e grande qualidade.

O desenvolvimento concretizado pelas bases de seu povo trabalhador e repleto de perspectivas fez com que Rondonópolis se tornasse uma cidade pólo, um território verdadeiramente exemplar econômica e socialmente. Os seus mais de 200 mil habitantes comprovam esse desenvolvimento constante. Rondonópolis completa hoje 100 anos de existência sendo a maior e mais importante cidade do interior do Estado de Mato Grosso, compondo o segundo maior Produto Interno Bruto de Mato Grosso e figurando entre as cem melhores cidades do País para se investir – e quero deixar bem claro que são cem anos do seu reconhecimento, mas a nossa cidade, no seu aniversário, completa 53 anos.

E, em tempos de crise política, eu, como fruto dessa terra próspera, defendo mais do que tudo a retomada dos grandes investimentos em nosso País, dando como exemplo a nossa querida Rondonópolis.

Não há como citarmos Rondonópolis também sem atribuir méritos enormes às pessoas responsáveis pelo desenvolvimento social da nossa população, como, por exemplo, as Irmãs Catequistas Franciscanas, que atuam no Município desde 1949, no crescimento de nossa cidade, através da educação e do espaço para que famílias inteiras se desenvolvam. Foram lá as Irmãs Franciscanas, as primeiras a construir o primeiro espaço, a primeira escola, a primeira sala de aula. E aqui falo também, inclusive, reverenciando a todas elas, que continuam nesse trabalho educacional com o Colégio Sagrado Coração de Jesus, no qual estudei o meu primário, além, é claro, de darem assistência religiosa, social e de saúde, que percebemos até hoje em seu legado. Ressalto – e aproveito para parabenizar esta importante congregação – os seus 67 anos de serviço à Rondonópolis, completados neste ano de 2015.

Quero aqui trazer a história escrita e publicada, neste final de semana, pelo jornal *A Tribuna*, que bem retrata a rica história da nossa cidade. Quero aqui, inclusive, elogiar o jornal *A Tribuna*, que fez aqui, na sua parte central, quatro páginas mostrando uma bela pesquisa e a história da cidade de Rondonópolis, e, com isso, quero parabenizar também este jornal, que é um jornal que faz história na nossa cidade, um jornal que já completa várias décadas de existência no nosso Município.

Quero aqui também registrar importância da Profª Luci Léa Lopes Martins Tesoro e da Profª Laci Maria Araújo Alves, exatamente porque estudam a história do nosso Município e ajustam o passado com o presente, prestando verdadeiro serviço à memória dos pioneiros e desbravadores: “Muitas pessoas acreditam que Rondonópolis seja uma jovem senhora, nascida em sua emancipação político-administrativa em 1953.” Mas, na verdade, Sr. Presidente, a história é secular. O Decreto de 1915, que é a Certidão de Nascimento de Rondonópolis, estabelecia a criação de uma reserva de 2 mil hectares para a povoação do Rio Vermelho e marcava oficialmente a existência do povoado. A importância do decreto, segundo a historiadora Luci Léa, foi reconhecida e respaldada na Lei Municipal nº 2.777, de 22 de outubro de 1997, que promulga a data de 10 de agosto como a data de fundação de Rondonópolis.

Em 1920, Rondonópolis foi promovida à categoria de Distrito de Santo Antônio do Leverger, também por iniciativa do Parlamentar Otávio Pitaluga. A emancipação veio em 1953 – precisamente no dia 10 de dezembro de 1953 –, em cumprimento à Lei nº 666. Rondonópolis foi inserida no contexto capitalista de produção como fronteira agrícola mato-grossense, marcado por constantes fluxos migratórios, de onde vieram os goianos, nordestinos, como o meu pai, João Baiano, que saiu da Bahia a pé, Sr. Presidente, andando milhares

de quilômetros, quase 2 mil quilômetros, para chegar a Poxoréo, nossa cidade natal, depois se mudando para Rondonópolis no início do seu povoado.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Wellington Fagundes, o que o seu pai fez foi mais ou menos o que o desbravador Marechal Rondon fez, desbravando o interior do nosso País. Um dos homens mais patriotas, mais visionários e que mais construíram o futuro deste País foi Marechal Rondon. Portanto, o Estado de Mato Grosso é um Estado privilegiado por ter em seu solo um Município com o nome de tão ilustre brasileiro.

Era isso o que eu queria dizer, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – E quero aqui registrar, Sr. Presidente, Senador Raimundo Lira, que o Marechal Rondon nasceu exatamente nessa cidade que acabo de citar aqui, bem próximo à divisa também com Rondonópolis. Também o nosso companheiro Jonas Pinheiro era natural dessa mesma localidade, dessa mesma cidade.

Ainda quero registrar, Sr. Presidente, que foram também para aquela região os paulistas, os mineiros e também, depois, os sulistas, desbravando principalmente o Cerrado, que hoje é a grande força da economia mato-grossense. E, hoje, Rondonópolis é uma cidade moderna, com traços arquitetônicos dos mais variados, com uma economia forte e pujante. Esses cem anos, porém, conforme afirma a historiadora Laci Maria, representam um momento de grande reflexão, de discutir a cidade que desejamos.

Rondonópolis, Sr. Presidente, vive um momento ímpar na política. Os três Senadores atualmente de Mato Grosso são de Rondonópolis: o meu companheiro e Líder Senador Blairo Maggi e também o Senador José Medeiros. Acho que é uma das únicas cidades do Brasil, provavelmente, do interior, que têm os três Senadores nascidos ali.

A cidade ainda conta com dois Deputados Federais: o Deputado Carlos Bezerra, que já foi Prefeito, Governador do Estado e também Senador, e que conta com uma vasta experiência política e administrativa; e também o nosso companheiro Deputado Federal Adilton Sachetti, que também foi Prefeito daquela cidade. E isso mostra a força desse jovem Município de centenária criação e, claro, a grande responsabilidade que temos com o seu desenvolvimento.

Rondonópolis, Sr. Presidente, está situada em ponto estratégico do mapa do Estado: o Município é cortado pelas rodovias federais BR-364 e BR-163, onde se encontra, exatamente, Rondonópolis. E, hoje, graças a um trabalho que desenvolvemos aqui, em parceria com toda a Bancada, estamos fazendo a duplicação desde a divisa de Mato Grosso do Sul até a cidade de Sinop. Por esse corredor, passam toda a carga, todas as pessoas que demandam, da Região Sul à Norte, a região amazônica de Mato Grosso.

Por isso, tenho defendido aqui, como Presidente da Frente Parlamentar de Logística de Transporte e Armazenagem, a importância da duplicação dessa estrada. Hoje mesmo, já conversei com o Ministro dos Transportes, e, daqui a pouco, vamos ter, lá, uma reunião com a Presidente da República. São detalhes importantes para que a gente possa concluir logo essa obra.

Precisam ser tomadas as decisões políticas. Mas o importante é que a concessionária está fazendo a sua parte. E espero que, em poucos anos, a gente tenha toda essa estrada duplicada, bem como outras concessões que estão por vir: de Rondonópolis até a divisa de Goiás a Jataí; e também de Sinop até o Estado de Rondônia.

O Município, como eu disse, liga Mato Grosso à Região Norte do País. Essa localização estratégica faz com que a cidade se consolide, a cada ano, como polo industrial e agrícola do Centro-Oeste. A cidade já foi considerada a Capital Nacional do Agronegócio e, hoje, volta os seus ideais para a indústria. Diversas corporações se instalaram no Município nos ramos têxteis e também grandes empresas de alimentos e, ainda, cervejaria, entre outras.

Rondonópolis tem o mérito de abrigar o maior terminal ferroviário da América Latina, hoje comandado pela empresa Rumo ALL, o que lhe confere, também, o *status* de polo ferroviário.

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Com base no agronegócio, Rondonópolis é um exemplo de agregação de valores: o Município está entre as 40 maiores cidades exportadoras do Brasil. O turismo, segmento tão importante para a economia nacional, também é movimentado pelo agronegócio. Mas, devido às belezas naturais da região, o ecoturismo já surge como uma atração para o setor.

Rondonópolis está, também, muito próxima do Pantanal. E, hoje, inclusive, temos uma obra em que temos lutado muito: a construção da BR-040, que liga Rondonópolis a Cuiabá, passando pelo Pantanal, por Mimoso – onde nasceu Marechal Rondon –, chegando a Santo Antônio do Leverger e posteriormente a Cuiabá. Como já disse, essa estrada será fundamental para promover o turismo e a ligação do Pantanal e, com isso, também integrar mais aquela região.

Como todo o Estado, a cidade conta ainda com uma série de atrativos históricos e culturais. Hoje Rondonópolis, Sr. Presidente, está sediando a 43ª Exposul, e lançamos lá a Vitrine Agropec. Hoje, inclusive, tivemos a presença do Ministro Joaquim Barbosa, pela manhã, fazendo uma palestra. E aqui eu quero parabenizar o Presidente da Exposul, do sindicato rural da minha cidade, meu colega, veterinário Francisco de Castro.

O hoje de Rondonópolis, assim como acontecia antigamente, representa passos largos de um futuro próspero. Atualmente o Município é dotado da mais alta capacidade de trabalho e investimentos, os quais sempre continuarei defendendo. Além disso, permanece surpreendendo todo o País com a sua produção diária recordista, sendo considerada por muitos um maravilhoso local para se trabalhar e viver.

Da minha parte, Sr. Presidente, gostaria de expressar aqui todo o amor que sinto por essa cidade. Rondonópolis é a minha casa. É lá que guardo as minhas memórias; é lá que as pessoas que mais amo no mundo estão.

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – É lá que está a minha origem. É à Rondonópolis que dedico os melhores momentos da minha vida e é em Rondonópolis que quero encerrar os meus dias.

Sr. Presidente, quero aqui, ainda ao encerrar esse pronunciamento, também parabenizar a toda a classe política, em nome do Prefeito Percival Muniz e do meu concorrente nessas últimas eleições, ex-Governador Rogério Salles, que é também o Vice-Prefeito. Ele que também é filho de um pioneiro, que junto com os sulistas foram para lá desbravar e fazer com que o Rondonópolis fosse esta cidade pujante, uma cidade em desenvolvimento, com uma economia como aqui já disse.

Mato Grosso, hoje, é o Estado em que temos a maior produção de todos os grãos do Brasil. Nós respondemos por mais de 50% da produção de algodão do Brasil; também de soja; o maior rebanho brasileiro bovino está em Mato Grosso; já somos, hoje, um grande produtor de aves e de suínos. Enfim, é um Estado que tem a vocação agrícola.

Hoje, Sr. Presidente, só para ter uma ideia, Mato Grosso, com toda a sua área degradada, sem necessitar derrubar um pé de árvore,...

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – ... tem condições de produzir tudo o que se produz hoje no Brasil – só no Estado de Mato Grosso.

Na região do Araguaia, temos milhões de hectares disponíveis, prontos para produzir. O que precisamos é da logística, porque Mato Grosso está no centro do Brasil, está no centro geodésico da América do Sul, portanto muito longe dos portos. Temos uma capacidade de produção muito grande, uma das maiores produtividades do mundo, mas temos que vencer essa questão da distância dos portos e, por isso, temos trabalhado tanto aqui para que nossa infraestrutura de logística possa realmente se consolidar.

Por isso, neste momento de crise, também temos defendido – e vamos hoje lá defender com a Presidente Dilma e com toda a sua equipe – que a melhor forma de sairmos dessa crise econômica do País, sem dúvida nenhuma, é investir na nossa logística, porque, no Mato Grosso e em quase todos os Estados brasileiros, cada quilômetro de estrada que se constrói...

(Interrupção do som.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – ... agrega-se rapidamente à produção.

Agora, há pouco, estive na China e no Japão com a Ministra da Agricultura, a Presidente Dilma... Na China, não; no Japão e na Rússia. Lá também estive a Presidente Dilma. E vemos o mercado internacional totalmente aberto, pronto. Lá fomos abrir a exportação de carne para o Japão, ampliar a exportação de carne para a Rússia, que, agora, com os embargos que eles estão sofrendo dos Estados Unidos e da Europa, com certeza, é um mercado extremamente comprador.

A competitividade existe, mas o Brasil tem capacidade, o nosso povo tem uma capacidade empreendedora, e nós podemos, realmente, tirar este País da crise. Por isso, acho que o momento é de união, é de reflexão, e tenho certeza de que o Senado da República sabe a responsabilidade.

A pauta bomba que aconteceu essa semana...

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – ... que foi votada na Câmara dos Deputados. Com certeza, caberá a nós aqui fazer as reflexões e fazer com que todos aqui possam tirar o País dessa agonia que estamos vivendo e, principalmente, da incerteza.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Wellington, apenas reforçando as últimas palavras de V. Ex^a, o Senado Federal não tem só o dever, mas também a obrigação de continuar sendo a Casa revisora do Congresso Nacional, o poder moderador do Poder Legislativo. E, portanto, nós temos que ter decisões próprias aqui no Senado Federal, decisões que não prejudiquem o País, seja no campo político, seja no campo econômico.

Portanto, V. Ex^a teve muita felicidade no seu pronunciamento quando ressaltou essa condição, esse dever e essa obrigação do Senado Federal de trabalhar sempre de forma moderada em benefício do Brasil e do nosso povo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Acredito muito, Sr. Presidente, que o Senado terá, na sua maturidade... Esta Casa, como V. Ex^a colocou, é a Casa revisora, e muitas pessoas perguntam: “Por que o Senador tem que ter 35 anos?” É exatamente porque é o papel desta Casa, uma Casa de pessoas com experiência: ex-governadores, Senadores, Deputados Federais, enfim, Parlamentares e administradores que já conheceram o que é o dia a dia e as dificuldades da população.

Eu acredito muito que o Senado terá essa capacidade de dialogar, inclusive com a Câmara dos Deputados. Nós não queremos um confronto. Nós queremos, na verdade, fazer com que o Brasil seja um país com a sua grandeza. Em um país continental como é o Brasil, com tanta riqueza natural, nós não podemos fazer a nossa população sofrer.

Aqui já estou há 25 anos...

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) - ... seis mandatos como Deputado Federal e este meu primeiro mandato como Senador. É a primeira vez que enfrentamos uma crise política e uma crise econômica acumuladas. Portanto, é muito mais profunda. E aí exige muito mais reflexão e muito mais responsabilidade de todos nós. Mas eu tenho certeza de que, com Parlamentares como V. Ex^a, que tem experiência, tem conhecimento, maturidade, é dessa forma que vamos encontrar o caminho, um caminho de dar oportunidades, principalmente para as nossas futuras gerações.

O Brasil é muito grande. O nosso povo é muito bom. Nós já enfrentamos crises em que tivemos um *impeachment* e não tivemos nenhum problema de derramamento de sangue. E eu tenho certeza de que será através do diálogo que nós vamos encontrar a saída para as pessoas que estão lá, sofrendo, ou muitas pessoas que estão na expectativa, como tivemos aí mais de 50 milhões de pessoas que saíram da pobreza total e que experimentaram o consumo, saíram da classe baixa, da classe C, vieram para a classe média e, com certeza...

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – ... querem exigir dias melhores e mais oportunidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu só gostaria, Sr. Presidente, de também solicitar que fosse também anexada ao meu pronunciamento essa matéria do jornal *A Tribuna*, dado o contexto histórico que está aqui no jornal.

Muito obrigado.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– “Município completa nesta segunda 100 anos de fundação”, do jornal *A Tribuna*., de 9 de agosto de 2015.

Seu endereço Wellington Fagundes
DOCUMENTO A QUE SE REFERE

PÁGINA INICIAL

REPÓRTER CIDADÃO

FALE COM A REDAÇÃO

PEÇA SEU ORÇAMENTO.

BRASIL/MUNDO

CLASSIFICADOS

ESPORTES

GERAL

POLÍTICA

POLÍCIA

BOLETIM EXPOSUL 2015

"Qual ação simples você poderia fazer hoje"

Pesquisar

agosto 9, 2015 - por Patrícia Cacheffo - Especial para A TRIBUNA - Fonte:

Curtir

29

Tweetar

1



CENTENÁRIO DE RONDONÓPOLIS

Município completa nesta segunda 100 anos de fundação

A A A



A emancipação político-administrativa de Rondonópolis, que rompeu os laços com Poxoréu, ocorreu em 10 de dezembro de 1953. Mas a fundação da cidade, regulamentada pela Lei Municipal 2.777, de 22 de outubro de 1997, teve início por um decreto do dia 10 de agosto de 1915, assinado pelo então presidente de Estado do Mato Grosso, Joaquim da Costa Marques. A cidade comemora portanto, 100 anos de fundação.

Rondonópolis chega ao seu centenário como a maior e mais importante cidade do interior, 2ª maior Produto Interno Bruto (PIB) do Estado e figurando entre as 100 melhores cidades do país para se investir. Sua força está na agricultura e na pecuária, como também em um crescimento cada vez maior do comércio de produtos e serviços, já que a cidade é um polo regional. Terra de oportunidades, que recebe pessoas de todos os cantos do país em busca de trabalho, educação e uma melhor condição de vida.

A edição do Jornal A TRIBUNA de hoje traz um especial sobre o centenário do município, com fotos históricas e os seus 100 anos relatados por duas conhecedoras profundas da história da cidade, Profª Drª Luci Léa Lopes Martins Tesoro e Profª Drª Laci Maria Araújo Alves. As historiadoras lembram que a cidade é repleta de lugares que refletem sua história, mas que grande parte da população desconhece, e reafirmam a necessidade da população comemorar o centenário de fundação da cidade. "Acorda população! Vamos comemorar o centenário da fundação de nossa cidade", diz Luci Léa.

Centenário de Rondonópolis, cadê a festa?

ÚLTIMAS BRASIL & MUNDO

- Homens que pularam de paraquedas do World Trade Center são condenados – 14h02'
- Astronautas provam primeira alface cultivada no espaço – 13h47'
- Comissão aprova 2,4 bilhões de euros para Europa enfrentar crise migratória – 13h42'
- Representante do COI diz estar confiante com preparativos para Rio 2016 – 13h23'
- Estudantes praticam esportes olímpicos e paralímpicos no Maracanã – 12h13'

Veja mais: Últimas Brasil e Mundo →

*A beleza vai encontrar
cada canto da sua vida.*

NEWSLETTER

Assine nossa newsletter e receba diariamente notícias do A TRIBUNA em seu email.

Seu email:

Assinar

EDITORIAL

Ausência no calendário

publicado em agosto 11, 2015 / Comente

Uma cidade centenária, mas apenas no papel. Fundação e emancipação têm significados distintos, [...]



Uma vista aérea de Rondonópolis do ano de 1953, cortada pelo Rio Vermelho, um espectador privilegiado da sua história

(*) Luci Lea
Especial para o A TRIBUNA

Em Rondonópolis não tem quem não conheça o "Cais" e o "Casario", conjunto arquitetônico à beira do rio Vermelho, cuja primeira construção é datada de 1930, anterior à Emancipação Política de Rondonópolis, realizada em 1953, data que é comemorada como se fosse o início da história de Rondonópolis.

Tanto o poder público como a maioria da população de Rondonópolis e órgãos da mídia ignoram ou não sabem a data de fundação da nossa cidade (1915) e tal proceder coloca uma pá de cal na história e na memória do processo de povoamento e de crescimento realizados antes da data da Emancipação Política de Rondonópolis e, principalmente no esforço e trabalho dos primeiros moradores que se estabeleceram na confluência do Arareau com o Pogubo (Rio Vermelho).



Rua principal de Rondonópolis em 1953

CERTIDÃO DE NASCIMENTO – O processo da história político-administrativa de Rondonópolis teve início a partir do Decreto Lei nº 395, assinado pelo presidente de Estado do Mato Grosso Joaquim da Costa Marques, em 10 de agosto de 1915. Isto se deu após o início de povoamento, nos primeiros anos do século XX com a chegada de goianos, de cuiabanos e pessoas de outras regiões do estado.

O referido decreto de 1915 estabelece uma reserva de 2.000 hectares para a povoação do Rio Vermelho (local da futura Rondonópolis) e marca oficialmente a existência do povoado – este é por assim dizer o primeiro documento oficial, o seu registro de nascimento. A importância do decreto foi reconhecida e respalda na Lei Municipal nº 2.777, de 22 de outubro de 1997, que promulga a data de 10 de agosto como a data de fundação de Rondonópolis. Neste dia 10, portanto, Rondonópolis completa o seu primeiro centenário.

INÍCIO – No local houve várias tentativas de ocupação que não redundaram em povoamento: seja dos índios bororo, dos faiscadores à procura de pedras preciosas, dos homens das expedições das linhas telegráficas, dos militares que no final do século XIX ocuparam por 15 anos a região do rio Ponte de Pedra.

O povoamento propriamente dito de Rondonópolis iniciou-se de 1902 a 1906, com a fixação de maioria de famílias procedentes de Palmeiras de Goiás (maravilhados com as belezas naturais e a vontade de vencer), com a vinda de moradores de Cuiabá e de outras regiões do Estado, que em viagens isoladas e espontâneas chegam e se fixam às margens do Rio Vermelho, sob a liderança de José Rodrigues dos Santos.

OPINIÃO DO LEITOR



A pressão sobre as novas empresas
publicado em agosto 11, 2015
/ Comente

Alguém

publicado em agosto 11, 2015 / Comente



Rodovia do Peixe
publicado em agosto 11, 2015
/ Comente

PESQUISE POR DATA

agosto 2015						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					
« jul						

CLASSIFICADOS

ClassiTudo – Ofertas de Hoje: 532
publicado em agosto 11, 2015 / Comente

ClassiTudo – Ofertas de Hoje: 555
publicado em agosto 9, 2015 / Comente

ClassiTudo – Ofertas de Hoje: 549
publicado em agosto 8, 2015 / Comente



COLUNAS



Fast Zoom
Emanuel Ormond



Flash
Valter Arantes



Perfil Zoom
Emanuel Ormond



Estilo D+
Diana Monteiro

Amélia Social.com

Eles construíram o povoado, que em 1915 era habitado aproximadamente por setenta famílias, que detinham certa organização econômica (principalmente a partir de economia de subsistência) e certa organização social e política – além de uma preocupação com as primeiras letras, efetivadas com a criação de escola.

Em 1918, o deputado, agrimensor e tenente Otávio Pitaluga conclui o projeto de medição, alinhamento e estética da localidade (projeto que em 1948 foi aproveitado pelo engenheiro Domingos de Lima para edificar o traçado urbano do atual quadrilátero central da cidade). Em 1918, Pitaluga presta homenagem ao General Rondon alterando o nome do povoado de Rio Vermelho para Rondonópolis – Rondon que na época comandava a comissão que construía as linhas telegráficas no Norte e Centro-Oeste do país e que inauguraria o posto telegráfico em nossa localidade em 1922. Diante desses dados, Rondon passa então a ser considerado o patrono do lugar, e os primeiros moradores como fundadores.

Em 1920, Rondonópolis foi promovido à categoria de Distrito de Santo Antônio do Leverger (município mais próximo) e comarca de Cuiabá, através da Resolução Nº 814, com um projeto de autoria do deputado Otávio Pitaluga.

Com tais conquistas parecia que o destino de Rondonópolis sorria e haveria um crescimento imediato.

CITAÇÕES DE AUTORIDADES DA EPOCA – De acordo com o livro "Águas Termais de Mato Grosso", que contém o conteúdo do livro 62 das publicações da "Comissão Rondon" do Ministério da Agricultura, publicado pelo Dr. Orozimbo Correa Neto, em duas edições – 1920 e 1946 – pela Imprensa Nacional do Rio de Janeiro, ele afirma na página 118 e seguintes:

"Rondonópolis é hoje (1920) um distrito de paz e localidade que promete dentro de breve tempo tornar-se uma importante cidade de Mato Grosso.

"O solo é fertilíssimo, e já a fama correu longe, por isso é que dia a dia chegam novas famílias, de lugares distantes. A situação da futura vila já demarcada, à margem de dois rios navegáveis e seu excelente clima, muito favorecem seu rápido crescimento. Matas ricas de madeiras de lei existem em toda a região.

"O elemento indígena representado por aldeamentos de índios Borôro, espalhados ao redor da povoação, onde eles são vistos continuamente, vai se aproximando com sucesso. As esplêndidas minas de diamante, em toda a região próxima de Rondonópolis, por si representam uma garantia para o progresso e o futuro da localidade (...) a região é rica de minérios diversos, de que algumas amostras estão sendo analisadas (...) já existem numerosos e ricos fazendeiros locais (...). Na margem oposta à povoação estão os terrenos da fazenda Jurigue e do lado do Arariá tem sua fazenda o Capitão Otávio Pitaluga. A população atual é pequena, mas a invasão dos garimpeiros e dos que vêm à procura dos minérios, pode trazer importante elemento de progresso. Dizem que a estrada de ferro para Cuiabá terá fatalmente que passar por Rondonópolis.

"A povoação consta de um grupo de casas dispostas numa rua comprida na direção S.W. – N.E. à margem direita do Arariá [atual Avenida Marechal Rondon], que termina no porto do rio Pogubo, onde deságua perto do porto do Arariá, de modo que o povoado está encravado no pontal dos dois rios aqui mencionados. Numa suave inclinação estende-se o patrimônio da futura cidade."

Todavia, ao contrário da opinião de Orozimbo Correa Neto, que falava que em breve tempo Rondonópolis seria uma grande cidade, a futura cidade teve que aguardar e esperar por mais três décadas para sentir desabrochar o seu crescimento.



Casa de colono na colônia da Mata Grande. O ano também é 1953

DESPOVOAMENTO – Quando parecia que o vilarejo iria decolar, decorre um processo de esvaziamento e este fica esquecido e estagnado no tempo e no espaço, justamente no período de efervescência do diamante de Poxorêu.

De 1920 a 1930, ocorreram acontecimentos inesperados, como o desentendimento entre os moradores pela mudança de nome da vila para Rondonópolis e por razões de discordâncias sobre limites de terra, que provoca a mudança de muitos moradores, principalmente dos líderes goianos. Nesse período acentuaram-se os problemas ligados a enchentes, epidemias e doenças, além de



Amélia Stefanini



Zoom
Emanuel Ormond



Show em Negócios
Flávio Ceará



ECONOMIA



43ª Exposul brilha com a cavalgada e Agropec
publicado em agosto 9, 2015
/ Comente

GALERIA DE FOTOS



ÚLTIMOS COMENTÁRIOS

- ✚ MARIA DE LOURDES FARIA DA CUNHA em Igreja promove Seminário "A Cura da Alma"
- ✚ karem cristina em Leishmaniose canina tem tratamento
- ✚ alexandre em Papel do farmacêutico no controle glicêmico do paciente diabético
- ✚ Cristina de Souza em Presidente do Conselho da Mulher aponta avanços e desafios da Lei Maria da Penha
- ✚ Missionário HELIO COSTA em Cavalcada altera novamente o trajeto
- ✚ Orlando Sabka em Câmara debate instalação do aterro sanitário
- ✚ orlando sabka em Papa: divorciados que voltam a se casar não devem ser excomungados – 08h13'
- ✚ Danilo em Aeroporto atuará com aeronaves com mais de 100 passageiros
- ✚ osvaldo em Cavalcada altera novamente o trajeto

que, no mesmo período, João Arenas descobre os garimpos de diamantes na vizinha região de Poxoréu (1924).

Disso resultou o enfraquecimento e o esvaziamento de Rondonópolis.

Assim, nessas duas décadas, enquanto o distrito de Rondonópolis ficava quase que completamente abandonado, Poxoréu crescia com a exploração de diamante e conseguia, em 1938, a sua emancipação política.

Diante da proximidade geográfica, Rondonópolis foi denominado como distrito de Poxoréu, através do Decreto-Lei nº 218, de 26 de outubro de 1938, mas continuava Comarca de Cuiabá.

RETOMADA DE CRESCIMENTO – Em resultado da política do sistema de colônias implantado pelo governador Arnaldo Estevão de Figueiredo, inicia-se em 1947 o processo de retomada de crescimento que culmina na emancipação político-administrativa em 10 de dezembro de 1953, em cumprimento da Lei 666.

Nesse período, o distrito de Rondonópolis é inserido no contexto capitalista de produção como fronteira agrícola mato-grossense, marcado por constantes fluxos migratórios – até 1970 destacam-se os goianos, nordestinos, paulistas e mineiros; só depois vieram os sulistas.

No intervalo da história e da memória de Rondonópolis do período de 1915 (data de fundação) ao de 1953 (data de emancipação), como dizem os mais antigos, "rolou muita água por debaixo da ponte", porém a data de fundação ficou lá pra trás, bem longe, nos idos de 10 de agosto de 1915, como se ela nunca tivesse existido.

(*) LUCI LÉA LOPES MARTINS TESORO, Doutora em História Social pela USP, autora do livro "Rondonópolis-MT: um entroncamento de mão única". Contato: llmt@terra.com.br

Rondonópolis e a sua história

Juliano Martin em Rondonópolis pode ter voo direto para Campinas

REDES
SOCIAIS



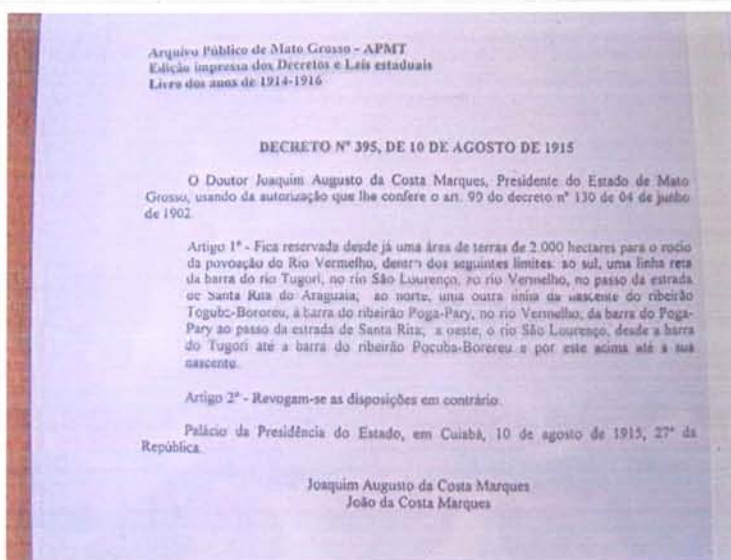
Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.



1919											
MAPA da frequência dos alunos da ESCOLA MISTA DA POVOAÇÃO DO RIO VERMELHO, município de SANTO ANTONIO, relativo ao mês de SETEMBRO.											
MATRICULADOS 34											
Sexo masculino...	10	Sexo masculino...	2	Sexo masculino...	1	Sexo masculino...		Sexo masculino...			
Sexo feminino...	16	Sexo feminino...	5	Sexo feminino...	2	Sexo feminino...		Sexo feminino...			
DISTRIBUIÇÃO DAS MATERIAS											
CLASSES	Leitura	Caligrafia	Língua materna	Aritmética	Geografia	Geometria	Cosmografia	História do Brasil	História Natural	Física	Desenho
1.ª	26	26									
2.ª		5									
3.ª		3	3	3							
4.ª											

Rio Vermelho, 2 de outubro de 1919. — (a) *Abilio Camillo Mendes*, professor.

Oficialização do povoado no ano de 1915 permitiu a criação da Escola Mista da Povoação do Rio Vermelho



Decreto nº 395 de 10 de agosto de 1915, criou a "Povoação do Rio Vermelho"

Laci Maria
Especial para o A TRIBUNA

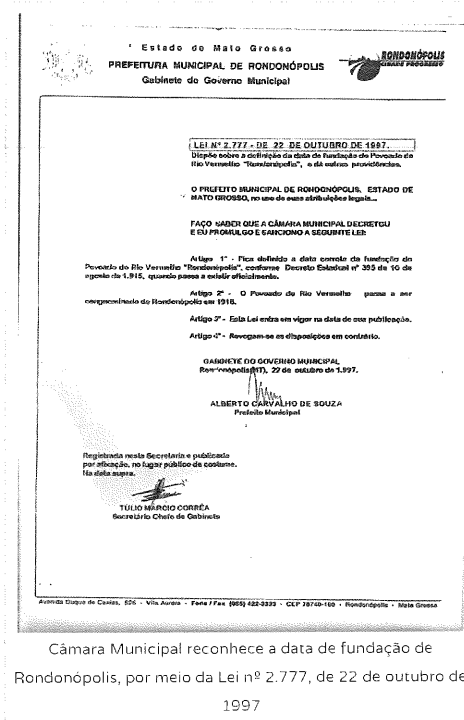
Relembrar os cem anos de fundação de Rondonópolis é trazer à memória a luta de mulheres e de homens que se fixaram nessa região e acreditaram na possibilidade de conseguir melhores condições de vida para a sua família e para a comunidade na qual estavam inseridos. Nesse percurso, de acordo com as pesquisas realizadas, os povos indígenas da etnia Bororo foram os primeiros moradores da região, seguidos pelos goianos que chegaram às margens do Rio Poguba ou Rio Vermelho entre os anos de 1902 e 1906.

Tais famílias possuíam elevado número de filhos que careciam de ensino escolar, motivo pelo qual o Sr. José Rodrigues dos Santos, líder do povoado, se dirigiu com alguns dos seus filhos à cidade de Cuiabá para reivindicar a criação de uma escola para o lugarejo que estava sendo organizado.

Diante de tal reivindicação, o presidente do Estado de Mato Grosso, o Sr. Joaquim Augusto Costa Marques, pelo Decreto nº 395 de 10 de agosto de 1915, criou a "Povoação do Rio Vermelho", documento este reconhecido pela Câmara Municipal como data de fundação de Rondonópolis, por meio da Lei nº 2.777, de 22 de outubro de 1997.

A oficialização do povoado no ano de 1915 permitiu a criação da Escola Mista da Povoação do Rio Vermelho que registrou a matrícula de 34 alunos, no ano de 1919, nas disciplinas de Leitura, Caligrafia, Língua Materna e Aritmética, dado significativo para um lugarejo que começava a se despontar como lugar de terras férteis e de futuro promissor.

Hoje, Rondonópolis é uma cidade moderna, com traços arquitetônicos os mais variados, com uma economia pujante e com mais de duzentos mil habitantes, no entanto poucas pessoas param para refletir sobre a história desta cidade.



Câmara Municipal reconhece a data de fundação de Rondonópolis, por meio da Lei nº 2.777, de 22 de outubro de 1997

No livro "Águas Termais de Mato Grosso", do Dr. Orozimbo Correa Neto (1946), gentilmente cedido por Clotildes Farias e Benjamin Rodrigues, bisnetos do Sr. José Rodrigues, aparece uma fotografia que retrata um pouco do que era o Povoado do Rio Vermelho, no ano de 1919: casas muito simples, cobertas de palhas, sem uma delimitação precisa das ruas, mas com a presença de famílias com muitos filhos e com uma forma coletiva de ser e de viver que se estendia também na relação com os índios Bororo.

De acordo com entrevista realizada com o Sr. Bittencourt Esteves, nascido no então Povoado do Rio Vermelho (em 1918), a convivência com os povos indígenas era tranquila e se expressava em pequenos gestos, tais como os banhos no rio, a travessia na balsa, as cantigas de roda, as conversas no final do dia, as tarefas escolares.

Como marca desses primeiros

tempos do nosso município, temos o complexo do Casario, iniciado ainda na década de 1930 para servir de residência para o balseiro que cuidava da balsa sobre o rio Vermelho e possibilitava a travessia das pessoas.

Muitas pessoas circulam nesse espaço sem perceber que este guarda lembranças de mulheres e de homens que ali viveram, compartilharam dificuldades e alegrias e participaram da construção da nossa cidade. A pintura branca destaca as várias janelas e portas enfileiradas, realçando a proximidade das casas geminadas e de telha comum devido à falta de material de construção naquela época. O quintal, e por extensão, o próprio rio, era de todos e, principalmente, das mulheres e das crianças. No rio, as mulheres se encontravam para lavar as roupas da família, para atualizarem as notícias e para trocarem experiências. Os tanques e os banheiros coletivos possibilitavam outro tipo de convivência e de partilha.

No entanto, o Casario não foi apenas um local onde as famílias partilhavam seu dia-a-dia. Antes mesmo de ser ampliado, foi ali que se instalou o primeiro "bolicho", bem ao lado da balsa que, no seu vai-e-vem constante, trazia e levava as pessoas e também as cargas. O bolicho era o ponto de encontro; lugar de circulação de mercadorias, de pessoas e de notícias.

Rondonópolis se apresenta hoje como uma cidade repleta de lugares de memória, mas pouco conhecidos por grande parte da população que, conforme analisa Pierre Nora, circula pelas ruas sem perceber a riqueza escondida em suas ruas e arquiteturas. É necessário olhar além do visível para tentar encontrar o sentido de tais lugares, pois como ressalta Roger Chartier (1988:139), há

uma infinidade de modos de ler, inscritos na trama que vai da leitura oralizada à que pode ser feita pelos olhos e em silêncio.

Neste centenário de fundação de Rondonópolis, somos convidados a tentar "olhar" a cidade buscando fragmentos de sua história, com um olhar que busca o sentido de um discurso, a história presente na arquitetura da cidade e nas construções que exprimem uma época. São lugares que remontam a importantes períodos da construção da história e que merecem ser melhor conhecidos, uma vez que compõem o patrimônio cultural de Rondonópolis. Como analisa Jacques Le Goff, "onde o homem [e a mulher] passou e deixou a sua marca, aí está a sua história".

(*) Laci Maria Araujo Alves é professora doutora em História



Fotografia que retrata um pouco do que era o Povoado do Rio Vermelho, no ano de 1919: casas muito simples, cobertas de palhas, sem uma delimitação precisa das ruas



Como marca desses primeiros tempos do nosso município, temos o complexo do Casario

DEIXE SEU COMENTÁRIO

Seu endereço de email não será publicado. Campos obrigatórios estão marcados com *

RELACIONADAS



Reportagem
do A
TRIBUNA
repercutiu no
Senado



Sine oferece
vagas e
cursos
exclusivos
para jovens



Palestra
prepara
alunos para
reproduzirem
informações



Segurança
recebe dez
estados em
curso de
Análise de
Inteligência



Representantes
da
agricultura
familiar se
reúnem em
Brasília



Empreiteiras
demonstram
interesse em
concluir
obras

COMPARTILHE ESTA NOTÍCIA

Fale com a Redação

Mande críticas e sugestões direto
para a redação

Repórter Cidadão

Envie sugestões de reportagens,
fotos e vídeos

A TRIBUNA Mato Grosso

Avenida Bandeirantes, 2481, Centro - Rondonópolis/MT

66 3410 3500 redacao@atribunamt.com.br

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O pedido de V. Exª será atendido, Senador Wellington Fagundes. Parabéns pelo brilhante pronunciamento. Transmito, aqui da Presidência, os parabéns a Rondonópolis e ao Estado de Mato Grosso.

Passo a palavra agora ao meu querido amigo, o Senador Garibaldi Alves, do Rio Grande do Norte.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senador Wellington Fagundes, que acaba de deixar a tribuna do Senado, falava dos momentos de alegria que a população de Rondonópolis está vivendo por ocasião de mais um aniversário daquela pujante cidade de Mato Grosso. E eu, Sr. Presidente, venho falar dos momentos de tristeza da minha cidade, a cidade de Natal, pelo falecimento, no último sábado, do jornalista e escritor Ticiano Duarte.

Ticiano Duarte faleceu, Sr. Presidente, na madrugada desse sábado, na tão conhecida e decantada praia de Pipa, no Rio Grande do Norte, uma praia turística para onde convergem turistas do mundo inteiro. Ele estava participando de um festival literário que estava sendo realizado naquela praia, quando se deu o seu falecimento, vitimado por uma parada cardíaca.

Ticiano Duarte foi, como eu já disse, jornalista. Foi diretor do jornal *Tribuna do Norte*, foi secretário de Estado no governo Aluizio Alves, foi membro da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras e falou, por ocasião daquele festival literário, sobre uma grande figura da política do Rio Grande do Norte, que foi o ex-Prefeito Djalma Maranhão. Celebrando-se lá os 100 anos de Djalma Maranhão, Ticiano, o jornalista Woden Madruga e o Prof. Wellington Germano tiveram a oportunidade de falar sobre a vida e sobre a obra de Djalma Maranhão.

Venho, portanto, como Senador do Rio Grande do Norte, lamentar a perda desse jornalista, desse advogado, desse escritor, desse homem que tanto marcou a vida cultural, a vida política, a vida social do Rio Grande do Norte.

Ticiano, nos chamados anos de chumbo, os anos da ditadura, dirigindo o jornal *Tribuna do Norte*, enfrentou, claro, as restrições, as perseguições, a censura, que se constituíram em marcas da ditadura do regime militar.

Lamento, assim, trazer a notícia ao Senado. Apresentarei o requerimento de pesar pelo qual este Senado transmitirá à família de Ticiano Duarte todo o pesar que passo agora ao Senado por ocasião do seu falecimento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, a respeito do escritor, do jornalista, daquele que deu uma contribuição muito importante, sobretudo para a valorização do próprio Rio Grande do Norte. E eu não poderia esquecer, neste momento em que falo da contribuição de Ticiano Duarte, aquela que ele deu à Maçonaria no Brasil, tornando-se um dirigente maçônico no Brasil inteiro. E as honras da Maçonaria também foram prestadas ao jornalista Ticiano Duarte.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Deixo aqui essa palavra de pesar do povo do Rio Grande do Norte pelo falecimento desse seu grande filho, que foi o jornalista Ticiano Duarte.

Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves Filho, o Sr. Raimundo Lira deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Romero Jucá, 2º Vice-Presidente.

Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves Filho, o Sr. Romero Jucá, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Raimundo Lira.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Passo a palavra, para breve comunicação, ao Senador Romero Jucá, do PMDB de Roraima.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna fazer um registro que considero importante para a política do País, para os partidos políticos e também para o Estado de Pernambuco, Estado no qual tive a honra de nascer. Hoje me considero pernambucano de nascimento e roraimense de coração, mas jamais estarei distante das questões que dizem respeito a Pernambuco e ao Brasil.

E hoje nós temos uma data em que comemoraria 50 anos, comemoraria o seu aniversário, o meu amigo e conterrâneo, político que deixou uma marca importante na política do Brasil, Eduardo Campos. Eduardo Campos nasceu em 10 de agosto de 1965 – portanto, mais novo do que eu, muito mais conterrâneo do meu irmão, Alvaro.

Acompanhei a vida de Eduardo na política de Pernambuco. Eduardo era economista, assim como eu; filiou-se, em 1990, ao PSB; foi Deputado Estadual, Deputado Federal; Ministro da Ciência e Tecnologia no mesmo período em que fui Ministro da Previdência – portanto, fomos contemporâneos de ministério –; eleito Governador de Pernambuco, quando iniciou uma campanha com 4% dos votos. A maioria das pessoas não entendia por que ele era candidato, e eu dizia para ele, sempre brincando, que a tarefa dele era ir para o segundo turno

porque, do jeito como ele era, se ele fosse para o segundo turno, seria Governador de Pernambuco. E ele saiu de 4%, foi para o segundo turno e se elegeu Governador de Pernambuco.

Fez um grande trabalho, formou uma grande equipe – uma equipe de jovens, uma equipe moderna – e deu exemplo de gestão, sendo escolhido diversas vezes o melhor Governador do Brasil. Foi candidato à reeleição em Pernambuco e se elegeu com 87% dos votos, aliás, 82% dos votos, Senador Raimundo Lira. Não é fácil! É uma marca difícil de alcançar no País.

O Eduardo tinha um jeito diferente de ser: ao mesmo tempo em que ele era simples, ao mesmo tempo em que ele era bonachão, brincalhão, ao mesmo tempo em que ele gostava de contar histórias, o Eduardo também era um determinado. E ele queria um caminho melhor para o Brasil e se candidatou a Presidente da República. Através do PSB, junto com a Marina Silva, candidata a Vice, ele iniciou uma caminhada que levava esperança para o País. Talvez ele não fosse eleito Presidente nessa eleição, mas, sem dúvida nenhuma, o seu futuro estaria traçado com o futuro do País. Ele ocuparia – não tenho dúvida – espaços fundamentais na política brasileira no futuro, mas quiseram os destinos e quis o desígnio de Deus que ele perdesse a vida no dia 13 de agosto de 2014, em plena campanha política, após, no Jornal Nacional do dia anterior, dizer que não iria desistir do Brasil. Em um acidente aéreo fatal, nós perdemos o Eduardo. A campanha política recebeu um choque, e a política brasileira ficou mais pobre.

Depois de amanhã, no dia 13, completar-se-á também data do seu falecimento – portanto, muito perto a data do nascimento da data do falecimento. No dia 13, vai completar um ano da sua perda. As marcas ainda são profundas. Pernambuco sofre com sua ausência, o PSB sofre com sua ausência, seus amigos sofrem com sua ausência, e sua família, mais do que nunca, também.

Eu quero, ao fazer esse registro simples, enaltecer a figura, as lições e o exemplo de Eduardo Campos e dizer que Eduardo era um brasileiro visionário e que merece o reconhecimento de toda a Nação.

Eu quero mandar o meu abraço fraterno e caloroso para Renata, sua esposa, para os filhos, Maria Eduarda, João, Pedro, José e Miguel, e também para a sua mãe, Ana Arraes, hoje Ministra do Tribunal de Contas, Deputada Federal, uma pessoa por quem temos um carinho e uma estima muito grandes.

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Ao PSB queremos registrar a importância do trabalho do Eduardo e torcer para que o PSB continue nessa caminhada que o Eduardo vislumbrou. O PSB hoje é um Partido importante para o Brasil, é um Partido que precisa estar junto, construindo alternativas que nós queremos para o nosso País.

Nós vivemos um momento, Senador Garibaldi, de muita gravidade e de muita definição. É preciso que os melhores se unam, não partidariamente, não eleitoralmente, mas politicamente pelo País. Nós temos que recobrar a segurança jurídica do Brasil. Nós temos que recobrar a credibilidade no nosso País. Nós temos que recobrar e projetar uma previsibilidade da economia para os agentes econômicos. E tudo isso precisa ser feito em harmonia e precisa ser feito através das ações firmes do Congresso Nacional.

Eu quero aqui registrar este momento do aniversário do Eduardo como um momento de reflexão, um momento de alguém que deixou uma lição, apesar do pouco tempo de vida.

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Outras ações precisam ser encaminhadas nessa direção. Eu ouço o Senador Garibaldi para um pequeno aparte e já encerro, Sr. Presidente.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (Bloco Maioria/PMDB - RN) – O aparte é pequeno mesmo. É apenas para dizer que a contribuição de Eduardo Campos, em um momento como este, seria inestimável – nisso eu não tenho dúvida –, diante da biografia dele, diante do que ele representou para o País, diante do que ele sempre pregou. Eu me lembro de uma frase dele – não vou dizer literalmente aqui, talvez V. Exª se recorde melhor do que eu – que dizia: “Não devemos desanimar, não podemos deixar o Brasil desanimar”. Eu só diria a V. Exª que Eduardo Campos, realmente, nesta hora, está fazendo falta mesmo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – É verdade.

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Eu agradeço o aparte de V. Exª, Senador Garibaldi.

Encerro, Sr. Presidente, pedindo aqui a transcrição dos dados do meu querido amigo pernambucano e político Eduardo Campos, registrando que...

Eu concedo um aparte rápido também ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Romero Jucá, é o encerramento da sessão, mas, ouvindo a fala de V. Ex^a, não há como não lhe fazer um aparte, nem que seja para dar uma saudação ao PSB e aos familiares. Sem sombra de dúvida, V. Ex^a tem razão em tudo o que falou. Ele era um conciliador, era um homem de diálogo, era um homem de construção coletiva. Mesmo no governo Lula, diversas vezes, ele colaborou – e muito – no diálogo e no entendimento na Câmara e mesmo junto ao Palácio. O Brasil todo chorou naquela noite, com certeza absoluta, independentemente das divergências pontuais ideológicas ou mesmo partidárias.

(Soa a campainha.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele era um homem que tinha um destino, eu diria, de voar muito alto. E nós sabíamos que ele queria muito chegar à Presidência da República, mas Deus disse para ele “Voar alto à Presidência para você é pouco, venha aqui para junto de Mim” e o levou lá para o céu. E nós ficamos aqui hoje lembrando esse momento. Bela recordação de V. Ex^a. Meus cumprimentos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Fica aqui, Sr. Presidente, no encerramento da nossa breve fala, o registro da admiração, da amizade e do carinho por Eduardo e por toda a família, realçando que esses preceitos, essa lição, esse ensinamento, essa forma de ser são mais do que nunca atuais, no sentido de que nós possamos nos unir para realmente levar o Brasil para o rumo que todos os brasileiros esperam que é o rumo do progresso, da qualidade de vida, da responsabilidade. Então, fica aqui o nosso abraço.

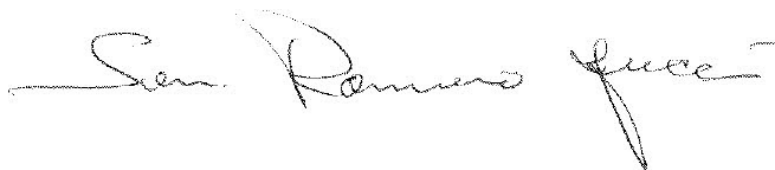
Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– “Há 50 anos nascia Eduardo Campos”.



Há 50 anos nascia Eduardo Campos

Em 10 de agosto de 1965 parte importante da história da política pernambucana e brasileira começava a ser escrita. Nascia, em Recife, Eduardo Henrique Accioly Campos, filho da advogada e política Ana Arraes de Alencar e do escritor Maximiano Accioly Campos e neto de Miguel Arraes.

Eduardo iniciou seus estudos no Instituto Capibaribe. Aos 16 anos, iniciou o curso de Economia da Universidade Federal de Pernambuco. E foi na UFPE que ele iniciou sua milância política, no Diretório da Universidade. Excelente aluno, formou-se em 1985.

Em 1986, abriu mão de um mestrado nos EUA e ajudou a eleger o avô governador do Estado de Pernambuco. No ano seguinte, 1987, foi nomeado chefe do gabinete do Governador Miguel Arraes. Com pensamento inovador e visão de futuro, participou decisivamente da criação da primeira Secretaria de Ciências e Tecnologia do Nordeste e da primeira Fundação de Amparo à Pesquisa da Região (FACEPE).

No ano de 1990, Campos filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Concorreu pela primeira vez e elegeu-se deputado estadual. Na Assembleia Legislativa de PE, desempenhou como poucos o papel de liderança e destacou-se como um dos melhores parlamentares da bancada de oposição. Como resultado, ganhou o "Prêmio Leão do Norte", destinado aos parlamentares com relevante atuação.

Quatro anos depois, novo desafio: concorreu a deputado federal e, com grande votação – 133 mil votos –, foi eleito representante de Pernambuco no Congresso Nacional. Em 1995, licenciou-se da Câmara e atuou como Secretário de Estado no governo de Miguel Arraes. De 1996 a 1998, esteve à frente da Secretaria da Fazenda. Com a confiança de seu povo, Eduardo reelegeu-se deputado federal em 1998 com a maior votação do Estado.

O trabalho e a capacidade de ajudar os pernambucanos através da política fizeram Campos ser novamente reeleito deputado federal em 2002. Reconhecido nacionalmente pela capacidade de articulação, foi considerado um dos 100 parlamentares mais influentes do Congresso. Sua ascensão política seguiu e, em 2003, foi nomeado para o Ministério de Ciência e Tecnologia. Na política partidária, foi eleito presidente do PSB em 2005.

Os planos de Eduardo eram ainda maiores, eram do tamanho dos desafios que seu Estado enfrentava. Por isso, em 2006, Eduardo Campos disputou o governo de Pernambuco. Menosprezado pelos opositores e desacreditado pelas pesquisas (que davam a ele apenas 4% da intenção de votos), ele fez uma grande campanha, dialogando diretamente com a população. Sua forma verdadeira e transparente de fazer política mais uma vez

conquistou os pernambucanos. E ele foi eleito com 65% dos votos.

Durante quatro anos, o governador e sua equipe trabalharam de forma incansável. Mudaram a cara de PE e devolveram à população o orgulho de sua terra e a esperança no futuro. A dedicação plena de Eduardo e os resultados conquistados garantiram sua reeleição com 82% dos votos válidos. Nos oito anos como governador, foi eleito por cinco vezes o melhor governador do Brasil. Ao deixar o Palácio do Campo das Princesas, o neto do Dr. Arraes tinha 90% de aprovação.

O sonho de fazer pelo Brasil o que fez por Pernambuco, levou Eduardo mais adiante. Assim, em 2014, novamente enfrentando todas as adversidades, candidatou-se à Presidência da República. Com coragem e audácia, arriscou-se e fez as críticas que o País precisava que fossem feitas. Percorrendo o Brasil, encontrou no rosto de cada brasileiro a fé e a energia para tocar o seu maior desafio político. E por onde passava, ganhava a confiança de milhões de pessoas.

O inusitado, porém, findou essa parte da história da política pernambucana e brasileira. Em 13 de agosto de 2014, Eduardo Campos faleceu vítima de um acidente aéreo. Na véspera ele havia pedido ao povo brasileiro: "Não vamos desistir do Brasil!". Eduardo Campos deixou-nos um grande legado e a certeza de que a política pode ser feita com o coração, com coragem, capacidade e responsabilidade. Com seu exemplo, mostrou ao País que a política séria e comprometida com os interesses públicos pode mudar para melhor a vida das pessoas. E o Brasil reaprendeu a sonhar.

Eduardo Henrique Accioly Campos, aos 15 anos, começou a namorar Renata de Andrade Lima. Casaram-se e tiveram cinco filhos: Maria Eduarda, João, Pedro e José e Miguel.



Site Oficial – PSB -http://www.psb40.org.br/not_det.asp?det=6676

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Romero Jucá, eu vou registrar também para todos, daqui da Presidência, que Eduardo Campos, este grande pernambucano, neste momento de crise política e econômica, está fazendo falta ao Brasil, para que possamos encontrar da forma mais rápida uma solução para nossa crise política e econômica.

E, antes de encerrar a sessão, eu gostaria de fazer aqui uma breve comunicação – e, em seguida, passo a palavra para uma breve comunicação também ao Senador Paulo Paim.

Senador Paulo Paim, que hoje também é paraibano, eu digo que eu estou aqui triste, sofrendo com o falecimento de uma das pessoas mais dignas, mais honradas e mais maravilhosas nascidas na minha querida cidade Campina Grande, que é a Profª Ana Lígia da Cruz Barbosa Araújo, casada com o médico cardiologista Dr. José Arnóbio de Araújo. Era uma pessoa que, após se aposentar, na condição de Professora Titular da Universidade Federal da Paraíba, passou a ensinar nas escolas de pessoas carentes, inclusive com seus próprios recursos, organizando bazares, para que dessem dignidade ao trabalho daquelas crianças pobres e carentes. Era uma pessoa maravilhosa! Hoje, completam-se sete dias do seu falecimento.

Eu quero, daqui da Presidência, transmitir os mais verdadeiros sentimentos pelo desaparecimento de tão maravilhosa pessoa.

Passo a palavra, para uma breve comunicação, ao Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu aproveito este início de noite, quando inúmeros Senadores terão um encontro com a Presidenta da República no Palácio da Alvorada, para dizer, antes de me dirigir para lá, que eu havia feito toda uma agenda para passar pelos 27 Estados – eu estive já no Estado do Garibaldi e também no de V. Exª –, mas eu tive um problema de saúde, de coluna, não vou entrar em detalhes, e precisei mudar a agenda. Sei que há uma expectativa muito grande, porque não sou só eu. Há uma delegação que vai aos Estados composta por juízes, por advogados, pela OAB, pela Anamatra, pelas centrais, confederações, com a participação, inclusive, de empresários de cada Estado, para o debate da terceirização. Por isso, Sr. Presidente, tive que refazer a agenda.

Em menos de três minutos, eu queria informar àqueles que estavam na expectativa desse fim de semana que não vou poder estar lá, mas estou confirmando, em defesa da democracia, que vamos debater o projeto da terceirização. Já fomos a Belo Horizonte, Florianópolis, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Manaus, Boa Vista, Teresina e São Luís. Estamos indo – aí mudou a agenda – a Salvador em 18/09; Brasília, 25/09; Aracaju, 8/10; Maceió, 9/10; Macapá, 22/10; Belém, 23/10; Porto Velho, 5/11; Rio Branco, 6/11; Vitória, 19/11; Palmas, 3/12; Goiânia, 4/12; e, por fim, Cuiabá, 18/02/2016; e Campo Grande, 19/02/2016.

Vamos encerrar essa cruzada nacional com um grande evento em Brasília no dia 12 de maio de 2016 no Ginásio Nilson Nelson, com delegações de todo o País, onde vai ser aprovada a Carta à Nação, que vai ser um resumo, pois, em cada Estado por que passamos – e, se Deus quiser, vamos passar pelos 27 –, nós estamos aprovando a Carta do Estado. Foi assim em todos os 14 por que já passamos. Dessas cartas, nós vamos aprovar aqui, no dia 12 de maio, exatamente no mês do trabalhador, no Ginásio Nilson Nelson, a Carta à Nação, que será encaminhada a todos os Deputados, a todos os Senadores, à Presidência da República e também ao Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Era esse o informe, Sr. Presidente, mas lembro ao Paraná...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... que, como eu havia assumido o compromisso de voltar lá para um debate mais amplo sobre a conjuntura, eu estarei lá agora no próximo dia 28, às 19 horas, junto com outros convidados.

Era isso.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Dou por encerrada a presente sessão do Senado Federal.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 13 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
S/Partido - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

S/Partido - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 24

PT-13 / PDT-6 / PP-5

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ana Amélia.	PP / RS
Angela Portela.	PT / RR
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cristovam Buarque.	PDT / DF
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gladson Cameli.	PP / AC
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Ivo Cassol.	PP / RO
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Reguffe.	PDT / DF
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Zeze Perrella.	PDT / MG

Bloco da Maioria - 21

PMDB-17 / PSD-4

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PSD / DF
Jader Barbalho.	PMDB / PA
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.	PMDB / ES
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC

Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Morais.	DEM / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Randolfe Rodrigues.	PSOL / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

S/Partido - 2

Lúcia Vânia.	GO
Marta Suplicy.	SP

Bloco de Apoio ao Governo.	24
Bloco da Maioria.	21
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	9
S/Partido.	2
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA**(por ordem alfabética)**

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (S/Partido-GO)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (S/Partido-SP)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Morais* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,28)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (22,28)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,37)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,42)</p> <p>Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 17</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Moraes (46) Antonio Anastasia (47)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (11,25)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,29)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p>	<p>Governo Líder Delcídio do Amaral - PT (48)</p>

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).

12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
26. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
29. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Raimundo Lira (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**.. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER
DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364**

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

7) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

8) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo.
(Ato do Presidente nº 8, de 2015)

Número de membros: 18

PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

Designação: 26/05/2015

Instalação: 27/05/2015

Prazo final: 25/08/2015

MEMBROS

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Antonio Anastasia (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)

Senador José Serra (PSDB)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)

Senadora Marta Suplicy (S/Partido)

Senador Omar Aziz (PSD)

Senador Romero Jucá (PMDB)

Senador Ronaldo Caiado (DEM)

Senadora Simone Tebet (PMDB)

Senador Waldemir Moka (PMDB)

Senador Walter Pinheiro (PT)

Senador Blairo Maggi (PR)

Senador Roberto Rocha (PSB)

Senador Donizeti Nogueira (PT)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 8, de 26 de maio de 2015, fixa em 15 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, José Serra, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Omar Aziz, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Simone Tebet, Waldemir Moka e Walter Pinheiro para compor a Comissão, indicando também os Senadores Walter Pinheiro, Simone Tebet e Fernando Bezerra Coelho para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 10, 28 de maio de 2015, fixou em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Blairo Maggi e Roberto Rocha para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 14, 25 de junho de 2015, fixou em 18 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Senador Donizeti Nogueira para compor a Comissão.

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508

E-mail: coceti@senado.gov.br

9) COMISSÃO DA REFORMA POLÍTICA DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Destinada a sistematizar as proposições legislativas afetas ao tema da Reforma Política.

Ato do Presidente nº 12, de 2015

Número de membros: 29 titulares e 29 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jader Barbalho (PMDB-PA)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Designação: 17/06/2015

Instalação: 23/06/2015

Prazo final prorrogado: 03/10/2015

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	2. Senador Donizeti Nogueira (PT) ^(1,3)
Senadora Fátima Bezerra (PT) ⁽³⁾	3. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	4. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Reguffe (PDT) ⁽¹⁾	5. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽²⁾
Senador Lasier Martins (PDT)	6. Senador Gladson Cameli (PP) ⁽⁴⁾
Senador Ivo Cassol (PP)	7.
Senador Benedito de Lira (PP)	8.
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	9.
Senador Otto Alencar (PSD)	10.
Senador Romero Jucá (PMDB)	11.
Senadora Simone Tebet (PMDB)	12.
Senador Jader Barbalho (PMDB)	13.
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	14.
Senador Edison Lobão (PMDB)	15.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	16.
Senador José Agripino (DEM)	17.
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	18.
Senador Aécio Neves (PSDB)	19.
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	20.
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	21.
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	22.
Senadora Lídice da Mata (PSB)	23.
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	24.
Senador Fernando Collor (PTB)	25.
Senador Marcelo Crivella (PRB)	26.
Senador Magno Malta (PR)	27.
Senadora Marta Suplicy (S/Partido)	28.
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)	29.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 12, de 17 de junho de 2015, fixa em 28 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta, Marta Suplicy para compor a Comissão.

**. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, fixa em 28 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta e Marta Suplicy, como membros titulares para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, indica também os Senadores Walter Pinheiro, Reguffe, Elmano Ferrer e Eduardo Amorim como membros suplentes para compor a Comissão, estabelecendo que as demais indicações deverão ser realizadas pelas lideranças partidárias. Indica ainda os Senadores Jorge Viana, Jader Barbalho e Romero Jucá como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 15, de 25 de junho de 2015, prorroga até o dia 3 de outubro de 2015 o prazo para apresentação do relatório pela Comissão Temporária e fixa em 29 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros deste Colegiado, indicando, ainda, a Senadora Lúcia Vânia como membro titular para compor a Comissão.

1. Em 23.06.2015, o Senador Reguffe é designado membro titular, em substituição à Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).

2. Em 23.06.2015, o Senador Telmário Mota é designado membro suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).

3. Em 24.06.2015, o Senador Donizeti Nogueira é designado membro suplente, na vaga da Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de titular, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Of. 81/2015-GLDBAG).

4. Em 02.07.2015, o Senador Gladson Cameli é designado membro suplente (Of. 89/2015-GLDBAG).

10) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.
(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggiaro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Eduardo Sanovicz

Milton Arantes Costa

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggiaro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DO PLS Nº 131, DE 2015**Finalidade:** Analisar o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2015.

Ato do Presidente nº 22, de 2015

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA)**Instalação:** 05/08/2015**Prazo final:** 19/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Senador Otto Alencar (PSD)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	3. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Benedito de Lira (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	5. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	6. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	8. Senador Dalirio Beber (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	9. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Senador José Serra (PSDB)	10. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	11. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	12. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador José Medeiros (PPS)	13. Senador Fernando Collor (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	14. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 22, de 4 de agosto de 2015, revoga o Ato do Presidente nº 20, de 14 de julho de 2015, e fixa em 14 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Otto Alencar, Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Cristovam Buarque, Ciro Nogueira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Simone Tebet, Flexa Ribeiro, José Serra, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, José Medeiros Blairo Maggi como titulares; e os Senadores Humberto Costa, Fátima Bezerra, telmário Mota, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Raimundo Lira, Dalirio Beber, Tasso Jereissati, Wilder Moraes, Vanessa Grazziotin, Marcelo Crivella, Fernando Collor e Marta Suplicy, como suplentes para compor a Comissão, indicando ainda o Senador Otto Alencar para presidir o Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 20, de 14 de julho de 2015, fixa em 27 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Roberto Requião, Raimundo Lira, Ricardo Ferraço, Simone Tebet, Otto Alencar, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, José Serra, Tasso Jereissati, Ronaldo Caiado, Wilder Moraes, Antonio Carlos Valadares, Vanessa Grazziotin, José Medeiros, Marcelo Crivella, Blairo Maggi, Fernando Collor para compor a Comissão, indicando ainda o Senador Otto Alencar para presidir o Colegiado.

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DO CARF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾

Leitura: 28/04/2015

Designação: 13/05/2015

Instalação: 19/05/2015

Prazo final: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁴⁾
Senador Wilder Morais (DEM-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 e 55/2015-BLSDEM).

** Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

***. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB)

****. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB)

*****. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).

1. Em 19.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICARF).

2. Em 20.05.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB)

3. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 71/2015-GLDBAG)

4. Em 02.06.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 120/2015-GLPSDB).

5. Em 02.06.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 38/2015-GLDEM).

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá
Telefone(s): 33034854/3511
E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

**.. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽³⁾	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**.. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 21/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

** Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDDB).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).

9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).

10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Rogério Faleiro Machado - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033510/11

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

5)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2.
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Hélio José (PSD-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2.
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

** Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

***** Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 03/11/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDDB).

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDDB).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508/3514

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ^(10,16)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB)	6. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ^(8,14)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas - Ala Alexandre Costa, Plenário nº 19

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 311-3516/4605

Fax: 3303-4344

E-mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605/3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senador Paulo Paim (PT) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)	2. VAGO ^(5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romário (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

Fax: 3303 3652

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁹⁾
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁷⁾	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Aécio Neves (PSDB) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) ^(1,12,17)	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Wilder Moraes (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR) ^(18,19)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edson Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).

6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).

7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).

8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).

9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).

10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).

11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).

13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).

14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).

15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).

16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).

17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).

18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).

19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁷⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽³⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB)	2. Senador Fernando Collor (PTB) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Sousa e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).

10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Jorge Viana (PT)	1.
Senador Reguffe (PDT)	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2.
Senador Ivo Cassol (PP)	3.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT) ^(1,5)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

**. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Ana Amélia (PP) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁴⁾	6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davi Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(10,11)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁵⁾	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB) ^(1,12)
Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽¹²⁾	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Sérgio Petecão (PSD)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PSD) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ^(5,16)	2. Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)
VAGO ^(6,13)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. Senador Douglas Cintra (PTB) ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**.. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Cameli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDM).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) ^(3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS) ^(7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB) ^(9,12)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO ⁽³⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM-GO)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1.
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 16/06/2015

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS	
PMDB	VAGO
PT	VAGO
PSDB	VAGO
PTB	VAGO
PP	VAGO
PDT	VAGO
PSB	VAGO
DEM	VAGO
PR	VAGO
PSD	VAGO
PCdoB	VAGO
PV	VAGO
PRB	VAGO
PSC	VAGO
PSOL	VAGO

Atualização: 12/03/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258

Fax: 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 19/03/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 17/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS	
	PMDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	PTB
	VAGO
	PP
	VAGO
	PDT
	PSB
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PV
	VAGO
	PRB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PSOL
	VAGO
	Representante da sociedade civil organizada
	VAGO
	Pesquisador com produção científica relevante
	VAGO
	Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
	VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258

Fax: 3303.5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013

MEMBROS	
PMDB	VAGO
PT	VAGO
PSDB	VAGO
PTB	
PP	
PDT	VAGO
PSB	VAGO
DEM	
PR	VAGO
PSD	VAGO
PCdoB	VAGO
PV	VAGO
PRB	VAGO
PSC	VAGO
PSOL	VAGO
SD	VAGO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Moraes (GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfê Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 01/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):

16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)

Atualização: 04/08/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Relator do PLDO: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

Relator do PLOA: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do PPPA: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - S/Partido/GO ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Moraes - DEM/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ ⁽²⁾
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilton Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Aírton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtenir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG ^(6,7)
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO ⁽¹⁾
Walter Ihoshi - PSD/SP	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB, PPS, PV	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES ⁽³⁾
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Moraes - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA ⁽⁹⁾	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana - PT/AC ⁽²⁾	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO ⁽²⁾	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF ⁽²⁾	3. Ivo Cassol - PP/RO ⁽²⁾
Gladson Cameli - PP/AC ⁽²⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE ⁽⁵⁾	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. VAGO (12,14)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.

4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.

6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.

9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).

10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.

11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.

12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.

13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.

14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC

15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 61 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽²⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) ⁽⁴⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) ⁽³⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (S/Partido/SP) ⁽⁵⁾

Notas:

- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
- Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 2 Senadores e 4 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário: Clarissa Kiwa Scarton Hayashi

Telefone(s): 61 3303-3503

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - S/Partido/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - S/Partido/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta - PR/ES	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Rocha - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG ⁽⁷⁾
Tia Eron - PRB/BA ⁽¹¹⁾	8. Dâmina Pereira - PMN/MG ⁽¹⁶⁾
Ezequiel Teixeira - SD/RJ ⁽²⁾	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO ⁽³⁾	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR ⁽⁷⁾	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI ⁽⁸⁾	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO ⁽¹²⁾	2. VAGO ⁽¹²⁾
Erika Kokay - PT/DF ⁽⁴⁾	3. Benedita da Silva - PT/RJ ⁽¹⁵⁾
Luizianne Lins - PT/CE ⁽⁴⁾	4. Margarida Salomão - PT/MG ⁽¹⁵⁾
Moema Gramacho - PT/BA ⁽⁴⁾	5. Maria do Rosário - PT/RS ⁽¹⁵⁾
Rogério Rosso - PSD/DF ⁽⁵⁾	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA ⁽⁶⁾	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Arnaldo Jordy - PPS/PA
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO ⁽¹³⁾	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO ⁽¹⁰⁾	6. VAGO
PDT	
Flávia Moraes - GO ⁽⁹⁾	1. VAGO
PSOL ⁽¹⁾	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal**

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)
Deputado Sergio Zveiter (PSD/RJ)
Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
VAGO

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO

ATN nº 3, de 2015 - Responsabilidade das Estatais

Finalidade: Comissão mista destinada a apresentar Projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais

Número de membros: 5 Senadores e 5 Deputados

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

RELATOR: Deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA)

Instalação: 18/06/2015

Prazo final prorrogado: 21/08/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Arthur Oliveira Maia (SD/BA)
Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Deputado Andre Moura (PSC/SE)
Deputado Rogério Rosso (PSD/DF)
Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ) ⁽²⁾

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Otto Alencar (PSD/BA)
Senador José Serra (PSDB/SP)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) ⁽²⁾

Notas:

1. Substituição do Senador Romero Jucá na Presidência da Comissão pelo Senador Tasso Jereissati, conforme ATN nº 4/2015.
2. Vaga criada em decorrência do ATN nº4, de 2015

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB ⁽¹⁰⁾
Mandetta - DEM/MS ⁽⁵⁾	11. VAGO
PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. VAGO ⁽³⁾
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Fernando Marroni - PT/RS	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PSD/PB ⁽⁶⁾	6. Jaime Martins - PSD/MG ⁽⁶⁾
Luiz Cláudio - PR/RO	7. Ságuas Moraes - PT/MT
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS ⁽⁹⁾
PSDB, PSB, PPS, PV	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Tereza Cristina - PSB/MS ⁽¹⁾
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO ⁽¹⁾
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS ⁽¹⁾	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI ⁽¹⁾	6. VAGO
PDT	

TITULARES	SUPLENTE
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO ⁽²⁾
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ ⁽²⁾	3. Gladson Cameli - PP/AC
Bloco da Maioria	
VAGO ⁽⁸⁾	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP ⁽⁷⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
- Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional**Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN****COMPOSIÇÃO**

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos ⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	VAGO ⁽²⁾
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	VAGO

Edição de hoje: 264 páginas
(O.S. 12953/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

